

# arquivos pessoais experiências e perspectivas

José Francisco Guelfi Campos  
(organizador)



**ARQUIVOS PESSOAIS**  
**experiências e perspectivas**

## Eventus, 5



Associação de Arquivistas de São Paulo  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Sala N - Butantã  
05508-000 - São Paulo - SP  
Telefax: (11) 3091-3795  
[www.arqsp.org.br](http://www.arqsp.org.br)

**José Francisco Guelfi Campos**

**(organizador)**

**ARQUIVOS PESSOAIS**  
**experiências e perspectivas**

Trabalhos apresentados no

II Encontro "Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas"

São Paulo, 7 e 8 de dezembro de 2017

**Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)**

**São Paulo | 2019**

Copyright © 2019 dos autores

Todos os direitos desta edição reservados à  
Associação de Arquivistas de São Paulo

Reprodução autorizada, desde que citada a fonte

O conteúdo e a revisão ortográfica são de  
responsabilidade dos autores

## ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

Diretoria | Ana Célia Navarro de Andrade (presidente), Clarissa Moreira dos Santos Scmhidt (vice-presidente) Alessandra Andrade França Barbosa (secretária), Fátima Colombo Paletta (tesoureira)

Comissão editorial | Ana Maria de Almeida Camargo (coordenadora), Heloísa Liberalli Bellotto, Johanna W. Smit

Comissão de cursos e eventos | José Francisco Guelfi Campos (coordenador), Ana Célia Navarro de Andrade, Ana Maria de Almeida Camargo, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Maria de Lourdes Ferreira

---

Arquivos pessoais: experiências e perspectivas [recurso eletrônico] /  
organização José Francisco Guelfi Campos ; Associação de  
Arquivistas de São Paulo. – São Paulo: ARQ-SP, 2019.  
297 p. – (Eventus, 5).

Trabalhos apresentados no II Encontro “Arquivos Pessoais:  
experiências, reflexões, perspectivas” ocorrido em São Paulo, em  
7 e 8 de dezembro de 2017

Inclui bibliografia

E-book

ISBN 978-85-65797-17-7

1. Arquivos pessoais I. Campos, José Francisco Guelfi II.  
Associação de Arquivistas de São Paulo III. Título III. Série.

CDD – 025.1

---

Ficha catalográfica elaborada por Andre Vieira de Freitas Araujo (CRB-8: 6831)

## SUMÁRIO

- 7 **Apresentação**  
Ana Célia Navarro de Andrade
- 8 **Experiências, reflexões, perspectivas**  
José Francisco Guelfi Campos
- 12 **Os arquivos pessoais como objeto de pesquisa em Arquivologia**  
Thayane Vicente Vam de Berg
- 32 **A construção da imagem de mulheres a partir da organização de seus arquivos pessoais**  
Talita Gouvêa Basso
- 51 **Arquivos pessoais de artistas plásticos: o caso Rubens Gerchman**  
Thayane Vicente Vam de Berg
- 71 **Análise arquivística, técnica e iniciativas didáticas a partir do acervo do engenheiro civil e sanitarista Nelson Gandur Dacach da Escola Politécnica da UFBA**  
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral & Vivien Luciane Viaro
- 91 **Os arquivos pessoais e suas nuances: uma reflexão sobre os arquivos das matemáticas Estela Kaufman e Maria Laura Mouzinho Leite Lopes**  
Dayane Ponciano de Lima & Maria Carolina Clares do Nascimento Araújo
- 108 **Arquivos pessoais e teoria arquivística: o arranjo como uma função de pesquisa**  
Patrícia Ladeira Penna Macêdo & Lucia Maria Velloso de Oliveira
- 128 **Notas sobre a abordagem contextual em arquivos pessoais: a documentação de Guita Mindlin e Erthos Albino de Souza**  
Laiza Gomes de Souza & Pedro José de Carvalho Neto
- 144 **O processo de organização do fundo Aracy Abreu Amaral e seus impactos na formação prática arquivística**  
Elisa Horta da Silva & Luciana Negrini
- 158 **Fundos e coleções em arquivos pessoais: a organização da documentação de Djalma Forjaz**  
Andrea Cristina Ribeiro Minare & José Heleno Barbosa
- 168 **O historiador e a organização de arquivos pessoais – desafios e reflexões**  
Letícia C. Setim
- 174 **Cartas em arquivos pessoais: um desafio no arranjo e na descrição**  
Camilla Campoi de Sobral & Lucia Maria Velloso de Oliveira

- 190 **Gêneros textuais e identificação de tipos de cartas no arquivo de Camargo Guarnieri**  
Giovana Faviano
- 203 **A ornitologia em correspondência: a identificação dos tipos de carta no arquivo pessoal de Helmut Sick**  
Douglas Vieira Machado & Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 218 **Diplomática contemporânea como parâmetro para organização e representação de arquivos pessoais**  
Marcos Ulisses Cavalheiro & Cibele A. C. Marques dos Santos
- 242 **Indícios nos arquivos pessoais: uma investigação sobre o papel de Salete Navarro na preservação do acervo Newton Navarro**  
Dayane Ponciano de Lima
- 256 **A sobrevivência da memória: um estudo de caso em conservação preventiva no arquivo do artista**  
Sérvulo Esmeraldo  
Vinícius Marangon
- 274 **Especialização do atendimento ao pesquisador em arquivos pessoais: a experiência do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo**  
Denise de Almeida Silva
- 291 **Sobre o organizador**
- 292 **Sobre os autores**

## APRESENTAÇÃO

### **Ana Célia Navarro de Andrade**

Presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo

Criada em 1998, a Associação de Arquivistas de São Paulo tem por objetivos contribuir para o desenvolvimento técnico e científico da Arquivologia, congregando profissionais de arquivo e áreas afins, defendendo seus interesses, e cooperar com entidades públicas e privadas na solução de problemas relacionados aos arquivos. Para tanto, vem dividindo seus esforços entre a promoção de cursos de atualização e aprimoramento técnico dos profissionais de arquivo, a publicação de literatura de interesse da área e a organização de congressos, palestras e outros eventos.

Em 2012, a ARQ-SP oficializou sua função de editora autônoma, reeditando obras já publicadas e abrindo espaço para novos trabalhos. A série *Eventus*, lançada em 2016, destina-se à publicação de volumes derivados dos eventos realizados pela Associação e, ocasionalmente, daqueles por ela apoiados.

Realizado em dezembro de 2017, no Auditório Vitae da Estação Pinacoteca, o II Encontro “Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas” reuniu expressivo número de participantes vindos de diversas regiões do país, num espaço aberto de aprendizagem e troca de experiências. O crescimento do evento em relação à sua primeira edição e a adesão surpreendente do público reforça, o compromisso de mantê-lo na agenda de eventos da ARQ-SP, com expectativa de realização de nova edição a cada dois anos.

Com a publicação deste volume, o quinto da série *Eventus*, a ARQ-SP dá continuidade ao seu projeto editorial, cumprindo o seu papel de difundir o conhecimento construído na área da Arquivologia.

## EXPERIÊNCIAS, REFLEXÕES, PERSPECTIVAS

**José Francisco Guelfi Campos**

Há cerca de 20 anos, a historiadora Angela de Castro Gomes chamou a atenção para os encantos e feitiços exercidos pelos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos...<sup>1</sup> De lá para cá, os chamados arquivos pessoais — que já suscitavam, desde há muito, o interesse dos historiadores e de estudiosos de outras áreas do saber <sup>2</sup> — foram ampliando o seu protagonismo na agenda de pesquisa dos arquivistas e seu espaço no acervo das instituições de custódia do patrimônio documental.<sup>3</sup> Prova disto está no aumento expressivo do número de teses e dissertações que se propõem a discutir os arquivos de pessoas sob os mais variados prismas, na maior disponibilidade de livros e artigos escritos por autores brasileiros e na quantidade de eventos acadêmicos e científicos que vêm sendo promovidos regularmente nos últimos anos.

Não por acaso, o II Encontro “Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”, promovido pela Associação de Arquivistas de São Paulo em 2017, atraiu expressivo número de participantes vindos de diversos estados do país. Em relação à sua primeira edição, realizada em 2015, o evento cresceu significativamente, ganhou corpo e identidade. A surpreendente adesão do público confirma não apenas o interesse da comunidade arquivística no tema, mas também sinaliza, para os organizadores, a necessidade de dar continuidade à iniciativa.

---

<sup>1</sup> GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, v. 11, p. 121-127, 1998.

<sup>2</sup> ARTIÈRES, Philippe; KALIFA, Dominique. L'historien et les archives personnelles: pas à pas. *Sociétés et Représentations*, Paris, n. 13, p. 7-15, 2002.

<sup>3</sup> Convém notar que, no Brasil, o Setor de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP (inaugurado em 1968) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV (fundado em 1973) se enquadram como pioneiros no rol das instituições voltadas para o tratamento, a preservação e a difusão de arquivos pessoais. Quanto à bibliografia, destacam-se a primeira edição do manual de procedimentos do CPDOC (*Metodologia de organização de arquivos pessoais*), em 1986, seguida do artigo de Ana Maria de Almeida Camargo a respeito da experiência desenvolvida no Arquivo Municipal de Rio Claro com o arquivo de Plínio Salgado: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-24, 1988.

Parte deste feliz encontro está agora registrada nas páginas deste volume, que reúne os trabalhos apresentados nos painéis de comunicações orais. São, ao todo, dezessete artigos de autoria de profissionais, pesquisadores e estudantes, que consistem em reflexões teóricas derivadas de projetos de pesquisa e relatos de experiências desenvolvidas em arquivos públicos, centros de memória e de documentação, universidades e museus. Neles estão representadas, à luz do trabalho com os arquivos de natureza pessoal, todas as funções que permeiam a prática do profissional de arquivo, bem como as contribuições de outros campos do conhecimento (conservação preventiva, diplomática, história e linguística aplicada) para a abordagem dos desafios impostos pelos documentos acumulados por indivíduos no curso de suas atividades rotineiras, na manifestação de suas esferas de interesse e no exercício de seus diferentes papéis sociais.

Da identificação dos tipos documentais ao desvendamento das circunstâncias da formação dos arquivos, do arranjo à descrição, da qualidade instrumental dos documentos aos sentidos que deles podem ser destilados na pesquisa especializada, passando pelos usos didáticos para o incremento da formação de estudantes de graduação, pela conservação preventiva e o atendimento ao usuário: nada escapa às reflexões e relatos de experiência compilados nesta coletânea, muito embora os saberes aqui reunidos não sejam – e nem pretendam ser – definitivos.

A variedade temática, de pontos de vista e de pressupostos teóricos e metodológicos notavelmente manifestada nos textos que se seguem é reflexo da própria diversidade que caracteriza os arquivos pessoais e que, muitas vezes, impõe obstáculos ao reconhecimento de sua natureza enquanto arquivos no sentido estrito do termo. Com efeito, há quem os considere conjuntos desarticulados, inorgânicos, como se resultassem de mera escolha arbitrária e essencialmente subjetiva.<sup>4</sup> Por outro lado, há quem procure, mesmo sem desconhecer os princípios que regem a teoria e orientam a prática arquivística, desnaturalizar o processo de acumulação documental, enveredando pela trilha da etnografia para projetar nos arquivos a noção de um legado para a posteridade.<sup>5</sup> “Albergues de uma memória singular”, “repositórios de conhecimento realocado”, “sistemas de poder que determinam aquilo que merece ser lembrado”, “montagens

---

<sup>4</sup> CALLEJA, Mireya. ¿Archivos privados o colecciones? Fuentes primarias para la investigación de la identidad. VII Congreso de Archivología del Mercosur. Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007, 17 p.

<sup>5</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

artificialmente construídas”... Estas são apenas algumas das inúmeras metáforas e representações que pairam em torno dos arquivos pessoais<sup>6</sup>.

Proveniência, organicidade, unicidade, indivisibilidade, cumulatividade, naturalidade e imparcialidade estão na base da essência dos arquivos e se manifestam de forma *sui generis* nos conjuntos de documentos acumulados por pessoas. A despeito de suas características especiais e do certo charme que exalam, os “arquivos pessoais são arquivos”.<sup>7</sup>

O feitiço que exercem, decorrente da suposta capacidade de oferecer uma via direta de acesso à intimidade, aos pensamentos e à própria memória das pessoas, bem como a esperança de encontrar, nos vestígios fragmentários de uma trajetória, o indivíduo francamente desnudado, se dissolvem diante da aguçada observação de uma renomada arquivista alemã: os arquivos não contêm “bombas” nem “tesouros escondidos”.<sup>8</sup> Também é certo que não são dotados de vida própria nem da força necessária para promover uma determinada visão dos fatos: matéria inerte, os “arquivos não falam”, como provocou Ana Maria Camargo.<sup>9</sup>

Se os arquivos não constituem, *per se*, uma narrativa, vale recordar que oferecem matéria-prima singular para a construção de entendimentos sobre o passado e o presente, isto porque os documentos que os compõem materializam as ações que justificaram a sua produção<sup>10</sup> ou, como definiu Geoffrey Yeo, são “representações persistentes” de funções, atividades e eventos.<sup>11</sup>

---

<sup>6</sup> À guisa de curiosidade, ver: ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011; DELGADO-GÓMEZ, Alejandro. Los archivos personales o el archivero domado. *Tabula*, Salamanca, n. 17, p. 75-84, 2014; ESCOBEDO, Joana. Los caminos de la memoria. *Archivos personales*. In: *Seminario de Archivos Personales*, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79; MARQUES, Reinaldo. Arquivos literários e a reinvenção da literatura comparada. In: *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 13-28.

<sup>7</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, 2009.

<sup>8</sup> MENNE-HARITZ, Angelika. Die Verwaltung und ihre Archive. Überlegungen zur Latenz von Zeit in der Verwaltungsarbeit. *Verwaltung & Management*, Hannover, v. 5, n. 1, p. 438-452, 1996.

<sup>9</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 11-13.

<sup>10</sup> DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

<sup>11</sup> YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

Para garantir a polissemia dos arquivos e seu uso para fins muito diferentes daqueles que motivaram sua acumulação, não se deve jamais menosprezar algumas premissas que nunca saem de moda: o respeito à proveniência, a compreensão da lógica de sedimentação do conjunto documental, a preservação da organicidade, a manutenção do elo entre os documentos e as circunstâncias que determinaram sua produção. Como se verá adiante, a busca pela fidelidade aos princípios basilares da arquivística não se traduz na simples aplicação de conceitos ou na mera execução de procedimentos, mas descortina — sobretudo nos chamados arquivos pessoais — desafios muitas vezes capciosos, cuja solução inspira a revisão da teoria e a meditação sobre a prática, resultando na construção de conhecimentos renovados.

Que o leitor possa também se inspirar nas tantas perspectivas aqui reunidas, identificar-se na experiência alheia e obter respostas para os seus dilemas. Ou, quem sabe, melhor ainda: possa encontrar subsídios para novas e instigantes reflexões.

## OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO OBJETO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

**Thayane Vicente Vam de Berg**

Ao longo da vida, produzimos e acumulamos documentos pelos mais variados motivos, sejam por decorrência de obrigações (como questões legais, fiscais, comprobatórias, etc) ou vontades (tais quais: valor sentimental, interesse pessoal, etc.) (Campos, 2012). Assim os arquivos pessoais são criados e compostos tanto por registros burocráticos, quanto emotivos. Este tipo de conjunto documental existe há séculos, e por muito tempo ficou inexplorado e incógnito a atenção dos arquivistas e pesquisadores. Conforme Gomes, A. C. (2009: 22),

até muito recentemente, internacionalmente, só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, mesmo estando presente em instituições arquivísticas, a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou, em melhor hipótese, era entendida como um arquivo menor, digamos, de segunda classe, ante o que seria um “verdadeiro” arquivo.

O despertar científico para este tipo de documentação é contemporâneo e na atualidade é inegável que “arquivos pessoais são arquivos” (Camargo, 2009), mas até o século XIX era raro este tipo de acervo ser encontrado em instituições arquivísticas e os mesmos acabavam por integrar acervos de bibliotecas ou museus, uma vez que não havia o reconhecimento da validade dos conjuntos de natureza pessoal por parte das instituições arquivísticas.

Se por tanto tempo estes arquivos ficaram “ocultos” dos debates e das pesquisas científicas, quais foram as motivações que despertaram o interesse por esses conjuntos documentais? Quais questionamentos afloraram a realização de estudos com o uso

dessas fontes? Quais os atores participantes dessas mudanças? E qual o contexto que propiciou essas modificações? Para responder a estas indagações é necessário historicizar a emergência dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Arquivologia e também para a História, de forma a compreender as transformações da historiografia ao longo do século XX e a relação da Escola dos Annales nesse processo. Outrossim é relevante investigar como se deu a produção do conhecimento científico sobre esta temática nas revistas científicas das áreas, de modo a perceber como ocorreram as discussões iniciais sobre o tema dos arquivos pessoais e a maneira como o mesmo se desenvolveu ao longo dos anos. Para tanto foram selecionadas duas revistas científicas, quais sejam, *Arquivo & Administração*, e *Acervo*<sup>12</sup>, com o objetivo de historicizar esse tema no ambiente dos estudos acadêmicos de Arquivologia e História.

#### **Perspectivas teórico-epistemológicas acerca do conceito de documento: mudanças de paradigma, estudos sobre memória e os impactos nas áreas de História e Arquivologia**

Segundo Gomes, A. C. (1998), a utilização de fontes documentais oriundas de acervos de indivíduos nos estudos científicos foi resultado das mudanças ocorridas na historiografia no século XX, período no qual se identificou o potencial dos documentos produzidos no âmbito da vida privada, com a percepção de que este tipo de fonte possui grande “densidade informacional e peso considerável para a pesquisa histórica” (Bellotto, 2006: 251).

---

<sup>12</sup> O levantamento completo destas revistas está disponível nos apêndices A e B da dissertação: Vam de Berg, Thayane Vicente. *Arquivos de Artistas Plásticos: o processo de criação artística nos documentos de Rubens Gerchman*. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: < <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015/vam-de-berg-thayane-vicente-arquivos-de-artistas-plasticos-o-processo-de-criacao-artistica-nos-documentos-de-rubens-gerchman/view>>. Acesso em: 25 nov 2017. O objetivo deste levantamento foi quantificar a incidência de artigos com o tema dos arquivos pessoais nestas revistas e analisar alguns. A opção metodológica por essas duas publicações ocorreu por se tratarem de revistas de destaque para a Arquivologia, a *Arquivo & Administração*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), por ser a revista mais representativa da área e que por décadas, foi um dos principais fóruns de discussão arquivística, com sua primeira edição datada de 1972 e, a última de 2014. Ao longo desse período ocorreram algumas interrupções e a estrutura da revista foi amplamente reformulada; Já a *Acervo* é a revista de publicação periódica do Arquivo Nacional do Brasil, instituição máxima nas deliberações da área e que é publicada desde 1986. Reconhecemos a existência de outras publicações arquivísticas, mas no recorte da pesquisa apenas foi possível incluir estas duas. No Brasil podemos citar as seguintes revistas com temáticas arquivísticas: *Arquivo e História*, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, *Estudos Históricos*, *Arquivistica.net*, *Cenário Arquivístico*, *Informação Arquivística*, entre outras. No livro de Marques (2013: 83-85) a autora apresenta um quadro com os principais periódicos nacionais e internacionais com temáticas arquivísticas.

Os principais responsáveis por essa renovação foram os historiadores da Escola dos Annales<sup>13</sup>, com o anseio por novos temas de pesquisas e perspectivas que provocaram quebras de paradigmas com a historiografia rankiana e positivista do século XIX (Gomes, A. C., 2009: 23). Desse modo, o documento textual, administrativo e produzido pelo Estado, que até então era a principal fonte utilizada nos estudos históricos, perdeu a sua primazia. O movimento dos Annales renovou o conceito de documento, passando a incorporar um leque documental que contribuía não apenas de modo quantitativo, mas principalmente, qualitativo para as pesquisas, a partir do uso de diferentes fontes como: registros audiovisuais, fotografias, diários, entre outros, que antes eram desconsiderados no fazer historiográfico (Silva e Silva, 2005: 159).

O historiador Christophe Prochasson (1998: 109-110) reconhece que o interesse por arquivos de indivíduos sucedeu-se, sobretudo por conta das transformações nas práticas historiográficas, com a análise dos sujeitos históricos pelo viés da história cultural e da antropologia histórica. Estes estudos apresentaram caminhos alternativos para a investigação histórica, social e cultural das realidades e experiências humanas e redefiniram as problemáticas e os pressupostos sócio-históricos, a partir de uma observação em nova escala do objeto de pesquisa. Os pesquisadores reconheceram que o sujeito histórico é um ser complexo e, portanto, para compreendê-lo se faz necessária uma investigação que abarque a multiplicidade de documentos que produz, pois tudo que é originado pelo homem “serve de base para a construção do conhecimento histórico” (Silva e Silva, 1995: 158).

As novas maneiras de produzir historiografia mais que modificar as perguntas feitas ao documento, promoveram iniciativas de estudos acerca do indivíduo em outros aspectos que não eram investigados. A busca por “novos” objetos na pesquisa histórica teve impacto direto na renovação das temáticas pesquisadas. Assim, a partir dos anos de 1980 a memória como fenômeno social se torna interesse dos historiadores/cientistas sociais e surgem estudos relacionados “a memória cultural, os lugares de memória”

---

<sup>13</sup> Em 1929, um grupo de historiadores franceses passa a contestar o cientificismo que influenciava a historiografia. Conhecido como Escola dos Annales, o grupo liderado por Lucien Febvre e March Bloch rompe com as formas de tratar as fontes documentais e cria uma nova metodologia que amplia as possibilidades da pesquisa histórica. A Escola dos Annales é dividida tradicionalmente em três gerações, tendo a primeira como figuras de destaque, Bloch e Febvre; já no final da década de 1940 se apresenta uma nova geração de historiadores que dá origem à segunda geração, cujo expoente máximo é Fernand Braudel; a terceira geração tem seu início nos anos de 1960 e tem como representante Le Goff, entre outros (Burke, 1997).

(Meneses, 2010: 14). Nesse período ocorre “o boom da memória e a reemergência do sujeito nas ciências sociais” (Meneses, 2010: 14), o que também estimula o interesse por arquivos de pessoas.

No Brasil, por conta dessa valorização da memória, diversos centros de documentação<sup>14</sup> foram criados a partir dos anos de 1970, quando se identifica um maior interesse de pesquisas sobre arquivos pessoais no país (Cirillo e Costa, 2011: 2; Moreira, 1990: 66). Nessa época associada a criação desses centros de memória, ocorre uma valorização da metodologia de História Oral e das biografias (com estudos biográficos e interesse pelos papéis de homens públicos).

Os estudos históricos, sociológicos e antropológicos despertaram a atenção por esse tipo de documentação que tem um valor social e cultural imensuráveis, constituindo-se como um valioso patrimônio documental.<sup>15</sup> Oliveira (2012: 31) afirma que “os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da nação”.

Podemos perceber que esse panorama promoveu o desenvolvimento de pesquisas inovadoras, com temáticas que revolucionaram não apenas a historiografia, mas também a teoria arquivística e a própria percepção do sujeito histórico na construção da sua história/memória.

No âmbito da Arquivologia podemos dizer que a princípio, o interesse científico da área por arquivos pessoais ocorreu influenciado e correlacionado ao interesse dos historiadores por essas fontes documentais devido, principalmente ao crescimento do número de pesquisas sobre o âmbito da vida privada. Durante o século XX foram

---

<sup>14</sup> Segundo Moreira (1990: 66) nos anos de 1970 foram criados: o “Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp (1971); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972), e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas (1973). Além disso, a Fundação Casa de Rui Barbosa sofre uma revitalização nesse período”. No volume Vol. 1, n.2, set, 1973, p. 28, da revista *Arquivo & Administração* há uma nota sobre a Criação do Centro de Memória Cândido Mendes e do arquivo de Vargas.

<sup>15</sup> “O *Patrimônio Cultural* abrange tudo aquilo que possa representar a cultura, a história, a memória e a identidade de um determinado grupo, e deve ser preservado e transmitido tanto para a geração atual, quanto para as seguintes. Nessa categoria podemos incluir o *Patrimônio Documental*” (Silveira, 2013: 15). [...] “O patrimônio documental – se visto como patrimônio cultural – é muito mais do que um objeto com “valor de prova” e “valor informativo”. De tal modo que, o patrimônio documental constitui a memória coletiva, pois representa os elementos da cultura de uma sociedade” (Jardim, 1995: 6 apud Silveira, 2013: 56).

intensas as discussões teóricas acerca da conceituação do que poderia ser considerado documento. E as questões levantadas pela História ecoaram em diversas outras ciências, tal como no campo da Arquivologia. As demandas por novas fontes documentais influenciaram as instituições arquivísticas, por ser o lócus responsável por preservar tais acervos. Cook (2012: 140-141) identifica que naquele período

houve uma mudança acentuada na própria razão pela qual a instituição arquivística existe [...]. Houve uma mudança coletiva [...], de uma justificação jurídico administrativa para os arquivos fundamentada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural.

Como consequência, este movimento teve um grande impacto na teoria e na prática da ciência arquivística, pois as mudanças acerca do conceito de documento forçaram as instituições arquivísticas a repensarem os tipos de acervos que armazenavam, uma vez que até o século XIX era priorizada a guarda de documentos administrativos.

A partir disso, percebe-se que, inicialmente, a inserção dos arquivos pessoais na área arquivística ocorreu para atender a uma demanda oriunda, primordialmente, da área de História. Oliveira (2012: 29) entende que “a relação próxima entre os arquivos e os historiadores permitiu uma maior visibilidade dos arquivos pessoais”.

Tal afirmação pode ser ratificada a partir do levantamento <sup>16</sup> realizado na revista *Arquivo & Administração* <sup>17</sup>. Com a pesquisa foi possível constatar que nos anos de 1970 o tema aparece, mas de forma sutil, em muitos casos apenas como uma nota. Naquele momento ainda era embrionário no Brasil o processo de estudo arquivístico sobre os arquivos pessoais e a abordagem inicial dada a esses conjuntos documentais era voltada para o olhar e a atenção do historiador, indicando estes arquivos como fontes

---

<sup>16</sup> Para a realização deste levantamento, inicialmente foi realizada uma busca pelas palavras-chave: “arquivo(s) pessoal(ais)”, “arquivo privado”, “arquivo(s) particular(es)”, porém foi constatado que a busca apenas por esses termos não dava conta de mapear amplamente todos os artigos, isto porque tais expressões não eram utilizadas em alguns artigos ou notas, que escreviam apenas o nome do produtor do arquivo, como por exemplo, Arquivo Joaquim Nabuco. Além disso, o termo arquivo privado também era e é utilizado para indicar arquivos de empresas/instituições privadas. A partir dessa constatação iniciou-se uma leitura dinâmica das páginas da revista e foram encontradas mais referências aos arquivos pessoais do que na busca anterior. Isto não quer dizer que necessariamente a reportagem discutisse arquivisticamente sobre os arquivos pessoais. O levantamento completo da revista está disponível no apêndice A da dissertação de Vam de Berg (2016).

<sup>17</sup> No âmbito científico brasileiro a revista *Arquivo & Administração* que pertencia a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), se destaca como um dos mais relevantes periódicos científicos da comunidade arquivística brasileira, com um importante papel na disseminação do saber arquivístico. Esta foi “a primeira publicação brasileira destinada exclusivamente ao campo arquivístico. Com o propósito de constituir um espaço de difusão do conhecimento técnico, a publicação contribuiu para ampliar o acesso às noções arquivísticas e possibilitou a comunicação inter e intrapares” (Gomes, Y.Q., 2014: 112).

interessantes para a pesquisa histórica, ou seja, os primeiros estudos sobre arquivos pessoais presentes na revista foram, em sua maioria, realizados com um viés histórico sobre os mesmos, com um uso e investigação muitas vezes limitados a importância desses conjuntos para a pesquisa histórica, e não explorado arquivisticamente.

Neste mesmo periódico no ano de 1975<sup>18</sup> há inclusive recomendação do Arquivo Nacional do Brasil para que houvesse a elaboração de guias sobre o tema, de modo a facilitar a pesquisa do historiador. A proposta desta instituição estava de acordo com as sugestões internacionais expostas no VIII Congresso Internacional de Arquivos, no qual houve uma sessão plenária intitulada “*A revolução do acesso aos arquivos e uso das fontes documentais*”, abordando a questão do aumento de pesquisadores nos arquivos e a variedade dos suportes e tipologias documentais que deveriam ser recolhidas a estas instituições. No relatório deste Congresso é diagnosticado o seguinte:

identificou-se como fator de aumento da clientela [pesquisadores] dos arquivos a ampliação de temas pesquisados nos arquivos, que abrangem todos os campos do conhecimento humano, e os novos métodos de pesquisa [...]. Os arquivos privados também mereceram atenção especial. É desejo do Congresso, segundo recomendação, que o CIA inclua em seu programa de trabalho o estudo do censo, conservação e organização desses arquivos. O aumento de pessoas que procuram os arquivos se vincula à variedade de acervo que não mais se limita à documentação oficial. Verifica-se nova tendência de recolher arquivos de entidades privadas, como firmas comerciais e industriais, universidades, sindicatos, organizações eclesiásticas, etc. que refletem a vida econômica e cultural dos países. Em número cada vez maior se verificam depósitos de pessoas e famílias de destaque, políticos, cientistas, escritores e artistas. / A coleta de fotografias de valor permanente tornou-se uma função do arquivo. O mesmo acontece em relação a filmes, discos, fitas, documentos sonoros e visuais produzidos, a par dos documentos gráficos. / As gravações de história oral se converteram em importantes fontes arquivísticas nos últimos anos. Embora houvesse contestações quanto ao valor dessas fontes, como arquivos, o Congresso recomendou que o CIA encoraje as instituições de arquivo a colaborarem na coleta e preservação de tradições orais. / O recolhimento de novos tipos de documentos, os prazos de transferência, são providências que enriquecem o acervo do arquivo e o valorizam, e que cabem ao próprio arquivo e em muitos casos refletem as condições políticas e sociais do País. Expositores e debatedores atribuíram o aumento do volume transferido aos arquivos, desde o final da 2.ª Guerra Mundial, à evolução política, econômica e social verificada. / Em decorrência do interesse do arquivista e do pesquisador, colocou-se como certa uma preservação cada vez mais adequada e maior utilização da herança cultural da humanidade em forma de arquivos (Soares e Esposel, 1976: 13).

---

<sup>18</sup> Ver vol. 3, n. 2, ago, 1975, p. 21-23, revista *Arquivo & Administração*.

Tais recomendações do VIII Congresso Internacional de Arquivos estão de acordo com os questionamentos já levantados desde o I Congresso Internacional de Arquivos, no ano de 1950 (Rodrigues, 1969: 206).

O historiador e ex-diretor do Arquivo Nacional do Brasil José Honório Rodrigues em sua obra *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1969) apresentou um panorama sobre a pesquisa histórica no país e o uso dos arquivos e das fontes para a produção da história contemporânea.<sup>19</sup> O autor sugeriu como um dos instrumentos do trabalho histórico, as fontes presentes nos conjuntos documentais de indivíduos (Rodrigues, 1969: 206-208).

Na revista *Acervo*, publicada pelo Arquivo Nacional desde 1986 até os dias atuais, tal inserção do tema também pode ser percebida inicialmente com a associação à pesquisas históricas, exemplo disto é o artigo “*A fotografia como fonte histórica: a experiência do Cpdoc*” (Lobo; Brandão e Lissovsky, 1987: 39-52).<sup>20</sup> A partir do levantamento realizado nesta revista foi possível perceber que nos anos de 1980 a temática apresenta-se relacionada a estudos históricos, em sua maioria, sobre pesquisas biográficas realizados nos fundos documentais do Arquivo Nacional, como pode ser visto na seção “*Quem está pesquisando o quê?*”<sup>21</sup>.

Percebe-se que as mudanças historiográficas ocorridas no campo da História ao longo do século XX influenciaram na compreensão e no uso das fontes. Essa era uma nova realidade a ser atendida pelos arquivistas que precisaram se adequar aos novos tempos e as últimas exigências dos pesquisadores que buscavam novas fontes documentais. As iniciativas de custodiar e reconhecer o valor desses acervos se torna uma questão para as instituições arquivísticas.

### **Os arquivos pessoais na literatura arquivística**

Podemos dizer que os estudos com viés acadêmico que problematizam as particularidades dos arquivos pessoais são recentes e que os primeiros estudos

---

<sup>19</sup> Ainda na mesma linha de estudos, Rodrigues publica no ano de 1978, o artigo *Liberdade de informação e pesquisa* na revista *Arquivo & Administração*, no qual aborda a questão do acesso aos documentos privados por pesquisadores e o uso desses acervos como fonte histórica (Rodrigues, 1978: 5-11).

<sup>20</sup> Apesar deste artigo apresentar as formas de organização e tratamento de fotografias, o foco central da publicação é estimular e incentivar o uso desse gênero documental como fonte histórica em pesquisas.

<sup>21</sup> Ver apêndice B da dissertação Vam de Berg (2016).

arquivísticos sobre este tipo de arquivo possuíam uma visão mais pragmática e metodológica, representada nos manuais que não aprofundavam o estudo sobre o tema. Por um longo período, não houve inovação na bibliografia referente aos arquivos pessoais, faltando diálogos que abordassem o tema de modo aprofundado, com um teor de reflexão contemporâneo e crítico.

Uma das razões está associada ao fato de que na Arquivologia os conceitos surgiram a partir da prática.<sup>22</sup> Ocorre que nas ciências, de modo geral, todo conhecimento científico apesar de ter seu surgimento na experiência empírica é desenvolvido e verificado, a partir da pesquisa, o que contribui no fortalecimento e desenvolvimento da teoria. Assim sendo, a teoria não pode ser deslocada da pesquisa. Para Sousa (2003: 240)

esse distanciamento somente poderá ser encurtado com o desenvolvimento de pesquisas. E nesse ponto, parte-se do pressuposto [...], que sem a pesquisa, a Arquivística está condenada a permanecer como um corpo de práticas e de receitas sem racionalidade científica. O fato de ser uma disciplina com finalidades pragmáticas a coloca em uma fronteira perigosa com o empirismo. É necessário, portanto, buscar uma fundamentação teórica para o tratamento [das questões] da [...] Arquivística.

Há que se levar em consideração que um conceito não é estático e que é a partir de uma realidade histórica que se chega a teoria e ao método. É impossível pensar um conceito sem levar em conta os processos nos quais ele foi se desenvolvendo ao longo do tempo, visto que um conceito não pode ser descolado do seu contexto, pois é no processo histórico que ele adquire sua substância. A falta de capacidade de interpretar e perceber o conceito heurísticamente pode levar ao anacronismo. A partir do momento que um conceito não atende mais amplamente todos os questionamentos, ele deve começar a ser reconsiderado, de modo a ser reformulado, inclusive porque não é imutável e deve servir à ciência a qual se destina. Do mesmo modo, novos conceitos podem ser criados para atender às novas realidades. Os recentes temas da pesquisa arquivística promovem questionamentos aos saberes dogmatizados e são de extrema importância para reoxigenar a área, sendo indispensável a promoção da pesquisa acadêmica como propulsora do avanço e da qualificação da área.

---

<sup>22</sup> Um exemplo disto é a criação do princípio da proveniência em 1841, por meio de uma circular do historiador Natalis de Wailly, que era chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior francês (Sousa, 2003: 248).

Cook (1998: 129) ressalta que “os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais foram desenvolvidos para os documentos de instituições”, isto porque

os arquivos foram tradicionalmente concebidos pelo Estado, para servi-lo, como parte da sua estrutura hierárquica e organização cultural. Não deve surpreender que a Arquivologia tivesse encontrado sua legitimidade inicial em teorias e modelos estatais e no estudo das características e propriedades de velhos documentos estatais. Os conceitos teóricos resultantes foram desde então adotados por praticamente todos os outros tipos de instituições arquivísticas em todo o mundo (Cook, 2012: 140-141).

Ou seja, os arquivos em sua essência se originaram com um viés público e administrativo, viés este que perdurou por séculos como característica da essência do fazer arquivístico, e que ficava retratado nos conjuntos documentais sob custódia das instituições arquivísticas.

É necessário frisar que a Arquivologia tradicional (do século XIX à primeira metade do século XX) tinha como principais pensadores, entre os quais destacam-se: Natalis de Wailly, S. Muller, J. A. Feith, R. Fruin, Hilary Jenkinson, Theodore Schellenberg, historiadores que trabalhavam em arquivos e dissertavam a respeito de questões ligadas às suas atividades em arquivos públicos e nestes arquivos a documentação era primordialmente administrativa (Cook, 1998: 132-133). Como consequência, nas obras clássicas desses teóricos eram expostas as suas práticas cotidianas que eram reflexos do trabalho com arquivos públicos. Oliveira (2012: 32-33) concorda que

o lugar obscuro dos arquivos pessoais na literatura da área baseia-se na própria formação profissional dos teóricos da Arquivologia, que usualmente [eram] oriundos de uma vivência no âmbito dos arquivos públicos. [...] A elaboração das ideias desses teóricos [refletia] suas experiências profissionais e suas pesquisas. [...] Perceber esse quadro como parte do contexto das formulações teóricas da Arquivologia é um elemento importante a ser considerado na avaliação do processo histórico do reconhecimento do lugar dos arquivos pessoais na área da Arquivologia.

É preciso ter o entendimento de que a ciência arquivística surgiu como um saber de Estado e como tal, seu foco primordial eram os arquivos públicos, assim os pilares da teoria arquivística foram formulados no ambiente institucional desses arquivos. Naquele momento a percepção sobre o que era documentação de arquivo era circunscrita aos

documentos administrativos. Este é um dos principais motivos pelos quais, nos séculos passados, a documentação com características de arquivo pessoal e familiar não era amplamente encontrada no ambiente dos arquivos e nem debatida cientificamente pela área.

Na trajetória histórica da Arquivologia que tem como marco fundador a publicação do *Manual dos Holandeses* em 1898, aparecem retratados, exclusivamente, os arquivos públicos e administrativos, ou seja, os documentos governamentais. Os arquivos pessoais e familiares não foram inseridos no manual por não serem entendidos como arquivo, isto porque, naquele momento, a eles não era atribuída organicidade, característica até então identificada apenas aos arquivos oriundos da administração. Por tal motivo os conjuntos documentais pessoais eram destinados e tratados nas bibliotecas (Lacerda, 2011: 39).

Muller, Feith e Fruin definiram arquivo como

o conjunto de documentos escritos, desenhos, material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário [...]. Outros objetos não podem formar parte do arquivo (Arquivo Nacional do Brasil, 1973: 13-14).

Percebe-se, portanto, que não há menção a arquivos de indivíduos nesta definição. Porém a não inserção dos arquivos pessoais na definição de arquivo por eles proposta é compreensível pelo fato de naquele período histórico “certas formações arquivísticas e certos registros documentais que se diferenciavam de um modelo de arquivo administrativo”, tais como os arquivos pessoais, eram renegados pelas instituições arquivísticas (Lacerda, 2011: 39). Assim podemos afirmar que o referido manual não reconhece e não atribui aos conjuntos documentais de indivíduos o status de arquivo.

Lacerda (2011: 39) questiona a “limitada tipologia de documentos considerados típicos de arquivo” neste manual e para entender tal situação é preciso levar em conta que “muito provavelmente os arquivos holandeses não deveriam possuir [outros tipos documentais] de forma sistemática em seus fundos, não se constituindo, assim, numa questão a ser levantada” (Lacerda, 2011: 38-39).

É aos poucos que os arquivos formados por indivíduos vão adentrando no debate arquivístico. Antes mesmo do surgimento do termo “arquivos pessoais”, tal como ele é entendido atualmente, alguns teóricos, ao definir arquivo, já consentiam que documentos criados por uma pessoa física podiam ser considerados arquivos. Isto é o que ocorre, por exemplo, com o teórico italiano Eugenio Casanova, em 1928 no seu clássico manual *Archivistica* que define arquivo como

a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa (Casanova apud Shellenberg, 2006: 37).

Casanova, ao inserir o termo “pessoa” na sua definição de arquivo, abre a possibilidade do entendimento de que documentos acumulados por indivíduos também se constituam como arquivo. Para Casanova, o que justificaria a preservação daqueles documentos seria a sua capacidade de servir aos fins “políticos, legais e culturais”, como ele explicita.

Por este pioneirismo em citar os arquivos de indivíduos, Casanova pode ser apontado como o precursor da introdução do tema no debate arquivístico, mesmo que tenha apenas levantado a questão sem, no entanto, adentrar profundamente no debate, isto porque, apesar desta citação inicial, o tema não foi problematizado e continuou pouco explorado na área por anos (Heymann, 2009: 42).

O debate vai tomando mais forma a partir de Schellenberg (2006: 41) que em seu livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, publicado originalmente em 1956, na tentativa de definir o que seriam os arquivos modernos, os define como sendo

todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude o valor informativo dos dados neles contidos.

Schellenberg não insere os conjuntos documentais produzidos por pessoas na sua definição de arquivo, mas este autor da segunda metade do século XX, ainda dedica um breve capítulo de seu livro aos arquivos privados. Segundo ele

o termo papéis privados<sup>23</sup> inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se originou de uma pessoa quanto de uma entidade (Schellenberg, 2006: 269).

Este autor ainda esclarece que existem dois tipos de papéis privados: as coleções<sup>24</sup> naturais e as artificiais. Sendo a primeira àquela que se refere aos conjuntos orgânicos, produtos de uma atividade contínua (nessa se enquadrariam os arquivos pessoais); já a segunda deriva de fontes diversas, em alguns casos colecionadas.

Vale ressaltar que Schellenberg não utiliza o termo arquivo pessoal em seu trabalho, mas apenas arquivo privado. A partir disso é possível perceber que até a utilização da denominação “arquivos pessoais”, estes conjuntos eram, sobretudo percebidos como arquivos privados, em contraposição aos arquivos públicos, o que acaba por excluir inúmeras particularidades que são próprias dos arquivos pessoais.

Segundo Fraiz (1998: 61), “a incorporação do conceito de arquivo privado pela arquivística dar-se-á somente no século XX”, sendo que um debate mais intenso extrapolando a percepção do arquivo privado, que abarcasse as singularidades dos arquivos pessoais, ocorre apenas a partir da segunda metade deste século, mais especificamente, a partir dos anos de 1970. Até então, era prática comum estes acervos serem tratados por bibliotecários ou museólogos como coleções e/ou manuscritos.<sup>25</sup>

Para Vianna, Lisovsky e Sá (1986: 74) o uso do termo arquivo privado para se referir aos documentos de indivíduos, obscurece as dimensões íntimas que estão presentes nos arquivos pessoais, e isso se deve pelo fato de num primeiro momento

---

<sup>23</sup> Por papéis privados, entendem-se arquivos privados, pois naquele momento ambos os termos eram sinônimos.

<sup>24</sup> Schellenberg usa o termo coleção como sinônimo de arquivo, mas prefere usar o termo coleção por entender que “o termo ‘arquivos’ é muitas vezes reservado para designar os documentos de uma repartição pública” (Schellenberg, 2006: 270).

<sup>25</sup> Oliveira (2012: 31) diz que “tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus, sendo muitas vezes referidos como coleções, manuscritos ou mesmo papéis pessoais”. O teórico estadunidense Schellenberg (2006: 269) comenta sobre este fato ao dizer que “nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários. Os papéis [...] vinham [...] como agregados de peças díspares e desorganizados, originários de famílias importantes na história do país. Esses papéis eram comumente chamados de ‘manuscritos históricos’”.

aquele termo ser associado a arquivos de empresas ou instituições que não são públicas, antes de se pensar em pessoas como produtoras de arquivo. Segundo os autores

a designação de “arquivo privado” implica numa diluição do íntimo e na sua redução ao privado, isto é, na redução da existência individual à forma de sua relação com o público e ao modo como é por ele definida. Por esta razão, o raciocínio em torno do arquivo pessoal, enquanto arquivo privado, não deve confundir-se com aquele que se volta para os arquivos de empresas, instituições ou partidos políticos, cuja inserção no mundo se faz originalmente numa esfera intermediária, bem mais próxima ao Estado (Vianna, Lisovsky e Sá, 1986: 74).

A partir do levantamento realizado na revista *Arquivo & Administração*, publicada entre 1972 a 2014 foi possível constatar que no Brasil durante a década de 1970 os termos “arquivo privado” ou “arquivo particular” eram os mais recorrentes para se tratar dos conjuntos documentais de pessoas. Em artigo intitulado *Problemática atual dos arquivos particulares* de autoria de Bellotto, publicado no ano de 1978 naquele periódico a autora esclarece que “a Arquivologia terminou por consagrar as denominações de arquivos econômicos, sociais e privados (de pessoas) às modalidades em que se apresentam os arquivos particulares” (Bellotto, 1978: 5). Naquele período a denominação arquivo pessoal até era utilizada, mas com muito menos frequência que os termos anteriormente citados.

Podemos dizer que antes da padronização do termo arquivos pessoais, outras denominações tais como: arquivo de pessoas, arquivo privado e arquivo particular eram comumente utilizadas, assim como era usual também suprimir estes termos e nomear diretamente o arquivo com o nome do seu produtor, de modo a entender que se tratava de um arquivo de pessoa física. O consenso acerca da denominação do que seriam os documentos oriundos de uma pessoa se misturava aos conceitos de “arquivo privado”, “arquivo particular”, até por fim a terminologia mais recente “arquivos pessoais”.

No século XXI o conceito de arquivo instituído e amplamente aceito pela Arquivologia define arquivos como “documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores” (Delmas, 2010: 56). O mesmo conceito é descrito no Dicionário de Terminologia Arquivística como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da

natureza do suporte” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005: 27). No mesmo dicionário ainda são encontradas as seguintes definições: “arquivo pessoal - arquivo de pessoa física”, “arquivo privado - arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005: 34-35).

Percebe-se que a definição de arquivo pessoal por este dicionário, apenas identifica que este é um tipo de arquivo que faz parte do grupo de arquivos privados, mas não abarca uma infinidade de características que lhes são inerentes, empobrecendo o termo. É inegável que os arquivos pessoais são de origem privada, mas pessoas não são instituições e a mera associação de que arquivos pessoais são arquivos privados não alcança a dimensão do valor e das características inerentes aqueles arquivos. O termo arquivo privado num primeiro momento subentende que eles são uma contraposição aos arquivos públicos, e isso nos leva a pensar em documentos administrativos que foram produzidos por instituições privadas. Por isso os arquivos pessoais precisam ser melhor categorizados e definidos.<sup>26</sup>

Além destes problemas terminológicos, a maioria dos pesquisadores, ao tratar do tema de arquivos pessoais, faz comparação entre estes e os arquivos institucionais, numa tentativa de afirmar que aqueles acervos possuem natureza propriamente arquivística. Tal associação é realizada, em alguma medida, com a intenção de qualificar os arquivos pessoais, como se a sua validação e propriedade arquivística dependesse de tal associação e decorre também do fato de toda metodologia do saber arquivístico ter sido elaborada de acordo com os documentos tradicionalmente formulados para as atividades administrativas, como valores de prova dessas atividades (Lopez, 2003: 70; Heymann, 2009: 42-43). Ocorre que as características dos arquivos pessoais devem ser destacadas e não contrapostas como se a sua validação para ser arquivo dependesse da existência de características que possam ser associadas aos arquivos institucionais. No debate acadêmico as barreiras entre arquivos institucionais e pessoais devem ser ultrapassadas.

A trajetória histórica do tema dos arquivos pessoais na Arquivologia comprova que o mesmo teve um “lugar periférico [...] nas reflexões teóricas da disciplina, cuja história e desenvolvimento estiveram, fundamentalmente, voltados para os documentos

---

<sup>26</sup> Segundo Camargo (2009: 28), o ideal seria a utilização do termo arquivos de pessoas e não arquivos pessoais, ou que a denominação se referisse às categorias profissionais do seu produtor, como arquivos de artistas, por exemplo.

de natureza pública” (Heymann, 2009: 42). Desde o surgimento da Arquivologia houve uma certa primazia dos documentos públicos nos debates científicos promovidos e os arquivos pessoais estiveram à margem da discussão por um longo período. Até serem aceitos como arquivos, foi preciso que seus pensadores compreendessem que independentemente do produtor dos documentos ser uma pessoa física ou jurídica, ambos são arquivos e, portanto apesar de não terem a mesma origem e possuírem especificidades, as características dos documentos de arquivo, tais como organicidade, unicidade, indivisibilidades, proveniência estão presentes nos dois conjuntos.

A partir do que foi exposto podemos dizer que a associação dos arquivos pessoais aos institucionais está atrelada a três fatores: primeiro devido às origens da ciência arquivística, que foi inicialmente formulada para atender a questões referentes aos documentos públicos, descartando-se naquele momento qualquer correlação com documentos produzidos por pessoas; segundo por conta dessa formulação inicial, o saber da área se focou em questões típicas dos documentos e arquivos públicos e os conceitos e princípios desse campo do conhecimento não levaram em consideração outro tipo de proveniência além da pública; terceiro o entendimento fundamentado na falsa premissa de que a produção dos documentos a partir da relação função/atividade é igual em arquivos institucionais e pessoais, o que gerou um descompasso no tratamento dos arquivos produzidos por indivíduos. Tal apropriação foi englobada e transportada para o arquivo pessoal sem críticas, e ao serem inseridos em instituições arquivísticas, esses conjuntos documentais não foram problematizados, fato este que desencadeou problemas no tratamento documental destes arquivos.

É a partir da Arquivologia Contemporânea que uma série de questionamentos vem à tona e os arquivos pessoais são incorporados nas pesquisas arquivísticas, por conta das novas problemáticas, sendo esta temática fonte crescente de interesse dos arquivistas. Segundo Santos (2012), no Brasil a primeira estudiosa a refletir teoricamente e metodologicamente sobre o tema foi Ana Maria de Almeida Camargo (1988)<sup>27</sup> que em seus estudos atualiza o debate sobre os arquivos pessoais, com reflexões próprias da

---

<sup>27</sup> Ver Camargo, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. In: *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-24, jan/jun 1988. Ver Camargo, Ana Maria de Almeida O público e o privado: contribuição para um debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. In: *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-64, jul/dez. 1988.

Arquivologia, que foram além da percepção e do uso histórico sobre esses documentos (Santos, 2012: 53).

Na revista *Arquivo & Administração* podemos destacar essa mudança de percepção no artigo “*A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados*” publicado em 1986, de autoria de Aurélio Vianna, Maurício Lisovsky e Paulo Sérgio Moraes por ser o primeiro artigo desta revista que debate o assunto indo além da importância histórica do mesmo e traz uma reflexão arquivística sobre o assunto. Já na revista *Acervo*, identificamos o artigo “*Os sentidos da Imagem: fotografias em arquivos pessoais*” publicado em 1993, de autoria de Aline Lopes de Lacerda, inclusive já explicitando no título o termo arquivo pessoal e que discute sobre os procedimentos de identificação que devem ser considerados ao se descrever fotografias em arquivos pessoais.

Os novos estudos da área arquivística permitiram uma reoxigenação do campo, de forma a repensar a Arquivologia tradicional e os conceitos por ela definidos há séculos. Terry Cook (1998) critica a cristalização dos saberes da área, que não se sustentam mais com os mesmos argumentos historicamente solidificados. Jardim (2012) vai ao encontro de Cook ao dizer que há novas pautas de pesquisa na área, com estudos que envolvem arquivos e sociedade. Desse modo, outras questões surgem e a produção do conhecimento arquivístico amplia seus horizontes com novos objetos e novas abordagens. A inclusão e aceitação de arquivos pessoais na Arquivologia alarga as possibilidades da pesquisa e da metodologia, além de desmistificar a ciência arquivística como restrita apenas a documentos administrativos.

É inegável que todos esses episódios contribuíram e possibilitaram a inserção de novos temas na agenda da pesquisa arquivística contemporânea, tais como os arquivos pessoais. Para Cook (1998: 133), “a ciência arquivística, ou a teoria tradicional da arquivística não são [...] nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar” (Cook, 1998: 133). A teoria e a metodologia também são históricas, pois a pesquisa se amplia e se inova com as descobertas. Por isso, historicizar os conceitos é fundamental para perceber como ocorreu a mudança com o passar do tempo e como se deu a incorporação de novos sentidos. A partir disso entendemos que os conceitos e metodologias da área não

são imutáveis, podendo e devendo ser renovados diante de novos cenários, novos objetos, novas perspectivas de análise.

### **Conclusão**

Conclui-se que a partir da discussão levantada podemos ressaltar os seguintes aspectos que contribuíram na elevação dos arquivos pessoais nas pesquisas das áreas de História e Arquivologia: o interesse dos historiadores por novas fontes documentais (isto associado ao papel da Escola dos Annales e a renovação dos rumos historiográficos); a mudança de percepção sobre o sujeito histórico (estudos biográficos, história oral e memória); a ampliação do conceito de documento nos campos de História e da Arquivologia; a criação do conceito de arquivo privado; a criação de centros de memória que custodiavam arquivos pessoais; a ampliação das tipologias documentais recolhidas as instituições arquivísticas públicas; a percepção dos arquivos pessoais como parte do patrimônio documental nacional; as novas problemáticas e questionamentos que surgem na Arquivologia Contemporânea.

No campo arquivístico já houve a superação do entendimento dos arquivos pessoais como sendo arquivos, mas vários outros questionamentos ainda podem e devem ser lançados, tais como a polêmica questão da eliminação nesses acervos, os distintos processos de acumulação realizados pelos indivíduos, a criação de outras metodologias de organização dos arquivos pessoais, a interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento na constituição dos arquivos, pois este tipo de arquivo não é restrito a uma área do conhecimento, entre tantos outros debates.

Apesar de todo esse crescimento e interesse sobre o tema, ainda há uma lacuna na bibliografia que precisa ser aprofundada com diálogos interdisciplinares, inclusive, estabelecendo investigações acerca de procedimentos específicos para o tratamento desses arquivos considerando suas conformações (Heymann, 2009: 42 e 45). A questão carece de maiores debates e produção técnica e teórica, com o intuito de criar uma base de conhecimentos mais sólidos a respeito do tema. Jardim (2012: 151-152) afirma que “a pesquisa na área constitui a base fundamental para a sua renovação permanente”.

Os documentos produzidos no âmbito da vida privada relativizam conceitos tradicionais que embasam a teoria arquivística e possibilitam um entendimento

diversificado da própria sociedade. As pesquisas neste tipo de arquivo são ilimitadas, uma vez que podem ser analisados sob os mais variados prismas, sejam eles históricos, arquivísticos, antropológicos, etnográficos, entre tantos outros.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; 51)

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Manual de arranjo e descrição de Arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Problemática atual dos arquivos particulares. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 5-9, abr.1978.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 28-39, jul./dez. 2009.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. In: **Anais do Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 13, 2012, São Paulo. São Paulo: SBHC, 2012. Disponível em: <[http://www.sbh.org.br/resources/anais/10/1344978299\\_ARQUIVO\\_Preservandoamemoriadacienciabrasileira-SBHC.pdf](http://www.sbh.org.br/resources/anais/10/1344978299_ARQUIVO_Preservandoamemoriadacienciabrasileira-SBHC.pdf)>. Acesso em: 27 nov 2017.

CIRILLO, Aparecido José; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da. Acervos de artistas: fontes documentais do processo de criação nas artes visuais. In: **II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Rio de Janeiro, 16 a 18 de novembro de 2011.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-Modernismo: novas formulações para velhos conceitos. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>>. Acesso em: 04 nov 2017.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Arquivos pessoais, desafios e encantos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 22-25, jul./dez. 2009.

- GOMES, Yuri Queiroz. A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil: 1971-1978. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014, p. 101-122.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.
- LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da Imagem: fotografias em arquivos pessoais. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 41-54, jan-dez 1993.
- LACERDA, Aline Lopes de. Arquivística e documentos fotográficos: origens de uma relação. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 29-54, jul/dez de 2011.
- LOBO, Lúcia Lahmeyer; BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como fonte histórica: a experiência do CPDOC In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 39-52, jan-jun 1987.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. In: **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, 2. sem 2003.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Arquivos de artista, museus e pesquisa: reflexões de um historiador. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa**. São Paulo, 9 - 10 nov. 2009. São Paulo: MAC USP, 2010.
- MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66 -74, 1990.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.
- PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- RODRIGUES, José Honório. A liberdade de informação e pesquisa. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 1978, p. 5-11.
- SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SANTOS, Paulo Elian dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: ARQ-SP, 2012. (Thesis, 1).
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. “Fonte Histórica”; “Iconografia”. In: **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 158-161, 198-201.
- SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos**. Niterói, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense.

SOARES, Nilza Teixeira e ESPOSEL, José Pedro Pinto. Relatórios sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o Desenvolvimento de Arquivos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.4, n. 3, dez, p. 9- 29, 1976.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Ilza L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 240 - 269.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. **Arquivos de artistas plásticos: o processo de criação artística nos documentos de Rubens Gerchman**. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015/vam-de-berg-thayane-vicente-arquivos-de-artistas-plasticos-o-processo-de-criacao-artistica-nos-documentos-de-rubens-gerchman/view>>. Acesso em: 25 nov 2017.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p. 62-76, jul./dez. 1986.

## A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE MULHERES A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO DOS SEUS ARQUIVOS PESSOAIS

**Talita Gouvêa Basso**

Ali, em meio a aparente desordem sobre a mesa do escritório, encontrei a carta que outrora destinei a ti, contendo muito de nós e dos outros. A mancha de café no tíquete da passagem, as suas anotações presas ao livro fechado abruptamente e a gaveta aberta expondo ordens de serviço, apresentaram-se como indícios da sua pressa em ir ao meu encontro... Encontro que o destino desastrosamente não permitiu. Escrevo estas poucas e dolorosas linhas, nesta quarta-feira cinzenta, do dia 22 de março.

A cena imaginada acima e registrada em um possível diário, poderá, a princípio, causar estranheza ao leitor. Entretanto, consideremos esse exemplo fictício um ponto de partida para o exercício reflexivo de constituição dos arquivos pessoais, modo de agir que remonta ao século XIX, mas que sistematicamente, impõe-se quase como uma obrigação para os cidadãos a partir do século XX.

A divulgação da existência de acervos pertencentes a notórios cidadãos tem garantido aos arquivos pessoais uma efêmera publicidade, especialmente, quando é realizado o tratamento técnico pela instituição que os custodia, tornando os documentos acessíveis ao público. A possibilidade de ter contato com a maneira de pensar, agir, atuar e viver de políticos, cientistas, escritores, artistas, faz dos arquivos pessoais uma fonte de consulta para a comunidade científica e para a sociedade civil, que buscam explorar o potencial informativo da documentação.

Como a intenção é sempre de enaltecer a figura de determinado titular, as notícias veiculadas pelos meios de comunicação falham por deixar de esclarecer ao cidadão comum que a ação de arquivar documentos não está relacionada exclusivamente a uma única atividade ou posição social assumida pelo indivíduo. Trata-se, portanto, de uma

característica de todos nós, uma vez que assim fazemos em razão da funcionalidade para a qual os documentos foram produzidos.

É fato que no decorrer da nossa vida exercemos atividades e desempenhamos papéis sociais que naturalmente nos levam a produzir, receber e acumular diversos documentos. Nesse sentido, quando voltamos nossa atenção para os arquivos pessoais, deparamo-nos com um volume documental que salvaguardado do esquecimento, apresenta-se como garantia da nossa identidade.

A unicidade que caracteriza esses conjuntos compostos dos mais variados tipos documentais, não se origina da intenção do titular do arquivo. A acumulação acontece de maneira espontânea, de acordo com a trajetória de vida do indivíduo; caso contrário, quando há um propósito particular que orienta a sua composição, não há arquivo.

Sob esse aspecto, Luciana Quillet Heymann ao analisar de maneira aprofundada e crítica a constituição dos arquivos pessoais, contesta a ideia do arquivo como sendo a memória individual do titular na sua forma mais concreta, por compreender que esse conjunto nem sempre é resultado de uma seleção estabelecida pelo titular quanto ao que preservar e de que maneira preservar. Para a pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), durante o processo de organização o titular não é o único envolvido nessa tarefa, especialmente, quando isso ocorre após a sua morte e, portanto, conta com a intervenção de secretários, de herdeiros, e finalmente, do arquivista, caso o acervo seja doado a uma instituição.

Dessa maneira, Heymann é categórica ao afirmar que os arquivos pessoais se constituem a partir de um processo sociológico.

O trabalho com arquivos pessoais tem que levar em conta o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que os compõem, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos. (Heymann, 1997: 45)

Por reconhecer essa e outras problemáticas envolvidas na organização dos arquivos pessoais, a professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Ana Maria de Almeida Camargo, defende que durante o processo de remontagem da “estrutura” originária desse material, o profissional deve descartar os esquemas de ordenação submetidos por vontade de seu titular e/ou de outros ligados a ele. Ao serem avaliados e considerados de caráter permanente, os documentos adquirem valor

secundário, que diferente daquele que os originou e que possivelmente serviu para orientar a primeira ordenação de interesse do titular, este valor será válido para efeitos de pesquisa histórica e testemunho sociocultural e, portanto, implicará num circuito mais abrangente de usuários, quando o arquivo estiver disponível para consulta.

No que se refere às etapas que antecedem o acesso do grande público aos arquivos pessoais sob a guarda de uma instituição, cabe destacar a opinião bastante pertinente de Camargo, quanto à sua classificação.

Se a classificação por fundos é uma operação relativamente clara para os arquivos de instituições, o mesmo não ocorre com os arquivos pessoais, cujas partes não dispõem de limites definidos e cujas funções não vêm descritas por nenhuma autoridade, nem conhecem dimensão de hierarquia ou de especialização (ao menos de forma explícita). A reconstituição da organicidade de tais arquivos, num processo de descrição coerente com o princípio de proveniência, encontra paralelo em certas instituições pouco burocratizadas e com jurisdição imprecisa, onde é preciso estabelecer, a partir de uma perspectiva funcional mediante estudos prévios, as áreas de ação e as atividades que redundam em produção de documentos. (Camargo, 1988: 22)

A fim de compreendermos essa prática, relatamos na sequência as experiências e reflexões decorrentes do trabalho de organização do arquivo pessoal de Maria Cecília Bárbara Wetten (1948-1998) e de Carmela Patti Salgado (1911-1989), acervos que reconhecidos de interesse público, encontram-se sob a salvaguarda do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP).

#### **Fundo Cecília Wetten: da titular à sua organização**

Brasil, agosto de 1977. Noticia-se na imprensa paulista<sup>28</sup> a prisão de uma jovem, ocorrida na madrugada do dia 1º, quando esta na companhia de seu pai buscava recuperar-se de uma enfermidade que lhe abaterá e a obrigará a retornar para Rio Claro (SP), cidade de origem. Na mesma página do periódico, lê-se o relato de pais que tendo os seus filhos presos sob a acusação de participarem de uma organização ilegal, temiam que os mesmos sofressem novas torturas, caso fossem removidos da Delegacia de Polícia Política e Social, no Rio de Janeiro, onde aguardavam julgamento.

Pesarosos do que pudesse vir a acontecer, Américo Wetten e Rosalina Madeira, empenharam-se para garantir auxílio jurídico à filha, que se tornou a vigésima presa

---

<sup>28</sup> Folha de São Paulo do dia 02 de agosto de 1977. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/08/02/2/>>. Acesso em: 23 out. 2014.

acusada de ter filiação ao “Movimento de Emancipação do Proletariado” (MEP) – a mesma organização a qual eram acusados os jovens da notícia anterior. Na cópia da carta endereçada ao advogado José Carlos Dias, a senhora Rosalina, além de demonstrar preocupação com o estado de Maria Cecília Bárbara Wetten, revelou o sequestro a qual foi vítima na véspera da prisão de sua filha, como se evidencia no trecho a seguir:

Declaro que estou muito preocupada com a detenção de minha filha Maria Cecília, porque passei por muitos ‘vexames’ no Rio de Janeiro [...]. Imagine o sr., Dr. José Carlos, o terror, o medo, a tensão nervosa que passei. Peço-lhe, sr. Dr. José Carlos, que interfira por minha filha Maria Cecília, principalmente em dois pontos: primeiro que ela não seja maltratada e não a removam para o Rio. Tenho receio que usem de violência com ela. Creio que fiquei detida até prenderem minha filha, porque se ela foi presa às 2hs. da madrugada e eu fui solta às 4hs., foi uma troca.<sup>29</sup>

Infelizmente, os temores desta e de outras mães foram confirmados. Os dolorosos relatos de tortura produzidos pelos presos políticos, para o historiador Marcos Napolitano, resultam de algo ainda mais repudiável, que estava intrínseco às ações do regime militar brasileiro, na medida em que

A tortura não é apenas uma técnica de extrair informações, mas também uma forma de destruir a subjetividade do inimigo, reduzir sua moral, humilhá-lo. A prisão, o exílio, a derrota pontual não eram suficientes para abalar a moral, quando muito para provocar uma autocrítica e mudança de estratégia de luta. A tortura invade esta subjetividade tão plena de certezas e de superioridade moral para instaurar a dor física extrema e, a partir dela, a desagregação mental, o colapso do sujeito, o trauma do indizível. (Napolitano, 2014: 140)

Registrar essa experiência foi o que fez Cecília Wetten e outros 16 jovens<sup>30</sup>, denunciados no dia 10 de outubro de 1977, pelo Procurador Gastão dos Santos Ribeiro ao Juiz Auditor Mário Moreira de Souza, da 1ª Auditoria da Aeronáutica (RJ), por pertencerem a uma organização que infringia a Lei de Segurança Nacional<sup>31</sup>. Não poupando detalhes das agressões físicas e psicológicas às quais foi exposta nos dias em que ficou incomunicável, e sobre os “cuidados” do DOI-Codi (Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo, a jovem Cecília teve o seu depoimento preservado entre a documentação que consta do

<sup>29</sup> Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC-SP). Fundo Cecília Wetten (FCW). Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Correspondência. Notação: Cx. 01, envelope 15, alçaço 02 (01.15.02).

<sup>30</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Manifesto de repúdio dos 17 acusados de filiação ao MEP. Notação: 01.16.01.

<sup>31</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Auto de denúncia do Procurador Gastão dos Santos Ribeiro contra os supostos 17 membros do MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. Notação: 01.15.01.

seu arquivo pessoal, como também recuperado pelo Projeto “Brasil Nunca Mais”, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985. O trecho a seguir, revela em partes o que a titular do fundo vivenciou, logo após a sua prisão em Rio Claro (SP):

Jogaram-me dentro de um carro, na parte traseira junto com o galão de gasolina que expelia cheiro muito forte, e ali mesmo começaram as ameaças [...]. Na entrada de São Paulo, me colocaram óculos especial (com espuma que tirava toda a visão). Assim me levaram a um local desconhecido, que posteriormente, identifiquei como sendo o DOI-Codi II Exército de São Paulo. Lá fui encapuzada, totalmente despida, ao mesmo tempo em que me amarravam panos molhados no pulso e tornozelo. Ai me levaram para uma sala, onde introduziram pinos no meio dos panos amarrados, jogaram água no meu corpo e começaram a me dar choques elétricos e interrogar. Além das torturas físicas me torturaram psicologicamente das mais diversas formas [...]. Me disseram que a tortura é um meio que o governo encontrou para exterminar seus opositores políticos e, portanto, eles estavam ali cumprindo um dever para com a pátria, e que por princípios, me eliminariam da face da terra. Na madrugada do dia 4 de agosto de 1977, vim transferida para o DOI-Codi I Exército do Rio de Janeiro, sito na R. Barão de Mesquita, Tijuca. Algemada com o braço esquerdo no tornozelo e com o direito no de um policial.<sup>32</sup>

Formada em Estudos Sociais<sup>33</sup>, Cecília Wetten não chegou a exercer a licenciatura. Com a sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro em 1974, tendo como desculpa um aprofundamento na área, ela passou a colaborar com grupos e organizações que se posicionavam contra o regime militar, o que a fez conhecer pessoas com formação e experiência profissionais bastante distintas. Ivan Valente, hoje deputado federal, era um dos 17 acusados no caso MEP, que se tornou amigo de Cecília e a convidou para participar do jornal *Companheiro*, periódico concebido logo após a anistia do grupo em 1979.

Ao tornar-se membro de um grupo seletivo de dez mulheres que compunham em parte a equipe do *Companheiro*<sup>34</sup>, e que estavam comprometidas com a produção e a edição de artigos e materiais diversos sob a temática mulher, Cecília se dedicou a refletir sobre as vicissitudes presentes no cotidiano de mulheres urbanas, que ao comporem o quadro de funcionários das fábricas paulistas, cada vez mais engrossavam as greves em prol de melhores condições de vida para os trabalhadores. Tal afirmação pode ser

---

<sup>32</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Depoimento de Cecília Wetten. Notação: 01.15.03.

<sup>33</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Série: Recibos de Pagamento da Organização Mogiana de Educação e Cultura. Notação: 01.06.01.

<sup>34</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Jornal *Companheiro*.

comprovada através dos manuscritos existentes, sendo destacados alguns trechos na sequência:

[...] alguns dos problemas que atingem a mulher metalúrgica: remuneração mais baixa para a mulher pelo mesmo serviço desenvolvido pelo homem, o desrespeito à legislação que protege a mulher grávida, burla a lei que não permite o trabalho noturno às mulheres, difícil acesso aos cargos de chefia e profissionalização etc.. É a mulher, em sua maioria, uma desempregada em potencial, ou então, a massa de mão de obra disponível mais barata. É a mulher engolindo pílulas indiscriminadamente através do Programa de Prevenção de Alto Risco, engordando gravidez ao mesmo tempo em que é despedida e vomitando abortos proibidos. Por outro lado, temos visto, desde as primeiras greves de 78, a mulher operária trabalhando nas próprias greves, piquetes, fundos de greve etc., a mulher trabalhadora que semeou e até hoje rega e aduba o Movimento Contra o Custo de Vida, se propondo a uma luta maior. O que já denota os primeiros passos concretos da luta pela emancipação da mulher.<sup>35</sup>

O conhecimento demonstrado por Cecília ao relatar a condição da mulher operária, deve-se não somente ao fato dela entrevistar representantes deste grupo<sup>36</sup>, participar como ouvinte dos eventos organizados para tratar das questões que as afligiam<sup>37</sup>, ou mesmo, ter contato com outros periódicos dedicados ao tema<sup>38</sup>; a sua experiência enquanto militante garantiu-lhe um saber concreto, especialmente porque sua função no MEP consistia em estudar e mimeografar textos e distribuí-los nas portas das fábricas e, eventualmente de se fazer passar por operária para estreitar vínculos<sup>39</sup>.

Com a morte de Cecília Wetten ocorrida no ano de 1998, o seu arquivo pessoal foi doado por sua mãe, Rosalina Madeira Wetten, para Olga Lopes Salomão, que passou a maior parte aos cuidados de Nilson Santos e Elisabete de Lourdes Cristofolletti, todos amigos da titular. A partir do contato com o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP), o casal decidiu-se pela doação dos documentos, em 18 de fevereiro de 2011, o que motivou Olga Salomão a fazer o mesmo com o material que ainda dispunha, nos meses de fevereiro e dezembro de 2011.

Instituição reconhecida pelo objetivo de resguardar a memória do município e sua gente, bem como pela credibilidade no tratamento técnico empregado na documentação sob sua guarda, o Arquivo mediante a assinatura dos respectivos Termo

---

<sup>35</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 3 – Produção Intelectual. Série: Manuscritos de Cecília Wetten. Notação: 01.09.01.

<sup>36</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 3 – Produção Intelectual. Série: Manuscritos de Cecília Wetten. Notação: 01.08.01.

<sup>37</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Organizações de Movimentos Feministas de São Paulo.

<sup>38</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Jornal Brasil Mulher.

<sup>39</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Auto de denúncia do Procurador Gastão dos Santos Ribeiro contra os supostos 17 membros do MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. Notação: 01.15.01.

de Doação, iniciou os trabalhos necessários para garantir a conservação e a classificação dos documentos constitutivo deste referido acervo pessoal.

Durante o processo de identificação do material, contou-se também com os saberes de Olga Lopes Salomão, Nilson Santos, Elisabete de Lourdes Cristofolletti e Ivan Valente, que gentilmente cederam entrevistas para o Projeto “Memória Viva”<sup>40</sup>, e compartilharam relatos das relações estabelecidas com a titular do fundo.

Composto por documentação textual, livros e objetos tridimensionais, o Fundo Cecília Wetten encontra-se em bom estado de conservação, não existindo restrições ao acesso. Quanto ao processo da descrição, adotou-se a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, a Isad (G), que se evidencia a partir do sistema de arranjo organizado em 3 grupos: Vida Privada; Formação Profissional e Militância Política; Produção Intelectual (ANEXO A); e, sobretudo, pelo instrumento de pesquisa disponibilizado aos consulentes.

O inventário como produto final reflete o fato da documentação concentrar-se no período em que Cecília Wetten residiu na cidade de São Paulo, momento posterior à sua anistia, bem como o seu interesse pela temática mulher (destaque tanto no grupo Produção Intelectual, quanto no grupo Formação Profissional e Militância Política, sobretudo, nos dossiês Jornal Brasil Mulher, Jornal Companheiro e Organizações de Movimentos Feministas). Em contrapartida, seu engajamento na militância política encontra-se escassamente documentado, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a sua prisão (dossiê Ditadura Militar). O acervo bibliográfico diz respeito à literatura brasileira e à política (período abrangido: 1964-1986).

---

<sup>40</sup> O Projeto “Memória Viva: arte, cultura e história” foi criado em 2009, e faz parte das ações de produção e difusão do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP). Para saber mais, acesse: <http://www.memoriaviva.sp.gov.br/>.



Fundo Cecília Wetten  
Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP)

#### **Fundo Carmela Patti Salgado: intimidade versus interesse público**

Caro leitor, é chegado o momento de transpor para o papel o que há tempos reflito. Admito não saber como, nem tampouco quando este escrito chegará a ti, sendo o nunca também uma possibilidade. A verdade é que esta ação é sentida como uma necessidade, independente de um destinatário. Não quero com isso torná-lo um coadjuvante, mas ao contrário, documentar o quanto somos protagonistas da história.

Sem dúvida, essas não seriam as palavras escolhidas para compor uma carta nos séculos XVIII ou XIX. Resguardada a distância temporal que as separam, é inegável a relevância desse gênero para a expressão de sentimentos, emoções e experiências vividas pelo indivíduo ao longo do tempo. Resultado de uma ação introspectiva, as cartas possibilitaram mudanças essenciais na maneira de se corresponder, revelando que a *escrita de si* faz com que o indivíduo assuma “uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (Malatian, 2013: 195)

Por representar uma parcela dos documentos produzidos e acumulados por homens e mulheres ao longo da vida, a correspondência integra os arquivos pessoais doados ou custodiados às instituições arquivísticas e aos centros de pesquisa e documentação, fato que tem possibilitado o seu acesso pelo grande público.

No que se refere à organização dessa série documental, etapa que antecede a disponibilidade de acesso, destaca-se o estudo no qual as cartas são confrontadas a outros

documentos pertencentes ao titular do arquivo, objetivando garantir com a classificação e a descrição esclarecimentos para o consulente sobre o contexto de produção desse conjunto. Tarefa que é enriquecida com a preservação da correspondência ativa e passiva do titular. Na outra ponta desse trabalho, encontram-se os profissionais negociando com familiares a exposição da imagem do titular, discutindo parâmetros e por vezes, restrições de acesso; equilibrando-se entre o dever profissional e o direito à intimidade do indivíduo.

Reconhecendo as possíveis problemáticas envolvidas na atividade de organização da correspondência de um arquivo pessoal, apresenta-se nesse artigo o trabalho em andamento com o acervo de Carmela Patti Salgado (1911-1989). Cidadã natural de Taquaritinga (SP), Carmela Patti tornou-se uma pessoal pública ao se casar com o líder político e escritor Plínio Salgado, posição que manteve mesmo após o falecimento de seu cônjuge. De gestos tranquilos e serenos, a Sra. Carmela transferiu para o Arquivo do Município de Rio Claro a documentação que lhe pertencia, bem como foi doadora do material que constitui o fundo Plínio Salgado (Costa, 2004: 7-9).

Intimamente relacionados, os arquivos pessoais do casal Salgado apresentam-se como um desafio à prática arquivística. Tendo exercido funções públicas, os respectivos titulares não negligenciavam a importância dos documentos como subsídio para a construção de uma imagem de si, o que nos leva a considerar ações como a seleção do que deveria ser preservado, bem como o descarte daquilo que não deveria ser divulgado, promovidas por ambos. Nesse sentido, elegemos as cartas de Carmela Salgado endereçadas aos seus entes queridos, como fonte privilegiada para o questionamento de condutas preestabelecidas e reflexões quanto ao direito à intimidade dos titulares.

### **Da conduta pública ao convívio privado**

Brasil, década de 1930. Incertezas e conflitos ideológicos marcaram o cenário político desse período da história do nosso país, que se iniciou com uma revolução para por fim a uma estrutura republicana constituída desde 1889, que expressivamente defendia os interesses de poderosas oligarquias.

Sob esse clima de efervescência e disputas no campo político, emergiram projetos radicais e mobilizadores que buscavam envolver a sociedade com a ideia de mudanças. As principais propostas deste tipo foram defendidas pela Aliança Nacional Liberal (ANL)

e a Ação Integralista Brasileira (AIB), que segundo os estudiosos desse período, apresentavam-se como movimentos que tinham críticas profundas aos preceitos liberais da República Velha e também dos descaminhos da Revolução de 1930.

Chefe supremo do movimento integralista, Plínio Salgado teve a sua liderança reconhecida no I Congresso Nacional, realizado em Vitória (ES), no ano de 1934. Defensor dos valores cristãos da família e da importância da mulher para fortalecimento do integralismo, Plínio Salgado casou-se com Carmela Patti, em abril de 1936, depois de uma prematura viuvez de seu primeiro casamento com Maria Amélia Pereira.

Filha de proprietários de terras de Taquaritinga (SP), Carmela Patti antes mesmo do matrimônio demonstrava estar envolvida com os ideais do movimento. Presidente do Departamento de Arregimentação Feminina do núcleo integralista de sua cidade, ela se tornou exemplo da conduta que uma mulher integralista deveria portar; imagem que fora reforçada com as suas ações públicas após o casamento, na companhia ou não do marido.

Tendo cursado o internato do Colégio São Carlos, em São Carlos (SP), a Sra. Carmela adquiriu formação profissional para exercer o magistério na escola normal e de comércio, logo que retornou a sua cidade. Atividade da qual se afastou, para acompanhar Plínio Salgado nas ditas “peregrinações cívicas, quando pregava as ideias integralistas por todo o território nacional”<sup>41</sup>. Questionada na década de 1980, sobre a função da mulher na sociedade, foi enfática ao afirmar que

A missão principal da mulher é, evidentemente, a de mãe, pois está em suas mãos a construção de um ser humano, sendo ela que, verdadeiramente plasma o caráter de seu filho e lhe implanta no âmago os princípios eternos do bem, fazendo-o abominar todas as formas do mal. Portanto, na realidade, a ordem social repousa nos ombros da mulher e sua influência é a mesma em toda parte. Em todos os países, os costumes, as maneiras e o caráter do povo dependem dela. Quando depravada, a sociedade é depravada; quando é pura e moralmente ilustrada, mais pura e ilustrada será a sociedade. A História é pródiga em atestar semelhante assertiva<sup>42</sup>.

Posicionamento que não é abalado mesmo ao se declarar partidária do movimento feminista, sobretudo “quando pugna para que a mulher adquira maior

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>42</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

instrução, mais conhecimento. Mas essa instrução e esse conhecimento tem um canal para expandir-se: a formação dos filhos”<sup>43</sup>.

O momento no qual essas declarações públicas foram dadas, definindo a posição da mulher na sociedade a partir dos princípios integralistas, também evidencia a conduta política assumida por Carmela Salgado quanto à construção da imagem do seu marido. Detentora do direito sobre o arquivo pessoal de Plínio Salgado, ela foi contrária à ideia de criar uma áurea sagrada entorno deste, como desejavam seus correligionários. A decisão de doar ao Arquivo do Município de Rio Claro, entre os anos de 1982 e 1987, demonstrou a sua intenção de colocar a documentação à disposição dos interessados para que a história fizesse seu julgamento, como justificou na época (Costa, 2004: 7-9).

Ainda sobre o tema mulher, podemos considerar que este não era pensado apenas para responder a questões formuladas por outrem. Em carta, datada de 1957, a qual a Sra. Carmela endereça ao seu irmão Páscoal e a sua cunhada Inês, lemos expressamente o que a incomodava e representava uma ofensa as suas convicções com relação à vida conjugal.

Esta carta vaee escrita para os dois, porque sendo Vocês casados em comunhão de bens, não devendo haver entre ambos reservas mentais, pensamentos ocultos ou segredos em assunto de negócios. Nada mais decepcionante para a esposa do que ao cabo de anos de vida em comum ter conhecimento por linhas travessas do quanto foi ludibriada na sua boa fé. É doloroso! A mulher é sócia do marido no trabalho, nas lutas diárias, porque enquanto ele ganha o dinheiro lá fora ela o defende dentro do lar, zelando pela manutenção da família, pela economia doméstica; óra si ela é sócia no trabalho porque ocultar-lhe o resultado desse trabalho que diz respeito ao patrimônio de ambos e dos filhos? Essa é uma tese em que a religião católica é clara e Vocês podem calcular quanto me confortou ver meu ponto de vista expendido nos vários compêndios que compulsei<sup>44</sup>.

Apesar do objetivo desta carta ser outro, que contribui para refletirmos a respeito de uma conduta pragmática de Carmela Salgado a respeito dos negócios familiares, é certo que esta também apresenta indícios que se confirmam, quando analisamos outra carta endereçada aos mesmos, datada de novembro de 1959.

É intenção minha mandar procuração ao Dr. Pimenta de Castro. Si não o fiz ainda é porque estou tentando obter de Plínio Salgado a separação de nossos bens, em cartório. Como sabem, somos casados em comunhão de bens; deante de certas ocorrências nestes últimos anos de vida conjugal que me tem abalado estruturalmente, inclusive em minhas convicções religiosas, tomei fria e conscientemente essa deliberação. Não quero levar ao conhecimento da

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>44</sup> Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1957. Acervo Carmela Patti Salgado.

família desilusões e amarguras porque nunca encontrei junto aos meus audiência, compreensão ou ressonância e, em se tratando de problemas pessoais, resolverei sosinha o que diz respeito à minha própria vida, sem transferir para os ombros de terceiros a responsabilidade de minhas futuras decisões <sup>45</sup>.

Se nesta, a remetente não reconheceu abertura para tratar com os missivistas das suas “desilusões e amarguras”, foi com Maria Amélia Salgado, filha do primeiro casamento de Plínio Salgado, que a Sra. Carmela demonstrou liberdade para tratar do caso extraconjugal vivido por seu marido nos anos de 1950, assim como lançar luz para o que parecia impensável a uma mulher de princípios católicos: a separação. Este último tema aparece diluído em outra carta do mesmo ano.

Com a relativa inteligência que Deus me deu, compreendo os imponderáveis de ‘certas cousas’ por isso pergunto-lhe: tem alguém o direito de se constituir, voluntariamente, obstáculos a ‘certos anseios’? Deante dos dados concretos que não tem falta (e muitos...) deante das cenas desenroladas nesta casa, testemunha e palco de episódios dolorosos para a sensibilidade de qualquer mulher, mesmo ‘terra à terra’, a creatura ainda que primária estabelece raciocínio e tira conclusões. A minha presença, hoje, afasta aqueles com quem Plínio Salgado gostaria sobretudo de conviver pela afinidade eletiva de seus espíritos, pela sintonia das mesmas aspirações idealísticas e políticas. Si dada a intransigência da minha atitude que a dignidade de qualquer ser humano justifica de sobejo, afugento essas ‘convivências amáveis’, por que permanecer num posto presa a superadas conveniências de família e contravertidos preconceitos religiosos? Tudo o que a Igreja Católica creio para coartar a liberdade humana não passa conforme se observa (e já domínio público) pela controvérsia que lavra no seio de cânones superados. Deus é espírito puro e conhece, em profundidade e extensão, as ‘razões de espírito’ das creaturas que fez à Sua imagem e semelhança. Por que censurar aqueles ou aquelas que rompem com um passado de conveniências e preconceitos e libertam o espírito do próximo para uma vida mais consentânea com seus íntimos anseios? Infeliz do homem que tem, pela vida toda, estar acorrentado a uma mulher medíocre, que traz a casa limpa, encerada, a mesa bem posta, sem capacidade, no entanto, para varrer do espírito do cônjuge o pó do tédio ou as manchas da melancolia e sem capacidade de criar motivos novos de interesse na vida de ambos <sup>46</sup>.

Assuntos silenciados, uma vez que o adultério não figura em nenhuma outra fonte, e quando questionada sobre o divórcio e o amor livre, Carmela Salgado declarou que “o que Deus une, o homem não pode separar”, sendo o amor livre uma degradação do ser humano, “rebaixando-o ao nível de animal irracional” <sup>47</sup>. Outro ponto a considerarmos é a posição pública de Plínio Salgado nesse momento, pois “a revelação

---

<sup>45</sup> [s.l.], novembro de 1959. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>46</sup> Rio, 15 de dezembro de 1959. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>47</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

do seu adultério poderia resultar em um verdadeiro terremoto político, eliminando as poucas chances que ele tinha de ganhar o apoio católico” (BERTONHA, 2013: 69).

Com a inauguração de Brasília, em abril de 1960, o casal Salgado apressou-se em mudar para a nova capital do país. Eleito deputado federal pelo Paraná nas eleições de 1958, Plínio Salgado desejava estar junto aos seus pares, ou, onde mais fosse preciso para garantir as articulações políticas. Resignada a acompanhar o marido, a Sra. Carmela buscou através das cartas, registrar suas impressões desse novo lar, reconhecendo no que via a possibilidade de mudar os seus dias. Assim, destaca-se a correspondência endereçada a Maria Amélia Salgado, do ano de 1960.

Só quem tem capacidade de renúncia ou alta dose de coragem pode vir morar em Brasília. Isto é teste de resistência interior. Tudo convida a fugir d'aqui: a solidão, o silêncio, a distância, as dificuldades de manutenção de vida numa cidade improvisada, a monotonia e insipidez da paisagem [...]. Quando a gente que vae sucumbir a voz da consciência lembra 'o dever de estado' e então a gente reage, se refaz em novos propósitos e continua resistindo. A vida em Brasília é ato de resistência renovado diariamente.

Comecei a analisar a minha situação, as decepções que marcaram a minha vida de mulher casada nestes últimos anos e que provocaram minha ruína interior e sob os destroços de todas as minhas ilusões perdidas e do imperativo desse 'presente' que cai numa apatia que foi minando o meu espírito e entorpecendo minhas horas. Para combater essa morbidez resolvi não olhar mais para dentro de mim, para o que eu era, mas para fora de mim, para o que ainda eu poderia vir a ser. [...] Na paisagem clara e curva do planalto a poeira e o candango. As duas constantes. Olhei para o candango. Por toda a parte a gente os vê: nas construções, nos parques, nos jardins, nas ruas, nas estradas. O construtor anônimo de Brasília [...]. Quando a minha melancolia foi se acentuando, minando a alma e destruindo as minhas resistências interiores, foi para eles que olhei. E deante deles senti-me inferior e pequena, egoísta e má. Para espantar as tristezas encher o tempo resolvi trabalhar para eles que nada me solicitaram. Espontaneamente. À medida que fui conhecendo as senhoras de Brasília, falei-lhes na obra social que poderíamos realizar. A ideia despertou interesse. Fui conquistando uma a uma. Nasceu a instituição do candango [...] (grifo da autora)<sup>48</sup>.

Líder nata, Carmela Salgado foi responsável não apenas por estruturar a “Casa de Candango”, como ficou conhecida a entidade assistencial de atendimento a população que havia migrado para Brasília durante a sua construção; mas também foi uma das idealizadoras da “Ação Social do Planalto”, outra entidade voltada exclusivamente ao atendimento de adolescentes e jovens, com atividades iniciadas em 1963.

Estar à frente de trabalhos socioassistenciais exigia uma conduta pública livre de escândalos e constrangimentos, o que nem sempre era possível na companhia do seu marido. Em 4 de fevereiro de 1961, por exemplo, a Sra. Carmela embarcava com Plínio

---

<sup>48</sup> Brasília, 6 de agosto de 1960. Acervo Carmela Patti Salgado.

Salgado para uma viagem aos Estados Unidos. Já no avião, fez as seguintes anotações em sua caderneta:

Talvez o esgotamento da noite diluviana, talvez o excesso de álcool (do qual vem abusando a ponto de ser comentário não só na família como entre os amigos), o fato é que ele, tanto em casa quanto no aeroporto falou alto, gesticulou descontroladamente, gritou meu nome a bordo a torto e a direito e deu show, pondo a nua a sua falta de classe e perdendo a linha em público. Cenas como essa tiram o prazer da viagem e acompanhá-lo se torna mortificação [...] <sup>49</sup>.

Tal escrito não é revelador de algo íntimo, uma vez que muitos contemporâneos, incluindo simpatizantes, já mencionaram o vício de Plínio pela bebida. O que é compartilhado intimamente trata-se do desejo de Carmela Salgado em deixar de ser uma pessoa pública, como evidencia a carta destinada a sua mãe, Maria Pagliuso Patti, escrita em outubro de 1961.

Quando, porém, chega o sábado e domingo, o 'banzo' toma conta de mim. É o que está acontecendo hoje. Então, vem a saudade de outrora, vem a lembrança do Papae e todo o passado, aparentemente morto, renasce violento, agita o meu mundo interior e me deixa com um saldo de sofrimento e insegurança. Porque a minha vontade é voltar para trás. É retomar o fio daquele passado interrompido pelo entusiasmo inconsequente e irresponsável da juventude e acabar os meus dias no anonimato da vida comum a qualquer mortal. Estou cansada de vida de exceção <sup>50</sup>.

A atitude da Sra. Carmela ao doar o seu arquivo pessoal a uma instituição pública nos anos de 1980, pode ser considerada como uma demonstração de reconhecimento da sua atuação pública ao lado de uma figura política preocupada em salvaguardar a imagem que buscou construir na esfera de atuação profissional, como bem se observa nos documentos que compõem o fundo Plínio Salgado. Ao mesmo tempo, gerou para os responsáveis envolvidos no processo de organização do seu acervo, discussões e questionamentos referentes à divulgação de documentos, como as cartas destinadas aos familiares, que expõem a intimidade da titular.

Em observância ao artigo 37, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que restringe o acesso pelo prazo máximo de 100 anos a contar da data de produção do documento, para as informações pessoais com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, trabalhamos a série correspondência do fundo Carmela Patti Salgado, compreendendo que os limites para a disponibilidade de acesso,

---

<sup>49</sup> Caderneta de anotações. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>50</sup> Brasília, 2 de outubro de 1961. Acervo Carmela Patti Salgado.

não interfere subjetivamente na construção da imagem de si, mas respeita a um procedimento legal.

Quanto à execução prática da atividade de organização da correspondência, estabeleceu-se como primeira etapa, mapear as redes de sociabilidade nas quais a titular se insere e os vínculos existentes entre os correspondentes, o que tem contribuído para compreendermos a inserção social da remetente no âmbito da sua vivência. O volume de cartas endereçadas a cada um dos correspondentes, somada a periodicidade e a regularidade das trocas, permitirão visualizar a rede em funcionamento, bem como definir etapas que exigirão a análise do conteúdo das cartas, objetivando a classificação, indexação e descrição das mesmas.

Indisponível para consulta ainda hoje, o fundo Carmela Patti Salgado não foi negligenciado pela equipe do Arquivo do Município de Rio Claro, sobretudo quando consideramos que o volume de trabalho de uma instituição pública supera em muito o número de funcionários envolvidos com as atividades da Divisão de Arquivo Permanente. Essa breve exposição comprova o nosso respeito à história e à memória da Titular.



Plínio Salgado e Carmela Patti Salgado  
Fonte: Fundo Plínio Salgado

### **Considerações finais**

Trabalhar na organização de arquivos pessoais salvaguardados por instituições públicas apresenta-se como um prazeroso e não menos pujante desafio profissional. O fascínio exercido pelos documentos pessoais é algo inegável para aqueles que assumem o compromisso de organizar e garantir acesso às fontes dessa natureza, especialmente,

quando o titular do arquivo trata-se de alguém de notória expressão política, social ou literária.

Contextualizar os documentos que compõem um acervo pessoal ante a funcionalidade que tiveram para quem os acumulou, torna-se uma atividade de muita atenção e cuidado, sobretudo, para não ultrapassar a linha tênue que separa a tarefa do arquivista e o trabalho do historiador. A missão reside em restaurar a organicidade do conjunto sem a interpretação dos documentos.

Entretanto, cabe-nos aqui ressaltar que a ideia da construção da imagem está diretamente relacionada com o nosso entendimento de que o arquivo pessoal não é um discurso pronto, nem tão pouco a verdade do titular. Discurso que é construído a partir da análise do conjunto articulado de documentos que constitui o acervo; sendo a etapa de organização reconhecida como um ponto de partida para esse trabalho.

A problemática envolvendo intimidade versus interesse público também é algo permanente. Admitida a relevância que esses conjuntos documentais obtiveram enquanto fonte de pesquisa, possibilitando infinitas abordagens e olhares pelos pesquisadores, a ação de disponibilizar o seu acesso está para além de garantir incentivos à pesquisa, mas antes, em atender o direito à informação, assegurado constitucionalmente.

Proceder de acordo com a legislação que rege a nossa sociedade, obriga-nos à observância de outro dispositivo, no qual se tem reservado o direito à intimidade da vida privada, reconhecendo como sigilo a ser respeitado tudo o que envolver a vida sentimental, conjugal e familiar do cidadão. As escolhas pessoais por não seguir a nenhum padrão objetivo, devem ser preservadas quanto à sua publicidade.

Em suma, o presente artigo busca contribuir a partir do registro de experiências bastante particulares, para um debate que se faz necessário e sempre atual, da defesa e do reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto arquivo. Assumindo a responsabilidade de identificar, classificar e divulgar acervos de interesse público.

## Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

..... **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivística de São Paulo, 2002.

..... **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERTONHA, João Fábio. O Fundo Carmela Patti Salgado: um outro olhar sobre o integralismo. In: CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; DOTTA, Renato Alencar (org.). **Dos papéis de Plínio:** contribuições do Arquivo de Rio Claro para a historiografia brasileira. Rio Claro: Oca Editora, 2013. p. 59-71.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Edição extra.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. **Arquivo: Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, n. 1, p. 21-24, 1988.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística:** segunda edição, adotada pelo Comitê de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066/1205>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

COSTA, Regina Helena Moreira Riani. O Fundo Plínio Salgado em Rio Claro. In: DOTTA, Renato Alencar (Org.). **Integralismo:** novos estudos e reinterpretações. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2004, p. 7-9.

GARCIA, Maria Madalena A. de M. Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 195-221.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estadismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 39-61.

HEYMANN, Luciana Quillet. Introdução, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PERROT, Michelle. Introdução. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George (org.). **História da vida privada.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1991, p. 9-13.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. O estudo da correspondência: invenção e representação na escrita auto referencial: a militância integralista (1932-1938). **Arquivo Rio Claro**: revista do Arquivo do Município de Rio Claro, Rio Claro, n. 2, p. 89-111, 2004.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064/1203>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

## Anexo A

### ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO

#### Quadro de Arranjo Fundo Cecília Wetten

##### GRUPO 1 VIDA PRIVADA

- Séries:
- 1) Autos de Infração de Trânsito
  - 2) Correspondência
  - 3) Diário Pessoal
  - 4) Receitas e Exames Médicos
  - 5) Recibo de Pagamento de Aluguel
  - 6) Recibos de Pagamento de Multa de Trânsito
  - 7) Fotografias (cópias)

- Dossiê:
- 1) Documentos Avulsos

##### GRUPO 2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MILITÂNCIA POLÍTICA

- Séries:
- 1) Carteira de Estudante de jornalismo das Escolas Associadas de Cursos Livres LTDA. (SP)
  - 2) Crachás
  - 3) Instrução de Serviço para Fiscal da Fundação Carlos Chagas (SP)
  - 4) Recibos de Pagamento da Organização Mogiana de Educação e Cultura, de Mogi das Cruzes (SP)

- Dossiê:
- 1) Anistia e Direitos Humanos
  - 2) Ditadura Militar
  - 3) Jornal Brasil Mulher
  - 4) Jornal Companheiro
  - 5) Jornal Em Tempo
  - 6) Outros Jornais
  - 7) Movimento Operário Sindical
  - 8) Organizações de Movimentos Feministas de São Paulo
  - 9) Partido dos Trabalhadores (PT)

##### GRUPO 3 PRODUÇÃO INTELECTUAL

- Séries:
- 1) Manuscritos de Cecília Wettwn
  - 2) Rascunhos de Cecília Wetten
  - 3) Rascunhos de Terceiros

##### ANEXOS

- 1) Cartazes e Gravuras
- 2) Livros
- 3) Periódicos
- 4) Recortes
- 5) Tridimensionais

## ARQUIVOS PESSOAIS DE ARTISTAS PLÁSTICOS: O CASO RUBENS GERCHMAN

**Thayane Vicente Vam de Berg**

Rubens Gerchman (1942-2008) foi um artista plástico da arte contemporânea brasileira que fez parte da geração de artistas de vanguarda como Hélio Oiticica, Antonio Dias, Carlos Vergara, Anna Maria Maiolino e Lygia Clark, entre outros que revolucionaram as artes visuais nos anos de 1960. Sua arte é caracterizada por estéticas conceituais, cuja inspiração é oriunda de elementos da sua vida pessoal e do cotidiano social, tais como os temas da identidade, do futebol e da violência urbana, entre outros<sup>1</sup>. Durante sua trajetória artística produziu em torno de sete mil obras, as quais expôs em museus e galerias nacionais e internacionais<sup>2</sup>. A produção intelectual/artística de Gerchman foi bastante ampla, pois além de obras de arte, o artista, produziu livros, catálogos e filmes, outrossim atuou como professor e foi o primeiro diretor da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV), no período de 1975 a 1979.

---

<sup>1</sup> Dos variados temas em suas obras, podemos destacar: autorretrato, família, beijo, bicicleta, caixa de morar, carro, carteira de identidade, elevador social, erótico, futebol, geométrico, Índia, joia, multidão, personagens femininas, poesia visual, política, entre outros.

<sup>2</sup> Sua arte integra acervos particulares como o do marchand Jean Boghici, além de instituições como Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), Museu de Arte Latino Americana de Buenos Aires, Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, entre outros.



Da esquerda para a direita: Carlos Vergara, Rubens Gerchman, Antonio Dias, Pedro Escosteguy, Roberto Magalhães (1966)  
Fonte: Instituto Rubens Gerchman

Gerchman produziu sua arte em suportes, procedimentos e técnicas diferentes, como gravuras, litografias, serigrafias, obras em papel, pinturas, fotopinturas<sup>3</sup>, assemblages<sup>4</sup>, objetos, esculturas, instalações, objetos deslocáveis, filmes, ou seja, o artista produziu obras conceituais e temáticas em variadas formas de experimentação da arte. Toda essa produção ficou representada em suas obras de arte e em seu arquivo pessoal, nos mais variados suportes, gêneros, espécies, tipologias e formas documentais.

---

<sup>3</sup> "A fotopintura é obtida a partir de uma base fotográfica em baixo contraste - que tanto pode ser uma tela quanto uma imagem sobre papel - sobre a qual o pintor aplica as tintas de sua preferência, geralmente guache, para o papel, e óleo, para as telas". Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3871/fotopintura>>. Acesso em: 25 nov 2017.

<sup>4</sup> *Assemblage* é um termo utilizado "para definir colagens com objetos e materiais tridimensionais. A *assemblage* é baseada no princípio que todo e qualquer material pode ser incorporado a uma obra de arte, criando um novo conjunto sem que esta perca o seu sentido original. É uma junção de elementos em um conjunto maior, onde sempre é possível identificar que cada peça é compatível e considerado obra. Ao se utilizar de diversos materiais como papéis, tecidos, madeira "colados" a uma tela o artista consegue ultrapassar as limitações da superfície, rompendo assim o limite da pintura, criando uma junção da pintura com a escultura". Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Assemblage>>. Acesso em: 25 nov 2017.



Fotografia de cena do filme/documentário *Ver Ouvir*



Obra de Gerchman inspirada nessa cena

Fonte: Instituto Rubens Gerchman

A partir do contato com essa documentação é possível perceber as conexões entre esses documentos e as suas obras, e constatar o quanto esse arquivo<sup>5</sup> é importante para a compreensão do entendimento da sua produção artística e intelectual, pois por meio do arquivo pessoal de Gerchman ficam visíveis as histórias por trás de cada quadro, os significados, as inspirações que levaram o artista a pintá-los. Assim esta pesquisa pretende expor como a documentação do arquivo pessoal de um artista plástico revela elementos e dá maior profundidade ao entendimento da sua obra, uma vez que, sem essa documentação, a compreensão acerca do pensamento do artista pode se tornar ínfima, já que a contextualização é perdida.

A custódia do arquivo pessoal de Gerchman pertence ao Instituto Rubens Gerchman (IRG), trata-se portanto, de uma arquivo pessoal de natureza privada, e que não está disperso, o que lhe garante autenticidade. Após o falecimento do pintor, ficou sob a tutela da família um rico e vasto acervo. Diante da grande dimensão deste legado patrimonial, a família do artista decidiu fundar o IRG<sup>6</sup>, com o objetivo e a missão de preservar, conservar, restaurar, disseminar, promover e divulgar o acervo e a memória do

---

<sup>5</sup> O arquivo do artista foi premiado, no ano de 2015 com o selo "memória do mundo" da Unesco, sendo o primeiro artista plástico brasileiro contemplado com tal prêmio. Disponível em: <<http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/not%C3%ADcias/54-acervos-nominados-em-2015.html>>. Acesso em 30 nov 2017.

<sup>6</sup> O Instituto Rubens Gerchman foi fundado no ano de 2010.

artista de forma a viabilizar o acesso à sua história e produção artística (Gerchman, C., 2015: 44-45). Os herdeiros compreenderam que

a dimensão do legado deixado por Gerchman não se tratava somente de uma herança para seus filhos, mas sobretudo de um acervo a ser cuidado como fonte de inspiração para novas gerações. Motivados por este entendimento, reunimos todas as suas obras numa coleção única e criou-se o Instituto Rubens Gerchman. Preservar sua memória e difundir sua obra exigiu um mergulho profundo num material tão vasto e diversificado como o que encontramos. Tantos eram os quadros, esculturas, gravuras, postais, papéis, pincéis, tintas e uma infinidade de livros, fotografias e documentos. Enfim, material para catalogação de 66 anos de uma vida. (Instituto Rubens Gerchman, Relatório final do Projeto Funarte, 2013: 3-4).

É válido ressaltar o empenho e o caráter social do Instituto Rubens Gerchman na preservação deste acervo, pois ao realizar a sua salvaguarda, não é protegida apenas a memória individual deste artista, mas também a memória social e coletiva da história da arte contemporânea brasileira, uma vez que sua obra é resultado das experiências do artista no tempo e espaço, ou seja, é um misto da sua vivência individual e em sociedade.

#### **A relação orgânica existente entre as obras e os documentos: o arquivo pessoal como fonte de informação relevante para a compreensão das obras de arte**

Conforme Oliveira (2012: 15), “*a informação em arte contempla três esferas: a própria obra de arte e suas manifestações, a documentação da arte e a documentação sobre a arte*”. No caso de acervos de artistas plásticos, na primeira definição se enquadrariam as obras entendidas tradicionalmente como objetos museológicos, já na segunda e terceira, estariam representados os documentos arquivísticos de seu produtor (o artista). Acervos de artistas plásticos são compostos por um conjunto múltiplo de objetos e documentos que se relacionam e possuem vínculos de organicidade, de tal modo que ambas as partes do acervo são essenciais para entender o artista e sua obra. Por isto no tratamento deste tipo singular de acervo é indispensável o diálogo entre a Arquivologia e a Museologia, a partir de uma abordagem fundamentada numa visão integrada do conjunto, uma vez que obras e documentos possuem vínculos orgânicos entre si.

Esta pesquisa visa evidenciar como os documentos existentes no arquivo pessoal do artista expõem as várias fases do processo de criação, de tal modo que é indispensável compreender as interseções entre os saberes arquivístico e museológico no tratamento e

processamento desta categoria específica de acervo que exige proximidade e exercício efetivo de uma interdisciplinaridade entre as áreas mencionadas. Jardim (2012: 142), partilha do entendimento de que “*a Arquivologia, desde os seus marcos fundadores, é uma disciplina com vocação multi, pluri e interdisciplinar [...], arquivos não são gerenciados apenas com os instrumentos teóricos e metodológicos da Arquivologia*”. Tal aproximação é imprescindível ao lidarmos com acervos como os de artistas plásticos, sob pena de serem perdidos os contextos de criação e informações relevantes sobre as obras. Apenas respeitando a organicidade do acervo que se mantêm o seu sentido original e a sua integridade, e por isso as ações devem ser realizadas de forma integrada (Bevilacqua, 2010).

É inegável e indiscutível a ligação entre a produção documental e o processo artístico no arquivo pessoal de Gerchman. Neste conjunto documental são identificadas as funções desses documentos no processo artístico de criação das obras e na utilização dos documentos de seu arquivo como elementos figurativos na obra de arte.

Um exemplo que evidencia o uso e a função dos documentos acumulados pelo artista, pode ser observado nos recortes de jornais por ele colecionados. Num primeiro momento, eles parecem apenas meros recortes, mas a partir de uma compreensão mais profunda acerca do artista, é possível perceber que desses periódicos ele obtinha várias ideias para produzir seus quadros, pois ele era um artista que utilizava os acontecimentos reais e cotidianos como inspiração nas suas obras. Deste modo, a notícia jornalística se torna uma inspiração artística.

A hemeroteca presente no arquivo pessoal de Gerchman possui uma relevante expressividade, com número considerável de recortes de jornais, mais de 2.500. A partir do entendimento das conexões deste arquivo com as obras é possível identificar que o acúmulo desses periódicos se deu primordialmente, por conta do valor pictórico das imagens presentes nas notícias, formando uma espécie de coleção criada pelo próprio artista.

A partir de imagens jornalísticas sobre futebol, Gerchman elaborou um álbum de recortes para realizar estudos acerca dos possíveis jogadores de futebol que seriam pintados para a composição da sua série que ficou intitulada como *A Estética do Futebol*. Neste álbum com mais de 50 páginas, o artista fez uso de recortes de jornais com imagens

de diversos jogadores de futebol. Tal estudo consistia em uma das etapas de preparação do artista para produzir seus quadros.

Abaixo exemplos de reinterpretação dos recortes de jornais, a partir do seu uso como fonte artística, nos quais observamos os jogadores de futebol Romário, Domingos da Guia e Heleno de Freitas.



Álbum *A Estética do Futebol*. Recorte de jornal com a imagem do jogador de futebol Romário

Obra *Romário*, 1997, acrílico s/ tela, 2,10 x 2,16 m.

Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Álbum *A Estética do Futebol*. Recorte de jornal com a imagem do jogador de futebol Domingos da Guia

Obra *Domingos da Guia - A Domingada*, 1997, acrílico s/ tela, 1,50 x 1,50 m

Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Álbum *A Estética do Futebol*. Recorte de jornal com a imagem do jogador de futebol Heleno de Freitas



Fotografia do processo de criação da obra *Heleno de Freitas II*, 1997, acrílico s/ tela, 1,50 x 1,50 m

Fonte: Instituto Rubens Gerchman

A partir dos exemplos acima é possível observar que há um padrão para a produção da sua arte com os temas que o mesmo considera interessantes. No processo de criação das obras acima percebemos que tal processo se inicia a partir da escolha de uma imagem em um recorte de jornal que é analisado e ressignificado, para em seguida ser pincelado em uma linguagem pictórica, como obra de arte. Portanto podemos inferir que a obra de arte finalizada é apenas um dos estágios da criação do artista. A etapa inicial e alguns de seus desdobramentos somente podem ser identificados no arquivo pessoal deste indivíduo, o que demonstra o valor e a atenção que deve ser dada a esta documentação. Esse material se constitui como uma importante fonte para estudos de crítica genética que envolva a análise das obras de Gerchman.

Compreende-se que a hemeroteca deste arquivo pessoal, ultrapassa a sua função primária de mera fonte de informação jornalística, e adquire outras funções, conforme o uso e o interesse do seu produtor/acumulador. O que demonstra a importância desses recortes serem relacionados ao contexto do acumulador. Aos recortes neste arquivo é atribuído um valor pictórico que evidencia a sua utilidade e o motivo pelo qual foi armazenado.

Os recortes formam uma coleção<sup>7</sup> criada pelo próprio Gerchman, com notícias/imagens que o mesmo considerava relevantes e que poderiam ser utilizadas como base para futuras obras. A conexão entre as imagens presentes nos recortes e as obras, apenas pode ser identificada a partir da pesquisa nesse material fotojornalístico<sup>8</sup>, que possibilita compreender a representação e ressignificação dessas imagens pelo artista. Esta constatação apenas pode ser identificada, a partir da imersão no arquivo pessoal, uma vez que sem o elo da documentação são perdidos inúmeros significados da obra.

Situação semelhante ocorre com o uso das fotografias para inspirar seus quadros. Para tanto Gerchman se valia tanto de imagens acumuladas por meio de herança de família, quanto daquelas produzidas por ele próprio. Era prática frequente do artista estar constantemente com a sua máquina fotográfica e registrar de vários ângulos qualquer imagem que considerasse instigante. Gerchman também tinha o hábito de revelar uma mesma imagem diversas vezes, com o intuito de realizar experimentos, por isto é comum neste arquivo a existência de várias cópias. Este é um dos principais motivos pelo qual o acervo iconográfico é o de maior dimensão em seu arquivo, são aproximadamente mais de 20.000 itens, entre fotografias, cromos e slides. O próprio artista revela que

A fotografia sempre fez parte da minha vida pessoal e artística. A câmera fotográfica sempre anda em meu bolso, acompanhando meu dia-a-dia como uma espécie de caderno de anotações e registros do cotidiano em recortes e sobretudo, no que escapa ao olho. O olho “vê” quase tudo, mas a câmera registra os detalhes (Rubens Gerchman, 2007. Documento impresso. Acervo do Instituto Rubens Gerchman).

Este depoimento de Gerchman revela a importância que a fotografia tinha na elaboração da sua arte. Mais que o valor emocional de memórias afetivas registradas em álbuns, essas imagens eram ressignificadas com sua criatividade. Abaixo alguns exemplos.

---

<sup>7</sup> Por coleção entende-se o “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (Arquivo Nacional, 2005: 52).

<sup>8</sup> Além de imagens que poderiam servir de fonte de inspiração, o artista também acumulava notícias referentes às suas exposições, reportagens sobre ele, outras produzidas por ele e com temas que de algum modo o interessavam.



Rubens e a irmã Betty Herschmann. [195?]

Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Obra *Calhambeque*. 1978



Caderno de artista nº 19

Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Obra com título não identificado

A partir de um mergulho no arquivo pessoal de Gerchman é perceptível o significado simbólico dessa documentação, a função e os usos nela realizados pelo seu titular. É válido ressaltar que as informações contidas neste arquivo pessoal ampliam as informações técnicas das obras, indo além das características estéticas e formais, tais como dimensão, formato, tipo de tinta, etc, e agregam valores que elucidam na interpretação das obras, possibilitando inúmeras descobertas sobre as mesmas. O arquivo pessoal é fonte inesgotável de pesquisa e, inclusive amplia os valores cultural e econômico das pinturas/objetos produzidos pelo artista. Os curadores deste tipo de acervo ao perceberem tal valor, despertam para a importância desta documentação que retrata o contexto de criação das obras e fornece maiores informações acerca delas e das influências do artista, uma vez que a aproximação entre o que foi produzido e os papéis que inspiraram o artista enriquecem o entendimento sobre o acervo.

#### **Compartilhamento de informações entre a Arquivologia e Museologia para o tratamento integrado do acervo**

No que tange ao tratamento arquivístico da documentação presente no arquivo pessoal Rubens Gerchman, foi realizada uma pesquisa histórica acerca deste sujeito social, que objetivou conhecer sua trajetória pessoal e profissional (vida e obra). Para tanto foi feito um extenso levantamento bibliográfico. Além disso, foram coletadas informações por meio de entrevistas, baseadas nas técnicas e metodologias da história oral, com alguns familiares, amigos e com o auxiliar do artista. O objetivo dessas ações era mapear a maior quantidade de informações possíveis sobre a rede de sociabilidade e dados sobre Gerchman.

Outrossim foi realizada a identificação de cada item constante em seu arquivo, por meio de um levantamento documental<sup>9</sup>. Desse modo começaram a serem cruzadas as informações obtidas nas bibliografias, com aquelas visíveis apenas na documentação, e outras fornecidas por quem conviveu com Gerchman. A cada procedimento

---

<sup>9</sup> A partir do levantamento dos catálogos de exposição e busca em sites, foi possível traçar uma linha cronológica das exposições que Gerchman participou. Ao todo foram identificadas 138 exposições/mostras individuais e/ou coletivas. Disponível em: <<http://www.institutorubensgerchman.org.br/catalogos.html>>. Acesso em: 15 nov 2017.

metodológico, novas informações eram coletadas, o que ampliava o conhecimento sobre o acervo e, obviamente sobre o artista. Foi por meio dessa atividade de identificação documental, que começou a ser percebido mais claramente, as conexões entre os documentos e as obras, com o entendimento de que, apesar da necessidade do tratamento diferenciado para cada documento/objeto do acervo, na realidade esse conjunto formava um fundo único e que por isso o diálogo entre arquivistas e museólogos era indispensável.

O trabalho [no Instituto Rubens Gerchman] se desenvolveu mediante a colaboração com a equipe da museologia e a equipe do arquivo, cujo processo colaborativo foi fundamental para o cruzamento e a confirmação de informações sobre as obras do artista, além do estabelecimento de necessárias atualizações de dados históricos anteriormente publicados em outras fontes. Entre as instâncias artísticas da obra do artista, configurou-se a importância de mapear, sistematizar e selecionar os campos da história da arte e da crítica de arte: ou seja, contextualizar os aspectos históricos que definem a importância histórica do artista (como por exemplo, a participação em alguns dos principais eventos artísticos brasileiros como Opinião 65 e Nova Objetividade Brasileira, entre outros; o período em que o artista viveu e trabalhou em Nova York, mantendo contato com outros artistas, brasileiros e estrangeiros; o período em que o artista foi diretor da escola de Artes Visuais do Parque Lage, realizando diversos eventos culturais e educativos; entre outros possíveis) e o desenvolvimento do pensamento sobre sua obra, mediante a crítica de arte desenvolvida, principalmente em periódicos. Para isto, foi essencial o contato com o acervo pessoal do artista, composto por catálogos de exposições, entre individuais e coletivas; as correspondências do artista; os escritos do artista, entre anotações pessoais, textos críticos e poemas que fazem parte de seu processo criativo; além do próprio acervo de obras do artista, entre pinturas, objetos, livros de artista. (Instituto Rubens Gerchman. Relatório final do Projeto Funarte, 2013: 45-47).

Como já foi explicitado o fundo Rubens Gerchman contempla não apenas seus documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e filmográficos, entendidos mais tradicionalmente como documentos de um arquivo pessoal, mas também o conjunto de pinturas, esculturas, gravuras, objetos produzidos pelo artista. Por isso o tratamento para este acervo levou em consideração tal característica. A compreensão integrada deste acervo permitiu o mapeamento e estudo do conteúdo, dos temas e assuntos nele presentes. Assim foi possível identificar os contextos, as atividades e funções inerentes a vida de Gerchman, e os documentos e obras começaram a ser organizados, de modo a representar a organicidade do conjunto.

Independentemente do suporte, gênero ou categoria de acervo (arquivístico ou museológico), a conexão entre os documentos/obras era realizada por meio da base de dados na qual estes itens eram inseridos. A integração entre os documentos arquivísticos e as obras museológicas foi realizada desse modo, no momento inicial da descrição/catalogação e no momento posterior da recuperação da informação.

A partir do estudo da documentação de Gerchman foi constatado que esta possuía outras utilidades, além daquelas diretamente relacionadas ao fazer do artista (e que motivaram a sua acumulação), como por exemplo, os possíveis usos para o tratamento museológico do acervo e outros de serventia para o próprio Instituto Rubens Gerchman. Este é um outro aspecto de importância do arquivo e que se relaciona com valores que surgiram posteriormente e que não se associam com a função inicial pela qual a documentação foi produzida/acumulada. Ou seja, além dos usos imediatos do arquivo para o artista, que lhe era útil durante o processo de criação, outros usos surgiram, indo além da função imediata para o qual foi criado/pensado, como por exemplo:

- ✓ Uso de toda documentação do arquivo como fonte de informação relevante para o tratamento museológico realizado nas obras;
- ✓ Entendimento do processo de criação do artista, identificando o que o inspirou e motivou a obra (importante para estudos de crítica genética e para a contextualização da obra);
- ✓ Restauro de obras<sup>10</sup> (a partir de imagens do arquivo é possível verificar as modificações na obra, os materiais utilizados);
- ✓ Mapeamento de obras em exposições (realizado por meio das fotografias, cromos, slides, recortes de jornais, catálogos, correspondências, caderno de artista, material audiovisual, livros);
- ✓ Mapeamento de obras<sup>11</sup> (o que possibilita contabilizar e descobrir obras que não fazem mais parte do IRG, e até de outras que não lhe eram atribuídas)

---

<sup>10</sup> O uso das fotografias foi de fundamental importância para a realização de restauro em algumas obras do acervo Gerchman, como por exemplo, algumas das *Caixas de Fumaça*, a *Caixa de Morar 1966* e *Barreira do Vasco*. Ver Teixeira, Claudio Valério; Carvalho, Humberto Farias de. Conservação da Coleção do Instituto Rubens Gerchman: discussão acerca dos parâmetros de intervenção utilizados. In: Anais do 2º Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração. Agosto de 2013. São João Del Rei: PPGA-EBA-UFGM, 2013. Froner, Yacy-Ara; Souza, Luiz Antônio Cruz (organizadores). 2º Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração. (1. : 2013: São João Del Rei). p. 383 – 392.

- ✓ Possibilidade de produzir o catálogo raisonné da obra do artista.
- ✓ Reconstituição histórica da vida e da obra de Gerchman (sua cronologia);
- ✓ Realização de pesquisas sobre outros temas que não necessariamente sejam sobre o artista, mas com o uso da documentação do seu arquivo pessoal.

Percebe-se que todos os documentos do arquivo pessoal (sejam recortes de jornais, fotografias, cromos, negativos, correspondências, vídeos, entre outros) atendem e auxiliam no tratamento museológico, bem como amparam em questões administrativas do IRG. Tais informações são importantíssimas não apenas por revelarem o processo criativo do artista, mas principalmente por permitir a identificação de obras que se perderam ou foram vendidas, bem como verificar as técnicas, os materiais e os procedimentos que o mesmo utilizou. Estas informações, outrossim são extremamente relevantes nos casos em que é preciso realizar restauração ou pequenos reparos em suas obras (Teixeira e Carvalho, 2013: 383-392). Para a pesquisa e a organização do seu arquivo, tais imagens possibilitaram, inclusive, perceber alterações posteriores que Gerchman, por vezes, realizava em obras que já havia “finalizado”<sup>12</sup>, como pode ser observado nas imagens abaixo.

---

<sup>11</sup> O mapeamento das obras de Gerchman é relevante, inclusive para o próprio IRG, pois possibilita um controle, por parte do instituto, do uso indevido de reproduções de pinturas do artista, no que se refere às questões de direito autoral, e também no processo de pedidos de avaliação para autenticação de obras do artista que fazem parte de coleções particulares. A documentação iconográfica auxilia nesses processos.

<sup>12</sup> Era prática do artista fazer alterações em quadros que já havia pintado há muito tempo, modificando feições, cores, utilizando uma tela antiga como base para outra, modificando assim a imagem original. A partir das imagens do arquivo são reveladas inúmeras descobertas sobre a produção da obra.



Processo de produção e alterações da obra [*Beijo*]. Acrílica s/ tela, [200?]

Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Processo de produção e alterações da obra [*Beijo*]. Acrílica s/ tela, [200?]

Fonte: Instituto Rubens Gerchman

A partir do que foi exposto entende-se que novas funções são adicionadas a esse conjunto documental, que vão além das originais definidas pelo artista. Lopez (2003: 79) diz que ocorre então uma “reciclagem da informação pela utilização posterior do documento [que é diversa da] função para a qual ele foi produzido”.

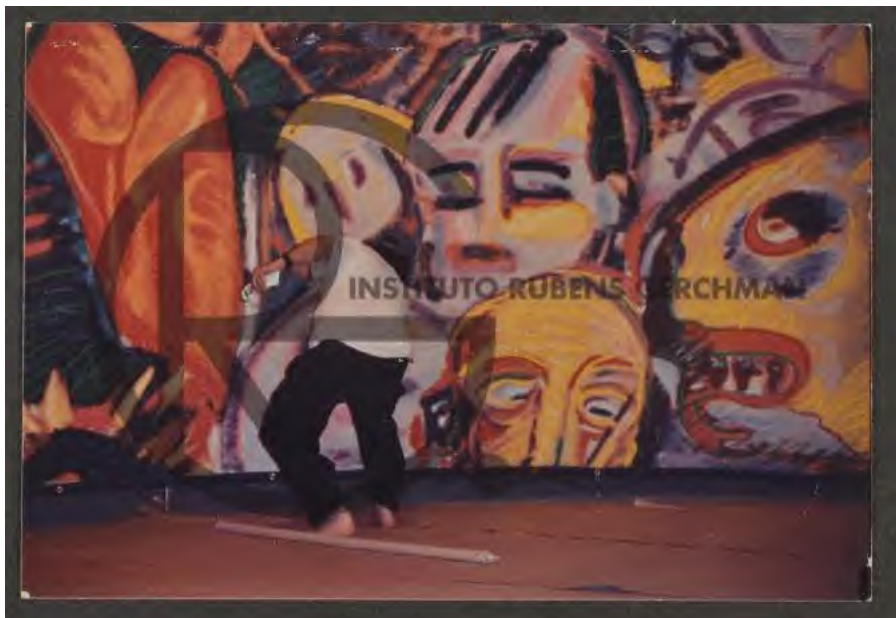
Outro exemplo que evidencia a importância e o uso que pode ser feito por meio da documentação do arquivo pessoal de Gerchman foi a descoberta de informações que agregam valor a sua obra intitulada *Clorofila*. A partir das fotografias e dos recortes de jornais foi possível descobrir a técnica, os materiais e o modo de produção deste painel, que ocorreu em 1991 na cidade de Manchester, bem como identificar intervenções realizadas posteriormente. Nas fotografias está retratado o processo de criação/elaboração da obra *Clorofila*. Tais dados foram de extrema relevância para os museólogos e orientaram o tratamento e restauro de parte do painel que é custodiado pelo IRG. Nas imagens a seguir é possível observar o processo de criação do painel *Clorofila*.



Processo de criação do painel Clorofila. [1990-1991]  
Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Processo de criação do painel Clorofila. [1990-1991]  
Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Processo de criação do painel Clorofila. 1992  
Fonte: Instituto Rubens Gerchman



Painel Clorofila já finalizado e exposto no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro, 1992.

Fonte: Instituto Rubens Gerchman

Por meio de uma entrevista concedida para o *Jornal do Brasil* foi possível descobrir maiores detalhes, pois Gerchman revelou que:

“O círculo de 26,40 m por 4,55 m é dividido em quatro movimentos intitulados Povos da floresta, Bichos da floresta, Sonho brasileiro e Clorofila. Consumi um ano de estudos, muitas maquetes, pintei cinco painéis inteiros, um sobre o outro, primeiro os tons pastéis, depois em acrílico (primeiro leve, quase aquarela, em seguida mais forte), depois em tinta a óleo”, conta Gerchman, “e nunca estive tão próximo do fracasso”. As maquetes passaram por um computador, via scanner, para que os desenhos fossem marcados e o mapa espantoso dessa geografia urbano-pictórica se fizesse circo, comédia bufa a inverter a relação entre palco e platéia, encarando o espectador num panorama invertido, que faz do rosto anônimo espelho e paisagem” (*Jornal do Brasil*, 16/06/1992, pág. 6 do Caderno B).

Além dessas importantes informações, todo o conjunto documental arquivístico (correspondências, fotografias/cromos/slides, documentos audiovisuais, catálogos de exposição e de leilão, etc) permite aos museólogos e outros pesquisadores, traçar a trajetória dessa obra em exposições, galerias e leilões. As exposições geram catálogos, fotografias, vídeos, contratos, criação de textos, pesquisa, ou seja, “todos os processos criativos e administrativos que possibilitaram a [realização da] exposição” (Bevilacqua, 2010: 161).

Podemos inferir que todas as funções existentes no arquivo de Gerchman se interconectam e não são opostas e que o mesmo possui três tipos de registros: a obra, os documentos sobre a obra e documentos da obra.

### **Conclusão**

O acervo Rubens Gerchman é imensamente rico e contempla um legado bastante diversificado que além das obras de arte, também inclui a documentação entendida como o arquivo pessoal do artista, composto por suas correspondências, cadernos de artista, periódicos, catálogos, fotografias, cromos, negativos, etc.

No caso de arquivos de artistas plásticos a divisão formal entre os registros que são de arquivo e os que são de museu dilui as variadas dimensões do acervo, por isso é necessário compreender o conceito de arquivo num sentido amplo que não o limite a aspectos relacionados ao suporte ou formato. Teóricos da Arquivologia Contemporânea, como Silva (2013) e Camargo (2011) vem questionando essas limitações. Para ambos o que deve ser considerado são os contextos de criação do objeto, as razões de sua acumulação e os vínculos existentes.

As obras de Gerchman assim como os documentos por ele produzidos/acumulados possuem relação entre si e se complementam mutuamente como fontes para o entendimento da obra estética do artista. Deve ser destacado que as obras são produtos que foram produzidos no decorrer de uma função “inerente à vida do titular”, que no caso é oriunda da sua atividade profissional como artista plástico. As obras de Gerchman são provas da atividade por ele desempenhada como artista plástico, o que lhe garante o atributo de documento de arquivo. Ou seja, a profissão de Rubens Gerchman e os quadros por ele pintados são resultado do exercício da sua atividade profissional, e deste modo, podem ser considerados documentos arquivísticos.

Porém mais que categorizar qual seria o tipo de acervo, o primordial em acervos de artistas plásticos é ter a consciência de que estes não podem ser entendidos como pertencendo a apenas uma área. Por isso deve haver cooperação e compartilhamento do conhecimento dos campos da Arquivologia e da Museologia, por meio de um tratamento

interdisciplinar, que promova uma continuidade e não uma ruptura entre obras e documentos. A utilização de metodologias inadequadas provoca danos irreversíveis e até mutilações nos conjuntos documentais. É necessário ter a percepção de que acervos de artistas plásticos “se constituem como um lugar de articulação das experiências artísticas de seus atores” (Werchez e Bastías, 2010: 27, tradução nossa).

O arquivo de Rubens Gerchman permite inúmeras possibilidades de pesquisa, pois as abordagens dos estudos de arquivos pessoais de artistas plásticos ultrapassam as fronteiras interdisciplinares das áreas de Arquivologia, Museologia, História, Artes Plásticas.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.(Publicações Técnicas; 51)

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. Arquivos em museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa**. São Paulo, 9 - 10 nov. 2009. São Paulo: MAC USP, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: **Seminário Serviços de Informação em Museus**, 1º, São Paulo, 25 e 26 de novembro de 2010. Anais. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p. 157-165.

CIRILLO, Aparecido José; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da. Acervos de artistas: fontes documentais do processo de criação nas artes visuais. In: **II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Rio de Janeiro, 16 a 18 de novembro de 2011.

GERCHMAN, Clara. **Gestão de acervo artístico privado no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

INSTITUTO RUBENS GERCHMAN. **Relatório final do Projeto Funarte**. 2013.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2015.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. In: **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, 2. sem 2003.

OLIVEIRA, Caroline Brito de. **Cooperação, compartilhamento e colaboração na Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro -REDARTE/RJ**. Niterói, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Armando Malheiro da. A transição paradigmática e o posicionamento da Museologia face à Ciência da Informação transdisciplinar. In: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, Bibliotecas e Museus: realidades de Portugal e Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 17-38.

TEIXEIRA, Claudio Valério; CARVALHO, Humberto Farias de. Conservação da Coleção do Instituto Rubens Gerchman: discussão acerca dos parâmetros de intervenção utilizados. In: FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz (org.). **Anais do 2º Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração**. Agosto de 2013. São João Del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013, p. 383 - 392.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. **Arquivos de artistas plásticos: o processo de criação artística nos documentos de Rubens Gerchman**. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015/vam-de-berg-thayane-vicente-arquivos-de-artistas-plasticos-o-processo-de-criacao-artistica-nos-documentos-de-rubens-gerchman/view>>. Acesso em: 25 nov 2017.

WERCHEZ, Carolina Santelices; BASTÍAS, Cecilia Guzmán. **Constitución de archivos de arte - directrices para su adecuada puesta en valor**. Fondo Nacional de la Cultura y las Artes (FONDART). Universidad de Playa Ancha. Facultad de Ciencias Sociales, 2010.

# **ANÁLISE ARQUIVÍSTICA, TÉCNICA E INICIATIVAS DIDÁTICAS A PARTIR DO ACERVO DO ENGENHEIRO CIVIL E SANITARISTA NELSON GANDUR DACACH DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA\***

**Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral**

**Vivien Luciane Viaro**

## **Introdução**

Este trabalho apresenta resultados de projetos de pesquisa em andamento junto ao arquivo pessoal de Nelson Gandur Dacach, ex-professor<sup>1</sup>, ex-aluno, engenheiro civil e sanitарista, custodiado pelo Memorial Arlindo Coelho Frágoso (MACF) da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA). O estudo procura evidenciar, por meio de intervenção arquivística, técnica e com o uso de iniciativas didáticas, as contribuições de Nelson Dacach para a área de Engenharia Sanitária e Ambiental baiana e brasileira, a partir do seu acervo pessoal de estudos preliminares e projetos completos, produzidos e acumulados durante a sua vida acadêmica e profissional, no âmbito do esgotamento sanitário e abastecimento de água.

Este estudo, de caráter exploratório, descritivo e multidisciplinar, deriva de pesquisas anteriores publicadas pelas autoras em 2016 e 2017, em evento nacional e internacional, respectivamente, reforçando a parceria entre as áreas de Arquivologia e Engenharia Sanitária e Ambiental. As reflexões acerca desse acervo pessoal tiveram origem na doação da documentação à EPUFBA, feita por iniciativa da sua filha Denise Dacach Ulrix, em novembro de 2015, um ano após o falecimento do ex-docente. No

---

\* As reflexões contidas neste trabalho decorrem de um projeto de pesquisa em andamento, inserido no Programa Pense, Pesquise e Inove à UFBA (PROUFBA/2014), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ PROPCI/UFBA – 01/2017), lançados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI/UFBA), e Programa Permanecer (2017) da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA (PROAE/UFBA). É imprescindível citar que este trabalho teve a colaboração dos discentes dos cursos de Engenharia Civil da UFBA, Evellin Ariadne Ribeiro Santos e Esther Evangelho Santa Clara Soares, e de Engenharia Sanitária e Ambiental, Mozart de Nola Cardoso.

<sup>1</sup> Durante sua trajetória acadêmica vinculou-se ao antigo Departamento de Hidráulica e Saneamento, atual Departamento de Engenharia Ambiental.

levantamento preliminar realizado em 2016, por intermédio de listagem encaminhada junto com o termo de doação do acervo, constatou-se a existência de 140 pastas contendo o acervo técnico de estudos e projetos de Dacach (Oliveira e Viaro, 2016). Os resultados efetuados em 2017 revelaram a identificação de 138 pastas, das quais 84 são projetos completos, 29 estudos preliminares e 25 relacionados a outros documentos técnicos (Amaral, Viaro e Cardoso, 2017).

Neste momento da pesquisa foram evidenciados relatos técnicos acerca do escopo presente nos projetos completos, sendo 02 de abastecimento de água e 01 de esgotamento sanitário, dando ênfase a uma breve descrição das condições locais, da infraestrutura de saneamento preexistentes e as previstas de acordo com os projetos supracitados para cada município baiano. Além desta abordagem, a apresentação de iniciativas didáticas realizadas com a comunidade universitária visando estabelecer, cada vez mais, no ambiente acadêmico a valorização dos acervos técnicos daqueles que se dedicaram em vida ao desenvolvimento e divulgação de conhecimento por meio de projetos e publicações técnicas. Esta parcela aqui representada figura as primeiras iniciativas realizadas com a comunidade acadêmica da UFBA, tendo como marco principal o estabelecimento de um modelo, ainda em fase de aprimoramento, a ser replicado nas próximas etapas, favorecendo atingir todos os resultados que se esperam com este projeto frente à comunidade acadêmica.

No que se refere aos aspectos arquivísticos, o tratamento técnico desse acervo pessoal foi realizado por meio do diagnóstico do estado de conservação dos estudos e projetos e da aplicação das técnicas de higienização e restauração documentais.

Ademais, já considerando as próximas etapas em desenvolvimento, o estudo também se vincula com o ambiente prático, visando uma maior aproximação das prefeituras dos municípios de Alagoinhas, Camaçari e Santo Amaro quanto ao acesso aos mesmos tendo, em um primeiro momento, a oportunidade de recuperar arquivos de estruturas existentes em cada município que, possivelmente, podem não apresentar cadastros completos das estruturas de saneamento previstas em cada projeto de Nelson Dacach, como também se as mesmas foram implantadas e/ou em operação.

### **Procedimentos metodológicos**

A metodologia adotada para o desenvolvimento do presente estudo consistiu no delineamento de etapas e procedimentos adotados para o reconhecimento técnico e de exploração didática de 03 projetos evidenciados neste artigo, tendo como foco os municípios de Alagoinhas, Camaçari e Santo Amaro, localizados no estado da Bahia. No âmbito da Arquivologia, realizou-se o tratamento técnico por meio de higienização mecânica e pequenos reparos, bem como a cronologia da trajetória de Nelson Gandur Dacach, a partir do delineamento das atividades desempenhadas e respectivos documentos.

As etapas necessárias para o desenvolvimento desta proposta encontram-se descritas a seguir:

#### **Etapa 01 - Higienização mecânica e pequenos reparos:**

Realizou-se a higienização mecânica a seco e limpeza dos documentos históricos para retirada de cliques, grampos, sujidades e outros objetos metálicos, utilizando mesa de higienização, mesa de luz e equipamentos de proteção e segurança apropriados. Todo o trabalho foi realizado no laboratório de restauração pertencente ao MACF. Durante o procedimento, realizou-se o diagnóstico do estado de conservação do acervo técnico.

#### **Etapa 02 - Elaboração de relatórios preliminares e atividades didáticas a partir de projetos completos:**

O procedimento adotado na descrição dos projetos completos, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, respaldou-se em determinadas informações, tais como: população residente no início do projeto; estruturas de infraestrutura de saneamento preexistentes; delimitação de etapas previstas durante a implantação de cada projeto; empresas contratantes; as partes constituintes em cada proposta de projeto, dentre outros detalhes. Cabe destacar que, de acordo com a proposta metodológica deste artigo, não foram apresentadas análises técnicas aprofundadas sobre os cálculos desenvolvidos, materiais e demais partes constituintes dos documentos técnicos ilustrados neste estudo, pois este tipo de abordagem não coadunava com o propósito de expor uma visão mais abrangente sobre os três projetos que compõem o acervo técnico de Nelson Dacach, ainda em fase de análise.

No que diz respeito à dinâmica didática, o escopo baseou-se na descrição das visitas ao espaço do MACF, seguida de explanação sobre os projetos em desenvolvimento no espaço, por parte das equipes presentes, a apresentação do local de guarda e o contato direto com um dos projetos constantes no acervo. Como atividade-fim do componente curricular, todos os alunos presentes foram estimulados a entregar relatórios após análise das plantas e dos estudos preliminares fornecidos em cópia. Além do aspecto didático, o Memorial, como qualquer ambiente voltado para o atendimento da comunidade que o cerca, vislumbra registrar cada participante que interage com toda a história e o acervo da Escola Politécnica. Sendo assim, todos os participantes das visitas vinculadas aos componentes curriculares registraram sua presença no livro de visitas.

### **Etapa 03 – Cronologia preliminar da trajetória de Nelson Gandur Dacach:**

Partindo da análise da documentação contida no dossiê de ex-aluno, no assentamento funcional de ex-docente de Nelson Dacach, acumulados pela Escola Politécnica da UFBA, bem como a análise técnica do acervo pessoal doado pela família, foi realizada uma descrição das atividades desempenhadas durante sua trajetória acadêmica, profissional e de pesquisa.

## **Resultados**

### **Higienização mecânica do acervo técnico de Nelson Dacach**

Nos meses de outubro e novembro de 2017 realizou-se o diagnóstico do estado de conservação do acervo técnico de Dacach. Para tanto, foram identificados os documentos com necessidade de intervenção de restauração e realizados os pequenos reparos, conforme ilustra a Figura. Este procedimento foi realizado em 100% das pastas que se encontravam em bom estado de conservação. Contudo, os projetos possuíam algumas páginas e plantas esmaecidas e com manchas de ferrugens devido aos grampos metálicos das pastas.



Diagnóstico do estado de conservação do acervo técnico (2017)  
Fonte: MACF

A equipe responsável pela intervenção foi composta por técnicos em restauração do Centro Estadual de Educação Profissional Isaiás Alves (CEEP) do Estado da Bahia que, em parceria com a EPUFBA, desenvolveram um estágio voluntário no MACF, sob orientação da arquivista e coordenados por um restaurador, professor do curso técnico em restauração.

### **Visitas técnicas**

As visitas técnicas no MACF proporcionam o contato da comunidade acadêmica com o universo profissional, proporcionando aos participantes uma formação mais ampla em várias áreas do conhecimento, conforme o acervo pessoal doado e o próprio acervo da EPUFBA. A realização dessa ação é de extrema relevância para os discentes da graduação, pois nela é possível observar o espaço de memória em pleno funcionamento, além de verificar sua dinâmica, atividades, organização e todos os fatores teóricos implícitos nos documentos e objetos existentes no MACF.

Neste sentido, com o propósito de aperfeiçoar a prática profissional dos estudantes do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFBA, realizou-se uma visita técnica com os alunos do 6º semestre matriculados na disciplina obrigatória de Saneamento Ambiental (ENG 352), ministrada pela professora Vivien Luciane Viaro, do Departamento de Engenharia Ambiental da EPUFBA, no dia 07 de junho de 2017. Nesta oportunidade, 22 alunos da graduação estiveram presentes, conforme ilustrado na Figura. Os acadêmicos, deste modo, puderam visualizar na prática a teoria aprendida em sala de aula sobre “Noções Básicas sobre Abastecimento de Água no ambiente rural e

urbano”, por meio do primeiro contato com um do projeto de engenharia, tendo como referência um dos exemplares originais de projeto completo elaborado por Nelson Dacach, no âmbito do abastecimento de água, para o município de Delfim Moreira/MG.



Visita técnica da disciplina de Saneamento Ambiental (ENG 352) (2017)  
Fonte: Acervo MACF

Os discentes foram orientados durante a análise da pasta, tendo uma explanação inicial sobre o vínculo do escopo de apresentação do projeto com os preceitos básicos estabelecidos para qualquer projeto de engenharia regido por normas técnicas brasileiras que, neste caso, vincula-se diretamente com a ANBT NBR 12211/87, a qual fixa as condições mínimas para qualquer estudo de concepção de sistema público de abastecimento de água. Em seguida foram apresentados aos alunos alguns dados provenientes dos estudos preliminares e a caracterização do município em 1955. Seguindo a análise dos documentos técnicos, os alunos tiveram contato com uma das plantas constantes no projeto, que ilustrava o fluxograma completo do sistema de abastecimento para atender uma população de 5000 habitantes, correspondente ao período de 20 anos de vigência do projeto (período de 1956-1976).

Em um segundo momento em sala de aula, após a realização da visita técnica e a análise da cópia disponibilizada do projeto, os discentes expuseram seus questionamentos sobre os termos técnicos utilizados no projeto e as suas percepções quanto ao detalhamento das etapas de caracterização das condições do município, do memorial de cálculo e sobre o fluxograma completo do sistema de abastecimento previsto no projeto avaliado. Por fim, cada aluno entregou um relatório sobre a atividade, considerada no processo avaliativo do semestre letivo.

No dia 16 de novembro de 2017 realizou-se a visita técnica da disciplina obrigatória Administração de Unidades de Informação (ICI A39), ministrada pelo professor Natanael Sobral, do curso de Arquivologia da UFBA. Os 14 alunos do 2º semestre do curso tiveram contato com mais dois projetos completos de Nelson Dacach, tangenciando o abastecimento de água para as cidades de Camaçari/BA e Santo Amaro/BA. Os discentes puderam visualizar as nuances da administração de um espaço de memória, no que se refere ao tratamento técnico, custódia e difusão de um arquivo pessoal de interesse público, conforme apresentado na Figura.



Visita técnica da disciplina de Administração de Unidades de Informação (ICI A39) (2017)  
Fonte: Acervo MACF

As visitas técnicas atingiram plenamente os objetivos previstos nesta etapa de amadurecimento e reconhecimento do modelo didático a ser difundido futuramente, pois houve uma integração e participação entre os participantes, principalmente pela troca de experiências entre alunos, bolsistas, professores e profissionais das áreas. Diante disso, constatou-se que as visitas técnicas transcorreram dentro de todas as expectativas programadas e que as turmas de ambos os cursos foram beneficiadas com este tipo de iniciativa. As iniciativas realizadas em 2017 fortaleceram o ideal do MACF em difundir conhecimento por meio de seu acervo, além de estimular a continuidade e ampliação deste tipo de atividade.

### Descrição preliminar das atividades desempenhadas por Nelson Dacach

As reflexões iniciais sobre a vida profissional e acadêmica de Dacach foram apresentadas pelas autoras nos estudos de 2016 e 2017 (Oliveira e Viaro, 2016; Amaral, Viaro e Cardoso, 2017). Contudo, nesta pesquisa procurou-se sistematizar as atividades e documentos vinculados à vida acadêmica, profissional e de pesquisa já identificadas e que serviram de alicerce para a análise realizada nos estudos anteriores. Neste sentido, o Quadro evidencia tais atividades e documentos.

<b>Atividades vinculadas à vida acadêmica: &lt;Educação Superior&gt;</b>
Caderneta Escolar; Histórico Escolar; Dossiê de ex-aluno
<b>Atividades vinculadas à vida profissional: &lt;Formação profissional&gt;</b>
Currículo; Diploma
<b>Atividades vinculadas à vida profissional: &lt;Atividades docentes&gt;</b>
Assentamento funcional de ex-docente
<b>Atividades vinculadas à vida profissional: &lt;Consultoria e assessoramento&gt;</b>
Parecer técnico, Estudo preliminar; Projeto completo; Projeto Preliminar
<b>Atividades de pesquisa em C&amp;T: &lt;Desenvolvimento da pesquisa&gt;</b>
Livros didáticos; Artigos em periódicos.
<b>Atividades de pesquisa em C&amp;T: &lt;Disseminação da pesquisa&gt;</b>
Notícia de jornal

Atividades e documentos vinculados à vida acadêmica, profissional e de pesquisa de Nelson Dacach  
Fonte: Elaborado a partir das reflexões de Haas; Samuels e Simmons, 1985 apud Campos, 2014.

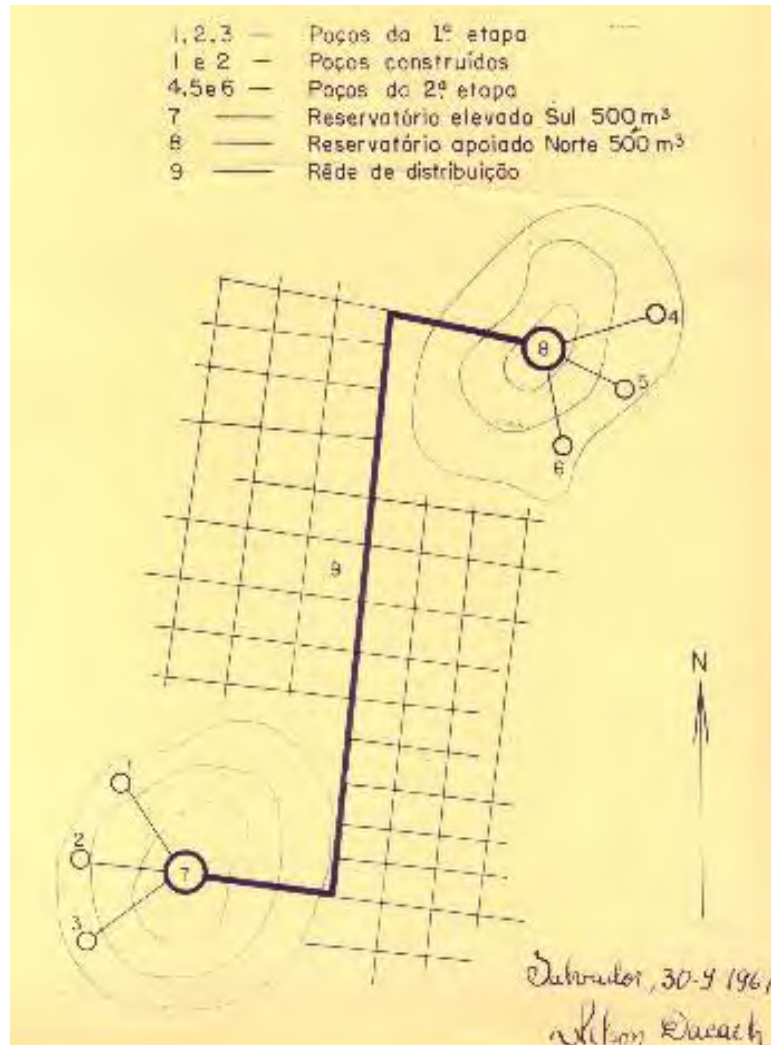
Com a doação integral pela família da documentação pessoal de Dacach, almeja-se delinear, por completo, os acontecimentos e atividades que marcaram a vida pessoal e profissional do titular do acervo (Hobbs, 2016). Neste sentido, espera-se a doação de cartas, fotografias, boletim de notas e certificados obtidos em estabelecimentos de ensino durante sua infância e adolescência, certificados de participação em cursos e eventos,

documentos de identidade, dentre outras tipologias documentais, que retratem atividades e funções desempenhadas ao longo da sua trajetória. Esta documentação permitirá a elaboração do inventário do acervo pessoal de Nelson Dacach, instrumento de pesquisa que orientará os pesquisadores no delineamento da produção do titular.

### **Análise preliminar do projeto de abastecimento de água para o município de Camaçari/BA**

Na ocasião da elaboração do Estudo Preliminar constante no projeto completo, datado de agosto de 1964, o município de Camaçari possuía 21849 habitantes, distribuídos em 46% na zona urbana e 54% na rural. O abastecimento de água era feito de forma rudimentar, onde a maioria das casas possuía poço escavado, sem revestimento impermeabilizante interno, cobertura adequada ou dispositivo mecânico para a extração da água. Além dos poços particulares, existiam fontes públicas, como poços públicos, de onde se retirava água para beber e o Rio Camaçari, cuja água era destinada a outros usos. A coleta era feita em recipientes transportados por animais, que depois distribuía água para as habitações, onde eram armazenadas em tonéis e outras formas simples (Dacach, 1964).

O projeto do Sistema de Abastecimento de Água de Camaçari, apresentado em 1967, foi dividido em duas etapas e priorizou a captação de água por meio de mananciais subterrâneos, prevendo a perfuração de 6 poços tubulares, 3 para cada etapa, localizados ao pé de duas elevações situadas em polos opostos da cidade. Em cada polo haveria um reservatório de capacidade útil de 500m<sup>3</sup>, de modo que uma parte da cidade estivesse na zona de influência do reservatório norte (apoiado) e a outra, na zona de influência do reservatório sul (do tipo *stand-pipe* - reservatório elevado). Entretanto, o documento só abrangeu a primeira etapa do sistema, prevendo a construção imediata do reservatório sul, abastecido por 2 poços já instalados e parcialmente testados, e das tubulações por ele abastecidas. A Figura, esboço realizado pelo próprio engenheiro e anexado à pasta do projeto, ilustra de forma esquemática o sistema proposto por Nelson Dacach (Dacach, 1967).



Forma esquemática do sistema de abastecimento de água de Camaçari  
 Fonte: adaptada de Dacach (1967)

A população limite de projeto, adotada para um horizonte de 20 anos (sendo 1987 o limite final do horizonte adotado), foi de 30 mil habitantes, baseada em sugestão da Superintendência de Água e Esgoto do Recôncavo (SAER) e, em progressão geométrica, a partir das populações nos anos de 1940, 1950 e 1960.

Foi admitido que 70% das casas seriam abastecidas por ligações domiciliares e 30% por torneiras públicas. O consumo doméstico médio anual previsto foi de 3420m<sup>3</sup>, majorado por um coeficiente de reforço sazonal de 1,2 para agregar o consumo industrial crescente, totalizando 4140m<sup>3</sup>. Não foi previsto o atendimento de demanda de incêndio no dimensionamento dos reservatórios e demais partes constituintes do sistema.

Para atender tal demanda, o bombeamento ocorreria 24h por dia e os 6 poços funcionariam em rodízio, de modo que 4 sempre estivessem em funcionamento e, cada poço fornecesse vazão de 12 L/s.

Esta vazão repercutiria em um conjunto elevatório (conjunto motor-bomba) com potência de 25 HP. Os cálculos foram realizados apenas para dois poços, em que a altura manométrica foi calculada conforme Figura, que retrata etapas do memorial de cálculo constante no projeto original de Dacach que, neste caso, descreve a determinação das alturas manométricas (Dacach, 1967). Para ilustrar, altura manométrica é a energia absorvida pelo líquido ao atravessar pela bomba para vencer o desnível geométrico, as perdas de carga e a diferença de pressões entre os pontos considerados como referência no cálculo (Heller, 2010).

<p><b>POÇO 1</b></p> <p>Vazão requerida ..... 12 l/seg            Profundidade do poço ..... 120 m            Profundidade do nível estático ..... -            Profundidade do nível dinâmico ..... 50 m            Cota do nível dinâmico ..... = 9,20 m            Cota do terreno (boca do poço) ..... 40,80 m            Cota do nível máximo da água no reservatório ..... 61,0 m</p> <p>Altura geométrica  <math>H_g = 61,0 \text{ m} - (- 9,2 \text{ m}) \dots\dots\dots 70,20 \text{ m}</math></p> <p>Perdas de carga</p> <p>A perda de carga total <math>H_f</math> é desdobrada em duas parcelas: a primeira <math>h_{f1}</math>, refere-se à tubulação instalada dentro do poço e a segunda, <math>h_{f2}</math>, à tubulação que vai da casa de bomba ao reservatório elevado.</p> <p>A perda de carga <math>h_{f1}</math> é estimada em 5,60 m.</p> <p>Quanto à segunda parcela, é calculada como segue:</p> <p>Vazão ..... 12 l/seg            Extensão fictícia (80 m + 50 m) ..... 130 m            Diâmetro ..... 150 mm            Material ..... ferro fundido            Valor de C na fórmula de Hazen-Williams: 100</p> <p>Com esses dados encontra-se <math>h_{f2} = 0,70 \text{ m}</math></p> <p>Então  <math>H_f = h_{f1} + h_{f2} = 5,60 \text{ m} + 0,70 \text{ m} = 5,70 \text{ m}</math></p> <p>Altura manométrica:  <math>H_m = H_g + H_f</math>  <math>H_m = 70,20 \text{ m} + 5,70 \text{ m} = 75,90 \text{ m}</math></p>	<p><b>POÇO 2</b></p> <p>Vazão requerida ..... 12 l/seg            Profundidade do poço ..... 115 m            Profundidade do nível estático ..... 14,70 m            Profundidade do nível dinâmico ..... 54,8 m            Cota do nível dinâmico ..... = 9,2 m            Cota do terreno (boca do poço) ..... 45,6 m            Cota do nível máximo da água no reservatório ..... 61,0 m</p> <p>Altura geométrica:  <math>H_g = 61,0 \text{ m} - (- 9,2 \text{ m}) \dots\dots\dots 70,2 \text{ m}</math></p> <p>Perda de carga dentro do poço:  <math>h_{f1} = 5,80 \text{ m}</math></p> <p>Perda de carga da tubulação de recalque que vai da casa de bomba ao reservatório elevado:</p> <p>Vazão ..... 12 l/seg            Extensão fictícia (220 m + 55 m) ..... 275 m            Diâmetro ..... 150 mm            Material ..... ferro fundido            Valor de C na fórmula de Hazen-Williams: 100</p> <p>Com esses dados encontra-se <math>h_{f2} = 1,50 \text{ m}</math></p> <p>Então  <math>H_f = h_{f1} + h_{f2} = 5,80 \text{ m} + 1,50 \text{ m} = 7,30 \text{ m}</math></p> <p>Altura manométrica:  <math>H_m = H_g + H_f</math>  <math>H_m = 70,20 \text{ m} + 7,30 \text{ m} = 77,50 \text{ m}</math></p>
--	---

Imagem que retrata os cálculos das alturas manométricas dos poços 1 e 2  
 Fonte: adaptada de Dacach (1967)

Em relação ao tratamento, a única ação sugerida foi a cloração nos reservatórios como medida preventiva tendo em vista a potabilidade da água acusada pelas análises físico-químicas. A simplificação deste processo de tratamento de água para atingir o

padrão de potabilidade pode ser associada a uma análise simplista e preliminar, ao caráter de autodepuração da água ao passo que infiltra no solo e sofre os processos de contato água/rocha.

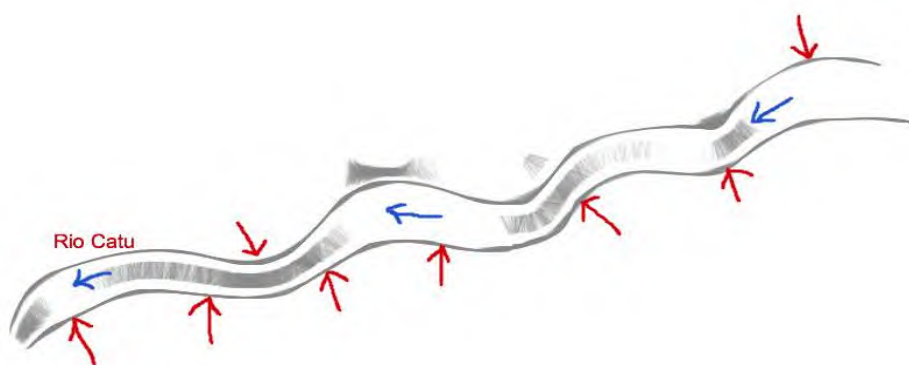
### **Análise preliminar do projeto de esgotamento sanitário para o município de Alagoinhas/BA**

O presente texto busca realizar uma análise preliminar referente a um projeto de esgotamento sanitário elaborado pelo engenheiro sanitarista Nelson Gandur Dacach na década de 60. Trata-se de um projeto completo, composto por estudos preliminares, detalhamento da proposta, memorial de cálculo e orçamentos organizados em três pastas. O documento conta ainda com fotos da infraestrutura local existente na época e mais de vinte plantas construtivas que contemplam quase todo o fluxograma do sistema de esgotamento sanitário: rede coletora, interceptor, emissário, estação elevatória e estação de tratamento. Tal projeto refere-se à cidade de Alagoinhas, na Bahia, e foi realizado em duas etapas, na qual a primeira teve como contratante a Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS) e a segunda, o 6º Distrito Federal do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) (Dacach, 1963).

Em 1963, quando contratado pela Superintendência da Refinaria Landulpho Alves da Petrobrás, Dacach foi convidado a elaborar o projeto da Rede de Esgotos Sanitários da cidade de Alagoinhas. Tal interesse neste projeto se deveu ao fato de que a empresa contratante visava o aproveitamento do Rio Catu para suprimento da refinaria. No entanto, tal rio era bastante poluído em diversos pontos, tanto por parte de despejos industriais (usinas de açúcar e curtumes) como pelos dejetos humanos (estes em maior quantidade à montante do local previsto para a captação do rio). Por isso, havia esse interesse em controlar e reduzir essa poluição a fim de não comprometer a qualidade da água no local de captação (Dacach, 1963).

Para o desenvolvimento deste projeto foi feito inicialmente o levantamento cadastral das redes de esgoto já existentes na cidade de Alagoinhas. Em seguida, apresentou-se como sugestão o traçado de um interceptor nas proximidades do Rio Catu. Esse tipo de tubulação normalmente margeia os cursos d'água ou localiza-se nos vales e tem como função, dentro de um sistema de esgoto sanitário, o recolhimento das contribuições de uma série de coletores de modo a evitar que deságuem diretamente no

rio, lago ou outro destino final. Foi definido em projeto que esta tubulação passaria paralelamente ao rio Catu, ao longo da sua margem esquerda, com declividade tal que seria função do próprio rio e dos pontos de descarga das redes de esgoto. De acordo com as planilhas de cálculo, elaboradas pelo próprio autor, referente aos trechos dos coletores, observou-se uma declividade variando entre 0,0022 m/m e 0,0788 m/m. Quanto ao traçado do interceptor, a razão dele margear o rio pela esquerda foi devido ao fato dos pontos de descarga estarem concentrados neste lado, como ilustra a Figura (Dacach, 1963).



Representação esquemática do Rio Catu e seus pontos de descarga destacados no projeto de Alagoinhas - Bahia.

Fonte: as autoras

Na Figura acima, as setas azuis indicam o sentido de escoamento do rio e as setas vermelhas indicam alguns dos pontos de descarga no rio, sendo a maioria deles em seu lado esquerdo.

Depois de feito o cadastramento da rede de esgoto existente, deu-se prosseguimento aos estudos preliminares em fevereiro de 1963, visando o sistema de remoção e tratamento dos esgotos sanitários da cidade em foco. Através deste estudo, obtiveram-se algumas conclusões e recomendações, tais quais: concluiu-se que a má remoção dos dejetos humanos era o principal fator responsável pela transmissão de doenças que predominavam em caráter endêmico na cidade de Alagoinhas. Estes dejetos humanos eram ainda o principal contribuinte para a poluição do Rio Catu, resultando num curso d'água de aspecto desagradável, malcheiroso e potencialmente contaminado (Dacach, 1963).

Análise preliminar do projeto de abastecimento de água para o município de Santo Amaro/BA

Trata-se de um projeto de ampliação e melhoramento do sistema de abastecimento de água do município de Santo Amaro da Purificação (BA) realizado pelo Engenheiro Nelson Gandur Dacach enquanto contratado pelo Departamento de Saneamento do Estado da Bahia. Os documentos se encontram guardados na pasta de número 29 (numeração feita por Nelson Dacach em seu acervo pessoal) e tiveram o processo de elaboração tanto dos estudos preliminares quanto do projeto em si, datados respectivamente nos anos de 1956 e 1958.

Segundo assinalado no estudo preliminar realizado por Nelson Dacach, na época da elaboração do projeto, o município de Santo Amaro se destacava no cenário estadual, no que diz respeito à sua intensiva produção no cultivo da cana. Conforme o descrito no documento, a cidade estava em boa situação de desenvolvimento social e econômico e tinha a produção industrial como principal fonte de renda do município, conseqüentemente apresentando uma economia relativamente estável. Em 1956, Santo Amaro já dispunha de Sistema de Abastecimento de água, assim como de Esgotamento Sanitário. Ambos os sistemas eram consideravelmente melhores que a maioria dos sistemas da região. (Dacach, 1956)

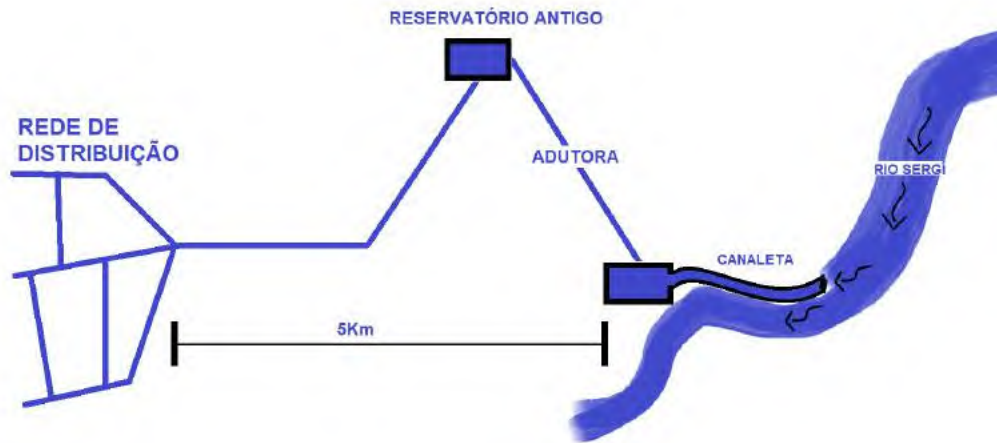
Embora o sistema tenha sofrido ampliações e melhoramentos nesse período (1856-1956) as intervenções feitas até então se mostravam insuficientes frente ao rápido desenvolvimento urbano. Também é citado que o sistema em operação na época possuía deficiências, a saber: em muitos pontos da rede o abastecimento era intermitente e as pressões e vazões não contemplavam suas demandas, devido principalmente às características do manancial abastecedor que já não tinha capacidade para suprir as demandas da região. Além disso, a rede também estava sujeita às impurezas devido à precariedade do tratamento dado à água para abastecimento. (Dacach, 1956)

A respeito do abordado no documento sobre o sistema de esgotamento existente no município, sabe-se que era um sistema unitário: onde se misturavam esgotos prediais e águas da drenagem da chuva. Esta rede era constituída de tubulações de concreto de galerias de tijolo que descarregavam diretamente em alguns pontos do Rio Subaé, que corta a cidade até hoje. (Dacach, 1956)

Na etapa da concepção do projeto, os dados demográficos disponíveis eram apenas os dos censos de 1940 e 1950. Para elaboração do projeto foram utilizados os dados referentes à população da cidade (zona urbana e suburbana), sendo estas: 10.929 habitantes, em 1940, e 12.258 habitantes, em 1950. Levando em conta o crescimento observado nesses 10 anos (acréscimo de 1.329 habitantes), o projeto foi dimensionado de forma a contemplar a população da cidade, nos 20 anos subsequentes à realização do projeto (ou seja, 1978). Foram feitas estimativas populacionais a partir de 3 métodos de regressão, com as populações de 1940 e 1950, tendo as 3 estimativas resultado em valores consideravelmente inferiores ao fixado para o fim de plano: 20.000 habitantes. Embora este valor tenha sido fixado com uma considerável “folga de projeto”, ao verificar a população de Santo Amaro em 1980, com 57.937 habitantes (IBGE - Censo 1980), conclui-se que muito provavelmente a população extrapolou o limite do projeto.

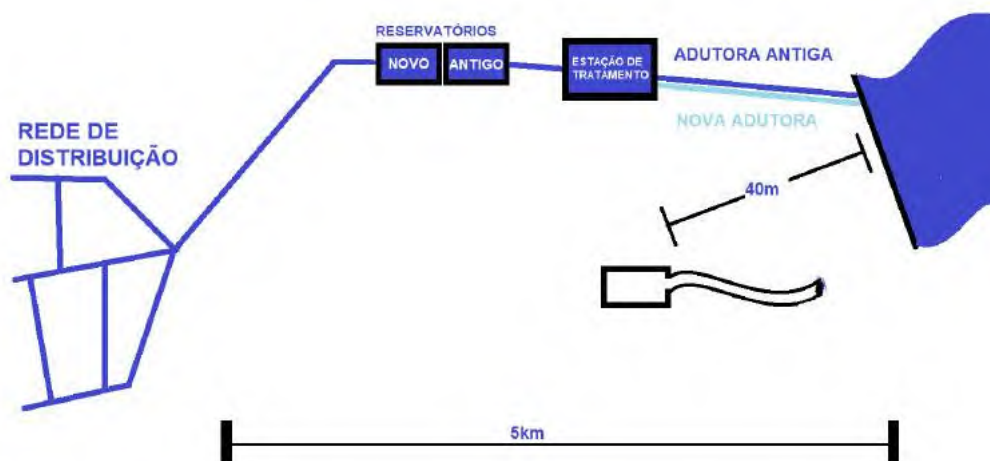
Conforme Figura, a água era captada a 5km da cidade, no manancial conhecido na época como Rio Sergi. No documento não foi encontrada nenhuma descrição detalhada do antigo ponto de captação da água, ficando claro apenas que não havia nenhuma barragem de nível e que a água era conduzida por um pequeno canal até uma caixa descrita no estudo preliminar como sendo de alvenaria e de “dimensões reduzidas”, com pedras e areia em seu interior, a fim de funcionar como uma estação de tratamento primário do sistema. Deste filtro, a água era conduzida por gravidade por uma adutora de 8” de diâmetro nominal, e aproximadamente 5km, até o reservatório de distribuição com 300m<sup>3</sup> de volume útil, situado no morro da Mussurunga. O reservatório era apoiado no terreno e sua construção tinha se dado em alvenaria de pedra. Deste reservatório partia uma adutora com diâmetro nominal de 8” para abastecer a rede de distribuição constituída de tubulações com diâmetros de 8”,6”, 5”,4”, 3” e 2”. Embora quase que a totalidade das tubulações e adutoras do sistema anterior fossem de fabricação “Mannesmann” e, em 1956, já estivessem em operação há pelo menos 30 anos, devido ao “bom estado de conservação” descrito no documento, com a quase ausência de incrustações e vazamentos, elas viriam a ser aproveitadas no novo sistema a ser implantado. Após a realização dos estudos preliminares, foram definidas as diretrizes para o projeto do novo sistema de abastecimento da cidade. Conforme Figura (esquema também retirado do próprio projeto), que ilustra partes constituintes do projeto original

de Dacach, o manancial abastecedor do novo sistema a ser implantado continuaria o mesmo, o Rio Sergí.



Esquema do sistema anterior ao projeto de expansão  
Fonte: adaptada do projeto de Dacach (1958)

Após a realização dos estudos preliminares, foram definidas as diretrizes para o projeto do novo sistema de abastecimento da cidade. A Figura (esquema também retirado do próprio projeto) ilustra partes constituintes do projeto original de Dacach, sendo estabelecido no mesmo manancial citado anteriormente, o Rio Sergí.



Esquema do sistema após o projeto de expansão  
 Fonte: adaptada do projeto de Dacach (1958)

Suas águas seriam captadas ainda a 5km da cidade, porém com a construção de uma barragem de nível à 40m da montante do antigo ponto de captação de água que, por ser obsoleto, seria posto fora de uso (ver detalhe do antigo sistema de captação obsoleto na Figura). Da barragem partiriam duas tubulações em paralelo: a já existente e uma nova a ser construída para reforço do suprimento. A água seria conduzida por gravidade para a estação de tratamento, com previsão de operar com três filtros lentos até o fim do plano, dos quais dois entrariam em operação na primeira etapa do plano. Após a estação de tratamento, a água seria conduzida ainda por gravidade para dois reservatórios de distribuição imediatamente após a estação de tratamento, sendo um deles o já em operação e um novo a ser construído. Juntos, os reservatórios funcionariam como uma só unidade de armazenamento de água. A adutora de água tratada que saía do reservatório existente continuaria sendo aproveitada para atender à rede já instalada da cidade. Do novo reservatório, partiria uma nova adutora destinada a atender às tubulações que seriam assentadas de acordo com as necessidades do projeto. Como mencionado, a rede de distribuição já existente continuaria sendo usada, mas haveria uma integração entre os dois sistemas para seu funcionamento de forma eficiente. Além das ligações domiciliares novas e já existentes, seria feita a utilização de dispositivos públicos de abastecimento de água: torneiras públicas criteriosamente distribuídas pela cidade, com a finalidade de abastecer as residências sem instalações prediais de água.

A partir dos dados demográficos apresentados no texto, é possível verificar que a população da cidade cresceu de forma muito mais rápida que a estimada no início do projeto. Conforme o estimado em projeto, a população em 1978 não ultrapassaria os 20.000 habitantes, mas ao verificar o censo populacional de 1980 (IBGE - Censo 1980) fica claro que a população de quase 60.000 habitantes já não seria contemplada pelo sistema projetado, o que pode ter acarretado em problemas em sua operação e em necessidade de expansão e melhoramento antes dos 20 anos previstos para fim do plano. Para a próxima etapa da análise será realizada uma aproximação à concessionária de água da cidade, assim como à prefeitura, para buscar as informações necessárias sobre o sistema, tendo como ferramenta um questionário com informações referentes ao sistema em operação atualmente, sobre ampliações e modificações sofridas, sobre o manancial abastecedor, dentre diversas outras informações pertinentes para uma análise da evolução do sistema.

#### **Considerações finais**

Este trabalho evidenciou os resultados parciais de um estudo em andamento no âmbito da Arquivologia e Engenharia Sanitária e Ambiental, buscando ressaltar a sinergia entre estas duas áreas do conhecimento no que se refere à análise técnica, arquivística e iniciativas didáticas. Oportunizada pela doação de parte do arquivo pessoal de Nelson Dacach por sua família, essa sinergia consolidou-se em dois projetos de pesquisa financiados pela Universidade Federal da Bahia e nas atividades desenvolvidas até o momento e apresentadas neste artigo.

Ressaltou-se, neste estudo, três dos 99 projetos completos do ex-docente, elaborados para o Estado da Bahia, com predominância nas décadas de 50 e 60. Estes, como diversos outros projetos constantes no acervo, podem ser considerados como um marco no que se refere ao abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado, bem como por apresentarem infraestrutura necessária para o bem estar da população em qualquer município, de pequeno ou grande porte.

Como próximas etapas do projeto, no âmbito das atividades técnicas, destacamos: a) Definição dos projetos que serão alvo das próximas etapas da pesquisa, de acordo com critérios previamente estabelecidos; b) Elaboração de referencial teórico com o uso de dados secundários obtidos a partir de planos de saneamento, relatórios e demais

documentos técnicos disponíveis; c) Elaboração de questionários voltados para a obtenção de dados com os operadores dos serviços e também com os setores administrativos (arquivo, cadastro, comercial, dentre outros); d) Realização de contatos preliminares por telefone e via e-mail para informar sobre o projeto com o envio de ofício formalizando as intenções da pesquisa; e) Realização de visitas técnicas aos locais selecionados para a aplicação dos questionários, vistorias e registros fotográficos; f) Avaliação técnica dos projetos selecionados de acordo com a literatura e normas vigentes atualmente.

No que se referem às atividades didáticas, dois aspectos ressaltam-se: a) Orientação de trabalhos de conclusão de curso no âmbito do abastecimento de água e esgotamento sanitário, tangenciando o acervo técnico de Nelson Dacach; b) Visitas técnicas com modelo aprimorado no formato de ateliês voltados para as disciplinas obrigatórias nos cursos de Engenharia da EPUFBA, tais como: Introdução à Engenharia Sanitária e Ambiental; Hidráulica; Sistemas Urbanos de Água; Sistemas Urbanos de Esgoto; Saneamento Ambiental. c) Visitas técnicas com enfoque direcionado para o perfil dos discentes do ICI/UFBA ao MACF, envolvendo disciplinas, tais como: Descrição arquivística; Disseminação da Informação; Arquivos Permanentes; Administração de Unidades de Informação, dentre outras.

No âmbito das atividades arquivísticas, espera-se elaborar um inventário do acervo pessoal de Nelson Dacach. Para tanto, faz-se necessário sensibilizar a família para a doação das demais tipologias documentais que compõem este arquivo, com intuito de conhecer e estabelecer as relações entre a vida pessoal, profissional e acadêmica de Nelson Dacach.

## Referências

AMARAL, L. A. F. O.; VIARO, V. L.; CARDOSO, M. de N. O inventário do acervo pessoal de estudos e projetos de Nelson Gandur Dacach da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia: Resultados Parciais. In: GARCIA, N.; SILVA, M. C. S. M. (org.) **Archivos personales: experiencias de organización y gestión**. Córdoba: Red de Archiveros Graduados de Córdoba, 2017. p. 26-39. Disponível em: <<http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/Archivos-personales-experiencias-de-organización-y-gestión.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12211**: Estudos de Concepção de Sistemas Públicos de Abastecimento de água. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.

CAMPOS, J. F. G. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DACACH, N. G. Projeto completo da rede de esgoto sanitário da cidade de Alagoinhas/Bahia. Pasta 90 (1963).

DACACH, N. G. Projeto completo do sistema de abastecimento de água da cidade de Camaçari/Bahia. Pasta 98 (1967).

DACACH, N. G. Projeto completo do sistema de abastecimento de água da cidade de Santo Amaro/Bahia. Pasta 28 (1958).

HELLER, L.; PÁDUA, V. L. (org.). **Abastecimento de água para consumo humano**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 2v.

HOBBS, C. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 303-341.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 1980. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/71/cd\\_1980\\_v1\\_t3\\_n13\\_ba.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/71/cd_1980_v1_t3_n13_ba.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2017.

OLIVEIRA, L. A. F.; VIARO, V. L.. O acervo documental de estudos e projetos de Nelson Gandur Dacach da Escola Politécnica da UFBA: uma proposta de intervenção. In: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos privados: abordagens plurais**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2016. p. 49-56. (Eventus 3).

Disponível em: <[http://www.academia.edu/30828286/Arquivos\\_privados\\_abordagens\\_plurais\\_e-book\\_](http://www.academia.edu/30828286/Arquivos_privados_abordagens_plurais_e-book_)>. Acesso em: 09 jan. 2017.

# **OS ARQUIVOS PESSOAIS E SUAS NUANCES: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ARQUIVOS DAS MATEMÁTICAS ESTELA KAUFMAN E MARIA LAURA MOUZINHO LEITE LOPES**

**Dayane Ponciano de Lima**

**Maria Carolina Clares do Nascimento Araújo**

## **Introdução**

O entendimento e o tratamento dado aos arquivos pessoais tem sido uma problemática contemporânea para a Arquivologia. Os profissionais que se dedicam ao trabalho com esses fundos precisam estar abertos para compreender as singularidades do sujeito acumulador do arquivo e para entender que, diferente das metodologias adotadas na organização de arquivos institucionais, “definir as funções e atividades de um indivíduo no decorrer de sua vida já é uma tarefa mais complexa e que exige um trabalho de pesquisa sobre a biografia de vida e a trajetória profissional da pessoa” (Silva, 2012: 90).

Estamos vivenciando um período em que os estudos sobre as “escritas de si”, as pesquisas em diários íntimos, as produções biográficas e autobiográficas têm recebido bastante evidência. Até mesmo as pesquisas em registros de arquivos pessoais ganharam uma nova face. Os documentos dos arquivos pessoais passaram a ser enxergados não só como fontes de pesquisa, assim como nos indica a historiadora Angela de Castro Gomes: “tal documentação [...] apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto da pesquisa histórica” (Gomes, 2004: 10).

Entendemos o trabalho de organização de arquivos pessoais como um exercício constante de pesquisa. Para lidar com esses arquivos é necessário assimilar a ideia de que

indivíduos durante o curso de suas vidas estabelecem diversas relações, transitam em vários espaços e assumem diferentes posições. Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart consideram que o trabalho com a diversidade de campos de atuação existentes num arquivo pessoal, exige que o arquivista seja capaz de identificar as atividades geradoras dos documentos. As autoras afirmam que:

No âmbito dos arquivos pessoais [...] as fronteiras que demarcam as diferentes áreas de ação de um mesmo indivíduo são tênues e imparciais. O uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos. (Camargo e Goulart, 2007: 23)

Os registros dessas diferentes atividades e funções estão dispostos no arquivo pessoal de uma forma que, coloca o profissional responsável pela organização do arquivo como uma espécie de investigador de trajetórias. Para além da organização física dos documentos, o arquivista assume a tarefa de transparecer as atividades, as funções e a trajetória de vida do produtor do arquivo através daqueles documentos e na configuração final do quadro de arranjo. O trabalho de se pesquisar essas trajetórias é uma etapa fundamental no processo de organização desses fundos. Assim como indica o historiador Paulo Roberto Elian dos Santos:

O conhecimento biográfico do titular e dos elementos de constituição de seu arquivo é fundamental na metodologia de tratamento dos arquivos pessoais. A operação de estabelecer a classificação dos documentos só será levada a bom termo se estas etapas iniciais foram bem delineadas. (Santos, 2012: 39)

Também vale salientar que os registros pertencentes a esses fundos, quase sempre, refletem o desejo que o acumulador do arquivo teve em guardar aqueles documentos. No universo dos arquivos pessoais privados, notamos uma intenção quase que autobiográfica na prática de arquivar-se. É a entidade produtora do arquivo “a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. [...] cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira.” (Heymann, 1997: 42-43).

Recortes ou narrativas que possam ser atribuídas a determinados acontecimentos da vida do sujeito, representam um exercício de “arquivamento do eu” (Artières, 1998).

Arquivar a própria trajetória faz parte de um movimento de registrar a nossa existência e a nossa identidade no mundo, uma tentativa de guardar “provas de mim”, como nos sugere Sue McKemmish:

Os registros, sob qualquer forma, nos oferecem, em primeiro lugar, testemunhos de nossas interações com os outros, no conteúdo de nossas próprias vidas e do lugar que ocupamos nas deles - são provas de “nossa existência, de nossas atividades e experiências”. Fabricamos e guardamos os registros que compõem um arquivo pessoal para assegurarmos nosso lugar no presente e no futuro (McKemmish, 2013: 24).

No trabalho em questão trataremos da trajetória de vida e dos arquivos pessoais de duas matemáticas que dedicaram suas carreiras às pesquisas no campo da Educação Matemática e à atividade docente. Fazemos referência aos arquivos pessoais de Estela Kaufman Fainguelernt (1933-2015) e de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013), ambos pertencentes ao acervo arquivístico do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, instituição que, por meio dos trabalhos realizados no Arquivo de História das Ciências - AHC, tem desempenhado um papel importante no tratamento e guarda de fundos documentais de pessoas e instituições que colaboraram com o desenvolvimento e divulgação da produção científica no Brasil. As duas matemáticas tiveram carreiras docentes duradouras e a característica comum na acumulação desses dois fundos são os documentos produzidos no contexto de atuação nas instituições de ensino e pesquisa nas quais estabeleceram vínculo. Ambas foram bastante ativas até o fim de suas vidas, tanto nas universidades, como nos grupos de pesquisa e associações de profissionais da área, também estabeleceram parcerias que resultaram na formação e capacitação de uma geração de educadores matemáticos no Brasil.

Nosso objetivo com esse trabalho é refletir sobre as diferentes formas em que um arquivo pessoal pode se configurar. Os arquivos das referidas matemáticas, que apresentaremos mais adiante, se constituem como dois fundos que possuem características muito singulares, eles são majoritariamente compostos por documentos oriundos das atividades de ensino e pesquisa das produtoras nas instituições, e muitas vezes nos despertam dúvidas sobre a presença desses documentos em um arquivo pessoal.

Ao manusearmos esses dois arquivos pessoais, nos deparamos com a história de duas produtoras que tiveram um longo período de atuação profissional, e que acumularam um vasto material sobre atividade docente que por vezes se confunde com a história da própria instituição onde as matemáticas atuaram. Durante a pesquisa realizada nesses fundos, observamos que os aspectos da vida pessoal das produtoras se entremeiam com os da vida profissional, o que resultou na acumulação de uma documentação rica, dotada de registros que exemplificam as ideias iniciais sobre pesquisas, os objetos de pesquisa propriamente ditos e, conseqüentemente todo o cerne do conhecimento produzido no decorrer da trajetória das matemáticas.

Antes de adentrarmos de fato nos temas referentes à atuação profissional e das peculiaridades dos arquivos pessoais das duas pesquisadoras, iremos apresentar um breve histórico sobre suas trajetórias de vida e como iniciaram suas atividades de ensino e pesquisa na Matemática.

### **Histórico das produtoras**

#### **Maria Laura Mouzinho Leite Lopes**

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes nasceu em 18 de janeiro de 1919 no município de Timbaúba, localizado no estado de Pernambuco. Mudou-se com a sua família para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1935, tendo ingressado no curso de Matemática da Universidade do Distrito Federal - UDF no ano de 1939, mesmo ano em que a UDF foi fechada, dando lugar a Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi. No ano de 1941, Maria Laura concluiu o curso de Bacharelado em Matemática e no ano seguinte finalizou a sua formação no curso de Licenciatura. Logo em seguida, em 1943, foi contratada como professora assistente no Departamento de Matemática da FNFfi, iniciando assim uma longa carreira na instituição que mais adiante se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Foram mais de 60 anos de atividade profissional, tendo atuado na UFRJ, em escolas do ensino básico e universidades privadas.

Durante sua atuação profissional enfrentou algumas situações conflituosas, como na ocasião da defesa de sua tese, quando foi acusada de plágio. Vários foram os

desdobramentos até Maria Laura conseguir comprovar a autenticidade das pesquisas por ela realizadas. Maria Laura esteve na vanguarda no que diz respeito à atuação feminina nos espaços acadêmicos do país e teve importante participação na comunidade científica brasileira. Mais adiante, em 1969, com o endurecimento do regime ditatorial no país, a matemática foi aposentada compulsoriamente juntamente com o seu esposo o físico José Leite Lopes, pelo Ato Institucional nº 5 (A.I.5). Após o ocorrido, optaram por sair do país.

O período do regime militar significou uma grande perda para a produção científica no Brasil. Assim como Maria Laura, vários outros pesquisadores foram aposentados pela ditadura militar e acabaram sendo acolhidos por outras universidades e institutos de pesquisa fora do país. Em 1972 Maria Laura retomou as suas atividades acadêmicas, quando “começou a trabalhar no *Institute de Recherche en Enseignement de Mathematiques* (IREM) de Strasbourg obtendo, assim, o seu contato com novos saberes, novas metodologias de ensino e de aprendizagem em Matemática” (Pereira, 2013: 204). Esse período de atuação no IREM foi de suma importância para as pesquisas em Educação Matemática desenvolvidas por Maria Laura quando retornou ao Brasil em 1974.

A matemática teve atuação destacada em outros institutos de pesquisa, tendo participado da fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF em 1949, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em 1951, e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA em 1952. Também foi uma das primeiras mulheres a ser nomeada para a Academia Brasileira de Ciências - ABC. Em seu arquivo percebemos o cuidado em guardar esses registros, que acabam assumindo a função de apresentar testemunhos sobre eventos e sobre a própria produtora do arquivo.

### **Estela Kaufman Fainguelernt**

Estela Kaufman Fainguelernt nasceu no dia 23 de julho de 1933 na cidade do Rio de Janeiro. Oriunda de uma família de origem judaica, Estela, assim como seus dois irmãos, optou pela formação na área das ciências exatas, tendo ingressado no curso de Matemática da antiga Universidade do Brasil no ano de 1951, e concluído o mesmo em

1955. No contexto da década de 1950, podemos afirmar que iniciar uma carreira no campo das ciências exatas se configurava como uma atitude desafiadora para uma mulher. Pesquisadoras como Estela, além de demonstrar excelência em sua atuação profissional, tinham o desafio de modificar o cenário (predominantemente masculino) que estava posto para as ciências exatas no Brasil, até a primeira metade do século XX.

Sua formação na Pós-Graduação foi obtida também na UFRJ, nos cursos de Mestrado e Doutorado da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - COPPE. Estela obteve o grau de mestre em Matemática e cursou seu Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação. Ambos os trabalhos, apresentados ao final desses cursos, abordaram questões relativas ao ensino de matemática.

Estela iniciou sua carreira docente na educação básica durante a década de 1960, lecionou em escolas como o Colégio Pedro II, e pela Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, no Colégio Estadual André Maurois. Sua atuação no Ensino Superior teve início na década de 1970, na Associação Universitária Santa Úrsula, atual Universidade Santa Úrsula - USU, onde atuou por mais de 30 anos. Na USU, Estela idealizou o primeiro curso de Mestrado em Educação Matemática do estado, e também estruturou o Instituto de Educação Matemática - IEM. Atuou também em instituições como o Colégio Israelita Brasileiro A. Liessin, a Escola Eliezer Steinberg Max Nordau (Escola Israelita Brasileira), Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO, Universidade Estácio de Sá - UNESA e Universidade Severino Sombra - USS, sendo que nessas duas últimas instituições a matemática esteve à frente de coordenações de cursos de Graduação, de Pós-Graduação e de diversos projetos de pesquisa e extensão.

Durante os seus 50 anos de atividade docente, Estela desenvolveu diversas pesquisas com temáticas voltadas para o ensino da Geometria, Educação Matemática, Matemática inclusiva e sobre a formação de professores. Suas pesquisas no campo da Educação Matemática e do ensino da Geometria resultaram em várias produções bibliográficas como livros e artigos em congressos da área. Teve importante atuação junto a Secretaria Estadual de Educação e Cultura no processo de reformulação de currículos. E com frequência, também era convocada para compor diversas bancas de concursos, vestibulares e defesas de trabalhos acadêmicos.

### **Pesquisas em educação matemática – a parceria de Estela Kaufman e Maria Laura**

As pesquisas voltadas para o campo da Educação Matemática no Brasil receberam mais atenção durante a segunda metade do século XX, principalmente durante a década de 1970. Esse período foi marcado pelo aprofundamento das discussões sobre a reformulação do currículo tradicional de Matemática e pelo Movimento da Matemática Moderna - MMM. Vários matemáticos contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo, no entanto, Estela Kaufman e Maria Laura, assumiram um papel de destaque nesse espaço, participando da construção de grupos de pesquisa e atuando em entidades de classe.

Estela Kaufman e Maria Laura já tinham convivido no meio acadêmico durante a década de 1950, quando Maria Laura foi professora de Estela no curso de Graduação em Matemática na FNFfi. Já nos anos 1970, após Maria Laura retornar do exílio político, grupos de pesquisadores interessados em discutir a Educação Matemática começaram a se organizar. No trecho a seguir, apresentamos um levantamento realizado pelo matemático Marcelo Salvador, que lista os principais grupos de estudo sobre Educação Matemática no país entre as décadas de 1960 e 1970:

Entre meados dos anos 60 e 70, a quantidade de pessoas interessadas no estudo de como e o que se lecionar em Matemática, enfim e para além disso em pesquisar a Educação Matemática foi crescendo e foram formados grupos como o Grupo de Estudos do Ensino da Matemática (GEEM), em 1961, em São Paulo; o Núcleo de Estudos e Difusão do Ensino de Matemática (NEDEM), em 1962, no Paraná; o Grupo de Estudos sobre o Ensino da Matemática de Porto Alegre (GEEMPA), em 1970, no Rio Grande do Sul e, também em 1970, no então Estado da Guanabara, o Grupo de Estudos em Educação Matemática do Estado da Guanabara (GEMEG). Apesar de haver algum intercâmbio, em muitas das vezes o estudo e pesquisa desses grupos ficou restrito ao estado de sua criação. (Salvador, 2012: 33-34)

Com a experiência trazida por Maria Laura do período em que esteve vinculada ao IREM, e com o acúmulo das discussões sobre o MMM, vários pesquisadores como Anna Averbuch, Moema Sá Carvalho e José Carlos Melo e Souza, se juntaram a Maria Laura e Estela Kaufman, e criaram no ano de 1976 o Grupo de Estudos e Pesquisas em

Educação Matemática - GEPEM. O grupo surgiu após a dissolução do GEMEG, ocasionada por conta da união do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

O GEPEM se tornou um espaço de referência no que diz respeito às discussões sobre Educação Matemática no Brasil e, até os dias atuais, publica periodicamente boletins com artigos sobre a temática. A partir das atividades do GEPEM criou-se o curso de Especialização em Educação Matemática, em convênio com a USU, que mais tarde veio a se tornar o Mestrado em Educação Matemática da mesma Universidade.

Após ser anistiada na década de 1980, Maria Laura retornou à sua cadeira na UFRJ e criou um projeto de extensão multidisciplinar batizado de Projeto Fundão, trata-se de “uma audaciosa iniciativa que conseguiu unir no mesmo objetivo os institutos de Biologia, Física, Geociências, Matemática e Química” (Araújo, 2009: 56). É considerado um dos projetos de extensão mais antigos em atividade no país. Organiza-se como um espaço de formação que “funciona por meio de grupos temáticos formados por professores universitários, professores do ensino básico (multiplicadores), e por licenciandos (estagiários)” (Araújo, 2009: 56). Estela Kaufman também teve significativa participação no Projeto Fundão. Em seu arquivo encontram-se diversos registros sobre oficinas, palestras e eventos que a matemática participou no projeto da UFRJ.

Outro evento que também merece ser destacado é a criação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, criada em janeiro de 1988. As matemáticas em questão, também participaram da fundação dessa associação. A SBEM se constituiu como um espaço ideal para reunião de pesquisadores de todo o país, para formação de grupos de discussão e organização de eventos nacionais e regionais. Entre os anos de 2000 e 2006, Estela Kaufman esteve na coordenação da seção regional Rio de Janeiro durante duas gestões.

#### **Os fundos documentais de Estela Kaufman e Maria Laura**

Os arquivos pessoais de Maria Laura e Estela Kaufman foram doados ao MAST, respectivamente, nos anos de 2011 e 2015. O arquivo de Maria Laura foi doado pela produtora ainda em vida, está em processo final de elaboração do inventário e recentemente foi disponibilizado para consulta. Já o arquivo de Estela Kaufman, passou a

compor o acervo arquivístico do museu por meio de uma doação realizada pelos familiares da matemática após o falecimento da mesma, e atualmente passa por tratamento técnico.

O MAST, através do trabalho realizado pelos profissionais da Coordenação de Documentação e Arquivo - CODAR tem desempenhado um papel importante na preservação e divulgação de informações valiosas para a história da ciência. Como afirmam Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, “os arquivos pessoais de cientistas, artistas e políticos constituem matéria privilegiada para que se possam compreender os processos de conhecimento, criação e decisão” (Camargo e Goulart, 2007: 50). Essas ações desenvolvidas por instituições de guarda têm aproximado cientistas e familiares dos mesmos que “vêm nesses espaços de preservação o meio de marcar a atuação científica e acadêmica dos titulares dos arquivos, garantindo a perpetuação desses agentes no cenário nacional” (Lisboa, 2012: 11).

Os arquivos de indivíduos que se dedicaram à atividade científica em suas trajetórias profissionais tendem a reunir diversos registros sobre os espaços nos quais atuaram. Esses arquivos podem trazer consigo o histórico de um produtor com atividade docente intensa (como é o caso dos dois arquivos que estamos discutindo aqui), como também, podem apresentar informações sobre pesquisas elaboradas no âmbito dos laboratórios, sobre as trocas de informações com outros profissionais da área, sobre as pesquisas de campo, sobre a gestão de instituições de ensino e pesquisa, entre outras atividades.

No entanto, Odile Welfelé afirma que mesmo diante da riqueza de informações que esses arquivos podem conter, o reconhecimento diante da comunidade científica se apresenta como um fator determinante para que esses pesquisadores conservem os seus documentos histórico-científicos. Segundo a autora:

Os próprios cientistas não tem uma ideia muito precisa do interesse de sua documentação. [...] Guardar arquivos é um princípio de temperamento pessoal. [...] é preciso saber quem poderá tomar conta deles. [...] O papel dos arquivos é mal conhecido, os meios oferecidos insuficientes e a valorização do que fazemos não é importante o bastante. (Welfelé, 2007: 146)

Os arquivos pessoais de Estela Kaufman e Maria Laura se constituem como importantes fontes de pesquisa para a compreensão da história recente da ciência e tecnologia no Brasil, e também como excelentes fontes para compreender o avanço nos debates sobre a Educação Matemática no país. Como estamos nos referindo a duas pesquisadoras que atuaram por longos períodos em instituições, é natural que a trajetória dessas cientistas traga consigo parte da memória dos lugares em que estabeleceram vínculos.

Um cientista que torne sua esfera de ação uma paixão pessoal reverbera essa busca de conhecimento por toda sua produção documental. Essa característica pode ser observada claramente nos arquivos pessoais das matemáticas. Suas atividades científicas foram encaradas com afinco e, estabeleceram eixos de pesquisa que ficaram traçados dentro do seu arquivo pessoal, no qual podemos reconstituir a representatividade dessas mulheres dentro das instituições e projetos científicos nos quais estiveram presentes.

Em meio aos documentos que formam esses arquivos constam em maior quantidade, registros que retratam os vários anos de atividade docente das matemáticas. São documentos que foram gerados durante atividades em disciplinas lecionadas, oficinas ministradas e materiais didáticos elaborados pelas matemáticas. Os documentos bibliográficos também estão em grande número nesses dois fundos, são livros de autoria das pesquisadoras, textos trabalhados em sala de aula e outras publicações da área. As demais atividades e funções elencadas nesses dois arquivos também contam com documentos de divulgação de atividade científica; documentos dos grupos e associações de matemáticos; documentos sobre gestão acadêmica e institucional; documentos pessoais e com uma vasta documentação oriunda das participações em eventos acadêmicos.

Como é possível perceber, as características que foram listadas demonstram que esses fundos documentais são formados basicamente por informações que remetem à atividade profissional dessas pesquisadoras. Lidar com arquivos pessoais de indivíduos que tiveram intensa atuação institucional e científica torna-se um desafio metodológico, pois os limites que determinam onde se encerra a atuação do sujeito e onde se inicia a atividade da instituição, são tênues, “uma vez que grande parte dos documentos por ele acumulados são procedentes dos arquivos dessas últimas” (Basso, 2014: 3).

### **Os documentos institucionais nos arquivos pessoais**

Os princípios arquivísticos funcionam nos arquivos institucionais e nos arquivos pessoais, pois as questões referentes ao tratamento documental de arquivos pessoais estão mais próximas do que imaginamos da metodologia de organização dos arquivos institucionais. Embora, um fundo arquivístico pessoal seja conhecido usualmente por apresentar uma atmosfera particular originária de sua acumulação muitos dos produtores de arquivos pessoais trazem em seus fundos um reflexo das funções que desempenharam no decorrer da sua vida institucional. Quando propomos que muito do institucional está no arquivo pessoal não estamos descaracterizando a singularidade própria de um arquivo pessoal, estamos observando que quantitativamente o mesmo possui documentos que poderiam estar arquivados nos órgãos no qual o produtor trabalhou. Uma vez esse vínculo iniciado, ocorre o desenvolvimento de inúmeras ramificações institucionais que serão naturalmente incorporadas ao arquivo pessoal. Qualitativamente, também podemos analisar que muitos dos documentos ali depositados têm estrutura formal exclusiva das instituições que o produtor fazia parte no momento que o documento foi concebido.

O que queremos deixar evidente em relação aos arquivos de Estela Kaufman e Maria Laura é a presença de diversos documentos que foram elaborados na esfera institucional, e que em alguns casos tratam de questões específicas das instituições. As produtoras desses fundos, além de atuarem como docentes nas universidades e escolas, também foram gestoras acadêmicas e institucionais nos espaços por onde passaram. Podemos citar como exemplo a presença de documentos como relatórios, ofícios, convocatórias, portarias, prestações de contas de eventos e de compras de materiais para laboratórios, listas de equipamentos para os laboratórios, entre outros registros, que foram gerados nas instituições e acumulados junto aos arquivos pessoais das pesquisadoras.

Quando nos deparamos com essas situações no processo de tratamento do arquivo, nos perguntamos se esses elementos não descaracterizam esses fundos como arquivos pessoais. A partir dessa indagação algumas reflexões iniciadas durante a organização desses arquivos pessoais, se substanciaram. As questões referentes ao tratamento documental de arquivos institucionais se diferem das questões dos arquivos pessoais, entretanto muitas etapas da metodologia de organização dos arquivos

institucionais são desenvolvidas aos arquivos pessoais. Embora, um fundo arquivístico pessoal possua duas características proeminentes e peculiares: as “características informais apresentadas em sua acumulação e a pluralidade de documentos em suportes diversificados” (Tognoli e Barros, 2011: 67).

Devemos considerar também o grau de informalidade presente na formação dos arquivos pessoais, a ausência de regras nesse exercício de acumulação e que “o produtor do arquivo pessoal tem liberdade para avaliar e selecionar os documentos que permanecerão sob sua guarda e descartar aqueles que não lhe interessa perpetuar” (Silva, 2013: 165). Não podemos deixar de destacar, a ação dos herdeiros que podem desempenhar um papel fundamental na configuração final do arquivo pessoal.

Na experiência vivenciada no Arquivo de História das Ciências, é comum nos depararmos com fundos documentais de cientistas que são compostos basicamente pela produção intelectual desses sujeitos. A seleção feita pelos produtores ou pelos herdeiros dos mesmos quase sempre prioriza os registros sobre a atividade científica do produtor. Na discussão sobre tipologia documental de arquivos de cientistas e da importância desses para a história da ciência, Maria Celina Soares de Mello e Silva e Márcia Trancoso descrevem aspectos peculiares desses arquivos pessoais:

Uma das características dos arquivos pessoais de cientistas e pesquisadores em geral é que normalmente apresentam muito mais documentos produzidos por sua atividade científica, ou seja, fruto de seu trabalho, que os produzidos pelas atividades relacionadas à sua vida privada doméstica, em família, ou entre amigos. Também são poucos os que fornecem registros sobre atividades ligadas ao lazer, como esportes, artes etc., ou sobre sua crença religiosa. (Silva e Trancoso, 2015: 851)

Os documentos produzidos no contexto da atividade científica, dificilmente são recolhidos pelas instituições nas quais o pesquisador esteve vinculado. Os registros documentados no exercício dessas atividades acabam integrando os arquivos pessoais desses pesquisadores, assim como foi observado no estudo realizado por Odile Welfelé, que reuniu informações sobre a conservação dos arquivos científicos contemporâneos na França e como os pesquisadores documentavam as suas atividades. A pesquisadora constatou que:

Encontramos também, com frequência, documentos de origem pública, subtraídos pelo pesquisador na época em que exercia suas responsabilidades ou levados como lembrança no momento de sua partida. O que se pode chamar “documentos pessoais” de um pesquisador é uma noção que evoluiu consideravelmente nos últimos anos, em razão do impacto da informática sobre a redação de artigos e da utilização intensiva do correio eletrônico. (Welfelé, 2007: 140)

Os arquivos pessoais de Estela Kaufman e Maria Laura possuem características semelhantes com as descritas por Odile Welfelé. Para além das anotações sobre atividade científica, esses arquivos já apresentam sinais do impacto gerado pelo crescimento das novas tecnologias e aperfeiçoamento da informática. Contamos com um grande número de *e-mails* impressos (o que enxergamos positivamente, pois temos acesso à informação desses documentos), porém, também encontramos nesses arquivos documentos salvos em outros suportes como disquetes e fitas VHS. Elementos como esses se apresentam como desafiadores, pois o acesso aos conteúdos contidos nesses suportes não é uma tarefa que depende apenas do profissional arquivista.

Considerando as diversas atividades e funções que um indivíduo pode exercer durante sua trajetória de vida, a organização de arquivos pessoais adotada pelo MAST contempla as particularidades encontradas em cada arquivo, explorando as questões concernentes a biografia do produtor, respeitando a organicidade do fundo, sem detrimento da gênese documental, facilitando o acesso para vindouros pesquisadores.

A organização das séries documentais apresenta desde os aspectos da vida pessoal do produtor, sua formação acadêmica, e as diversas atividades que desempenhou durante sua atuação profissional. Dessa forma, podemos ter uma leitura geral de quem foi o personagem, ao visualizarmos a divisão do quadro de arranjo elaborado para o seu arquivo. A organização arquivística é desempenhada de forma coerente, porém, particular, se adequando a cada produtor, “os passos podem ser diferenciados, já que há especificidades em cada ente produtor e em cada contexto de produção. Tudo depende do tipo da entidade produtora, sua competência, suas funções e suas atividades” (Bellotto, 2014: 5).

Como já salientado anteriormente, no AHC é comum lidarmos com arquivos pessoais de cientistas que reuniram ao conjunto dos seus documentos pessoais, documentos das instituições em que atuaram. Sendo que, a maioria desses fundos, conta com uma documentação produzida no universo dos laboratórios da chamada ciência *hard*. Segundo Paulo Roberto Elian dos Santos (2012), o laboratório é um espaço dos experimentos, sucessos e fracassos do fazer científico. Quando tomamos como exemplo os arquivos de Estela Kaufman e Maria Laura, notamos que os documentos acumulados nas suas funções enquanto pesquisadoras, dizem respeito, sobretudo, às atividades desempenhadas em sala de aula e nos grupos de discussão sobre estratégias para melhoria do ensino matemático.

Diante disso, podemos perceber as diferentes formas em que um arquivo pessoal pode se configurar. Produzidos no âmbito da prática e das pesquisas sobre ensino, esses dois fundos contam com diferentes tipos de materiais didáticos que tem se apresentado como um desafio para o processo de classificação desses documentos. No entanto, como a variedade de tipos documentais é uma realidade quando nos referimos aos arquivos pessoais, devemos como nos alerta Camargo e Goulart (2007), assumir as dificuldades e problemas que a tarefa de organização de arquivos pessoais impõe.

### **Considerações finais**

Os arquivos pessoais de Estela Kaufman Fainguelernt e de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes representam a trajetória de vida de múltiplos educadores que desempenharam em suas atividades docentes um papel importante para o avanço e preservação da memória científica e tecnológica nacional. Ao preservar e tratar essa documentação, estamos de certa forma, também preservando a história de instituições de ensino e pesquisa do país, onde esses pesquisadores exerceram suas atividades.

O AHC tem recebido arquivos pessoais de cientistas que além das atividades executadas em laboratórios de pesquisa, reuniram uma quantidade considerável de documentos no exercício da docência. Um possível caminho a ser seguido seria pensarmos em alternativas de mapear as diferentes tipologias documentais presentes nesses fundos, para que a classificação desses documentos e a descrição arquivística sejam

realizadas da melhor maneira. A identificação dos tipos documentais consiste como uma etapa importante no tratamento dos arquivos pessoais, pois produz uma série de informações que auxiliam no trabalho dos profissionais que lidam diariamente com o tratamento dos arquivos, facilitam na recuperação da informação, como também proporcionam mais informações para os pesquisadores que têm interesse na documentação desses fundos.

No que se refere à presença de documentos institucionais nesses arquivos pessoais, deve-se levar em consideração que eles estão inseridos no contexto de produção das atividades desempenhadas pelo produtor do fundo, deve-se respeitar também o princípio da organicidade, pois “o arquivo é sempre maior do que o somatório das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo” (Camargo e Goulart, 2007: 48).

Nesse sentido, acreditamos que a organização desses conjuntos documentais a partir das funções e atividades assumidas pela entidade produtora é essencial. Como afirma Terry Cook, a arquivística reconhece similaridades nos arquivos oficiais e pessoais, “ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal” (Cook, 1998: 131).

Deste modo, separar os documentos classificados como institucionais não é uma alternativa, uma vez que ele está inserido num contexto das atividades do ente produtor. Gabrieli Aparecida da Fonseca, ao tratar das particularidades dos arquivos pessoais, afirma que essas especificidades devem ser consideradas, e que a presença delas não significa a perda de características desses fundos. De acordo com a autora:

Os acervos pessoais por reunir a documentação de pessoas físicas, abrangem diversos tipos documentais, muitos deles decorrentes de acumulação. No entanto, esses acervos podem conter documentos que são públicos em função do órgão emissor, mas que possuem um caráter pessoal por se referir/pertencer a determinado indivíduo. (Fonseca, 2015: 5)

Ao realizarmos a execução do quadro de arranjo do arquivo pessoal de Maria Laura, pudemos verificar que existe uma aproximação das áreas pessoais e institucionais.

Todavia, se não tivéssemos o prévio conhecimento de todas as instituições na qual ela atuou, não poderíamos ter solucionado muitas das questões ocorridas no decorrer da organização do arquivo, o que confirma que o arquivo pessoal é repleto de insurgências e que aliar a atividade de organização do arquivo á pesquisa sobre a história das instituições e trajetórias dos indivíduos é uma etapa fundamental nesse processo. Experiência semelhante tem ocorrido durante a organização do arquivo pessoal de Estela Kaufman.

Por fim, reafirmamos a necessidade de enxergar o trabalho com arquivos pessoais como uma atividade de pesquisa. Assim como um pesquisador acha cientificidade e aprendizados na exploração dos seus estudos para um novo campo, nós podemos encontrar uma densidade de registros científicos nos arquivos pessoais. A informação sempre ultrapassa cenários comuns e, se introduz por outros igualmente curiosos, a interdisciplinaridade dos arquivos pessoais se impõe como uma nova fonte de profusão e domínio científico, produzindo oportunidades de conhecer e se reconectar aos registros científicos.

## Referências

ARAÚJO, Fábio Ferreira. **A influência e importância de António Aniceto Monteiro para o desenvolvimento da matemática no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998.

BASSO, Rafaela. As experiências preliminares do tratamento de um arquivo pessoal: o estudo de caso do fundo Bernardo Beiguelman. In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: saberes e práticas científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 2002. (Como Fazer, 8).

\_\_\_\_\_. O sentido dos arquivos. In: Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais, 1, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd\\_14012774465385cc06bbb48-fala\\_bellotto.pdf](https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48-fala_bellotto.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.27-39, jul.-dez. 2009.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, jul. 1998.

FONSECA, Gabrieli Aparecida da. Arquivos pessoais e suas particularidades no âmbito arquivístico. In: Seminário Científico Arquivologia e Biblioteconomia, 4., 2015, Marília. **Anais...** Marília, 2015. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/fonseca-g.a..pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, jul. 1997.

LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 11-19.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 17-43.

PEREIRA, Pedro Carlos. **A educadora Maria Laura: contribuições para constituição da educação matemática no Brasil**. São Paulo, 2010. 239 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Maria Laura. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (org.). **Educadoras matemáticas: memórias, docência e profissão**. São Paulo: Livraria da Física, 2013. p. 197-208.

SALVADOR, Marcelo Ferreira Martins. **Uma história de paixão: Estela Kaufman Fainguelernt e o ensino da geometria**. Vassouras, 2012. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Severino Sombra.

\_\_\_\_\_. Estela Kaufman. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). **Educadoras matemáticas: memórias, docência e profissão**. São Paulo: Livraria da Física, 2013. p. 47-58.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian (org.). **Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação de Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 21-50.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.849-861, jul.-set. 2015.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 160-174, set. 2013.

\_\_\_\_\_. Reorganização de fundo: uma experiência em arquivo pessoal de cientista. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e ; SANTOS, Paulo Roberto Elian (org.). **Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação de Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 89-112.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n.1, p. 66-84, abr. 2001.

WELFELÉ, Odile. Quais os materiais para o historiador de amanhã? O futuro dos arquivos científicos. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro (org.). **Caminho para as estrelas**. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 138-159.

## ARQUIVOS PESSOAIS E TEORIA ARQUIVÍSTICA: O ARRANJO COMO UMA FUNÇÃO DE PESQUISA

**Patricia Ladeira Penna Macêdo**

**Lucia Maria Velloso de Oliveira**

Uma disciplina científica, para reivindicar tal condição, necessita de um conjunto de componentes claros, definidos e organizados. A ciência pode ser considerada como um sistema de teorias, leis e métodos científicos que expliquem a realidade a qual se dedicam, tendo objetos definidos que demonstrem sincronia com a base de conhecimento a que pertencem.

Como área de conhecimento, a Arquivologia se desenvolveu - e ainda se desenvolve - por meio da constante interação entre teoria e prática. Embora os arquivos existam desde a antiguidade, sua consolidação como campo científico data do século XIX, com as iniciativas europeias, com destaque para França, Itália, Prússia e países baixos, e para a sistematização dos princípios arquivísticos mais fundamentais: da proveniência, da ordem original e do respeito aos fundos.

A partir de uma perspectiva internacional, com ênfase à realidade europeia, Mary Sue Stephenson (1991) afirmou que, durante sua consolidação enquanto ciência, a Arquivologia, em alguns momentos, separou a teoria da prática. Segundo a autora, as questões de índole teórica ficaram a cargo dos centros universitários, na figura dos docentes, enquanto os profissionais centraram sua atenção em aspectos de caráter mais prático. Nesse sentido, Stephenson assinalou que os investigadores são aqueles dedicados a satisfazer as exigências acadêmicas e os profissionais visam, somente, encontrar resultados que contribuam para melhorar a sua prática profissional.

Essa situação, apesar de ser algo que paira sobre o imaginário arquivístico, não pode ser considerada uma verdade absoluta. Afinal, no Brasil, conforme destacado por diversos autores como Paulo Elian Santos (2012), Angélica Alves da Cunha Marques (2013), Eliezer Pires da Silva (2013), Maria Odila Fonseca (2005) e José Maria Jardim (1998), a formação e consolidação da Arquivologia enquanto área está intimamente ligada à sua institucionalização, a partir de movimentos associativos desde a década de 1970.

Enquanto ciência social aplicada, categoria à qual pertence a Arquivologia no Brasil, esta pauta-se em conhecimentos desenvolvidos com o objetivo de sanar aspectos práticos e sociais. As ciências sociais aplicadas conjugam, portanto, dimensões de reflexão e empiria, com cruzamentos interdisciplinares e níveis de valoração profissional que atingem a comunicação, a informação e a memória.

De fato, o cientista enquanto ator social deve pautar suas pesquisas a fim de associar conhecimento científico e objetivos práticos, conforme destacado por Bruno Latour (2000), ao afirmar que não existe separação entre organização (como faz) e conhecimento científico (do que faz).

Em estudo sobre a realidade das pesquisas em Arquivologia no Brasil, Paulo Elian Santos (2012) observa de forma empírica como esta separação - entre teoria e prática - não é algo verídico no cenário nacional, ao pesquisar no diretório de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Com o objetivo de fomentar a ciência, a tecnologia e a inovação, o CNPQ destaca-se como a principal agência de desenvolvimento de pesquisas brasileiras. Nesse sentido, utilizá-lo como campo empírico torna-se esclarecedor.

Conforme verificou Santos (2012) em pesquisa no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ, no que tange à realidade brasileira, os estudos não estão restritos aos ambientes universitários, uma vez que, nos grupos cadastrados que possuem como temática arquivos, Arquivologia, acervos e arquivística, destacou-se a grande quantidade de grupos de pesquisa vinculados às instituições não universitárias, entre elas a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea

do Brasil (CPDOC/FGV), Fundação Casa de Rui Barbosa e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)<sup>1</sup>.

Em linhas gerais podemos caracterizá-los como centros de pesquisa e documentação com funções e estruturas semelhantes, e com alcance nacional na medida em que servem de referência em suas respectivas áreas de atuação. **Trata-se de instituições com vínculos a estruturas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e/ou ensino e possuem ações significativas de prestação de serviços na gestão, preservação e divulgação de acervos arquivísticos, e em especial arquivos pessoais.** (Santos, 2012: 68, grifo nosso)

Destaca-se que, nas quatro instituições identificadas pelo autor, existem pesquisadores que atuam como “liderança” na condução de linhas e/ou projetos de pesquisa, sendo estes profissionais não necessariamente relacionados ao ambiente universitário. Ainda a partir do que foi inicialmente apontado por Santos (2012), outra questão relevante para o desenvolvimento do presente trabalho é o interesse e a direta relação com os arquivos pessoais, que se expressa em linhas e temáticas de investigação, o que confirma o lugar de destaque que os autores brasileiros atualmente conferem às reflexões teóricas e metodológicas sobre os arquivos pessoais.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar dos arquivos pessoais frente à fundamentação teórica arquivística, tema esse que merece maior atenção em virtude de, por muito tempo, os arquivistas somente reconhecerem como típicos de arquivo os documentos produzidos no âmbito corporativo.

Cumprе observar que, de fato, em textos clássicos que se encontram na base do desenvolvimento da arquivística moderna, como o *Manual dos arquivistas holandeses* e as obras de Sir Hilary Jenkinson (1922) e Theodore Roosevelt Schellenberg (2006), os conjuntos documentais acumulados por pessoas não são considerados arquivos propriamente ditos. Segundo Silvana Goulart e Ana Maria Camargo (2007: 37), “os autores clássicos dedicaram-se especialmente aos documentos acumulados por instituições, encarando os pessoais, quando muito, como complementares”. Quando se preocupam com os arquivos privados, identificam-nos como *manuscripts* ou *papers*,

---

<sup>1</sup> Apesar da pesquisa de Santos ser datada do ano de 2012, para a realização deste artigo, verificou-se novamente os dados e essa realidade não foi alterada.

termos que fazem supor fragmentação e aleatoriedade no processo de produção e acumulação documental.

O que hoje chamamos de arquivos privados, seria o que Jenkinson e Schellenberg referiram como manuscripts, historical manuscripts ou manuscript collection. (...). Os arquivos privados, no entanto, são mais abrangentes que manuscripts, na medida em que contemplam também os documentos digitais e as mídias não-textuais. Mas, acima de tudo, carregam e expressam a palavra “arquivo” aplicada aos fundos de proveniência privada, algo que para estes dois pensadores seminais seria algo negado e incompatível à concepção dos “historical manuscripts”. (Stapleton, 1983-84: 82, tradução nossa)

Num processo contínuo e sem crítica, os arquivos pessoais, por muito tempo, não foram reconhecidos no quadro conceitual da Arquivologia. Além disso, sua metodologia de organização tradicionalmente não estabelecia uma efetiva representação dos documentos tendo por base os princípios arquivísticos. Nesse sentido, defendemos a noção de que os conjuntos documentais acumulados por pessoas constituem parte do universo dos arquivos e, a fim de assegurar a correta identificação destes acervos, faz-se necessário considerar os três princípios basilares da área - o da proveniência, o de respeito aos fundos e de ordem original - no momento de criação do que foi denominado por Elisabeth Yakel (2003) como “representação arquivística”.

Como opção de recorte metodológico, optamos por desenvolver, neste artigo, reflexões em torno sistema de arranjo, por entendermos que esta é a primeira representação criada pelo arquivista com o objetivo de expressar o produtor, os documentos e os processos que dão origem ao arquivo.

Nossa intenção não é abordar exaustivamente as diversas formas de arranjo elaboradas ao longo dos anos para os arquivos pessoais. Ante a isso, pretendemos destacar como as abordagens de caráter contextual, que visam relacionar os contextos originais com a funcionalidade dos documentos para o produtor, permitem ao pesquisador o acesso a uma documentação neutra, no que tange às escolhas subjetivas do indivíduo arquivista. Documentar as tomadas de decisão, discutir com os pares e se tornar o principal pesquisador do arquivo são alguns dos papéis do arquivista na atualidade.

## Arquivologia e documentos pessoais: possibilidades e limites

A necessidade individual de criar documentos para referências diárias, para sustentar a memória pessoal, para interagir dentro da sociedade e também para ser lembrado, possibilitou a existência do que chamamos hoje de arquivos pessoais.

Enquanto produto de atividades dos indivíduos, os documentos pessoais representam as relações sociais, políticas, econômicas e afetivas construídas ao longo da vida. Cada pessoa guarda documentos pelos mais diferentes motivos. Mas, principalmente, para servir de evidência de sua existência. Nos arquivos pessoais, são registrados o pessoal, o privado, as opiniões e os comentários, os sentimentos singulares e a intimidade das pessoas ao longo do tempo. Nesses arquivos, encontramos registros de transações de negócios, documentos fruto da relação do indivíduo com o Estado, das suas atividades profissionais, religiosas, públicas, bem como de seus *hobbies* e interesses, o que, segundo Catherine Hobbs (2001: 127, tradução nossa), seriam os fragmentos da vida e dos relacionamentos, representados na forma documental.

Segundo Philippe Artières (1998), arquivos pessoais são constituídos e preservados pelos indivíduos como prova de sua trajetória e inserção social.

Além disso, o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar apto a apresentar o inventário deles: seu *curriculum vitae*. O que é um *curriculum* senão o inventário dos nossos arquivos domésticos? A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço e telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques. Um *curriculum* é uma autobiografia resumida, um sumário: só traz o essencial. Num *curriculum* a lacuna é banida, é sinônimo de um vazio, de um período sem escrita. Devemos, portanto, manter os nossos arquivos com cuidado; não apenas não perder os nossos papéis, mas também provar que eles estão bem classificados. Eles devem revelar uma coerência condizente com a norma. (Artières, 1998: 6)

Documentos são criados e conservados como instrumentos de reconhecimento e afirmação da identidade individual. Nesse sentido, visam regular o cotidiano e servir ao futuro. Por isso, reflexões pessoais tornam-se fontes úteis para perspectivas sociológicas maiores. Na verdade, trabalhar com os arquivos de indivíduos não é apenas lembrar o

modo como o indivíduo se encaixa na sociedade, mas como muitos indivíduos participam de um mesmo jogo de regras, saberes e práticas disseminadas socialmente.

O reconhecimento da importância histórica dos documentos pessoais - principalmente no final dos anos 1970, no contexto da redemocratização política do país e mudança no paradigma da escrita da História, a partir da valorização da História Cultural e do desenvolvimento da micro-história - fez com que os arquivos pessoais ganhassem importância como fonte de pesquisa.

As transformações observadas na narrativa histórica influem numa mudança de metodologia e de recorte de fontes. É a partir destas questões que os arquivos passam a ser observados através de novos olhares, e representam um desafio para a Arquivologia.

Vale ressaltar que documentos pessoais já eram reconhecidos por sua importância enquanto patrimônio histórico. Porém, inicialmente, tais documentos ficavam sob responsabilidade das bibliotecas - devido à tradição de ali se depositarem as obras e os demais papéis dos escritores - e dos museus, por serem considerados parte do imóvel e da “móvel”. A naturalização do recolhimento pelas bibliotecas e museus acentuou o caráter de coleção e distanciou os documentos pessoais das concepções de fundo, uma vez que a metodologia usada por estas unidades de informação visa o tratamento do documento individualmente, item por item, o que, ao final, propicia o distanciamento desses arquivos da epistemologia arquivística.

A peculiaridade do documento de arquivo em relação à biblioteca e ao documento museológico está intrinsecamente relacionada à razão de ser de sua produção. O documento de arquivo é gerado para registrar ou representar uma atividade, um ato, e está, portanto, implicado em funções e processos, e vinculado a uma missão. (Oliveira, 2012: 35)

De fato, o primeiro manual que destaca o reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto parte das preocupações arquivísticas é de autoria do arquivista italiano Eugenio Casanova, que, somente em 1928, conferiu a seguinte definição aos arquivos: “o arquivo é a acumulação ordenada dos documentos de uma instituição ou indivíduo, constituída no curso de sua atividade e conservada para a consecução dos objetivos políticos, legais e culturais daquela instituição ou indivíduo” (Casanova, 1928: 19, tradução nossa).

Conforme se pode notar, o reconhecimento destes arquivos enquanto parte das preocupações arquivísticas é tardio frente à própria concepção da Arquivologia enquanto área de saber. Esta que tradicionalmente voltou seus esforços para os documentos de natureza pública.

O paradigma estatal da Arquivologia refere-se à sua característica como área que nasce para atender as demandas do Estado. Por isso, podemos afirmar que sua produção teórica acompanha tal premissa e, no decorrer dos séculos, foi voltada quase que exclusivamente para os documentos “oficiais”.

A teoria arquivística como um todo, aparentemente formulada considerando empiricamente somente os arquivos públicos, apresenta um desafio metodológico de adaptação que precisa ser enfrentado e levado ao âmbito pessoal. É indispensável o emprego de procedimentos e métodos para o tratamento de documentos em arquivos pessoais, assim como para os institucionais. Por se tratarem de arquivos, os documentos devem ser analisados durante a identificação, com o objetivo de se compreender as razões pelas quais foram criados e acumulados ao longo do tempo.

Os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. A lógica de acumulação dos documentos nos arquivos pessoais não corresponde àquela das instituições. Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Assim, o conhecimento de todo o universo do acervo, para tratá-lo, representa um desafio para arquivistas. Um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo de sua vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico. Ao arquivista cabe realizar um estudo sobre a vida e obra da pessoa produtora do arquivo, para que possa compreender o conjunto documental, definir abordagens, classificação e todo o tratamento arquivístico a ser adotado, incluindo a preservação e o acesso. (Silva e Santos, 2012: 7-8)

Essa reflexão traz à tona as possibilidades e os limites colocados pela tradição do pensamento arquivístico aplicado aos fundos pessoais. No entanto, reforçam a defesa de uma abordagem que respeite a organicidade do conjunto documental. De fato, um indivíduo não funciona como uma instituição. Ao longo de sua vida, estabelece ações

ligadas ao universo das relações de amizade e de sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos.

De acordo com Maria Celina Soares de Mello e Silva (2013), uma das principais características relacionadas aos arquivos pessoais é a liberdade, que se expressa sob três vertentes: acumulação, organização e seleção. Segundo a autora, a liberdade de acumulação, corresponde a possibilidade de guardar apenas os documentos que desejamos, estabelecendo critérios próprios de acordo com o entendimento individual, permeado por gostos e necessidades pessoais.

A liberdade relacionada à organização refere-se à opção individual na forma de organizar seus próprios documentos, sem a necessidade de obediência a regras ou normativas. Por fim, ainda segundo a autora, existe a liberdade de seleção que se caracteriza como uma ação subjetiva no que tange a avaliar e estabelecer critérios de descarte ou manutenção de documentos privados. Essas características, reconhecidas como informais e próprias dos arquivos pessoais, testam os limites dos princípios teóricos da Arquivologia, ao mesmo tempo em que os reforçam como alternativa segura para que tais conjuntos não percam a unicidade e a coesão orgânica que os caracterizam.

### **Arquivos pessoais e princípios arquivísticos: aproximação e desafios**

A razão primeira pela qual o indivíduo constitui um arquivo é a sua funcionalidade, pois constantemente precisa de uma nota fiscal, de um comprovante de votação, de um documento antigo, de uma minuta de texto etc. É a partir dessa necessidade de estar se identificando, comprovando ações, cumprindo obrigações e negócios por meio dos documentos, que o indivíduo passa a se dar conta da necessidade de arquivar. Todavia, há ainda outros motivos, relacionados à esfera subjetiva. Guardam-se documentos e objetos que ajudam a recordar um afeto, representam uma superstição, um hobby ou uma forma de registrar as impressões pessoais sobre o mundo.

Nesse sentido, arquivos pessoais apresentam uma gama de documentos e objetos com as mais variadas características, e que somente são entendidos enquanto documentos de arquivo desde que tenham sido produzidos no decorrer de alguma atividade inerente

à vida do titular. A constituição do arquivo pessoal será marcada pela mescla de documentos que representam as atividades formais dos indivíduos com aqueles que representam atividades difíceis de serem determinadas.

Realmente, o arquivo pessoal, na sua dimensão de representação da intimidade, distancia-se dos arquivos institucionais no que tange ao processo de acumulação, uma vez que não existem regras burocráticas, técnicas ou jurídicas para estes arquivos. Ou seja, não há normas que regulamentem o caráter privado das relações do indivíduo e que interfiram no processo de produção e guarda dos documentos de um arquivo pessoal.

No entanto, estas mesmas particularidades não retiram desses documentos as qualidades que o definem enquanto documento arquivístico. Segundo Oliveira:

Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo. Cumpre ainda notar que documentos que constituem os arquivos pessoais apresentam as cinco características dos documentos de arquivo: **autenticidade**, **imparcialidade**, **organicidade**, **naturalidade** e **unicidade**. (Oliveira, 2012: 33, grifo nosso)

Ou seja, conforme destacado por Oliveira acima, os documentos pessoais apresentam as características típicas dos documentos arquivísticos, uma vez que: são autênticos, pois atestam ações e transações; são imparciais, pois nascem em consequência de um ato, no sentido de comprovar determinados fatos e não para fins de memória; são acumulados naturalmente em decorrência das necessidades dos processos em que se inserem, e em virtude de serem causa direta de cumprimento de determinadas atividades e não coletados artificialmente; são únicos, uma vez que cada documento assume um lugar específico na estrutura documental ao qual pertencem; e, por fim, são orgânicos, pois as relações estabelecidas na vida dos indivíduos se refletem nos conjuntos documentais, e os vínculos entre os documentos de um mesmo arquivo traduzem a relação entre as atividades e ações que lhes dão origem. O documento que compõe um arquivo pessoal não é um “documento menor”.

Em resumo, a atividade, a estrutura e as funções, juntamente à representação de suas relações, são essenciais para o conceito de arquivo, independente de sua natureza -

pessoal ou institucional. Documentar destaca-se enquanto um processo que registra a informação sobre uma ação sendo relevante para identificá-la como prova da atividade geradora (Bearman, 1992: 41, tradução nossa).

O que se percebe é que, se as especificidades próprias dos arquivos pessoais, por um lado, colocaram-nos como fontes privilegiadas e de reconhecido interesse histórico, por outro, relegou-os a uma posição à margem do lócus teórico da Arquivologia. A dificuldade da definição e do reconhecimento destes documentos enquanto arquivos, para além de coleções artificiais, possibilitou que este ocupassem uma posição ambígua e curiosa - um lugar e um não lugar - no desenvolvimento da teoria arquivística tradicional.

De acordo com Maria Odila Fonseca (2005: 55), a Arquivologia foi profundamente marcada “em suas origens pelos aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas, visando à eficácia na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos”. Podemos, portanto, inferir que a Arquivologia surgiu da observação e reflexão da experiência prática relacionada à disseminação dos resultados, experimentos e procedimentos reunidos em forma de manuais.

De fato, a partir do século XIX, diversos manuais arquivísticos foram publicados com o objetivo de consolidar seus princípios fundamentais. No final daquele século, a técnica começou a dar espaço a um corpo teórico, representado em manuais que consubstanciam as bases da Arquivologia (Duchein, 1993, tradução nossa).

Destaca-se, nesse contexto, a formulação de princípios e técnicas arquivísticos direcionados ao tratamento de documentos de arquivos públicos. Como o princípio do respeito aos fundos, formulado na França em 1841 por Natalis de Wailly, e aqui defendido, como base teórica arquivística, juntamente com os princípios de respeito à ordem original e proveniência.

De fato, a circular emitida por De Wailly instruía arquivistas das agências departamentais dos *Archives Nationales* a começarem a agrupar documentos em fundos, de modo que “todos os documentos originados de instituição em particular, tais como uma autoridade administrativa, uma empresa ou uma família” seriam mantidos juntos.

De acordo com Nancy Bartlett (1991: 111, tradução nossa), a declaração de Natalis de Wailly era mais prática do que propriamente teórica. A autora sugere que esta

destinava-se apenas a garantir que os arquivistas que trabalhavam nos departamentos e longe da supervisão direta do *Archives Nationales* recebessem uma metodologia simples e prática, para evitar causar “muitos danos aos registros intelectuais vulneráveis sob seus cuidados”.

Ainda no que se refere à formação teórica da Arquivologia, destaca-se a publicação do manual desenvolvido pela Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898; obra essa que pela primeira vez propõe um estudo conceitual dos princípios arquivísticos. O *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, título recebido na tradução brasileira, é tradicionalmente referenciado como o ponto inicial da teoria e metodologia arquivísticas.

O manual instaura assim a formação discursiva da arquivística. Segundo Peter Horsman, o próprio Samuel Muller, um dos autores, “confessou abertamente que ele e seus coautores não inventaram esses conceitos: eles *estavam no ar*” (horsman et al, 2003: 5, tradução nossa).

A publicação do *Manual de arranjo e descrição dos arquivistas holandeses* traduz e sistematiza a tradição europeia no que tange à organização de documentos. Os autores afirmam a necessidade de se basear os arranjos na “organização original de um arquivo, que deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu”. A organização primeira do arquivo, destacada no manual, reforça a importância ao respeito da ordem dada pelo produtor, ao que chamam de “princípio de respeito à ordem original” (Muller, Feith e Fruin, 1973: 47).

Ou seja, destacam que a ordem de produção dos documentos de arquivo - a ordem original e interna de um conjunto documental - “é, de todas, a mais importante, porque nela se formula o princípio fundamental, do qual se derivam as demais normas” (Muller, Feith e Fruin, 1973: 47).

Aqui faz-se necessário destacar que defendemos a existência de três princípios autônomos com características e objetivos próprios no que tange à teoria arquivística, afirmativa essa que não é consenso na área, onde as definições diferem de país para país em virtude da existência de diferentes correntes teóricas. Por isso, para fins de esclarecimentos, o princípio do respeito aos fundos revela-se como um dos mais

relevantes princípios da Arquivologia, uma vez que consiste em manter agrupados os documentos de qualquer natureza provenientes de uma pessoa jurídica ou de uma pessoa física, sem que se misture com outro arquivo. Associado a esse princípio, faz-se necessário o respeito a outro: o da proveniência. Este implica a identificação indubitável da pessoa física ou jurídica responsável pela acumulação de documentos ainda dentro do seu contexto de produção. E, por fim, deve-se respeitar também o princípio da ordem original, no que se refere à organização dada pelo produtor aos seus documentos e está diretamente relacionado ao contexto de produção.

A teoria arquivística enfatiza desde sempre a veemente importância do criador do arquivo. O produtor de um arquivo fornece tanto um princípio organizador primário para os documentos quanto uma estrutura interpretativa mais comum pela qual se aproximou. O foco no produtor é claramente evidenciado no arranjo arquivístico. A função principal desta atividade é representar as funções e os relacionamentos entre os documentos e o produtor no realizar de suas atividades. A história administrativa e o estudo biográfico são destacadamente formas possíveis para o reconhecimento de elementos inerentes aos documentos.

De fato, os princípios para o tratamento de arquivos foram desenvolvidos em meados e final do século XIX na Europa e não tinham a intenção de serem aplicados a coleções de documentos criados por indivíduos. E, apesar de hoje destacarmos a existência de recentes estudos que visam aproximar teoria e prática, essa ênfase ainda é muito pontual no que tange aos documentos pessoais.

Vale ressaltar que um princípio, apesar de ser uma regra, não é imutável. As formulações teóricas, assim como as sociedades, são fluidas e modificam-se ao longo do tempo, sendo construídas de acordo com uma dada realidade. A partir do momento que esta realidade sofre alterações diretas, torna-se urgente a necessidade de repensar os princípios, pois não existe razão para a sacralização dos mesmos. Segundo Mara Eliane Fonseca Rodrigues,

todo conhecimento humano está vinculado a uma época, é fruto de um momento histórico e possui suas limitações, tanto que teorias bem sucedidas, em um dado momento, podem ser substituídas por outras. (Rodrigues, 2010: 5)

Todas essas questões possibilitam que arquivistas não entendam de forma substancial os princípios arquivísticos e, assim, não os coloquem em prática nas suas rotinas diárias. Tal fato não pode passar despercebido, uma vez que, de acordo com Richard Cox, “para uma disciplina, um princípio é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as situações” (Cox, 1986: 229, tradução nossa).

### **Arranjo e pesquisa**

Conforme já mencionado, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, de autoria do trio holandês, é constituído por 100 regras que apresentam e definem os princípios arquivísticos que se verificaram válidos no que tange ao tratamento documental. O manual foi traduzido em mais de 60 idiomas. No Brasil, foi publicado pelo Arquivo Nacional em 1960, estando hoje disponível para *download* no site da instituição.

Essas regras foram divididas em “[...] origem e composição dos arquivos; arranjo dos documentos de arquivo; descrição dos documentos do arquivo; estrutura do inventário; normas adicionais para a descrição do arquivo; sobre o uso convencional de certos termos e sinais”. (Muller, Feith e Fruin, 1973)

O *Manual de arranjo e descrição dos arquivistas holandeses*, de 1898, discorre ao longo de suas regras sobre a construção do arranjo e da descrição, deixando claro que estas precisam ser construídas com base nos princípios vigentes na área.

A partir desses parâmetros, podemos afirmar neste trabalho que a definição do arranjo documental depende da observância aos princípios arquivísticos de: respeito aos fundos, proveniência e respeito à ordem original. Por meio destes princípios, podemos garantir a manutenção do contexto de produção, reconhecer o produtor e as suas relações com as atividades geradoras.

Vale ressaltar que o arranjo, enquanto representação arquivística, possui a função de possibilitar a utilização do acervo por meio da construção e do entendimento das relações entre os documentos, seu produtor e o contexto no qual se inserem. O arquivista deve organizar o acervo sem inferir nas múltiplas possibilidades de pesquisas e, nesse

sentido, entende-se que será por meio da observância aos princípios arquivísticos, no momento da organização, que se evitará a ambiguidade nesses arquivos.

Estabelecer um sistema de arranjo é uma das principais funções no arquivo. Ele projeta os documentos com os seus consequentes relacionamentos e pode ser dividido basicamente em dois momentos distintos: intelectual e físico. E, por isso, é considerado um desenho dos arquivos. Segundo Terry Eastwood (2000: 93, tradução nossa), o “arranjo arquivístico é essencialmente um processo de identificação de relações”, onde se faz necessário perceber, a partir do processo de reunião dos documentos, a ligação e o elo que é definido pela razão de produção dos mesmos e pela função que têm a cumprir.

Ao relacionar os contextos originais com a funcionalidade dos documentos para o produtor, o arquivista permite que o pesquisador tenha acesso a uma documentação neutra, no que tange às escolhas subjetivas do indivíduo arquivista.

A produção de conhecimento sobre os arquivos, função própria dos arquivistas, pressupõe a compreensão e conhecimento sobre o produtor, seus papéis na sociedade, os lugares e funções por ele desempenhados. O entendimento da formação documental é imprescindível para que não se confunda o contexto de produção do arquivo pessoal com seu potencial uso informacional; para que os documentos não percam aquilo que os tornam únicos: a capacidade de representar a atividade que lhes deu origem.

Para tanto, cumpre ao profissional de arquivo o estreitamento de seus laços com outras disciplinas - como a Pedagogia, a História, a Sociologia e a Antropologia - de modo a obter o substrato teórico e as ferramentas necessárias para assegurar a compreensão do sentido ostentado pelo conjunto dos documentos acumulados por um indivíduo ao longo de sua vida.

A tarefa arquivística de representar um arquivo pessoal nem sempre se mostra fácil, assim como o processo realizado a fim de entender o motivo da construção do arquivo. Nessa linha de abordagem, Paulo Elian Santos (2012: 6) visa compatibilizar o tratamento documental dos arquivos com a teoria arquivística, sendo o arranjo, responsável por retratar as funções e atividades reais dos titulares de acervo, traduzindo-se num espelho fiel das mesmas. O modelo proposto - nomeado pelo autor de “contextualizador” - serviu de parâmetro para a organização dos arquivos de cientistas da

Casa de Oswaldo Cruz e reforça a importância do conhecimento do motivo da produção do documento.

De fato, nos arquivos pessoais, assim como nos arquivos institucionais, é possível identificar as funções e atividades significativas e especificar os documentos que evidenciam essas ações. No entanto, os arquivos de indivíduos desenvolvem-se a partir de necessidades, desejos e preferências.

Um indivíduo geralmente mantém documentos pelas mesmas razões que faz uma organização - para atender às necessidades de prestação de contas, provas e memória. Documentos pessoais são criados a partir das mesmas necessidades de capturar transações e atividades, servem a funções jurídicas e administrativas, e proporcionam uma base para a memória. Mantemos documentos para criar nossa própria evidência de trabalho fundamental, para nos proteger, e para fornecer uma espécie de memória corporativa de casa, trabalho e família. (Cox, 1996: 46-67, tradução nossa)

Vale ressaltar que o arquivista é um autor e não pode emudecer, pois o seu silêncio cala o usuário final, o pesquisador. Em primeiro lugar, ao elaborar o arranjo, deve dar voz ao produtor, e cumprir tanto quanto for possível o princípio da ordem original. Precisa identificar a organização dada pelo produtor enquanto mantinha o arquivo em seu ambiente e o utilizava para atender suas necessidades.

O arquivista precisa fazer as perguntas certas para permitir as diversas análises e interpretações do arquivo. A partir de uma *abordagem contextual dos arquivos pessoais* - nos moldes desenvolvidos inicialmente por Ana Maria de Almeida Camargo em 1980 (a partir da experiência do arquivo do município de Rio Claro/SP com o fundo do político integralista Plínio Salgado e aprimorada na organização do fundo pessoal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, trabalho esse desenvolvido em parceria com Silvana Goulart) e no Serviço de Arquivo Histórico da Fundação Casa de Rui Barbosa -, todo tratamento arquivístico precisa prescindir de análise crítica no que tange ao contexto produtor do documento, característica essa só possível de ser observada a partir do respeito aos princípios arquivísticos (Camargo e Goulart, 2007: 53).

A abordagem acima reconhece as possibilidades e os limites colocados pela tradição do pensamento arquivístico aplicado aos arquivos pessoais. No entanto, reforça a

defesa de um tratamento que respeite a organicidade do conjunto documental, atenta aos sentidos conferidos pelos vínculos que unem os documentos entre si às atividades das quais se originaram.

O exercício de equilibrar a teoria e a prática pode ser útil para os arquivistas em seu cotidiano. Suas atividades de avaliação, arranjo e descrição podem ser reforçadas por uma compreensão mais completa dos papéis, nos aspectos práticos e simbólicos que os documentos têm desempenhado. Mais fundamentalmente, os arquivistas precisam sempre defender que eles são os primeiros interessados e, acima de tudo, pesquisadores do contexto dos documentos. Para entender os documentos, os arquivistas precisam saber tanto quanto possível as circunstâncias que os produziram; e isso exige mais que uma prática arquivística; é necessária uma atividade de pesquisa. “Se continuarmos a ignorar esse aspecto do nosso trabalho, a nossa tarefa como arquivistas permanece apenas pela metade” (Jimerson, 2000: 72, tradução nossa).

O trabalho de identificar as ligações entre os documentos é complexo e implica no conhecimento da estrutura, dos métodos operacionais, dos procedimentos e das variações relacionadas com esses elementos, de cada agência ou escritório produtor de documentos e, conseqüentemente, do sistema adotado pelo produtor para organizar seu arquivo (Lodolini, 1990: 142, tradução nossa). Portanto, não se pode pensar um arquivo sem entender que os documentos possuem relacionamentos próprios com as ações e atividades exercidas por quem os produziu, num determinado percurso de vida profissional e jurídica.

A missão do arquivista é preservar os registros de tal forma que continuem a fornecer provas verídicas ao longo do tempo. Como tal, os arquivos tomados em custódia são submetidos a um processo de arranjo e descrição onde as relações entre os documentos com seus criadores, e entre os documentos e as ações das quais participaram, continuem a ser preservadas e explicadas, ou seja, a única forma de garantir que sejam abordados como arquivo, e não como coleção de documentos, como muitas vezes teria ocorrido.

A fim de garantir as diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos, especialmente os de caráter

peçoal, devem ser tratados a partir dos princípios teóricos arquivísticos que visam a manutenção do contexto em que os documentos foram produzidos. Segundo Camargo (2009), quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso – seu conteúdo – entra como componente dos tratamentos dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza.

### **Considerações finais**

Os arquivos narram a história do organismo produtor. Antes de tudo, mostram a forma como a instituição ou pessoa organiza sua própria memória. Em geral, refletem a forma como o produtor reconhece os seus lugares sociais, seus relacionamentos institucionais, familiares e de negócios. Também dizem muito sobre a capacidade de se autodocumentar em relação às suas próprias necessidades e escolhas práticas. O arranjo, enquanto um conjunto de princípios orientadores embasados na teoria arquivística, representa um sistema onde existem decisões a tomar com vistas a criar uma estrutura intelectual e física. Esta deve, em primeiro lugar, pautar-se na observação da forma como o indivíduo produziu, acumulou e até mesmo apresentou intelectual e visualmente seu arquivo.

O arranjo, nesse contexto, é a primeira representação criada pelo arquivista para o acervo, e é o responsável por expressar o produtor e os processos que dão origem aos documentos. O arranjo projeta os documentos com os seus consequentes relacionamentos. Essa ordenação deve refletir e possibilitar que se conheça a natureza e o significado dos documentos no seu contexto e circunstâncias (a infraestrutura e o momento).

Ao arquivista, cabe realizar uma criteriosa pesquisa nos documentos do arquivo e na história da acumulação, da doação e do recolhimento, assim como sobre a vida e obra do produtor do arquivo e sobre o contexto histórico. A partir desse estudo, o profissional poderá compreender o conjunto documental e definir as abordagens, além de pensar o sistema de classificação e todo o tratamento arquivístico a ser adotado, incluindo a preservação e o acesso.

Nesse sentido, o arranjo estabelece o controle físico e intelectual dos documentos. As adversidades possíveis no contexto interno dos arquivos pessoais deixam o seu trato mais delicado, e, ao arquivista, cabe observá-lo e entendê-lo a fim de aplicar a forma de organização mais adequada e representativa do produtor e do fundo.

É a partir desses parâmetros que podemos afirmar neste trabalho que a elaboração do arranjo documental depende da observância aos princípios arquivísticos, onde tornam-se fundamentais o respeito aos fundos, a proveniência e a ordem original.

Indubitavelmente, para os princípios teóricos da Arquivologia, não há diferença na abordagem dos arquivos; não importa sua natureza, se pessoal ou organizacional. Contudo, por causa das peculiaridades encontradas no processo de produção dos arquivos pessoais, eles carecem de maior atenção na fase de elaboração de seu arranjo.

Percebe-se, enfim, que, historicamente, as raízes da teoria arquivística talvez tenham ajudado a deixar o arquivo pessoal de fora do grosso das discussões da área. A posição periférica e pouco priorizada no campo dos estudos teóricos arquivísticos - influenciados, em grande parte, pela preocupação tardia com estes acervos e pela falta de visibilidade dos arquivos pessoais no âmbito da própria Arquivologia - tornou perceptível a existência de um desequilíbrio na produção intelectual da área, uma vez que, por muitos anos, os ditos estudos clássicos privilegiaram em grande medida o universo dos arquivos institucionais.

No entanto, hoje, encontramos trabalhos consistentes, fruto de amplas pesquisas nesse âmbito, e que possibilitam refletir sobre esses acervos tão importantes para a memória e a identidade social. Nos últimos anos, o arquivo pessoal se tornou tema de análise, redundando em ideias interessantes e direcionamentos futuros. Porém, estes trabalhos ainda são pontuais no que diz respeito à organização dos arquivos pessoais.

Para finalizar, neste trabalho, partimos do pressuposto de que a ciência é a geração do conhecimento, e a pesquisa desempenha o papel principal no que tange à consolidação de uma disciplina científica. Nesse sentido, ao afirmar que o arquivista é um pesquisador e seu trabalho pressupõe a construção intelectual de instrumentos de controle e acesso, por meio da construção de representações, buscamos aprimorar a teoria da Arquivologia, principalmente no que concerne aos arquivos pessoais.

## Referências

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- BARTLETT, Nancy. Respect des fonds: the origins of the modern archival principle of provenance. In: **Bibliographical foundations of French historical studies**. Special issue of primary sources and original works. New York: Haworth Press, 1991.
- BEARMAN, David A. Documenting documentation. **Archivaria**, v. 34, Summer, p. 41, 1992. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11839/12791>>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.
- CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2 ed. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
- COX, Richard. Professionalism and archivists in the United States. **The American Archivist**, v. 49, n. 3, p. 229-247, summer 1986. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17723/aarc.49.3.p0vg1v6410254574>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- \_\_\_\_\_. The record in the manuscript collection. **Archives and Manuscripts**, 24, may 1996, p. 46-61.
- DUCHEIN, Michel. Archives, archivistes, Archivistique: définitions et problématique. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993.
- EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.303-341.
- \_\_\_\_\_. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. **Archivaria**, [S.l.], Jan. 2000. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12767/13959>>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- FONSECA, Maria. Odila. K. **A Arquivologia e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1190-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 1-10, set., 1998.
- HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-127, 2001,. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817-14858-1>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo. New respect for the old order: the context of the Dutch manual. **The American Archivist**, v. 66, n. 2, Fall/Winter, 2003, p. 249-270. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17723/aarc.66.2.452235k813568872>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: Oxford University Press, 1922.
- JIMERSON, Randal C. (ed.) **American archival studies**: reading in theory and practice. Chicago: The Society of American Archivists, 2000.
- LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

- LODOLINI, Elio. **Archivistica**: principi e problemi. Milão: Franco Angeli Libri, 1990.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.
- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Os paradigmas da ciência e seus efeitos na composição dos campos científicos: a instituição da ciência da informação. **Data Gramma Zero**, v. 11, n. 4, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000008968/41a3a2dc793da7b9d45f2fd9d7f4533b>>. Acesso em: 17 out. 2014.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A pesquisa em Arquivologia no Brasil e os centros não universitários: apontamentos para um debate. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sergio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile, 2012, p. 66-73.
- SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.
- STEPHENSON, Mary Sue. Deciding Not to Build the Wall. Research ant the Archival Profession. **Archivaria**, n. 32, p. 148, 1991.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais: preservação e acesso. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas do século XXI. Rio do Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 465-473.
- SILVA, Maria Celina Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (org) **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.
- SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil** (1971-1978). Tese. Rio de Janeiro, 2013.
- STAPLETON, Richard. Jenkinson and Schellenberg: a comparison. **Archivaria**, n. 17, p. 75-85, jan. 1983. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11021>>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003. Disponível em: <[https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41831/10502\\_2004\\_Article\\_5139967.pdf?sequence=1](https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41831/10502_2004_Article_5139967.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

## NOTAS SOBRE A ABORDAGEM CONTEXTUAL EM ARQUIVOS PESSOAIS: A DOCUMENTAÇÃO DE GUITA MINDLIN E ERTHOS ALBINO DE SOUZA

Laiza Gomes de Souza

Pedro José de Carvalho Neto

### O Arquivo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e a descrição de seus fundos

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP) foi criada em janeiro de 2005 para abrigar e integrar a coleção brasileira reunida ao longo de mais de oitenta anos pelo bibliófilo José Mindlin e sua esposa, Guita Mindlin. A coleção foi doada pela família Mindlin à Universidade de São Paulo e reúne materiais que buscam a compreensão da história e da cultura do Brasil. Sendo considerada a mais importante coleção do gênero formada por particulares, o conjunto é constituído por obras de literatura, de história, relatos de viajantes, documentos, periódicos, mapas, livros científicos e didáticos, iconografia e livros de artistas.

No Arquivo da instituição há, atualmente, quatro fundos já descritos: o de Zila Mamede, poetisa, bibliotecária e pesquisadora da obra de João Cabral de Melo Neto; o de Rubens Borba de Moraes, bibliotecário e bibliófilo; o fundo Guita Mindlin e por fim, os documentos acumulados por Erthos Albino de Souza<sup>1</sup>.

Na descrição dos três primeiros fundos trabalhados na BBM-USP, optou-se para chamada *abordagem contextual de arquivos pessoais*, método proposto por Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart no livro *Tempo e Circunstância: a abordagem*

---

<sup>1</sup> Até o momento da escrita desse texto, apenas o inventário do arquivo de Zila Mamede havia sido publicado (ver Campos, 2017). O inventário do fundo Rubens Borba de Moraes está disponível em versão impressa, apenas para consulta presencial.

*contextual dos arquivos pessoais*. A origem do método pode ser localizada na experiência com o fundo de Plínio Salgado, no Arquivo do Município de Rio Claro (SP), descrita por Camargo (1988), e ganhou forma com a organização do arquivo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Tal método surgiu, primeiro, em contraposição ao modelo de descrição de arquivos pessoais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), clássico no Brasil. Este consiste, *grosso modo*, na divisão dos fundos a partir de dossiês cujos critérios de reunião estão “ligados a temas, funções e tipos documentais, dando origem a rubricas que, forçosamente, se sobrepõem, subvertendo [...] a mútua exclusão imprescindível entre as categorias” (Campos, 2014: 34), ou seja, os arquivos são organizados a partir de grandes categorias classificatórias, geralmente temáticas.

Por outro lado, a *abordagem contextual* se caracteriza pela busca do contexto de criação dos documentos, ou seja, procurar “como” e “quando” tais documentos foram produzidos, relacionando-os, assim, às “atividades, eventos e áreas de interesses do titular, explicitando a organicidade que permeia o fundo e liga um documento ao outro” (Campos, 2011: 4). De acordo com Camargo e Goulart (2007: 24),

O uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que, à semelhança do que ocorre na abordagem dos documentos de instituições, é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias.

Na BBM-USP, o uso da *abordagem contextual* nos fundos de Zila Mamede, Rubens Borba de Moraes e Guíta Mindlin renderam instrumentos de pesquisa no formato de uma cronologia, em que os documentos são relacionados aos eventos e atividades da vida do titular. Além disso, para cada fundo foi criado um glossário de tipos documentais, índice-glossário de atividades e eventos e um índice onomástico e bibliográfico, que tornam “mais eficiente a recuperação de nomes de pessoas instituições e títulos e publicações, e possibilitando a sondagem do potencial informativo das séries documentais, estabelecidos segundo o critério tipológico” (Campos, 2017: 24).

Inicialmente, propôs-se que a descrição dos documentos acumulados por Erthos Albino de Souza também fosse feita pela abordagem contextual, mas, visto que tal conjunto de documentos é composto basicamente de cartas e recortes de jornal, a cronologia de Erthos Albino de Souza acabou por se tornar “a cronologia da vida dos outros”, uma vez que não havia documentos representativos dos eventos e atividades de sua própria vida.

Como indica Camargo (2009: 31),

Se a utilização de rótulos universais para a caracterização desses arquivos prepara perigosas armadilhas para os profissionais que deles se servem – colocando num mesmo plano espécies, formas, gêneros, assuntos e formatos –, tem ainda mais dois efeitos perversos: compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona.

Assim, para evitar que a descrição caísse em grandes categorias classificatórias, optou-se pelo desenvolvimento de um novo método de descrição. Este consiste em não trabalhar os documentos como representantes dos eventos da vida de Erthos Albino de Souza, mas como um conjunto referente à poesia concreta, movimento ao qual era filiado.

Desse modo, a descrição foi feita favorecendo a busca dos autores do documento e os nomes, eventos e livros citados, ou seja, privilegiando o conteúdo deste. Por um lado, Camargo (2009: 31) também critica tal abordagem:

O primado do conteúdo na elaboração de instrumentos de pesquisa, no entanto, é resquício também de outro equívoco: a suposição de que, na fase permanente, os arquivos perdem suas funções primárias, não havendo justificativa para mantê-los atrelados a uma racionalidade que não é mais praticada.

Entretanto, em nosso instrumento de pesquisa, a organicidade do agrupamento não foi desfeita, o que garantiu que não fosse perdida a racionalidade citada por Camargo, assunto que será discutido adiante.

Por fim, entendemos também que, ao tratarmos os documentos como um conjunto sobre poesia concreta, não perdemos o contexto original dos documentos, uma vez que foram respeitados os interesses originais de Erthos Albino de Souza, coincidentes com os interesses de José Mindlin, que, em 1998, adquiriu tais documentos.

### **Guita Mindlin e seu arquivo**

Os documentos que compõem o arquivo de Guita Mindlin refletem muito pouco da sua trajetória. Nascida em São Paulo, em 1916, e formada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1941, a maior parte de seus documentos corresponde ao seu interesse pela restauração e restauro de livros de documentos, atividades às quais se dedicou profissionalmente.

Assim, o início do conjunto data da década de 1970, período em que a titular passa a se dedicar a tal área, e é composto basicamente por documentos referentes à sua atividade como conservadora e restauradora, incluindo sua atuação como fundadora e membro da Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER)<sup>2</sup>. Como indica Campos (2012: 4), é natural que os documentos de um arquivo pessoal sejam selecionados pelo próprio titular, pela família ou pela instituição de custódia.

Em 1988, Guita foi responsável por fundar com Thereza Brandão Teixeira a ABER, em São Paulo. Nesta instituição, ocupou até 1992 o cargo de vice-diretora e, a partir deste mesmo ano até 2005, a direção da associação. Os documentos relacionados aos seus cargos na ABER possuem bastante representatividade no arquivo e destacam-se os que simbolizam a relação da ABER com a Escola SENAI Theobaldo de Nigris, em São Paulo, onde foi ministrada, a partir de 1990, uma série de cursos na área de conservação que fez da ABER um centro de referência na formação de profissionais da área em todo o país.

---

<sup>2</sup> Já tratamos, em artigo anterior, de maneira mais detalhada sobre a vida de Guita Mindlin e seu arquivo. Ver: Neves; Souza; Carvalho Neto (no prelo).

Guita Mindlin faleceu em junho de 2006, em São Paulo, e deixou como legado a biblioteca da qual cuidou grande parte da vida. Nesse mesmo ano, os documentos reunidos por Guita foram doados à **BBM-USP** por sua família.

Entre 2016 e 2017<sup>3</sup>, foram descritos cerca de 3.734 documentos, dos gêneros textual, iconográfico, sonoro e audiovisual. Foi utilizada uma tabela de Excel, que, embora não seja o ideal, possibilitou o preenchimento regulado dos campos a partir de vocabulário controlado.

A descrição se deu por meio de ficha padronizada, com campos não hierarquizados divididos em três áreas: identificação, contexto e informações adicionais, como pode ser visto no quadro de ficha de descrição documental abaixo. Desses campos, a área de contexto merece destaque, pois visava representar a circunstância de produção do documento, ou seja, a esfera da vida do titular em que se encontrava a razão da acumulação do documento. Esta foi composta pelos campos tipo de atividade ou evento, especificação, local e data.

Em relação ao contexto, no caso de Guita, grande parte dos documentos se referia ao seu interesse pela conservação e restauro de livros e documentos, assim como pela própria história do livro. Esse fato causou certa complicação no processo de descrição, pois, inicialmente, optou-se por uma categoria geral denominada “Conservação e restauro” no campo de tipo de atividade ou evento. Ao fim da descrição, foi preciso retornar a esta grande categoria considerando a pergunta: quais tipos de especificações utilizar? Para isso, foram criadas dezessete novas categorias que podem ser empregadas simultaneamente, dentre elas encadernação, história da escrita e museologia. Esse processo de retorno aos documentos evidencia um dos elementos mais instigantes da abordagem em pauta: em lugar do trabalho com categorias rígidas, o exercício de reflexão constante e a flexibilidade que devem permear o processo de descrição.

---

<sup>3</sup> O grupo responsável pela descrição do fundo de Guita Mindlin foi composto por José Vitor das Neves, Laiza Gomes de Souza e Pedro José de Carvalho Neto, sob orientação de Ana Maria de Almeida Camargo e José Francisco Guelfi Campos.

<b>Área de identificação</b>  (descreve os elementos formais do documento)	<b>Fundo</b>	GKM
	<b>Notação</b>	1.1254.15
	<b>Tipo documental</b>	Relatório de conservação e restauração de obra
	<b>Local de produção</b>	São Paulo (SP)
	<b>Data de produção</b>	04/1986
	<b>Tipo de abordagem</b>	Unitária
	<b>Suporte</b>	Papel
	<b>Formato</b>	Folha
	<b>Gênero</b>	Textual
	<b>Técnica de Registro</b>	Datilografia
	<b>Idioma</b>	Português
	<b>Responsáveis</b>	Guita Kauffmann Mindlin (autora)
	<b>Número de folhas</b>	10
<b>Número de itens</b>	1	
<b>Área de contextualização</b>  (descreve as circunstâncias de produção/acumulação do documento)	<b>Atividade ou evento</b>	Prestação de serviços
	<b>Especificação</b>	Restauro da obra “Marília de Dirceu” (1810).
	<b>Local da atividade/evento</b>	São Paulo (SP)
	<b>Data/período da atividade/evento</b>	04/1986
<b>Informações adicionais</b>	<b>Descritores</b>	Sociedade de estudos em conservação e restauro (instituição)
	<b>Anexo</b>	-

Ficha de descrição documental

Fonte: os autores

A partir da ficha de descrição, de pesquisas em fontes externas e de depoimentos de pessoas que conviveram com a titular, foi elaborada uma cronologia da vida de Guita Mindlin, onde os eventos mencionados nas fichas de descrição tomaram a forma de verbetes, com enunciados mais alongados. Abaixo de cada verbete foram remetidos os documentos acumulados em função do evento registrado, como pode ser visto no quadro abaixo:

1986	
1	<p>Continua filiada ao The American Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, em Washington (Estados Unidos).</p> <p><i>Fichas de cadastro:</i> 1.957.2 a 1.957.4</p>
2	<p>Relaciona-se com amigos e familiares.</p> <p><i>Carta de agradecimento:</i> 1.1190.6</p> <p><i>Carta de encaminhamento:</i> 1.1190.4</p> <p><i>Cartas de pedido de informação:</i> 1.1190.5, 1.1190.7</p>
3	<p><b>(jan. a abr.)</b> Promove o Prêmio Internacional de Encadernação de Arte - Germaine de Coster.</p> <p><i>Anúncio:</i> 1.1278.6</p> <p><i>Carta de agradecimento:</i> 1.1278.8</p> <p><i>Chamada de trabalhos:</i> 1.1278.3 e 1.1278.4</p> <p><i>Lista de participantes:</i> 1.1278.7</p> <p><i>Proposta:</i> 1.1278.5</p>
4	<p><b>(abr.)</b> Realiza restauro da obra Marília de Dirceu, de 1810, em São Paulo (SP).</p> <p><i>Amostragem:</i> 1.1268.1 a 1.1268.11</p> <p><i>Carta de notícias:</i> 1.1076.4</p> <p><i>Fotografia:</i> 4.72.1, 4.72.2, 4.81.1 a 4.81.3, 4.88.8 a 4.89.4</p> <p><i>Planta:</i> 1.1268.12 a 1.1268.14</p> <p><i>Relatório de conservação e restauração de obra:</i> 1.1254.15, 1.1267.1, 1.1267.3 a 1.1267.6, 1.1099.3</p> <p><i>Relatório fotográfico:</i> 1.1264.1 a 1.1266.6, 12. 59 a 12.87</p>
5	<p><b>(14 a 18 abr.)</b> Participa do X Anniversary Conference: New directions in paper</p>

	<p>conservation, promovido pelo The Institute of Paper Conservation, em Oxford (Reino Unido).</p> <p><i>Anais:</i> 1.1300.1 a 1.1302.1, 11.1 a 11.24</p> <p><i>Anúncio:</i> 1.1251.1 e 1.1251.2, 1.1252.1 a 1.1252.5, 1.1253.1 e 1.1253.2</p> <p><i>Apontamentos:</i> 1.1251.9 e 1.1251.10, 1.1302.2</p> <p><i>Balancete:</i> 1.1251.11</p> <p><i>Carta de confirmação:</i> 1.1251.8 e 1.1251.12</p> <p><i>Carta de pedido de providências:</i> 1.1251.7</p> <p><i>Ficha de inscrição:</i> 1.1251.3 a 1.1251.5</p> <p><i>Mapa:</i> 1.1253.3</p> <p><i>Programa:</i> 1.1253.12 a 1.1253.14</p> <p><i>Prospecto:</i> 1.1252.6</p>
--	---

Extrato selecionado da cronologia de Guita Mindlin

Fonte: os autores

Durante a construção da cronologia, obedeceu-se à seguinte ordem: primeiramente, as atividades continuadas ao longo dos anos na vida de Guita, como filiação a entidade de classe, assinatura de periódicos, relacionamento familiar e social, entre outras. Mesmo não havendo documentos no ano em questão, elas foram mantidas para indicar a continuidade das ações ao longo do tempo. Na sequência, os eventos com data incompleta - somente o mês -, seguidos dos casos com data completa - mês e dia. Ao fim da cronologia, foram apontados os eventos sem indicação de data.

Para a produção do instrumento de pesquisa, juntamente com a cronologia, foram desenvolvidos índices, um onomástico e bibliográfico e um índice-glossário de atividades e eventos, ambos remetendo sempre à cronologia, visando a facilitar a localização de dados específicos. Por fim, cada tipo documental ganhou uma breve descrição, feita em um glossário que também compõe o inventário do fundo. Para elaborá-lo, usamos como o glossário de tipos documentais da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso e os inventários dos fundos anteriormente descritos no Arquivo da BBM-USP.

## A documentação de Erthos Albino de Souza

Erthos Albino de Souza (Ubá, 1932 - Juiz de Fora, 2000) foi um engenheiro, poeta e artista gráfico. Seu arquivo não é capaz de espelhar, de maneira consistente, suas diferentes áreas de atuação, mas sabe-se, por fontes externas à sua documentação, que trabalhou como engenheiro de minas na Petrobras até se aposentar nos anos 1990 e, por esta razão, viveu grande parte de sua vida em Salvador, na Bahia.

Erthos é considerado um dos primeiros brasileiros a fazer uso de computador na elaboração de poemas. Ele criou suas poesias a partir da programação de gigantescos computadores, utilizando conceitos da física e da matemática. Apesar do pioneirismo, seu arquivo mostra muito pouco de sua trajetória como poeta e é composto basicamente por cartas recebidas e recortes de jornal. Os documentos retratam, por outro lado, a estreita ligação do titular com os representantes do Movimento Concretista.

As cartas, que constituem grande parte do acervo, foram trocadas com grandes expoentes da literatura brasileira, como Augusto e Haroldo de Campos, Décio Pignatari, Antonio Risério, Pedro Xisto, Paulo Leminski e Carlos Drummond de Andrade. Nelas, os processos criativos dos autores são explicitados, assim como as dificuldades e as alegrias na conclusão de seus projetos. Com a leitura das cartas, é possível identificar Erthos como uma espécie de consultor e financiador dos concretistas. Neste sentido, tais cartas são muito mais representativas da trajetória dos seus remetentes do que de seu destinatário, cujas cartas enviadas não estão, naturalmente, em seu arquivo.

Apesar de ter se envolvido direta e indiretamente com diversos projetos do Movimento Concretista, a maior contribuição do poeta-engenheiro para arte brasileira foi a Revista *Código*, fundada em 1973 juntamente com Antonio Risério, dedicada à poesia experimental e concreta. Nas diversas cartas recebidas de poetas a respeito do periódico, é possível identificar o processo de elaboração, edição e divulgação da revista, além do retorno de seus leitores e contribuintes. Tal revista deixou de ser editada em 1989, tendo sido publicadas 12 edições.

Para além de *Código*, as cartas que compõem o conjunto documental de Erthos também nos permitem conhecer o procedimento de criação e circulação de outras importantes publicações e exposições ligadas à vanguarda concretista como por exemplo,

as revistas *Invenção*, *Qorpo Estranho* e *Muda*, os livros *Vogaláxia* de Pedro Xisto, *Caixa-Preta* de Augusto de Campos e *Galáxias* de Haroldo de Campos, exposições como a Exposición Internacional de Poesía de Novísima Vanguardia, o Festival (B)abel, entre outros.

Os recortes de jornal que compõem a outra faceta do arquivo de Erthos abrangem o período corresponde entre as décadas de 1960 e 1990 e explicitam, em grande parte, a trajetória profissional dos poetas com quem mantinha contato. Assim, é possível encontrar artigos, notícias e entrevistas que envolvem direta ou indiretamente os artistas ligados ao movimento concretista. Destacam-se a coleção de recortes da coluna semanal de Décio Pignatari para a *Folha de S. Paulo* e uma coleção de recortes de aparições do cantor Caetano Veloso em diversos jornais. As áreas de interesse do titular também são evidenciadas pelos jornais, pois há uma significativa quantidade de recortes sobre Shakespeare, Euclides da Cunha, The Beatles, literatura, arte, política e história brasileira como um todo.

Durante os seis meses de descrição e organização desse conjunto de documentos<sup>4</sup>, foram descritos cerca de 2000 documentos textuais, em que foi utilizada uma ficha padronizada em Excel, com vocabulário controlado e campos não hierarquizados.

Diferentemente do que acontecia no fundo GM, aqui a área de contexto ganhou um novo caráter: como dito anteriormente, optou-se por pensar o conjunto de documentos EAS como um acervo sobre o Movimento Concretista brasileiro, levando em consideração que os documentos não possibilitam identificar as atividades e eventos da vida do titular, mas sim uma trajetória do concretismo. Desta maneira foram criados os campos de autoria, citação e outras áreas de interesse, todas elas abrangendo mais de uma inserção por documento, para propiciar a identificação de agentes desta corrente literária e artística.

O campo de autoria diz respeito aos responsáveis pela produção do documento, já o de citação refere-se às pessoas, eventos ou publicações citadas ao longo dele. Como os

---

<sup>4</sup> O grupo responsável pela descrição dos documentos de Erthos Albino de Souza foi composto por Laiza Gomes de Souza e Pedro José de Carvalho Neto, sob orientação de Ana Maria de Almeida Camargo e José Francisco Guelfi Campos.

documentos tratam de temas específicos, as referências à poesia concreta são constantes, justificando a existência da citação.

<b>Área de identificação</b>  (descreve os elementos formais do documento)	<b>Fundo</b>	EAS
	<b>Notação</b>	1.1375.10
	<b>Tipo documental</b>	Carta de notícias
	<b>Local de produção</b>	Rio de Janeiro
	<b>Data de produção</b>	17/04/1974
	<b>Tipo de abordagem</b>	Unitária
	<b>Suporte</b>	Papel
	<b>Formato</b>	Folha
	<b>Técnica de Registro</b>	Textual
	<b>Idioma</b>	Português
	<b>Responsáveis</b>	José Lino Grunewald (remetente); Erthos Albino de Souza (destinatário)
	<b>Número de folhas</b>	5
<b>Número de itens</b>	4	
<b>Área de descritores</b>  (descreve os autores do documento e as pessoas, publicações e eventos citados)	<b>Autoria</b>	José Lino Grunewald
	<b>Citação</b>	Stéphane Mallarmé
	<b>Outras áreas de interesse</b>	
<b>Informações adicionais</b>	<b>Anexo</b>	Conto (1), poema (2)

Ficha de descrição documental

Fonte: os autores

À medida que a ficha de descrição documental era preenchida, alimentava-se um outro instrumento, em que cada pessoa, publicação ou evento citado ganha sua própria entrada sob a forma de verbete, que era organizado em duas colunas destinadas ao registro dos dados contidos nos dois principais campos de descritores: autoria e citação. A autoria era preenchida com a listagem dos documentos produzidos por determinada pessoa, organizados sempre em ordem cronológica – os itens com datas desconhecidas

foram posicionados ao final da sequência. Já a coluna de citação era preenchida com documentos em que o nome que dá título ao verbete foi mencionado, especificando-se o autor da citação; no caso das publicações, indicou-se também o nome do autor - quando identificado - e o nome do jornal, revista ou folheto, obedecendo-se aos critérios convencionados para a ordenação cronológica, como é possível ver no quadro abaixo. Títulos de exposições e publicações foram colocados em verbetes próprios que incluíam os documentos em que foram aludidos, apontando-se seus autores.

<b>José Lino Grünewald (13 fev. 1931 - 26 jul. de 2000)</b>	
<u>Autoria</u>	
<b>1972</b>	(13 mar.) <i>artigo no Correio da Manhã</i> 2.137.5
<b>1974</b>	(17 abr.) <i>carta de encaminhamento</i> : 1.1375.10 (18 abr.) <i>carta de notícias</i> : 1.1375.11
<b>1975</b>	(29 ago.) <i>carta de elogio</i> : 1.1375.9
<b>Sem data</b>	<i>bilhete</i> : 1.1375.13
<u>Citação</u>	
<b>1964</b>	(17 jul.) <i>carta de pedido de colaboração</i> de Augusto de Campos: 1.1397.8
<b>1967</b>	(26 jul.) <i>carta de notícias</i> de Augusto de Campos: 1.1398.9
<b>1970</b>	

	(27 jul.) <i>carta de notícias</i> de Augusto de Campos: 1.1399.6
<b>1972</b>	(4 jan.) <i>crítica</i> de Mauro Gama n' <i>O Globo</i> : 2.127.2
<b>1984</b>	(22 jan.) <i>notícia</i> na Folha de S. Paulo: 2.122.8
<b>1986</b>	(5 dez.) <i>artigo</i> de Isa Cambará n' <i>O Estado de S. Paulo</i> : 2.127.3

Extrato selecionado do instrumento de pesquisa de Erthos Albino de Souza

Fonte: os autores

Por fim, com a conclusão da descrição dos documentos de Erthos Albino de Souza, o próximo passo deve ser a produção de um inventário tendo como tema o Movimento Concretista que, além da tabela com os nomes dos representantes do movimento mencionados nos documentos, deve contar também com índices onomástico e bibliográfico. O tratamento temático conferido aos documentos justificaria, ainda, a produção, a título de instrumento complementar, de uma bibliografia dos nomes citados, elaborada com base no catálogo do acervo bibliográfico da BBM-USP, o que levaria à integração entre as seções de Biblioteca e Arquivo, algo sempre bem-vindo em uma instituição como a Biblioteca Brasilina Guita e José Mindlin da USP.

### **À guisa de conclusão**

Segundo Antonia Heredia Herrera (2007, tradução nossa), um fundo é um “conjunto ou agrupamento orgânico de documentos, consequência das funções ou atividades de um produtor”, sendo produzido “a partir de um processo natural”. Em contraposição, “uma coleção documental se forma de acordo com a subjetividade de um colecionador e, à primeira vista, o que “distingue a coleção de um fundo é a acumulação artificial dos documentos frente a produção natural” do segundo caso.

Se o conjunto de documentos acumulado por Erthos Albino de Souza é formado essencialmente por cartas trocadas com nomes da literatura brasileira e recortes de jornal sobre esses mesmos nomes, podemos considerar, de saída, que este conjunto tem o caráter de coleção. Por outro lado, cumpre considerar que tal conjunto de documentos, como dito anteriormente, foi comprado, em 1998, por José Mindlin e que, no momento da compra, houve provavelmente a seleção daquilo que seria adquirido – operada pelo próprio titular, por sua família ou pelo comprador –, procedimento que pode ter descaracterizado o arquivo a ponto de torná-lo *coleção*. Nesse sentido, os documentos que hoje estão sob guarda da BBM-USP são capazes de representar tão somente os interesses de Erthos pela literatura brasileira, que coincidem, não por acaso, com os interesses de José Mindlin.

Nessa perspectiva, uma vez selecionados no ato da aquisição, os documentos de Erthos perderam o caráter precípuo dos documentos de arquivo, de serem provas ou testemunhos das atividades e ações de seu acumulador (Lopez, 2003: 70). Perderam, também, o caráter natural de sua acumulação, o que nos leva a evocar Antonia Heredia Herrera quando define a coleção como fruto de uma acumulação artificial (2007: 116).

Assim, entendemos que a coleção Erthos Albino de Souza não pode ser descrita segundo a *abordagem contextual de arquivos pessoais* por sua pouca representatividade em relação à trajetória de seu acumulador. O fundo Guita Mindlin, ao contrário, ao testemunhar parcela significativa da vida de sua titular, especialmente no que tange à sua atuação profissional, permite a contextualização dos documentos, pois estes configuram subprodutos das funções e atividades que os geraram (Heredia Herrera, 2015: 49). Mesmo não representando outras esferas da vida da titular, os documentos de tal fundo nos permitem ver a formação de séries documentais<sup>5</sup> que evidenciam a “dinâmica temporal de que se reveste o arquivo” (Camargo, Goulart, 2007: 23).

No caso da coleção EAS, a única contextualização possível foi a partir do interesse do poeta-engenheiro pela literatura, especificamente, pelo Movimento Concretista. Admitindo isso, foi preciso, então, esmiuçar tal contexto, o que significou entrar no conteúdo do documento, o que é válido, uma vez que “na hora do tratamento, a coleção admite a classificação por matérias” (Heredia Herrera, 2007: 119, tradução nossa).

---

<sup>5</sup> “Conjunto de documentos que tem a mesma origem orgânica” (Gómes apud Heredia Herrera, 2007: p.114).

Se, por um lado, ao relacionarmos o documento ao seu produtor em uma tabela cronológica, respeitamos a organicidade e a origem da coleção EAS; por outro, ao buscarmos o Movimento Concretista nos documentos, respeitamos também o caráter dado por José Mindlin ao conjunto e ampliamos, assim, o público da coleção.

Convém destacar, por fim, que a descrição do fundo GM e da coleção EAS primaram pelo reconhecimento da tipologia documental. Como aponta Heloísa Liberalli Bellotto (2006: 61), “a espécie documental é a configuração que o documento assume de acordo com a disposição e a natureza de sua informação” e o “tipo documental é a espécie documental não mais como ‘fórmula’ e, sim, já imbuído da atividade que o gerou”. Ou seja, é no tipo documental que se encontra a relação entre o documento e sua função: “é preciso que haja uma interação entre a especificidade de um ato e a tipologia documental adequada à sua concretização, seja a sua finalidade dispositiva, probatória ou informativa”.

## Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, p. 26-39, 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivo Zila Mamede**: inventário. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

\_\_\_\_\_. O arquivo de Lina Bo Bardi: revisitando uma experiência. In: **V Congresso Nacional de Arquivologia**, 2012, Salvador. *Anais...*, 2012.

\_\_\_\_\_. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

\_\_\_\_\_. Um salto no vazio? Considerações iniciais sobre a organização e representação de arquivos. In: 4º Seminário em Ciência da Informação, 2011, Londrina. *Anais...*, 2011.

HEREDIA HERRERA, Antonia. El contenido documental: fondos y colecciones. In: **Qué es un archivo?** Gijón: Trea, 2007, p. 107-119.

\_\_\_\_\_. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. In: ANDRADE, Ana Celia Navarro de (org.). **Archivos y documentos**: textos seminales. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 43-56.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, v. 2, n. 15, p. 69-82, 2003.

NEVES, José Victor das; SOUZA, Laiza Gomes de; CARVALHO NETO, Pedro José de. A abordagem contextual em arquivos pessoais: o caso do fundo Guita Mindlin. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, 2017. No prelo.

## **O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO FUNDO ARACY ABREU AMARAL E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PRÁTICA ARQUIVÍSTICA**

**Elisa Horta da Silva**

**Luciana Negrini**

### **Agradecimentos iniciais**

Nós, autoras, assumimos a honrosa responsabilidade de relatar uma experiência que não é exclusivamente nossa, mas de uma equipe excepcional muito maior, sem a qual esse projeto não se realizaria. Portanto, antes de iniciar, gostaríamos de mencionar nominalmente nossos colegas Karoliny Borges, Marco Antonio Teixeira Júnior, Eduardo Sato, Marina Januzzi, Marlene Laky e Morgana Viana, de quem somos porta-vozes e a quem dedicamos essa apresentação. Agradecemos não apenas a eles, como também: às nossas coordenadoras técnica e geral, respectivamente, Luciana Amaral e Elisabete Ribas, por toda a orientação e incentivo; aos colegas do Arquivo - estagiários, bolsistas, voluntários, pesquisadores e funcionários - e a todo o corpo técnico e administrativo do IEB, pelo apoio; ao Instituto Itaú Cultural, pela parceria; e à Professora Aracy Amaral, pela generosidade e confiança. Muito obrigada!

### **Introdução**

Nosso objetivo é descrever o processo de organização do Fundo Aracy Abreu Amaral, realizado por uma equipe multidisciplinar de profissionais em formação nas dependências do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Primeiro, contextualizaremos a chegada do arquivo pessoal de Aracy Amaral ao IEB-USP e o surgimento da inédita parceria entre esta instituição e o Instituto Itaú Cultural, cooperação que viabilizou o projeto de organização integral do referido Fundo. Em seguida, apresentaremos e justificaremos a metodologia e os procedimentos escolhidos, tanto no que se refere à conservação, quanto à classificação e descrição. Posto

isso, relataremos a experiência de realização das cinco etapas do tratamento técnico arquivístico e de conservação preventiva: 1) higienização mecânica página-a-página de toda a documentação; 2) pequenos reparos; 3) acondicionamento documental em envelopes, caixas e embalagens especiais; 4) classificação e descrição documental; e 5) elaboração de dois instrumentos de pesquisa (um Catálogo Eletrônico e um Guia do Fundo). E para concluir, faremos uma breve reflexão sobre os desafios enfrentados.

### **A chegada do arquivo pessoal de Aracy Amaral ao IEB-USP**

O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) é um centro multidisciplinar de pesquisa e documentação sobre a história e as culturas do Brasil, vinculado à Universidade de São Paulo. Criado em 1962 por Sérgio Buarque de Holanda, tem como desafio fundador a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira por meio da articulação entre diferentes áreas das humanidades. Atualmente, o IEB é responsável pela salvaguarda e conservação de um acervo notável, formado por coleções e fundos pessoais constituídos em vida por artistas e intelectuais brasileiros. Este acervo encontra-se dividido entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais, conforme a especificidade de seus conjuntos, e periodicamente cresce em volume e importância através de novas aquisições, seja por meio de doação ou compra.

Foi precisamente através de um generoso ato de doação que o arquivo de Aracy Abreu Amaral chegou ao IEB: a própria titular doou, entre 2016 e 2017, expressiva documentação referente à sua trajetória acadêmica e profissional. Em reunião do Conselho do IEB, ocorrida em 17 de março de 2016, foi aprovada, por unanimidade, sua incorporação ao acervo. Em 25 e 30 de março de 2016, a equipe do Arquivo IEB-USP realiza a retirada da documentação que compõe o mais novo Fundo Aracy Abreu Amaral. Outros quatro lotes de documentação foram doados ao IEB em 2017, o primeiro em 12 de junho, o segundo em 8 de agosto, o terceiro em 5 de setembro, e o quarto, em 17 de novembro, todos entregues pela própria titular do Fundo.

### **Aracy Amaral: dados biográficos**

Aracy Abreu Amaral, nascida em São Paulo em 1930, é importante personalidade no universo das artes, tendo exercido múltiplas atividades ao longo de sua carreira

profissional. Formou-se em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1959, e tornou-se mestra e depois doutora pela Universidade de São Paulo com as seguintes pesquisas, respectivamente: "Artes Plásticas na Semana de 22", em 1969, e "Tarsila - Sua Obra e Seu Tempo", de 1971. Desde então, tem realizado extensa pesquisa sobre diversos aspectos da arte no Brasil e na América Latina, desde o período colonial até a produção contemporânea. Os resultados das suas pesquisas estão presentes em monografias como as dedicadas à Blaise Cendrars, à Semana de Arte Moderna e à Tarsila do Amaral; em críticas publicadas em diversos periódicos, algumas organizadas em livros como "Entre a Feijoada e o X-Burger" e "Trópicos de Capricórnio"; e em curadoria de exposições de artes plásticas realizadas em galerias e museus. É docente aposentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e foi convidada para aulas e palestras em diversas instituições ao redor do mundo. Como gestora, foi diretora de importantes museus paulistas como a Pinacoteca do Estado e o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, além de ter participação ativa em associações, júris e comitês. Organizou e participou de eventos nacionais e internacionais, que congregavam críticos de artes e pesquisadores, com destaque para sua atuação em temas ligados à América Latina.

Essa trajetória profissional multifacetada se reflete na documentação, que ainda aponta a ampla rede de sociabilidade de Aracy Amaral com seus contemporâneos - críticos, artistas, pesquisadores. O Fundo Aracy Abreu Amaral coloca-se em diálogo com outros Fundos e Coleções do IEB, como os de Marta Rossetti Batista, Waldisa Russio, Anita Malfatti, Mário de Andrade, entre outros, e contribui para a reconstituição e compreensão do contexto cultural e intelectual de uma época.

## **O fundo Aracy Abreu Amaral**

### **Particularidades do conjunto**

O Fundo Aracy Abreu Amaral é dotado de peculiaridades. A primeira é certamente o fato - inédito na história do IEB - de ter sido doado em vida pela titular, prática ainda pouco usual entre os intelectuais brasileiros, mas que pode ter inaugurado uma nova tendência no Instituto, pois, a partir de 2017, o IEB passou a receber outros arquivos doados em vida - a exemplo, o do músico Ivan Lins.

Decorre disso uma segunda característica: a de que o Fundo Aracy Abreu Amaral encontra-se em constante crescimento, pois sua titular segue desenvolvendo atividades que produzem diariamente novos documentos passíveis de serem incorporados. Isso significa que o arranjo ainda precisará ser modificado e adequado à medida que sejam recebidos novos lotes de documentação.

A terceira característica importante é ser o arquivo pessoal de uma mulher. Embora fuja ao escopo deste trabalho aprofundar discussões que nos são caras sobre representação de gênero nos arquivos, ou sobre o lugar da mulher na História e nas instituições de preservação de memória, gostaríamos de comentar brevemente uma observação que nos chama a atenção: no acervo sob custódia do IEB, o número de arquivos de mulheres é comparativamente menor que o de homens, o que parece coincidir com a realidade de muitas instituições de memória. Esse é um dado sintomático do histórico apagamento que as mulheres sofrem, particularmente no campo intelectual. No caso do Arquivo do IEB, dos 49 Fundos, apenas 17 são de mulheres; destes, somente 3 encontram-se completamente descritos, 7 foram parcialmente processados, e 6 aguardam processamento. Diante desse quadro, a incorporação do Fundo Aracy Abreu Amaral e o projeto que viabilizou seu imediato tratamento técnico e extroversão contribuem para minimizar essa “distorção de representatividade”, ação coerente com a missão fundacional do IEB de promover uma reflexão crítica da sociedade brasileira, sem corroborar com arbitrariedades culturais.

Outra particularidade de seu Fundo surge da multiplicidade de atividades que marcaram sua trajetória profissional - pesquisa, docência, gestão, curadoria -, refletida em uma grande variedade de grupos e subgrupos funcionais. Se alguns titulares de fundos dedicaram-se majoritariamente à literatura, como Graciliano Ramos, ou à música, como Camargo Guarnieri, ou ainda à atividade política, no caso de Caio Prado Jr, Aracy transitou alternadamente pelos meios artístico, acadêmico, editorial, jornalístico, museológico e da administração pública, criando um desafio à elaboração de um quadro de arranjo que contemplasse tal pluralidade de atividades.

Porém, entre todas as singularidades, a que mais tem nos chamado atenção, e que se apresentou como o maior desafio, é a contemporaneidade do Fundo. Primeiro, porque, na tentativa de recompor o contexto histórico-cultural em que se insere essa biografia, impõe-se o dilema historiográfico do distanciamento temporal. Segundo,

porque a contemporaneidade dos itens documentais colocam em xeque algumas categorias descritivas com as quais estávamos habituados, no que se refere a espécies documentais, tipos de suporte e originalidade, a tal ponto de chegarmos a concluir que atualizações de vocabulário controlado em nosso banco de dados são não só inescapáveis, mas urgentes.

### **Informações técnicas**

Não obstante o nome “Aracy Amaral” assim tenha se consagrado no cânone da historiografia da arte, e também apareça dessa forma como rubrica em diversos documentos, o Fundo Aracy Abreu Amaral recebeu seu nome completo, incluindo o sobrenome materno “Abreu”, por preferência da própria titular; para identificá-lo, criou-se a sigla AAA a partir de suas iniciais. No que tange a identidade visual, assim como a cada um dos Fundos do IEB é atribuída uma cor de caixas percalux, a este foi atribuída a cor lilás, também à escolha da titular.

Em dezembro de 2017, o Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA) do IEB-USP aponta 12.324 itens documentais descritos no Fundo, o que corresponde a dois terços da massa documental estimada. O volume total está distribuído entre: 166 caixas de documentação plana em papel, totalizando aproximadamente 12 metros lineares; 37 caixas de documentos em suporte sensível - diapositivos (*slides*), cromos, fitas magnéticas e mídias digitais - e 1 gaveta de mapoteca para os grandes formatos. O conjunto conta, ainda, com 24 caixas de livros e alguns exemplares de livros em grande formato avulsos. Contabilizam-se, no total, 228 unidades de armazenamento.

O período coberto pela documentação vai de 1900 a 2017, e poderá ser alargado, uma vez que a titular ainda produz diariamente novos documentos.

Entre a variedade de espécies documentais, encontram-se: cartas, telegramas, *e-mails*, bilhetes, anotações, fichas, roteiros de aula, bibliografias, artigos acadêmicos, artigos de periódico ou periódicos completos, entrevistas, manuscritos de obra, boneco de livro, provas tipográficas, dissertação, tese, comunicações, conferências, fotografias, dossiês de exposição, projetos, cartazes, folhetos, informativos, cartões de visita, currículo, livros, memorandos, ofícios e orçamentos. Há, ainda, objetos tridimensionais, como uma bandeja de metal e uma coleção de folhas vegetais, e documentos sem materialidade, em formato digital, armazenados em mídias ópticas e magnéticas.

De modo geral, os documentos estão em bom estado de conservação: priorizamos sua estabilização através de técnicas de conservação preventiva, e realizamos pequenos reparos quando necessário, procedimentos que serão detalhados mais adiante, na seção Metodologia.

No que se refere à organização do Fundo, um Quadro de Arranjo foi elaborado seguindo-se o modelo funcional de classificação documental, de acordo com as atividades que os originaram. No caso de algumas séries, consideramos a organização prévia da documentação. Também esse tratamento técnico será detalhado na próxima seção.

## **O processo de organização do fundo**

### **Metodologia**

A recepção do acervo de Aracy Abreu Amaral foi baseada em procedimentos próprios de quatro grandes frentes do projeto: higienização, descrição documental, reparos e acondicionamento.

O método de higienização utilizado foi a mecânica, feita página por página com auxílio de pincéis e trinchas, tanto dos livros como dos demais tipos de documentos textuais (cartas, anotações e manuscritos de obra, por exemplo). Conforme as práticas de segurança do trabalho, todos os participantes desse procedimento utilizaram Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Nessa fase, também foi realizada a desmetalização (retirada de grampos e cliques) com auxílio de espátulas de dentina odontológicas, seguida do imediato acondicionamento provisório em capas de alçaço mantendo os conjuntos. As capas de alçaço substituíram a função anteriormente cumprida pelos grampos e cliques, o que nos permitiu manter a organicidade da documentação. Mais tarde, pudemos ver o quanto essa decisão foi de fundamental importância para o trabalho de descrição documental e elaboração de quadro de arranjo, pois além do conteúdo do documento, é necessário levar em conta que cada documento é composto “de inúmeros registros acumulados, cuja função se descola, muitas vezes, dos aspectos informativos imediatos” (Lopez, 2003: 76), o que faz com seja essencial analisá-lo sempre em relação ao restante da massa documental acumulada pelo seu titular.

Para proceder à classificação do acervo, levamos em consideração a organização prévia da documentação - realizada por Léia Casoni - em pastas identificadas por

etiquetas; contudo, não nos detivemos nessa organização, de modo a não aderirmos ao que Bellotto chamou de “princípio da santidade da ordem original”:

Essa ‘santidade’ não seria propriamente a ordem física que os documentos tinham no arquivo corrente e, sim, o respeito à organicidade, isto é, a observância do fluxo natural e orgânico com que foram produzidos e não propriamente dos detalhes de seu primeiro arquivamento. (Bellotto; 2016: 131)

Portanto, privilegamos a elaboração de um quadro de arranjo que refletisse as atividades desenvolvidas pela titular do fundo e que originaram os documentos, resultando em uma classificação que produzisse sentido tanto em relação aos itens, quanto às relações já pré-estabelecidas. Pareceu adequada, em determinados momentos, a reordenação de documentos, na busca de coerência e significação.

O quadro de arranjo, que expressa o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados pelo ente produtor no exercício de suas funções, foi dividido em 11 grandes grupos - Pesquisa, Curadoria, Relações Sociais, Gestão, Docência, Atuação/Colaboração na Imprensa, Biblioteca, Participação em Comissões e Colegiados, Pessoal e Biográfico, Atuação como Escritora e Universo de Interesses. Cada um desses grupo se divide em níveis hierárquicos diretamente vinculados às atividades oriundas dessas funções. Por exemplo, o grupo funcional PESQUISA desdobra-se nas atividades “Pesquisa sobre Tarsila do Amaral”, “Pesquisa sobre Modernismo”, “Pesquisa sobre América Latina”, entre outras. E Estes, por sua vez, desdobram-se em outros, vinculados a outras atividades ou a etapas das atividades de nível superior. No caso da atividade “Pesquisa sobre América Latina”, por exemplo, abrem-se tanto novas atividades (“Pesquisa sobre Arquitetura Neocolonial na América Latina”), como etapas da atividade anterior (“Material de Pesquisa sobre América Latina” e “Artigos Autorais sobre América Latina”).

Hoje em dia é inadmissível, mesmo nos países cujo emprego de tratamento arquivístico adequado a seus acervos documentais administrativos seja recente, que os documentos estejam arranjados por assunto, por ordem cronológica única, por formatos ou suportes materiais da documentação que lhe compete recolher, tratar, custodiar, preservar e divulgar, nas palavras de (Bellotto, 2016: 127).

O grupo “Pesquisa” contempla a documentação profissional de Aracy Amaral relacionada com sua produção como pesquisadora, com diversas etapas do processo de criação da intelectual e seus resultados em livros e textos. Com 5921 documentos descritos até o momento de composição deste relato.

O grupo “Curadoria” integra a produção profissional de Aracy Amaral ligada à organização de exposições, eventos e mostras de artes plásticas. Há exposições organizadas desde a década de 1960 até 2017, com maior predominância de museus e galerias de São Paulo, mas também de outras partes do país no exterior. Registrando 2205 documentos descritos.

O grupo “Relações Sociais” compreende a série de correspondências de Aracy Amaral. As cartas foram divididas em dois subgrupos “Pessoas” e “Instituições” de acordo com o correspondente com Aracy Amaral, tomando como base para essa classificação tanto critérios objetivos, como o timbre do papel ou a assinatura, como critérios mais subjetivos como as relações estabelecidas entre as partes. O grupo, hoje, conta com 1760 documentos descritos.

O grupo “Gestão” conta com documentação profissional, como correspondência oficial, atas de reunião, projetos, propostas, relatórios, etc., de períodos em que Aracy Abreu Amaral esteve envolvida na administração de instituições públicas, como o Departamento de Museus e Arquivos do Estado de São Paulo (DEMA-SP) e a Pinacoteca do Estado. Com 1075 documentos descritos, até o momento.

O grupo “Docência” refere-se ao período de atuação de Aracy Amaral como docente titular na Universidade de São Paulo, ou em cursos de curta duração em outras universidades, como na Universidade de Caxias do Sul. Contém programas de curso, anotações de aula, extratos de obras, listas, fichas, roteiros de aula, e bibliografias. Com 606 documentos descritos.

O grupo de “Atuação / Colaboração da Imprensa” é composto por subgrupos que trazem a produção de Aracy Amaral em periódicos. Contém páginas e recortes de jornais, além de anotações e textos organizados pelo veículo de publicação. Grupo com 374 documentos descritos.

O grupo “Biblioteca” é formado por coleção de livros de diversas áreas relacionados aos interesses da titular do fundo. Há catálogos de exposições e eventos, livros sobre artistas, artes plásticas, fotografia e história. Contabilizando um total de 252 livros processados.

O grupo “Participação em comissões e colegiados” contém documentos relacionados com a participação de Aracy Amaral em associações, comitês e júris. Em um total de 89 documentos descritos.

O grupo “Pessoal e Biográfico” contém documentação relacionada à biografia e à vida pessoal da titular do fundo. São documentos que estão relacionados com a vida pessoal de Aracy Amaral, ou que estão ligados à sua trajetória profissional, como currículos, mini-biografias e listas de publicações e entrevistas e depoimentos. Há 83 documentos descritos.

O grupo “Atuação como escritora” conta com os manuscritos, bonecos e desenhos dos dois livros infantis escritos por Aracy Amaral: “O Macaco e o Elefante” e “O Anãozinho do Repolho”. Contém 13 documentos.

Por fim, o grupo “Universo de Interesses” é formado por objetos que não estão ligados à vida profissional da titular mas que exprimem o seu colecionismo e interesses pessoais. Há como subgrupo uma coleção de folhas vegetais secas variadas, formado por apenas 9 documentos.

A descrição documental, tarefa típica dos arquivos permanentes, fez-se por meio do cuidadoso processamento de cada documento, para os quais foram estabelecidos códigos definitivos de plano de classificação - para recuperação de informações imediatas - baseados em siglas simples e, na maior parte das vezes, inteligíveis, que remetessem à fácil identificação de seus assuntos. Visamos contemplar o máximo de informações que pudessem ser do interesse de um pesquisador neste trabalho descritivo: conteúdos, gêneros documentais, espécies, suporte, data e local, idioma, originalidade, técnicas de registro, estado de conservação, unidade de armazenamento, relações orgânicas entre documentos. Este nível de descrição documental em catálogo nos possibilita uma ampla compreensão do conteúdo do acervo e da localização de seus documentos, favorecendo um preciso registro patrimonial, bem como, facilitando a relação entre os documentos físicos e suas reproduções digitais, no processo de digitalização.

O procedimento envolve a leitura, de cada documento, acompanhada do recolhimento de suas informações e do preenchimento dos campos de dados do Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA) do IEB-USP. O documento, como mencionado anteriormente, recebe um código de classificação referente ao seu assunto e grupo hierárquico, escrito à lápis na parte superior direita da sua folha principal. Os documentos com mais de uma folha, além do registro do código, recebem numeração de folhas de modo a sanar quaisquer possibilidades de furto ou perda. Assim como nas páginas, os códigos também são repassados as capas de papel neutro (filiset), de forma a

facilitar a sua localização e, posteriormente, o atendimento ao pesquisador. Tendo em mente o contínuo trabalho de organização e gestão que é realizado em um arquivo e, com isso, a possibilidade de serem feitas novas classificações e ordenações, alterando o quadro de arranjo dos fundos e coleções que compõem o acervo do IEB-USP, todos os registros são feitos a lápis, permitindo a reversibilidade de todos os procedimentos e decisões tomadas no âmbito do processamento documental.

Ao longo de todo esse processo, inúmeros debates permearam importantes tomadas de decisões, como: o emprego de vocabulário controlado; a espécie documental definida para cada documento, de acordo com suas especificidades; sua originalidade. Os debates acerca das categorias descritivas e da necessidade de atualização do vocabulário controlado foram apresentados, em algumas oportunidades, no projeto de formação História Viva. Este consiste em reuniões semanais realizadas às sextas-feiras nas dependências do Arquivo do IEB-USP, por iniciativa da coordenação. Participam do História Viva estagiários e ex-estagiários, bolsistas, voluntários, pesquisadores, docentes e funcionários, com a finalidade de discutir sobre os desafios do trabalho cotidiano e buscar soluções, padronizar procedimentos e compartilhar experiências e ideias. Ter esse espaço de discussão foi decisivo para nossa equipe na tomada de algumas decisões.

Para os gêneros iconográficos, frente a tantos questionamentos, foi elaborada uma tabela de consulta para padronização do preenchimento da espécie documental no caso cópias fotográficas, como podemos demonstrar abaixo:

Procedimentos para descrição de fotografias:

	<b>Para cadastrar slide / negativo:</b>	<b>Para cadastrar fotografia de escrito:</b>	<b>Para cadastrar fotografia de pintura:</b>	<b>Para cadastrar fotografia de escultura:</b>
<b>Gênero documental</b>	Iconográfico	Textual	Iconográfico	Iconográfico
<b>Espécie/ formato/ tipo</b>	Fotografia	De acordo com o documento (carta / artigo de periódico, etc.)	Ilustração	Ilustração
<b>Suporte</b>	Negativo flexível/ slide	Papel fotográfico	Papel fotográfico	Papel fotográfico
<b>Localidade</b>	Da produção do negativo / slide	Da produção do texto	Da produção da fotografia	Da produção da fotografia
<b>Data</b>	Data do documento	Data do texto	Data da fotografia e não da pintura (se tiver, a data da obra vai para a	Data da fotografia e não da pintura (se tiver, a data da obra vai para a descrição)

			descrição)	
<b>Original ou cópia?</b>	Original	Cópia	Cópia	Cópia
<b>Tipo de cópia</b>	Em branco	Cópia fotográfica	Cópia fotográfica	Cópia fotográfica
<b>Técnica de registro</b>	Fotografia	Em branco	Em branco	Em branco
<b>Cromia</b>	De acordo com o documento	De acordo com o documento	De acordo com o documento (e não a obra original)	De acordo com o documento (e não a obra original)
<b>Autor</b>	Da fotografia (o autor da obra original vai para referência onomástica)	Do texto	Da fotografia (o autor da obra original vai para referência onomástica)	Da fotografia (o autor da obra original vai para referência onomástica)

Fonte: Fundo Aracy Abreu Amaral, 29/05/2017

A tarefa de reparos de parte da documentação em estado de conservação ruim, com rasgos, áreas de papel perdidas, documentos amassados, etc, foi cumprida visando a estabilização da documentação para consulta pública, digitalização e adequada difusão.

Referindo-se às dimensões dos itens documentais, o acervo de Aracy Abreu Amaral se divide entre documentos planos e com volume - livros e objetos tridimensionais. A coleção de livros, tendo a maioria de seus títulos bom estado de conservação, também trouxe uma menor parte de obras cujo estado de conservação exigiam intervenções de reparos de baixa, média e alta complexidade. Nesses casos, livretos grampeados, cuja ferrugem já havia danificado parte do material, tiveram áreas preenchidas e foram costuradas com linhas macias, visando sua preservação; capas soltas foram fixadas nas obras correspondentes com auxílio de papel japonês e dois tipos de cola, de amido e carboxy methyl-celulose, mais conhecida como “CMC”, usada para colagem de materiais com revestimento plástico.

Além disso, obras que tiveram suas lombadas perdidas pela ação do manuseio e do tempo tiveram tais partes reconstruídas com papéis próprios para restauro e coloração próxima dos originais, retirando-se resquícios de cola antiga, ácida, antes da fixação das lombadas. Outros livros, em menor número, necessitaram de reparos de alta complexidade, o que foi feito com processos de desmontagem, reparos folha por folha, retirada de cola antiga, costura e fixação de capas. Após a reparação dos materiais

danificados, a tarefa de acondicionamento primário de todos os livros foi cumprida, utilizando para isso papel filifold 120g/m<sup>2</sup>, e caixas poliondas, para o acondicionamento secundário.

Para os documentos planos, destacam-se (1) documentos em suporte de papel fotográfico, (2) diapositivos (*slides*), cromos e negativos e (3) documentos em suporte de papel, sem revestimentos plásticos. Para documentos em suporte de papel fotográfico, dois casos destacaram-se: fotos coladas e fotos rasgadas. Para o primeiro caso, o procedimento aplicado foi a separação física com auxílio de CMC e bisturi, obtendo bons resultados. Para o segundo caso, das fotografias rasgadas, foram coladas pelo verso, utilizando para isso papel japonês e cola de amido. O acondicionamento de todos esses materiais foi feito com embalagens próprias para fotos, feitas de poliéster (conhecido como *mylar*). O acondicionamento de diapositivos (*slides*), cromos e negativos foi feito com embalagens de papel neutro 68g/m<sup>2</sup>, - feitas sob medida, dada a variabilidade de dimensões. Todos os itens documentais nesses tipos de suporte foram direcionados para uma câmara fria, com umidade relativa do ar e temperatura controladas.

Por fim, os demais documentos em suporte de papel, correspondentes à maior parte do acervo, tiveram danos identificados da seguinte maneira: folhas rasgadas e pedaços destacados; documentos com áreas faltando; folhas com fitas plásticas auto-adesivas (“*durex*”); documentos amassados; resquícios de colas antigas.

Folhas rasgadas e pedaços de documentos destacados foram reparados com auxílio de papel japonês de gramaturas variadas e cola de amido; as áreas perdidas dos documentos foram preenchidas com papel japonês de gramaturas e cores variadas; fitas “*durex*” foram retiradas dos documentos com auxílio de espátulas térmicas e cola CMC; documentos amassados foram devidamente planificados com auxílio de placas de madeira, pesos e espátulas térmicas; e os resquícios de colas antigas foram retirados com auxílio de CMC como solvente.

Os poucos objetos tridimensionais encontrados no conjunto documental foram higienizados e acondicionados em embalagens feitas sob medida.

Todos os documentos do Fundo Aracy Abreu Amaral encontram-se salvaguardados em reservas técnicas com umidade e temperatura controlados segundo padrões arquivísticos adequados à preservação e prolongamento da vida útil de documentos de um arquivo permanente, agora, aberto ao público.

### **Considerações finais**

A experiência de organização do Fundo Aracy Abreu Amaral foi inédita no Arquivo IEB sob alguns pontos de vista. Primeiro, pelo espaço de tempo em que se realizou, comparativamente mais curto do que aquele previsto nas diretrizes do Instituto: ao final do projeto, terão decorrido nove meses, durante os quais foram concluídas todas as etapas de tratamento técnico arquivístico e de conservação e sua extroversão integral. Isso foi possível graças à parceria, também inédita, entre a Universidade de São Paulo e o Instituto Itaú Cultural, que viabilizou a contratação da equipe, a aquisição de material, equipamentos e o processo de digitalização.

Em segundo lugar, pela primeira vez na história do Arquivo do IEB, uma única equipe teve a oportunidade de dar tratamento arquivístico a um Fundo do começo ao fim, sem interrupção dos trabalhos em decorrência de fatores externos. Essa imersão suscitou importantes discussões, destacadamente aquelas acerca das categorias descritivas e a necessidade de revisão do vocabulário controlado.

Contudo, ao nosso ver, além do importante legado patrimonial, a experiência proporcionou um aprendizado prático, valor inestimável, aos envolvidos devido ao caráter pedagógico do projeto. Desde o princípio, o desenvolvimento das atividades foi acompanhado da atenta orientação da coordenação e da equipe técnica de funcionários do Arquivo. Gostaríamos de enfatizar e registrar também a importância fundamental do projeto de formação História Viva, realizado semanalmente no Arquivo do IEB-USP, do qual participam estagiários, bolsistas, voluntários, pesquisadores e funcionários. Sua finalidade é formativa, contribuindo para a padronização de procedimentos por meio do intercâmbio de experiências no trabalho com os diversos Fundos e Coleções do instituto.

### **Referências**

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos pessoais como fonte de pesquisa**. In: Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte: n. 45, p-26-39, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69 - 82, 2º semestre de 2003.

OGDEN, Sherelyn. **Armazenagem e manuseio**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em Arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2002. (Como fazer, 10). Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colectao\\_como\\_fazer/cf10.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colectao_como_fazer/cf10.pdf)>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

## FUNDOS E COLEÇÕES EM ARQUIVOS PESSOAIS: A ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE DJALMA FORJAZ

**Andrea Cristina Ribeiro Minare**

**José Heleno Barbosa**

### **O Instituto de Estudos Brasileiros e seu acervo**

Criado em 1962 pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) é um centro de pesquisas e documentação sobre a história e a cultura brasileira e tem como desafio fundador a reflexão sobre a sociedade brasileira por meio da articulação de diferentes áreas das humanidades. Assim, o IEB-USP articula as atividades de reflexão e crítica à preservação de acervos culturais. Atualmente, tem sob sua responsabilidade a guarda e manutenção de acervos, num total de cerca de 500 mil documentos, 200 mil livros e 18 mil objetos de arte. As atividades de guarda, preservação e organização do acervo implicam o desenvolvimento de um conjunto específico de ações, que começam pela garantia de condições técnicas adequadas para preservação desse patrimônio e vão desde sua catalogação acurada, à disposição para pesquisa.

Os documentos, livros e obras de arte que constituem o acervo do IEB-USP atualmente preservam a integridade das coleções originais, cobrindo um arco temporal de vai do século XV ao XXI. Desse modo, além de buscas específicas, é possível ao pesquisador reconstituir o universo intelectual ou artístico de todo um conjunto de obras a partir da preservação da organicidade e do arranjo personalizado, o que é preceito primordial no Instituto. Tal acervo encontra-se em permanente expansão, através de doações ou aquisições, o que requer um constante trabalho de processamento e

conservação por parte de sua equipe, seguindo os mais adequados procedimentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

O Arquivo do IEB-USP surgiu em 1968, integrado ao Serviço de Biblioteca. O crescimento do acervo, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, motivou sua criação como setor independente a partir de 1974, com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, visando oferecer fontes primárias para pesquisa.

Tal conjunto distingue-se em fundos pessoais, conjunto de documentos de caráter diverso produzido e acumulados por uma pessoa, em decorrência de suas atividades; e coleções, conjunto de documentos de vários tipos e origens reunidos por uma pessoa ou instituição, em geral relacionados a uma determinada temática. Além disso, há conjuntos de documentos de várias procedências e assuntos, agrupados em documentação resultante de pesquisas, original e/ou reproduzida, proveniente de pesquisas realizadas no IEB-USP ou aí depositadas; e documentação avulsa, documentos individuais, agrupados pelo gênero textual, sonoro, iconográfico e audiovisual provenientes de doações eventuais sobre os mais variados assuntos e ou personalidades da cultura brasileira.

É nesse contexto de guarda e classificação que se encontra salvaguardado o conjunto de documentos de Djalma Forjaz, corpus do estudo de caso que apresentaremos. A seguir, passamos para breve apresentação do conjunto.

#### **Histórico do conjunto documental Djalma Forjaz**

Em 1992, os herdeiros de Djalma Forjaz (1883-1962) doaram ao IEB-USP uma vasta documentação recolhida e produzida por este estudioso ao longo de sua carreira. Tais documentos são pouco representativos da vida do autor, porém refletem os estudos que geraram os livros *Fundadores da Pátria Brasileira*, *Escravidão no Brasil*, *Origem do Código Comercial Brasileiro* e o *O Três de Maio*.

Entretanto, uma de suas obras tornou-se seu projeto mais importante: a biografia de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, intitulada *Senador Vergueiro: sua vida e sua época, 1779-1859*, publicada em 1924. A obra foi publicada inicialmente em 1922 com o título *Senador Vergueiro, o homem social e o colonizador*, porém, na edição de 1924, figura como primeiro capítulo do livro. Assim, uma grande parte do conjunto diz respeito ao Senador Vergueiro, como por exemplo, atas da Assembleia Legislativa, em que foi

Senador, e projetos de lei de autoria de Vergueiro, todos impressos ou transcritos por Forjaz.

Como não há documentos no conjunto que forneçam informações pessoais sobre Djalma Forjaz, foi necessária a pesquisa em outras fontes. Assim, sabemos que Forjaz formou-se em pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco - instituição que Vergueiro fundou e foi diretor - e casou-se, em 1906, com Lúcia de Vergueiro Forjaz, bisneta do Senador. Iniciou uma carreira no funcionalismo público, o que pode ter auxiliado em sua pesquisa nos diversos órgãos públicos. E, assim como o Senador Vergueiro, formulou projetos de lei e participou na fixação dos limites de cidades. Foi, ainda, professor de História, o que propiciou seus estudos na área.

Vale ressaltar que o início do XX, período em que sua pesquisa se desenvolveu, foi marcado pela discussão sobre a construção da identidade nacional, questão que permeará até meados do século, e que teve o intuito de inventar um país, uma nação e uma cultura nacional. Além disso, sua produção foi impelida pelas comemorações dos 100 anos de Independência do Brasil. Assim, não havia nada mais identitário do que conceber, nesse período, uma percepção historiográfica nacionalista a partir de um herói português, portanto, ligado à cultura europeia. E, segundo Forjaz, Vergueiro lutou pela formação de um Estado independente e soberano e pela constituição de uma sociedade moderna, edificada no estímulo à imigração e à cultura.

Das dezenove caixas que formam o conjunto de Forjaz, até agora, foram descritas dez. A partir disso, entendemos que o ponto de partida para todos os estudos do titular foi a vasta pesquisa sobre o Senador Vergueiro. Encontramos em suas outras obras elementos que nos permitem ver que a base documental foi a mesma. Assim, é necessário fazer uma breve retrospectiva sobre a figura que Djalma Forjaz tentou construir.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859), português formado em Letras Jurídicas no Real Colégio de Artes da Universidade de Coimbra, emigrou, em 1802, para o Brasil, fixando-se em São Paulo. Dedicou-se à advocacia, foi juiz de sesmarias e vereador nomeado por D. João VI. Em 1821, foi membro do governo provisório da província de São Paulo e, posteriormente, deputado constituinte pela mesma província, nas cortes portuguesas. Já no Brasil independente, em 1828 foi escolhido por D. Pedro I para ser senador do Império.

Foi também administrador de engenhos voltados para a cultura de cana e o fabrico de açúcar. Djalma Forjaz descreve uma figura que, com a abdicação de D. Pedro I, integrou a Regência Trina Provisória, e por ser afeito aos liberais, integrou o gabinete de 1832, assumindo a pasta do Império, da Fazenda e, posteriormente, da Justiça. Com uma postura modernizadora, teria sido o primeiro a introduzir imigrantes europeus no Brasil com o intuito de substituir gradativamente a mão de obra escrava, a partir da criação da Vergueiro e Cia.

Tudo isso nos demonstrou a intenção de Forjaz: criar uma figura notável, que se destaca por seus conhecimentos e sua integração com a modernidade. Uma figura que mediou o rude e o civilizado, e que seria ímpar na construção de um ideal de nação.

#### **Metodologia de tratamento do conjunto documental Djalma Forjaz**

Os documentos que o estudioso produziu e levantou ao longo de sua vida para a redação de seus trabalhos chegaram ao IEB-USP/USP acondicionados em duas caixas. Já sob guarda do Serviço de Arquivo, foram acondicionados em 19 caixas de polionda e colocados à disposição do pesquisador antes de sua organização e descrição, sob o nome, primeiramente, de “Fundo Senador Vergueiro” – o que pode ter desordenado o arquivo, desarranjando os documentos de sua forma original.

Posteriormente, a partir da dúvida sobre a natureza dessa massa documental, foi denominado de “Fundo Djalma Forjaz”, pois constatou-se que tal conjunto era formado não apenas por documentos relacionados ao Senador Vergueiro, mas também sobre outras obras, de outros assuntos que Forjaz produziu em sua carreira de pesquisador.

Conforme aponta Heloísa Liberalli Bellotto (2006: 28),

O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim.

Esse dado torna o conjunto documental de Djalma Forjaz um desafio ainda maior, pois, como dito, não é possível reconstruir totalmente sua ordem original, uma vez que não recebeu o devido tratamento antes de ser disponibilizado para os consulentes.

Portanto, foi necessário nos voltarmos para a tentativa de reconstituir artificialmente o arranjo antes proposto por Djalma Forjaz, tornando-o o mais próximo possível do original. Com o início desse trabalho, nos foi possível compreender que neste

conjunto se confundem duas temporalidades: a primeira, a partir de documentos de Djalma Forjaz, que demonstram o empenho do historiador que, em meio ao cenário nacionalista que permeava as comemorações dos 100 anos da Independência do Brasil, buscou construir Vergueiro como um grande nome político da formação do Estado brasileiro; a segunda, a temporalidade do próprio Vergueiro, por meio de transcrições e documentos que produziu.

Assim, em 2016, por meio de proposta de projeto “A Coleção Djalma Forjaz/Nicolau Pereira de Campos Vergueiro: organização, descrição e elaboração de instrumento de pesquisa”<sup>1</sup>, os trabalhos tiveram início, quando, como primeira ação, foi levantado o histórico de incorporação do conjunto, para traçar-se a metodologia de tratamento documental a ser realizada.

Como não se tínhamos conhecimento sobre o conteúdo, não havia como determinar, quando começamos a descrição, a sua origem orgânica. Por esse motivo, o trabalho começou pelo reconhecimento da documentação. Vale lembrar que, quando a documentação foi incorporada ao IEB-USP, em 1992, houve uma primeira higienização dos documentos.

Já no processo de descrição, em princípio, tentamos resgatar a organização feita originalmente por Djalma Forjaz, partindo da obra resultante de sua maior pesquisa, articulando documentos e conectando assuntos relacionais. Dadas as duas temporalidades e todas as dificuldades já expostas aqui, buscou-se a origem histórica dos papéis para que, então, pudéssemos construir um instrumento de pesquisa.

Essa massa documental é composta de documentos dos gêneros textual e iconográfico, que podem ser manuscritos, impressos ou datilografados, que compreendem um período de 100 anos. O trabalho de descrição começou nos campos da ficha de descrição documental elencado no Sistema de Gerenciamento de Acervos do Instituto de Estudos Brasileiros (SGA), formado por 25 campos<sup>2</sup>. Desses, destacamos o campo de descrição: a descrição é feita em linguagem livre, de forma individualizada,

---

<sup>1</sup> A descrição dos documentos foi feita por Andrea Cristina Ribeiro Minare, José Heleno Barbosa, Lucas da Costa Mohallen e Thiago Kenji Nakamura Garcia, sob orientação da Profa. Dra. Monica Duarte Dantas, professora do IEB-USP, e Elisabete Marin Ribas, supervisora técnica do Serviço de Arquivo do IEB-USP.

<sup>2</sup> Os campos disponíveis para preenchimento no SGA são: acervo, agrupamentos, gênero documental, espécie, formato, tipo documental, suporte, código de referência, título ou legenda, descrição, localidade, data, forma, tipo de cópia, altura, largura, publicado em periódico, periódico, referências onomásticas, números de exemplares, estado de conservação, observações, notas de pesquisa, unidade de armazenamento e relacionamento com outros documentos.

documento por documento, contextualizando-o historicamente com o intuito de organizar a material pela produção do seu autor, conforme reprodução no quadro abaixo.

O processo de descrição no SGA envolve diversas informações a respeito do documento e do próprio sistema. Assim, exige do processador atenção especial na análise material e formal do documento; e o conhecimento prévio acerca do conteúdo e especificidade de cada um dos campos a serem preenchidos no programa.

Além dos campos de preenchimento de dados presentes no SGA, há também um espaço para a transcrição de textos, que é utilizada para pequenos documentos, sejam eles manuscritos, datilografados ou impressos. Optamos também por utilizar a transcrição semi-diplomática, devido as recorrentes anotações manuscritas e rasuras, feita pelo autor ou pelos seus assistentes nos documentos. O trabalho da atual equipe tem o objetivo de disponibilizar os documentos do conjunto Djalma Forjaz para o público em geral e para futuras pesquisas, o que não nos leva a fazer a edição crítica de qualquer documento presente no conjunto.

---

---

<b>Acervo:</b>	Djalma Forjaz
<b>Código de Ref.:</b>	DF-CX1-PC6(04)-002
<b>Espécie/Formato/Tipo:</b>	ARTIGO DE PERIÓDICO / CONFERÊNCIA
<b>Título:</b>	A Formação da Pátria Brasileira
<b>Descrição:</b>	O documento se compõe, na primeira parte, por recortes de artigo de periódico onde foi publicado o trecho inicial da Sétima Conferência (páginas 01 a 10) proferida por Djalma Forjaz no Instituto Histórico de São Paulo entre 1921 e 1922. A segunda parte é composta de um esboço da Sétima Conferência, extrato este que dá continuidade ao artigo de periódico (página 11 até a página 27 da Conferência).
<b>Data:</b>	Século XX
<b>Autor(es):</b>	Djalma Forjaz
<b>Digitalizados:</b>	<i>Em Teste</i> <ul style="list-style-type: none"><li>• <a href="#">0</a> arquivo(s) em ALTA</li><li>• <a href="#">0</a> arquivo(s) em MÉDIA</li><li>• <a href="#">0</a> arquivo(s) em BAIXA</li></ul>

Estas informações podem estar comprometidas caso o upload não tenha sido realizado da forma correta

[Alterar](#) [Excluir](#)

---

---

Ficha de descrição documental

Fonte: SGA/IEB-USP

Os documentos processados até o momento, são, via de regra, textuais, porém com algumas peculiaridades, como, por exemplo, seguidos de plantas baixas de sesmarias ou fazendas. Nestes casos, classificamos o documento como textual e iconográfico.

Em sua grande maioria os documentos da coleção Djalma Forjaz são tratados como originais exceção às fotografias, em que o negativo é tratado como original e a revelação em papel fotográfico como cópia. Ainda, há alguns poucos casos onde aparecem cópias em carbono, normalmente quando se trata de matéria para publicação em periódicos, subscritos pelo autor.

Como sistema pede a indicação de um tipo documental para cada documento, aquele que descreve é obrigado a fazer a correta leitura e compreensão de todo o documento. Isso porque o SGA apresenta uma quantidade variada de possibilidades e muitas delas apresentam semelhanças entre si. Para exemplificar, um documento pode apresentar aspecto de anotação esparsa, mas é um fichamento. Assim, faz-se necessário o conhecimento básico de classificação arquivística para diferenciá-los dentro de sua funcionalidade. Afinal, como indica Bellotto (2006: 61), “é preciso que haja uma interação entre a especificidade de um ato e a tipologia documental adequada à sua concretização, seja a sua finalidade dispositiva, probatória ou informativa”.

O conjunto documental de Djalma Forjaz apresenta, essencialmente, o papel como suporte. Entretanto, é necessário diferenciar o tipo de papel, como por exemplo, jornal, papel de seda, papel pardo e fotográfico. Neste caso, vale ressaltar a atenção de quem descreve o documento para as condições físicas do suporte, pois, em vários casos é essencial a análise do desgaste e deterioração, e, se necessário, gera a solicitação do restauro do documento. Em alguns casos mais simples, os pequenos reparos são feitos pela própria equipe com o material do IEB-USP.

Em relação ao SGA, destacamos ainda a importância da referência onomástica: o sistema elenca uma relação de nomes que atendem aos demais projetos e pesquisas do Instituto. Entretanto, é necessária uma rigorosa atenção na observação dos nomes semelhantes, porém de períodos diversos, diferenciados muitas vezes, mas não sempre, por agnomes (Junior, Netto, etc.), títulos nobiliárquicos e demais axiônimos (Marquês, Visconde, Senhor, etc.), identidade oficial (Senador, Desembargador, etc.) ou comercial (Doutor). Outrossim, a atenção de nossa pesquisa para proceder a desambiguação para cadastrar corretamente os diversos nomes semelhantes do Brasil oitocentista no sistema.

Documentos que tratam de temas análogos são relacionados para melhor desenvolvimento do futuro instrumento de pesquisa, dada a importância da relação de um documento com outro. Para fazer essa correlação, há necessidade de grande

integração da equipe que processa os documentos e o conhecimento do SGA. Vale ressaltar que nenhum documento, por menor que seja, é desconsiderado.

Para realizarmos a descrição dos documentos do conjunto, é preciso identificar, como já dito, a organicidade interna que os próprios documentos mostram possuir. Assim, todos os documentos são cadastrados, recebendo um código individual: DF-CX1-PC1(01)-001, onde DF identifica a Coleção Djalma Forjaz; CX1, a caixa original do documento; PC1, o pacote original do documento; (01), a pasta que contém o documento na caixa atualmente armazenada; e 001, o número individual do documento dentro deste conjunto.

Esse código não apenas é lançado no SGA, como também é identificado na primeira página de cada um dos documentos, no canto superior direito, a lápis. Também são identificados os números das folhas do documento, utilizando-se um gabarito de círculos, preferencialmente no canto superior direito da página, mantendo todas as folhas juntas, protegidas preferencialmente em envelope de papel neutro. Todas essas convenções são observadas por todos os membros da equipe para garantir veracidade ao que foi descrito e preservar o documento, a manter a organização original do conjunto.

Além de todo este processo, observamos também a localização das caixas de armazenamento dentro da Reserva Técnica do Arquivo. Isso garante o desenvolvimento do trabalho de forma plena, não apenas entre os membros da equipe que trabalham na organização do conjunto Djalma Forjaz, mas também em relação as demais equipes de outros projetos dentro da área de trabalho do Setor de Arquivo do IEB-USP.

Como o processo de descrição ainda está em andamento, pretendemos que, ao fim dele, seja criado um instrumento de pesquisa, no formato de um quadro de arranjo, representado como um organograma, no padrão dos demais conjuntos do Setor de Arquivo do IEB-USP.

### **Fundo ou coleção?**

Conforme foi mencionado nos itens acima, nos pareceu ser compreensível pensar, em um primeiro momento, o conjunto Djalma Forjaz como um fundo, dado o caráter probatório dos documentos em relação às obras de Forjaz.

Entretanto, integram esse conjunto documentos do século XIX, manuscritos ou impressos, e transcrições, quase sempre relacionados à atividade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mas também contemplam outros assuntos correlatos. No decorrer da descrição, notamos as relações orgânicas dos próprios documentos entre si e deles com a atividade desenvolvida pelo Senador e pelo historiador Djalma Forjaz.

Assim, a forma de descrição a que nos propusemos a fazer é o que nos leva a principal questão desse trabalho: o conjunto de documentos acumulados por Djalma Forjaz trata-se de uma coleção ou um fundo? Ainda não nos é possível dizer com certeza a sua natureza. O trabalho de organização e descrição de tais documentos ainda está em andamento. Resta-nos dar continuidade a esse processo, submetendo o restante da documentação (algo em torno de 6000 documentos).

Entretanto, conforme aponta Bellotto (2006: 128), admitindo-se que um fundo é

o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural.

Não nos é possível defender a natureza de fundo para essa massa documental. Isso porque, ela não é uma documentação representativa de esferas da vida de Djalma Forjaz – ou, em último caso, do Senador Vergueiro –, mas um conjunto acumulado em função de sua obra, portanto, uma documentação resultante de pesquisa.

Sendo apenas o reflexo da sua produção intelectual, recolhida no exercício dessa função, pareceu-nos mais conveniente entender sua natureza como de coleção, pois ela pode ser compreendida como uma reunião artificial e subjetiva de documentos, por um lado, sobre o Senador Vergueiro e, por outro, sobre os demais assuntos estudados por Forjaz. Assim, a reunião dos documentos demonstra uma escolha muito específica sobre seu conteúdo.

Antonia Heredia Herrera (2007, tradução nossa) compreende que “uma coleção documental se forma de acordo com a subjetividade de um colecionador”. Tal afirmação corrobora nosso entendimento sobre o conjunto Djalma Forjaz, já que a mesma autora diz que o que “distingue a coleção de um fundo é a acumulação artificial dos documentos frente a produção natural” do segundo caso.

Com isso, nota-se a importância histórico-arquivística dessa documentação e de sua organização. Ela nos remete não apenas a pensar sobre os períodos que retrata, mas também às escolhas para a elaboração de trabalhos acadêmicos em uma determinada época. E esse conjunto diversificado que está intrinsecamente relacionado com o trabalho de pesquisa. E diante dessa multiplicidade de conhecimentos, continuar a processar essa documentação ainda é o caminho para confirmar sua relevância e os motivos que levaram a sua escolha pela sua preservação.

### **Referências**

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FORJAZ, Djalma. **O Senador Vergueiro, Sua vida e sua Época**. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924.

HEREDIA HERRERA, Antonia. El contenido documental: fondos y colecciones. In: **Qué es un archivo?**Gijón: Trea, 2007, p. 107-119.

## O HISTORIADOR E A ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS – DESAFIOS E REFLEXÕES

Letícia C. Setim

*“A virtude dos arquivos é pôr-nos em contato com a pura historicidade”*

Claude Lévi-Strauss

O que experimenta uma estudante do segundo ano do curso de História ao deparar-se com um arquivo pessoal e com a tarefa de organizá-lo? Uma pergunta essencial não apenas na elaboração deste artigo, mas naquele que é um dos ofícios do historiador: estabelecer critérios e metodologias ao trabalhar com acervos.

Este artigo surge como desdobramento do projeto de extroversão de parte<sup>1</sup> do fundo pessoal de Heitor Ferreira Lima, um ilustre historiador, economista e militante comunista, que está depositado no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, a partir daqui tratado apenas por sua sigla, IEB. Pretendia-se no projeto original não apenas a organização do fundo, mas também estudar os motivos para seus conflitos com o Partido Comunista do Brasil, verificar suas pesquisas e metodologias utilizadas na construção de seus estudos e, por fim, analisar suas correspondências com diversos intelectuais e militantes brasileiros do século XX.

No decorrer deste trabalho serão reveladas as experiências, de maneira descritiva, e reflexões encontradas durante seis meses dedicados à organização desse arquivo pessoal.

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que o fundo pessoal de Heitor Ferreira Lima encontra-se dividido em duas instituições. Parte encontra-se no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, enquanto outra parte está no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP. Esta divisão será abordada mais adiante neste trabalho.

## **A experiência**

Meu primeiro contato teórico com a ciência arquivística ocorreu quando cursei a disciplina optativa de Introdução à Arquivologia, ministrada pela professora doutora Ana Maria Almeida de Camargo em meu primeiro ano de graduação em História na USP. No curso, fui apresentada a conceitos básicos, obras importantes, debates recorrentes na área e atividades práticas, não apenas sobre arquivos, mas também sobre paleografia. A professora reservou uma aula do curso para uma discussão sobre arquivos particulares, nos apresentando um roteiro para sua organização, além de nos proporcionar relatos de experiências pessoais sobre o assunto. Nunca antes havia tido nenhum contato com a Arquivologia.

A obra que mais utilizei durante o curso foi "Arquivos Pessoais: Tratamento Documental", de Heloísa Liberalli Bellotto; especialmente na seção referente aos temas introdutórios da arquivologia (BELLOTTO, 2006: 21-125). Também deparei-me com textos selecionados de Luciana Duranti sobre diplomática e, principalmente, com o manual "Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo", também de Heloísa L. Bellotto, que muito me auxiliou no tratamento de espécies documentais.

Foi com essa bagagem teórica que, no ano seguinte, conheci o arquivo do IEB. Por meio de entrevista para o que seria apenas um voluntariado na instituição deparei-me com a figura de Heitor Ferreira Lima. Este pequeno fundo me foi escolhido por se tratar de um historiador e militante do PCB, com uma interessante participação, pouco abordada, na cisão do partido em 1937-1938, devido também que meu interesse, expressado na entrevista, era justamente trabalhar com um arquivo que fazia referência à história política do Brasil, especialmente no período republicano.

A partir de uma primeira experiência decidiu-se redigir um projeto de iniciação científica com a duração de um ano. O projeto chamado "A extroversão do arquivo pessoal de Heitor Ferreira Lima: A análise do fundo documental de um historiador, economista e militante comunista" foi aprovado no programa de bolsas PUB (Programa Unificado de Bolsas) da Universidade. Assim iniciei o meu primeiro contato prático na

ciência arquivística. Decidiu-se que o projeto contaria com a organização do fundo de Ferreira Lima, a produção de um breve estudo sobre seu contexto histórico<sup>2</sup>, verificação da metodologia utilizada em seus estudos, além da possível relação de suas correspondências com outros fundos encontrados na instituição.

### **As espécies encontradas**

Seguindo a redação do projeto iniciou-se o primeiro contato efetivo com o fundo. Deparei-me com cerca de quatorze caixas poliondas que continham fotografias, artigos tanto de autoria do próprio titular como de terceiros, recortes de jornal, correspondências (originais e cópias), anotações, livros, currículos e recibos, cópias de depoimentos dados ao DEOPS-SP sobre seu envolvimento político, dentre outros.

Vale a pena aqui ressaltar que o princípio da indivisibilidade do arquivo não foi respeitado, pois o fundo já havia perdido sua organicidade no momento em que foi feita a primeira doação ao Arquivo Edgar Leuenroth em 1989, logo após o falecimento de seu dono.

Posto isso, ao restante do fundo que foi entregue ao IEB anos depois, escolheu-se alocar os documentos em caixas conforme a posição em um quadro de arranjo determinado de acordo com a funcionalidade dos documentos, respeitando as devidas hierarquias.

### **O sistema de gerenciamento do arquivo**

O arquivo do IEB utiliza um sistema próprio para o cadastramento de seu acervo. Trata-se do Sistema de Gerenciamento de Acervos, SGA. Esse sistema possibilita o cadastramento, revisão e consulta de documentos do fundo por meio de pesquisa de vários campos como código de referência e por caixa de armazenamento, possuindo uma interface simples e autoexplicativa.

---

<sup>2</sup> Apresento, em nota de rodapé, o livro utilizado para a contextualização histórica como nota de pesquisa para o leitor que estiver interessado na temática. KAREPOVS, Dainis. **Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec, UNESP, 2003 (Estudos Históricos, 48).

Tela de cadastro de documentos do Sistema de Gerenciamento de Acervos do IEB.

O cadastramento de documentos é feito com a inserção no sistema de algumas informações a partir dos descritores de campos fechados como gênero, espécie/tipo, data, localidade, caixa de armazenamento, idiomas, referências onomásticas e técnicas de registro.

Entre os campos abertos do sistema, destaca-se o de “Descrição”. Nele é utilizado um método descritivo simples que envolve discorrer sobre as informações técnicas do documento no princípio, reafirmando o que já havia sido feito nas outras partes do cadastro, combinando com um resumo de seu conteúdo, adicionando observações e notas de pesquisa (se necessárias).

Um exemplo possível que pode ser indicado aqui é o cadastramento de uma carta. No SGA, início a descrição afirmando sua espécie/tipo, que no caso se trataria de uma carta; informo seu suporte com a possibilidade de indicar peculiaridades como a cor ou o tipo de papel; sua técnica de registro; seu número de páginas e folhas e seu estado de conservação. Em seguida, resumo seu conteúdo, apontando alguns dados que julgo ser necessários. Desta maneira, quando o fundo estiver disponível, o pesquisador interessado no documento pode obter as informações técnicas e substanciais, facilitando a sua pesquisa.

## As reflexões

Um ponto notado durante a elaboração do projeto foi a importância daquilo que se realiza no Arquivo para o procedimento historiográfico e o processo que constrói o documento. Trabalhar em um arquivo proporcionou-me uma visão de conjunto que por vezes sugere um caminho de investigação que um documento isolado não suscita.

A percepção que tenho agora é dupla: numa ponta o arquivista é a porta de entrada à pesquisa. Ele constrói o caminho para que o pesquisador a concretize. Na outra ponta, o pesquisador é quem se beneficia desse gerenciamento, historiando.

Uma crítica a ser feita recai ao princípio da indivisibilidade, que como já dito, não foi respeitado no conjunto documental de Heitor Ferreira Lima, sabendo-se que apenas parte do arquivo pessoal de Heitor Ferreira Lima encontra-se no Arquivo do IEB. Isso deu-se a uma escolha equivocada na aquisição do fundo, feita previamente pelo Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP.

Houve leviandade no procedimento adotado, visto que ele contraria a recomendação dos manuais no que diz respeito ao que se deve conservar intacto, ou seja, o próprio conceito de fundo. A alteração, mínima que seja, inviabiliza a obtenção de informações por inferência, já que o caminho para a construção de uma obra é em si objeto de estudos. Outrossim, sua divisão em dois locais diferentes dificulta, podendo até impossibilitar, a elaboração de uma pesquisa. Ressalta-se que o ocorrido com o acervo de Heitor Ferreira Lima não é exclusividade desse conjunto, havendo inúmeros outros arquivos pessoais divididos e subdivididos em instituições distintas no Brasil e pelo mundo afora.

Apesar dos meios de digitalização e troca de dados existentes hoje, ressalta-se o caráter e especificidades de cada instituição, que aborda o tratamento documental, o atendimento ao pesquisador, a elaboração de instrumentos de pesquisa e o acesso por projetos educativos de maneira individualizada, afinal, cada instituição é livre para delinear suas ações refletidas por sua missão, visão e natureza. No caso do Arquivo do IEB, percebe-se grande preocupação com o acesso ao acervo e às atividades de formação promovidas por sua equipe técnica.

Foi por meio de uma dessas atividades - uma aula especial feita aos alunos do curso de Licenciatura em História - que pude conhecer o Arquivo do IEB e, mais tarde,

participar do processo de organização do Fundo Heitor Ferreira Lima. Foi assim, que eu como jovem historiadora em formação pude trocar de lado, e me tornar uma jovem documentalista, também em formação. Essa dubiedade dos papéis, que me leva a desafios e reflexões sobre a teoria e a prática do desenvolvimento de pesquisas juntos aos arquivos pessoais, ainda não apresenta respostas definitivas aos meus questionamentos. Entretanto, resalto que ações como as atuais atividades de formação contínua e reflexão conjunta desenvolvidas no cotidiano do Arquivo IEB, me ajudam a esboçar respostas, tanto para minha prática de pesquisa em História como abriu também a oportunidade de atuação como documentalista.

São atividades assim, que corroboram para o estabelecimento de equilíbrio entre teoria e prática, tão importantes na minha formação como historiadora, como para meu desenvolvimento na metodologia arquivística.

## Referências

BELOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 45-90.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007, p. 9-73.

CASTRO, Celso. **Como pesquisar em arquivos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008, p. 25-38.

MCKEMMISH, Sue. Provas de *mim...* Novas Considerações. In: TRAVANCAS, Isabel, ROUCHOU, Joëlle e HEYMANN, Luciana (org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013, p. 17-45

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad. Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Cia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1970, p. 277.

## **CARTAS EM ARQUIVOS PESSOAIS: UM DESAFIO NO ARRANJO E NA DESCRIÇÃO**

**Camilla Campoi de Sobral**

**Lucia Maria Velloso de Oliveira**

Os arquivos pessoais têm sido cada vez mais objeto de estudo e interesse da Arquivologia. Estudos recentes refletem que estes arquivos ainda são objeto de considerações contraditórias sobre procedimentos e sobre a fundamentação teórica basilar necessária para a compreensão desses conjuntos documentais produzidos na vida íntima.

Essas formulações contraditórias muitas vezes são justificadas em relação ao processo de produção documental em arquivos pessoais que não se insira em um mesmo contexto de procedimentos que a produção documental de arquivos institucionais. No âmbito dos arquivos pessoais e da produção de seus documentos, devemos considerar que se combinam diferentes contextos que permeiam a gênese da produção documental, o meio social em que o seu produtor se insere, e os contextos de uso destes documentos. Essas circunstâncias características destes arquivos requerem procedimentos apropriados e pautados em uma abordagem contextual.

Os códigos e sinais presentes nos documentos pessoais são relevantes para a compreensão do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos (Oliveira, 2012). E as características dos documentos em seu suporte e sua estrutura são registros do cotidiano de uma época e das formas que determinada sociedade desempenha suas práticas e convenções sociais.

De acordo com Oliveira (2012: 33), os arquivos pessoais expressam a vida de seu titular, suas redes de relacionamentos pessoais ou profissionais. São também

representações do seu íntimo e suas emoções. Em um sentido amplo, esses registros representam seu papel na sociedade.

O trabalho de pesquisa em arquivos pessoais deve considerar os múltiplos contextos presentes na gênese documental, o que, conseqüentemente, contribui para a construção dos relacionamentos contextuais que compõem o contexto arquivístico.

Dessa maneira, os documentos produzidos e recebidos por um indivíduo no desempenho de suas atividades, quando preservados, funcionam como registros de um determinado contexto e são também fonte de memória de seus produtores e da sociedade na qual foram produzidos, adquirindo novos sentidos para além daqueles que foram gerados. Esses documentos que compõem um arquivo são produtos das relações que um indivíduo desempenha no processo de registrar suas ações, o seu modo de viver e sua forma de relacionar-se em sociedade.

Estas características que permeiam os arquivos pessoais e, em especial, o seu caráter social, foram vistas como sua singularidade frente aos arquivos institucionais. Cabe salientar que, apesar dessa singularidade, esses documentos são documentos de arquivo e, como tal, são objeto da Arquivologia. Não há mais espaço para deixá-los à margem das discussões teóricas da área. No contexto atual, em que instituições de custódia e pesquisadores dedicam-se cada vez mais aos estudos destes arquivos, faz-se necessário que nossos pesquisadores e profissionais empenhem esforços em consolidar procedimentos, revisar práticas e debater teorias.

Se os arquivos pessoais como um todo são esse campo em construção, e despontam como uma vertente de pesquisa, as partes desse todo ainda carecem de esforços para buscar uma melhor forma de representá-las quando os procedimentos consolidados são contraditórios.

A carta tem sido objeto de estudo de outras áreas, como Letras, Linguística, Literatura e História, e, por essas áreas, tem sido abordada de formas que não a reconhecem como espécie documental. No âmbito dos arquivos pessoais, a carta é uma espécie documental que carece de esforços significativos para sua representação mais adequada no campo da Arquivologia - resgatá-la como espécie documental - e, por conseqüência, viabilizar a identificação dos tipos de carta produzidos na vida pessoal.

As nuances entre o público, o social e a intimidade são aspectos presentes nas cartas produzidas e recebidas por indivíduos no decorrer de sua trajetória e representam

um desafio aos arquivistas no que concerne à representação destes documentos tanto no arranjo quanto na descrição arquivística.

A partir desses pressupostos, reconhecemos que a produção epistolar, que compreende substantiva parte dos documentos que compõem um arquivo pessoal, necessita ser representada a partir de uma abordagem contextual e que considere a sua gênese. Para relacionar as questões acima propostas, apresentaremos nesse artigo as reflexões preliminares da pesquisa em desenvolvimento sobre a potencialidade dessa espécie documental e as dificuldades e limites do arranjo e da descrição de cartas em arquivos pessoais.

Propomos uma análise preliminar de algumas obras de referência como forma de identificar de que maneira o alijamento dos arquivos pessoais em um primeiro momento da formação da teoria arquivística proporcionou a construção de uma abordagem controversa para o seu tratamento que, disseminada, apresenta-se ainda hoje em instrumentos de pesquisa.

Como resultados parciais da pesquisa sobre a forma como essa espécie documental tem sido referenciada por diferentes instituições de preservação em seus inventários, apresentaremos a análise dos inventários de arquivos pessoais custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil e também a análise por amostragem de 5% dos inventários<sup>1</sup> da *Library of Congress* (EUA). As análises realizadas nos instrumentos de pesquisa objetivam identificar o desenvolvimento de padrões consolidados e, também, de novas abordagens que possibilitem a devida representação dessa espécie documental.

### **Cartas em arquivos pessoais**

As cartas sempre foram um desafio e uma tentação aos pesquisadores. Elas carregam em si sinais reveladores do passado, são veículos comunicacionais que objetivam abolir distâncias entre os interlocutores e encerram características que garantem a sua forma e reconhecimento. Deste modo, as cartas produzidas por indivíduos no decorrer de suas vidas podem indicar suas ações no desempenho das suas funções ou ser representantes da sociabilidade entre sujeitos. Esses registros da intimidade e das relações pessoais e

---

<sup>1</sup> A pesquisa por amostragem apresenta um resultado preliminar do mapeamento a partir do termo *personal papers* na *Library of Congress*. Foram analisados 5% dos 1.125 inventários recuperados pelo termo de busca.

familiares são complexos e apresentam poucos elementos formais padronizadores. Para Oliveira, as cartas apresentam,

(...) características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas... Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas. (Oliveira, 2016: 5)

Formas de tratamento, marcas de vinculação a determinados grupos sociais, formas de expressar sentimentos e emoções, entre outras características, são passíveis de identificação nessa espécie documental. Richard Cox (2010), em um artigo dedicado a analisar estudos populares e acadêmicos sobre a escrita de cartas, apresenta aos arquivistas uma importante discussão sobre a necessidade de conhecermos outros estudos e pesquisas como forma de expandir o nosso olhar sobre as cartas, as tradições a que elas se vinculam e a sua função.

Ao refletir sobre essa espécie documental no âmbito dos arquivos pessoais, devemos considerar dois aspectos antagônicos. O primeiro diz respeito ao caráter social destes documentos que, ao serem preservados, tornam-se fonte para inúmeros questionamentos por parte dos pesquisadores.

O segundo aspecto é que a prática epistolar se constituiu como uma forma de expressão e comunicação entre os interlocutores e não foram produzidas para outros olhos além daqueles que se correspondem. A epistolografia consolida-se como uma forma de comunicação que poderia carregar informações de natureza diversa. Essa prática também garantiu às cartas o *status* de que estas deveriam ser guardadas por quem as possuía, evitando que outros pudessem lê-las.

Examinar uma espécie documental nos torna mais sensíveis a compreender como uma forma documental se configura e reconfigura ao longo do tempo, quais são suas características e sua natureza. As tradições são uma maneira de entender as sociedades por meio dos seus ritos e práticas e a produção dos documentos também está no cerne dessas relações. O sociólogo Anthony Giddens (1995) define:

A tradição, digamos assim, é a cola que une as ordens sociais pré-modernas; mas uma vez que se rejeite o funcionalismo, não fica claro o que mantém seu

poder de fixação. Não há nenhuma conexão necessária entre repetição e coesão social, e o caráter repetitivo da tradição é algo que tem que ser explicado, não apenas suposto. (Giddens, 1995: 98)

A escrita epistolar configurou-se como uma prática social que vinculava o indivíduo a uma identidade herdada, atuando na coesão social. Noções sobre o modo de escrever, um mobiliário próprio e itens de papelaria pessoal personalizada eram alguns elementos de como essa tradição se configurou. O conhecimento dos códigos ensinados em manuais epistolares evidenciava o pertencimento a uma classe social, cuja produção de inúmeros manuais epistolares e de etiqueta denotava a possibilidade de que aqueles que não pertenciam a um dado grupo pudessem realizar as mesmas práticas e, assim, conhecer e reproduzir esses elementos.

A forma de escrever cartas pode nos dizer muito sobre um determinado grupo, sociedade ou cultura. Richard Cox (2010), ao estudar o trabalho do historiador americano Konstantin Dierks (2009), apresenta a abordagem de uma “cultura de documentos” e revela aos arquivistas a importância de considerar os estudos de outras áreas que têm se dedicado a analisar a escrita de cartas. Para Cox (2010),

A centralidade da importância na escrita de cartas, para formar o caráter, estabelecer o status social e moldar a identidade pessoal, sugere exatamente como novas tecnologias de comunicação em qualquer época assumem significância além das expectativas de qualquer pessoa. (Cox, 2010: 378, tradução nossa)

As práticas sociais permeiam nossas ações cotidianas e também a nossa produção documental de maneira muito mais sutil e profunda do que somos capazes de perceber. A forma como nos comunicamos no epicentro de um mundo líquido, com o advento da tecnologia, reconfigurou nossas formas de comunicação, mas carrega consigo elementos da tradição em novas formas de ser.

Diferentes grupos sociais estabeleceram suas práticas epistolares baseadas em padrões específicos que criam um caráter identitário entre os correspondentes. Essas cartas - usualmente tratadas na literatura como cartas de presos, cartas de imigrantes, cartas de mulheres, cartas de literários etc. - possuem denominações que evidenciam mais as relações de identidade entre os sujeitos envolvidos e suas formas de comunicação do que especificamente os elementos da produção documental.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as cartas devem ser estudadas mais a partir de seus contextos do que especificamente a partir do perfil de seu produtor. O lugar que o produtor se insere pode ter um impacto sobre a sua produção documental, entretanto, é necessário pensar as cartas a partir do lugar que ocupam em um arquivo e do seu lugar de uso e sentido para o produtor.

O lugar que um documento ocupa em um conjunto e as relações que este estabelece com outros documentos representam relações contextuais que denotam o vínculo arquivístico presente nos documentos. De acordo com Luciana Duranti (1997), o vínculo arquivístico nos apresenta,

(...) a rede de relacionamentos que cada documento possui com os documentos pertencentes ao mesmo conjunto. O vínculo arquivístico é *originário*, porque passa a existir quando um documento é criado (ou seja, quando, depois de ter sido criado ou recebido, é reservado no fundo da pessoa física ou jurídica que o elaborou ou recebeu para ação ou referência), *necessário* porque existe para cada documento (ou seja, um documento pode ser considerado um documento arquivístico apenas se ele adquiriu um vínculo arquivístico) e *determinado*, porque é qualificado pela função do documento na agregação documental à qual ele pertence. (Duranti, 1997: 215-216, tradução nossa)

Nesse sentido, o vínculo arquivístico está relacionado com a gênese documental e a efetivação da ação que originou o documento, uma vez que estabelece o relacionamento entre os documentos criados e o lugar que ocupa no conjunto. As relações contextuais localizam-se fora dos documentos e, ao mesmo tempo, são condicionadas pelas atividades e ação que os originaram. Para o arquivista holandês Theo Thomassen (2006), as relações contextuais também devem considerar,

(...) o contexto sócio-político, cultural e econômico, finalmente, é tudo aquilo que influencia os fatores ambientais, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos. Arquivos não podem ser interpretados corretamente sem informação relacionada aos seus contextos. Informação contextual deve, portanto, ser incluída no sistema de informação do qual os arquivos formam parte. (Thomassen, 2006:11)

A informação contextual que estabelece as relações entre documentos e o lugar que estes ocupam no bojo da organização deve considerar o contexto sócio-político, cultural e econômico que impactam a produção documental e são passíveis de identificação pelo arquivista na forma, conteúdo e estrutura dos documentos.

Os aspectos sociais das relações contextuais que Thomassen (2006) enfatiza são importantes para a compreensão dos documentos como produtos sociais criados no desempenho de funções e atividades de sujeitos e instituições pertencentes às sociedades.

Uma abordagem contextual para arquivos pessoais foi concebida na obra *Tempo e circunstância*, e representa um episódio-chave na construção de uma nova abordagem para o tratamento de arquivos pessoais. Para as autoras:

O ponto de partida dessa abordagem, que no confronto com a realidade dos documentos ainda não esgotou todo o seu potencial operativo, foi admitir a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. (Camargo e Goulart, 2007: 35-36)

Dessa forma, os arquivistas, ao buscarem uma abordagem contextual para os seus arquivos e ao dedicarem-se a identificar ou reconstruir essas relações contextuais de forma mais rigorosa, estarão desempenhando uma representação do arquivo e seus documentos de forma a assegurar as características significativas de seus documentos.

### **Cartas no arranjo e descrição**

A base da nossa análise busca identificar de que forma o arranjo e a descrição de cartas em arquivos pessoais se configurou na forma que observamos nos instrumentos de pesquisa. Cumpre observar que é recente o reconhecimento dos arquivos pessoais no corpus da teoria arquivística e sua menção em manuais e obras de referência foi, muitas vezes, secundária e contraditória<sup>2</sup>.

Em 1898, os arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin publicaram o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Essa publicação representa um marco da prática arquivística ao sistematizar em uma obra de referência os procedimentos dos arquivistas holandeses. Ao definirem os arquivos, os holandeses excluíram os arquivos pessoais, mas entendem que pessoas produzem arquivos no desempenho de suas atividades de negócios, nas quais “dispõem de um arquivo, composto por diário, razão, cartas recebidas, cópias das cartas expedidas, e assim por diante” (Muller, Feith e Fruin, 1973: 19). Ainda para os autores, os arquivos familiares não podem ser entendidos como

---

<sup>2</sup> As reflexões apresentadas são resultados parciais da pesquisa.

arquivos, mas devem ser referenciados nos inventários se forem importantes para a compreensão do contexto e vínculos de um conjunto documental (Muller, Feith e Fruin, 1973: 120).

Em 1922, o arquivista inglês Sir Hilary Jenkinson publicou o *Manual of archive administration*, outra obra de referência para a formação do pensamento arquivístico. Em sua definição de arquivo, Jenkinson entende que, para que este seja “considerado arquivístico, deve ter sido produzido ou utilizado no curso de transações administrativas ou executivas (seja pública ou privada) da qual o documento faça parte, e deve ser preservado como fonte de informação pela pessoa ou pessoas responsáveis pela transação e/ou por seus legítimos sucessores” (Jenkinson, 1922: 11).

Ainda para o autor, os arquivos são “criados por órgãos ou pessoas privadas ou semi-privadas atuando nas suas capacidades oficiais ou empresariais” (Jenkinson, 1922: 8).

As definições apresentadas por Jenkinson evidenciam que são reconhecidos somente os arquivos produzidos por pessoas no decurso de atividades oficiais. Um elemento fundamental para o autor diz respeito à custódia ininterrupta, garantindo a autenticidade dos documentos, que “devem estar sob a guarda de um responsável, o custodiante, que deve proteger e assegurar a qualidade dos arquivos” (Silva, 2017: 173). Sob a ótica dos postulados de Jenkinson, não seria possível reconhecer os arquivos pessoais.

Uma primeira definição de arquivos que reconhecia os arquivos pessoais apareceu na obra de referência *Archivistica*, do italiano Eugênio Casanova (1928), que define que “o arquivo é a acumulação ordenada dos documentos de uma instituição ou indivíduo, constituída no curso de sua atividade e conservada para a consecução dos objetivos políticos, legais e culturais daquela instituição ou indivíduo” (Casanova, 1928: 19 – tradução nossa).

Por mais que uma definição de arquivos que reconhecesse os arquivos pessoais tenha sido cunhada, a área só reconheceu e se deteve na produção de conhecimento para esses conjuntos a partir de iniciativas que institucionalizaram esses arquivos em instituições de custódia.

Essa preocupação tardia no reconhecimento dos arquivos pessoais como arquivos os preteriu inicialmente aos cuidados das bibliotecas e sociedades históricas. Conforme

destacou Schellenberg “os manuscritos<sup>3</sup> históricos vieram a representar o interesse das bibliotecas públicas, sobretudo graças às atividades de colecionadores e historiadores” (Schellenberg, 1980: 26).

A preservação dos arquivos pessoais pelas bibliotecas gerou impactos nos procedimentos para a organização destes conjuntos, que eram organizados a partir de coleções de papéis privados e entendidos como pertencentes a três tipos: as coleções orgânicas, as coleções artificiais e as coleções de miscelâneas.

As coleções naturais - ou seja, os arquivos pessoais - são entendidas como orgânicas e contêm “não só as cartas de uma dada pessoa, família ou grupo de famílias, aliadas por determinado vínculo ou continuidade, mas também a correspondência oriunda do escritório de um indivíduo, empresa ou governo” (Schellenberg, 1980: 134).

Schellenberg, ao definir as práticas de arranjo adotadas nos Estados Unidos para arquivos pessoais, assinala que as sociedades históricas “dispunham em ordem cronológica as cartas oriundas de personagem histórico de destaque, atavam-nas, e indexavam o conteúdo dos volumes” (Schellenberg, 1980: 83).

Em sua obra *Arquivos modernos*, o autor estabelece que o arranjo em coleções naturais deve levar em consideração a ordem original, quando houver, e que o estabelecimento de séries pode cogitar, como elementos, forma física e tipo de material, assuntos ou atividades. Para o autor “as cartas são o primeiro tipo que normalmente se reúnem para formar uma série” (Schellenberg, 2002: 282) e que estas devem ser arranjadas em ordem cronológica ou alfabética.

Essa teoria apresentada por Schellenberg pode ser identificada em numerosos instrumentos de pesquisa de diversos países que denominam uma série “correspondência” como forma de mantê-las juntas por ordem cronológica ou alfabética.

No Brasil, é possível observar o impacto dessa teoria na elaboração do primeiro manual de arquivos pessoais o *Manual de procedimentos técnicos em arquivos privados*, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), publicado em 1986.

---

<sup>3</sup> De acordo com Schellenberg, a tradição americana divide os documentos de origem pública sob o termo de *archives* (arquivos) e os documentos de origem privada sob o termo de *manuscript* (manuscritos) (Schellenberg, 1980: 75).

Cria-se, nesse sentido, um *status quo* no arranjo de cartas em arquivos pessoais, no qual são estabelecidas séries denominadas correspondência e a descrição destes documentos identifica apenas o remetente e destinatário das missivas.

As cartas também representam um desafio para a descrição e são usualmente representadas, nos instrumentos de pesquisa, pela identificação dos nomes dos correspondentes e pela data da missiva. Diante da condição em que são arranjadas e descritas, as cartas sofrem duplamente no processo de representação arquivística.

A descrição arquivística é defendida por Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012) como uma função de pesquisa. Para a autora:

A descrição arquivística é uma representação formulada pelo arquivista. Conforme observamos, sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. (Oliveira, 2010: 46)

Nesse sentido, para a autora, a descrição arquivística não se detém apenas na elaboração de instrumentos de pesquisa. Este pode ser um dos produtos da descrição, mas não representa todo o conhecimento produzido pelo arquivista sobre o arquivo e seus documentos. O processo descritivo a partir de uma ação de pesquisa visa criar uma representação intelectual do conjunto documental e comunicá-la de forma inteligente por meio dos instrumentos de pesquisa, a fim de garantir ao usuário a compreensão do contexto arquivístico e seus relacionamentos, além de informações e notas de pesquisa que potencializem o acesso e a compreensão do acervo.

Os procedimentos identificados em instrumentos de pesquisa, tanto para o arranjo como para a descrição de cartas, são contraditórios e denotam a ambiguidade sobre o lugar das cartas nos arquivos pessoais. A correspondência representa um conjunto extensivo nos arquivos pessoais e também um desafio no tratamento documental. A manutenção dessa abordagem reducionista denota a incompreensão dessa espécie, comprometendo a estrutura do arranjo e conseqüentemente a representação do produtor, de suas funções, e dos documentos.

Terry Eastwood define que o arranjo é “essencialmente um processo de identificação de relacionamentos, não um processo de fisicamente ordenar e armazenar documentos” (Eastwood, 2000: 93 - tradução nossa). Usualmente, na prática das funções

arquivísticas, muito se confundiu a atividade intelectual da identificação de relacionamentos com a ação de ordenar fisicamente os documentos.

A técnica, em sobreposição à compreensão das funções aliada às estratégias de não reconhecimento da correspondência como orgânica e parte inerente de um todo, proporcionou a disseminação do uso da série correspondência no arranjo em arquivos pessoais.

O glossário de terminologia arquivística da Associação dos Arquivistas Americanos define série como um “grupo de documentos de arquivo similares que estão organizados de acordo com um sistema de arquivamento e que são relacionados como resultado de sua produção, recebimento ou uso na mesma atividade” (Pearce-Moses, 2005: 358 – tradução nossa).

Se destacarmos a série correspondência nos termos da definição de Pearce-Moses, temos uma categoria contraditória no arranjo. Pois, mesmo que seja compreensível que um indivíduo, no ato de viver, não seja regulamentado por um estatuto que determine sua missão, competências, funções e atividades, a correspondência como série não pode ser entendida como uma função ou atividade de um arquivo pessoal.

O estabelecimento da série correspondência e suas variações - correspondência ativa, correspondência passiva, correspondência geral, correspondência pessoal, correspondência de negócios e correspondência jurídica<sup>4</sup> - denotam um não lugar no arranjo para as cartas, ao atribuir uma categoria e subcategorias que conferem um *status* de apartamento do todo.

Em nossa análise nos inventários de arquivos pessoais do Arquivo Nacional do Brasil<sup>5</sup> e da *Library of Congress* (EUA)<sup>6</sup>, buscamos identificar de que forma a série correspondência aparece nos inventários, além de analisar a descrição da série e do campo conteúdo como forma de compreender a identificação da espécie e possíveis nuances da descrição como forma de oferecer com precisão uma representação dos documentos que compõem o conjunto.

---

<sup>4</sup> Os termos foram encontrados em diferentes arranjos em arquivos/coleções pessoais.

<sup>5</sup> Encontramos oito inventários em plataforma *online*, disponibilizados pela instituição. Entre os inventários encontrados, 5 são instrumentos provisórios e não possuem arranjo, apenas uma identificação preliminar dos documentos. Os inventários analisados nos quesitos de arranjo e descrição são: Coleção Góes Monteiro, Coleção Floriano Peixoto e Fundo Marquês do Lavradio.

<sup>6</sup> A pesquisa realizada no portal da *Library of Congress* adotou *personal papers* como termo de busca e foram analisados 5% das 1125 ocorrências. Entre estes, selecionamos a *Ernest Bloch Collection* (1888-1981).

Destacamos três casos que nos permitem problematizar as dificuldades na representação do arranjo e descrição de cartas em arquivos pessoais: Fundo Marquês do Lavradio (Arquivo Nacional), *Robert S. McNamara Papers* (*Library of Congress*) e *Hannah Arendt Papers* (*Library of Congress*), sistematizados na tabela a seguir:

Arquivo/coleção	Ano de elaboração do inventário	Séries do arranjo	Descrição da série correspondência
Fundo Marquês do Lavradio	1999	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Correspondência ativa</li> <li>• Correspondência passiva</li> <li>• Correspondência de terceiros</li> <li>• Contabilidade</li> <li>• Desenvolvimento agromanufatureiro</li> <li>• Demarcação e defesa das fronteiras</li> <li>• Legislação</li> <li>• Recenseamento</li> <li>• Fiscalização de navegação</li> </ul>	<p>O arranjo do fundo é definido no inventário como “arranjo com seriações temáticas e por espécie”.</p> <p>As séries correspondência ativa, correspondência passiva e correspondência de terceiros visam agrupar as cartas a partir de remetente e destinatário.</p>
Robert S. McNamara Papers	2010	<p>Parte I:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Correspondence</i>, 1964-1996</li> <li>• <i>World Bank</i>, 1958-1997</li> <li>• <i>Organizations</i>, 1968-2002</li> <li>• <i>Subject File</i>, 1960-2003</li> <li>• <i>Speeches and Writings</i>, 1961-2000</li> <li>• <i>Miscellany</i>, 1965-1998</li> <li>• <i>Classified</i>, 1968-1992</li> <li>• <i>Oversize</i>, 1973-1974</li> </ul> <p>Parte II:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>World Bank</i>, 1967-2005</li> <li>• <i>Organizations</i>, 1969-2006</li> </ul>	<p>A divisão do arranjo em duas partes apresenta uma série correspondência que contém as cartas recebidas e enviadas por McNamara, especialmente no período em que foi diretor do Banco Mundial.</p> <p>Na parte II do arranjo, a descrição de conteúdo apresenta as cartas como arranjadas na série Miscelânea.</p>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Subject File</i>, 1946-2006</li> <li>• <i>Speeches and Writings</i>, 1934-2006</li> <li>• <i>Miscellany</i>, 1960-2009</li> <li>• <i>Classified</i>, 1962-2002</li> <li>• <i>Top Secret</i>, 1963-1967, 2000</li> <li>• <i>Sensitive Compartmented Information</i>, 1962</li> <li>• <i>Oversize</i>, 1994</li> </ul>	
Hannah Arendt Papers	2001 (revisado em 2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Family Papers</i>, 1898-1975</li> <li>• <i>Correspondence</i>, 1938-1976</li> <li>• <i>Adolf Eichmann File</i>, 1938-1968</li> <li>• <i>Subject File</i>, 1949-1975</li> <li>• <i>Speeches and Writings File</i>, 1923-1975</li> <li>• <i>Clippings</i>, 1942-1975</li> <li>• <i>Addition I</i>, 1966-1977</li> <li>• <i>Addition II</i>, 1906-1975</li> <li>• <i>Addition III</i>, 1945</li> <li>• <i>Oversize</i>, 1930-1972</li> </ul>	<p>A série correspondência subdivide-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>General correspondence</i> (contém cartas enviadas e recebidas)</li> <li>• <i>Organizations</i> (cartas enviadas e recebidas para organizações acadêmicas e estações de rádio e TV)</li> <li>• <i>Publishers</i> (cartas enviadas e recebidas para firmas de publicidade e editores de periódicos)</li> <li>• <i>Universities and colleges</i> (cartas enviadas e recebidas para membros e administradores de faculdades e universidades).</li> </ul>

Terry Eastwood, ao definir série no artigo *Putting the parts of the whole together*, recorre a uma máxima arquivística: “é quase impossível definir o que é uma série, mas não se preocupe, pois você saberá quando vir uma” (Eastwood, 2000: 113 – tradução nossa).

É amplamente disseminado que, ao organizar arquivos pessoais, se estabeleça uma série denominada correspondência e, em nossa análise, observamos que é possível que esta série se subdivide em subséries de forma a especificar a correspondência.

Certamente, a máxima arquivística que Eastwood usa de mote para problematizar as dificuldades do arranjo nos faz concordar com o autor ao afirmar que uma coisa é “ver”

uma série, mas outra é identificá-la em sua função imediata e essa função em sua rede de relacionamentos (Eastwood, 2000: 113 – tradução nossa).

Entre os três casos sistematizados no quadro acima, pudemos constatar que o conceito de série e sua aplicação estão longe de ser um consenso e ainda mais distantes de cumprir uma abordagem funcional. Em nossa análise, também identificamos que, apesar de definir-se uma categorização de série para correspondência, o termo aparece na descrição das demais séries do fundo/coleção, o que indica que esse suposto agrupamento das cartas não se cumpre.

A descrição atribuída à correspondência não escapa do reducionismo e ambiguidade presentes no arranjo. As cartas são descritas pelos correspondentes e eventualmente são mencionadas as temáticas de seu conteúdo, o que não oferece ao usuário informações sobre a atividade geradora do documento ou o seu relacionamento com os demais documentos.

O arranjo deve representar o produtor e a organicidade do conjunto, ao criar uma representação hierarquizada das funções e atividades. E a descrição arquivística deve criar pontes com o usuário ao representar de forma inteligível o conjunto e seus relacionamentos. Nesse sentido, a representação arquivística é, conforme defendida por Oliveira (2012), uma função de pesquisa e o arquivista é o primeiro pesquisador desses documentos, cuja tarefa nada simples presume a devida representação dos documentos em seu contexto como forma de garantir a correta interpretação destes a qualquer usuário que os tome como objeto de estudo.

### **Considerações finais**

Buscamos, ao longo deste artigo, apresentar o desafio que as cartas representam no arranjo e na descrição de arquivos pessoais. Para construir esses limites e controvérsias, apresentamos as cartas como um produto social com características próprias de um documento de arquivo. Apresentamos também de que forma a trajetória de reconhecimento dos arquivos pessoais condicionou procedimentos controversos que se disseminaram e permanecem sendo reproduzidos na representação desses conjuntos.

A teoria arquivística, formulada a partir das práticas em arquivos públicos e com olhar na necessidade de organizar, preservar e dar acesso aos documentos públicos, indica entender os arquivos pessoais como inaptos ao seu conjunto de regras, gerando, com isso,

uma omissão teórica que se cristaliza na forma como se configurou o tratamento documental destes conjuntos. Se hoje podemos falar em uma maior dedicação da teoria arquivística aos arquivos pessoais, também é possível observar os efeitos dessa omissão nas partes desse todo.

Em nossa análise, buscamos apontar de que forma uma tradição consolidada de tratamento à correspondência no tratamento documental produz o reducionismo e o não acesso. Ressaltamos, com os resultados preliminares, a importância de pesquisas dedicadas a problematizar a forma como o arranjo é entendido em arquivos pessoais.

Para além, destacamos que o reconhecimento das especificidades de um arquivo e seus contextos, e uma abordagem que reconheça a atividade geradora do documento e preserve seus vínculos, nos indica ser um caminho possível no tratamento das cartas em arquivos pessoais.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. Fundo Marquês do Lavradio: inventário/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 38p. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/images/conteudo/servicos\\_ao\\_cidadao/instrumentos-de-pesquisa/pdf/lavradio.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/conteudo/servicos_ao_cidadao/instrumentos-de-pesquisa/pdf/lavradio.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernidade reflexiva**: trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: IFHC, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez. 2009.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Stab. arti grafiche Lazzeri, 1928.

COX, Richard J. Yours ever (well, maybe): studies and signposts in letter writing. **Archival Science**, v. 10, n. 4, p. 373-388, 2010.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, n. 3, p. 213-218, 1997.

EASTWOOD, Terry. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. **Archivaria**, v. 50, 2000.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Oxford: Clarendon Press, 1922.

LIBRARY OF CONGRESS (EUA). Manuscript Division, Robert S. McNamara Papers. Washington, D.C. 2010. 75p. Disponível em: <<http://rs5.loc.gov/service/mss/eadxmlmss/eadpdfmss/2011/ms011085.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

LIBRARY OF CONGRESS (EUA). Manuscript Division, Hannah Arendt Papers. Washington, D.C. 2001. 51p. Disponível em: <<http://rs5.loc.gov/service/mss/eadxmlmss/eadpdfmss/2001/ms001004.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PEARCE-MOSES, Richard; BATY, Laurie A. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005.

MULLER, Samuel; FEITH, Johann Adriaan; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A propósito da carta de Mário. In: FREITAS, Lídia S. de; FONSECA, Vitor M. M. da; LIMA, Marcia H. T. de F. (org.). **Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações**. Niterói: EdUFF, 2016. (Estudos da Informação, 4.) No prelo.

\_\_\_\_\_. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

\_\_\_\_\_. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, v.12, n.2, p. 28-51, jul/dez., 2013.

\_\_\_\_\_. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 1963.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar**. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, p. 516, 2006.

## GÊNEROS TEXTUAIS E IDENTIFICAÇÃO DE TIPOS DE CARTAS NO ARQUIVO DE CAMARGO GUARNIERI

**Giovana Faviano**

Estudos dedicados aos tipos documentais em arquivos pessoais têm ganhado relevância e feito, cada vez mais, parte da agenda do dia. Trata-se do resultado de progressiva valorização que os arquivos pessoais adquiriram no meio acadêmico – tanto para os pesquisadores, que passaram a ver os documentos não oficiais também como fontes legítimas de estudos, quanto para os arquivistas. As instituições de guarda de arquivos pessoais têm crescido, ampliado seus acervos, ao mesmo tempo em que novas têm surgido. Como consequência, tem-se pensado e teorizado mais sobre os trabalhos desenvolvidos em arquivos pessoais no Brasil nos últimos anos.

As cartas ocupam lugar de destaque. Para o público em geral, adquirem uma áurea misteriosa, tanto pelo seu aspecto íntimo intrínseco, quanto por uma nostalgia que lhes imprime uma idealização: escrever e receber cartas adquiriu uma espécie de refinamento, de costume que ficou lá no passado em detrimento de novos meios de comunicação, como o correio eletrônico, os aplicativos de celular e as mídias sociais. Por isso o fenômeno editorial de compilações de cartas, cuja seleção se dá tanto pela autoria quanto pela temática. Por outro lado, os historiadores também têm olhado para a correspondência pessoal como fonte de pesquisa. Esse fenômeno, que não é tão novo assim, vem trazendo consigo a demanda pela formação de acervos que disponibilizem documentação de proveniência não institucional, mas do cotidiano e do seio íntimo. Também os estudos de crítica genética voltaram sua atenção para os arquivos pessoais e contribuíram para o enaltecimento de acervos literários.

No entanto, a falta de rigor metodológico nas instituições de acervos criou categorias abrangentes baseadas na concepção de arquivos pessoais enquanto coleções, que desconsideram e até apagam princípios básicos da arquivologia, como a identificação e definição da funcionalidade, ou seja, o contexto de produção dos documentos. Decorrência disso é a criação de mecanismos classificatórios que agrupam sob a mesma denominação uma diversidade de espécies e tipos documentais, como ocorre com a *correspondência*.

Quando aplicado o critério de coleção aos arquivos pessoais, os documentos deixam de ser compreendidos a partir de sua produção para serem determinados como entidades autônomas. No caso da *correspondência*, toma-se a definição de “comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva), por entidades coletivas, pessoas ou famílias” (Arquivo Nacional, 2005: 60) como critério de agrupamento de documentos diversos que se encaixam na categoria, atribuindo-lhes autonomia e desligamento do resto do fundo. Em outras palavras, esses documentos desvinculam-se dos demais produzidos no exercício de uma mesma atividade.

Dentro desse movimento, insere-se minha pesquisa de identificação de tipos de cartas no arquivo pessoal do compositor Camargo Guarnieri (1907 - 1993), sob a guarda do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. Trata-se de um expressivo conjunto documental, composto por aproximadamente 19 mil documentos, que compõem a série correspondência. Essa prática desconsidera a função do documento e, conseqüentemente, uma abordagem arquivística apropriada não é aplicada. É preciso ter sempre como prerrogativa que se arquivos pessoais são arquivos, então todo documento representa uma ação que lhe deu origem e, portanto, nomeá-los adequadamente pelo tipo é imperativo, uma vez que a espécie “carta” é insuficiente.

Tratar as cartas de um arquivo pessoal a partir da prerrogativa arquivística, ou seja, um instrumento necessário para a efetivação de uma atividade, implica em reconhecer fórmulas. Para efetivar uma atividade, assim como nas áreas administrativas e jurídicas, também as cartas pessoais nascem de uma necessidade e ambiguidades devem ser evitadas. A partir das cartas de Camargo Guarnieri, por exemplo, é possível destacar as seguintes frases: “em resposta, devo-lhe informar”, “pergunto-lhe se seria possível”, “venho agradecer o honroso convite”, “estas poucas linhas a fim de comunicar-lhe que”, entre outras. Ou seja, se a criação de um registro é mandatória para algo acontecer, é

preciso recorrer a fórmulas, padrões, que impeçam que ambiguidades ou mal entendidos atrapalhem ou dificultem seu acontecimento. Se nos meios administrativos e jurídicos os registros devem ser eficientes, isso também é válido na vida pessoal, que, por sua vez, não está desvinculada da vida profissional, escolar, de responsabilidade cidadã, etc.

Identificar os tipos de cartas do arquivo de Camargo Guarnieri pressupõe, portanto, encontrar as razões pelas quais foram feitas, e por isso encontrar padrões e regularidades faz parte desse processo. Há normatização no ato de escrever cartas pessoais? Nesse sentido, os linguistas possuem alguma proximidade com a arquivologia na medida em que procuram por elementos estáveis nos gêneros textuais, assim como arquivistas se atentam para o que é constante nas espécies e tipos documentais. A partir de alguns estudos empíricos de gêneros textuais, a proposta desta apresentação é verificar se tal diálogo interdisciplinar é realmente válido para a identificação de tipos de cartas em arquivos pessoais.

O primeiro estudo a ser analisado é o *Dicionário de Gêneros Textuais*. Já na introdução, Costa (2009) deixa claro que a linha teórica norteadora de seu dicionário é a de gêneros discursivos de Mikhail Bakhtin. Essa informação nos é válida na medida em que esse foi o autor que inaugurou a compreensão de que: 1) os gêneros textuais extrapolam a esfera literária e 2) os gêneros nascem da interação social, e, para se tornarem enunciados compreensíveis dignos de respostas, devem seguir uma certa estabilidade normatizada pelas práticas sociais. Dialogando com os estudos estruturalistas da época, representados pelo pai da linguística, Ferdinand de Saussure, segundo os quais a língua era um fenômeno classificatório, Bakhtin dirá que a palavra nunca é vazia, mas carregada de ideologias e significados. Um dicionário, portanto, é insuficiente para levar à sua compreensão, por exemplo. Se a língua é um produto social, dirá Bakhtin, para compreender o significado de uma palavra é preciso ter em consideração todo o contexto de enunciação: quem diz? Para quem diz? Quando e onde diz? Quais são as múltiplas variáveis sociais que dão significado a essa palavra?

É nesse sentido que o gênero textual se destaca: não basta dizer. É preciso saber *como* dizer, e *o como dizer* se dá, entre outros fatores, através da escolha do gênero.

O método de agrupamento de diversos enunciados – sejam eles orais ou textuais – sob um mesmo gênero se dá a partir de três elementos: 1) conteúdo, 2) estrutura/forma e 3) configurações específicas (Costa, 2009: 18). A partir desses três pontos, encontram-se “regras comunicacionais” que trazem a estabilidade necessária para o reconhecimento de um gênero textual como tal. É nessa busca do invariável e da norma, dentro da multiplicidade de enunciados (para os linguistas) e de registros (para os arquivistas), que as duas áreas se aproximam. Por isso o Dicionário de Gêneros Textuais é aquele primo amigo a quem recorremos em um primeiro momento de dúvida quando nos deparamos com algum problema de identificação de espécie ou tipo documental dentro do arquivo. No entanto, alguns pontos afastam as áreas e fazem com que esse recurso de primeiros socorros deva ser feito com cautela.

Diferentemente dos linguistas, a estabilidade que os arquivistas procuram reside na gênese do documento: qual a função ou a atividade que o documentou gerou? Com isto em mente, retomemos o método de análise de gênero. O primeiro elemento, o conteúdo, não é o que determina a atividade geradora do documento. A leitura do conteúdo apenas pode ajudar a identificar qual é esta atividade. A estrutura/forma específica do texto, ou seja, se é narrativo, argumentativo, descritivo, explicativo ou conversacional, também não segue por esse caminho. Em um mesmo documento é possível verificar mais de um elemento retórico: uma carta pode ser iniciada de forma descritiva e ser finalizada de forma argumentativa, por exemplo. Finalmente, o terceiro elemento, trata do estilo do autor, isto é, se é impresso em maior ou menor grau. Uma receita de bolo permite pouco ou quase nada de impressão do autor, enquanto um editorial é fortemente marcado pelo estilo autoral. Novamente, isso não vai ao encontro da função do documento, e é possível ainda que o mesmo tipo documental apresente maior ou menor estilo do autor. Uma carta de aceite de convite enviada a um amigo terá uma tonalidade diferente de uma carta de aceite de convite destinada a uma instituição, apenas para citar um exemplo. Mesmo que a tonalidade mude, a atividade de aceitar um convite é a mesma para ambas as cartas.

O que define o gênero carta é o que determina a carta enquanto espécie documental. Sua estrutura apresenta alguns “elementos básicos indispensáveis, como local e data, saudação, corpo, despedida e assinatura, ou específicos, como cabeçalho ou

timbre, numeração, endereço” (Costa, 2009: 53) No entanto, se gênero textual e espécie documental se aproximam, gênero e tipo se afastam.

Quanto à interlocução, a carta vai ser mais ou menos formal, dependendo do tipo de correspondência: comercial ou familiar. Nesta, a carta familiar, cujo conteúdo gira em torno de temas pessoais, geralmente é escrita em estilo simples, no registro coloquial, pois a interlocução se dá entre pessoas que se conhecem ou são parentes próximos. Naquela, ao contrário, como a interlocução geralmente se dá entre organizações, a carta comercial constitui um “documento” formal escrito cujo conteúdo gira em torno do mundo dos negócios: compra e venda de alguma coisa, promoção, cobrança, etc. O estilo do discurso se faz, então, num registro linguístico mais formal, a partir do próprio vocativo e das formas de tratamento no corpo da carta. (Ibidem: 53)

A preocupação com o estilo, formalidade e temas (se são familiares ou não), desqualifica os documentos de arquivos pessoais como documentos de arquivos. As cartas escritas nos âmbitos privado e comercial têm um mesmo objetivo: efetivar uma atividade, independentemente do estilo e tema nela impressos. Por isso, ater-se a esses elementos é um risco para uma abordagem não arquivística.

Sob a denominação *propósito comunicativo*, Zanotto (2005) aborda a questão da função do documento no estudo de contraste que faz entre e-mail e carta comercial. Também orientado pela teoria bakhtiniana, a impressão de estilo do autor e (in)formalidade terá grande peso em sua análise. O e-mail enquanto gênero textual (em oposição aos sentidos de correio e endereço eletrônico, também atribuídos à palavra “e-mail”), segundo Zanotto, é um gênero emergente da cultura eletrônica que tem se imposto na contemporaneidade. Para ele, vem ocorrendo a substituição das cartas comerciais pelos e-mails dentro do meio empresarial, pois o texto difere nesses dois gêneros e isso é percebido empiricamente na medida em que alguém diz “recebi um e-mail”, ao invés de “recebi uma carta eletrônica, um bilhete virtual” (Zanotto, 2005: 110) .

A questão da formalidade, central na análise de Zanotto, é impressa nos elementos paratextuais. Os e-mails, ao contrário das cartas, são menos normativos e, portanto, os textos são mais curtos e desprovidos de recursos contextualizadores, materializados pelos elementos paratextuais pré e pós-textuais, como timbre, local e data, índice e número, epígrafe, frase de fechamento, fórmula de respeito, P.S., aviso de cópias, rodapé, etc. O propósito comunicativo, por sua vez, é comum às cartas e ao e-mail, mas identificar os gêneros por esse meio é inválido:

não se conclua que os gêneros podem ser identificados, caracterizados, somente segregando-os de acordo com os propósitos que veiculam. Tanto é assim que, por exemplo, o propósito de convidar para determinado evento pode ser textualizado, dependendo de várias circunstâncias que comandam a decisão, por meio de vários gêneros de texto como: convite, bilhete, carta, e-mail, telegrama, fax. (Ibidem: 69)

Por acaso, essa acaba sendo uma definição, sob o ponto de vista arquivístico, do que é espécie e tipo documental. Por conseguinte, essas diferenças que se imprimem no texto e no processo de produção e recepção da carta e do e-mail fazem com que o primeiro gênero venha se tornando um meio mais nobre de comunicação, enquanto as interações mais breves são realizadas agora via e-mail.

Onde então está o propósito comunicativo em sua análise? Trata-se de um elemento da organização retórica das cartas, que se divide em dominante e secundário. O primeiro encontra-se no texto da carta propriamente dito, pois “o propósito principal é o que justifica a emissão do documento” (Zanotto, 2005: 102-3). Todos os demais propósitos periféricos e auxiliares, que confluem para viabilizar o dominante, se caracterizam como secundários: situar o remetente, ancorar o texto no tempo e no espaço (local e data), endereçamento, justificativa, validação (assinatura), etc.

Seguem alguns pontos importantes que devemos salientar. Para a arquivística, e-mail é meio de transmissão. A correta tradução é “correio eletrônico”. Referir-se a e-mail como mensagem eletrônica é um uso equivocado, causada pela polissemia da palavra. O suporte e o meio de transmissão constituem elementos importantes de descrição, mas não alteram a função, que é o elemento mais estável do documento. Via e-mail podem ser enviados uma pluralidade de espécies documentais: notícia, receita culinária, propaganda política, etc. Além disso, uma carta convite pode ser tradicionalmente enviada tanto em suporte papel via correio, quanto em formato eletrônico, para citar outro exemplo. O meio de transmissão não está relacionado com a função do documento:

e-mail - até hoje identificado por grafias diferentes (e-mail, email, Email, mail, em inglês, em português também conhecido por correio eletrônico ou mensagem), designa um método para troca de mensagens digitais de um autor para um ou mais destinatários. Com o advento da internet, o e-mail passa a ser entendido como uma troca de mensagens digitais por intermédio da internet. [...] Eu simplificaria a discussão distinguindo e-mail produzido dentro de organizações, com objetivos institucionais, dos e-mails produzidos pelos

cidadãos com objetivos os mais variados. Os e-mails produzidos dentro de um contexto corporativo podem ou devem ser mais padronizados, aproximando-os dos tipos documentais que conhecemos: carta circular, mensagem, memorando, chamado para reuniões com pauta etc. Neste caso, estaríamos diante de tipos documentais conhecidos, mas produzidos, transmitidos e recebidos pela vida digital. (Smit, 2015: 243-4)

Outro ponto importante refere-se aos elementos paratextuais. Desde sua criação, o e-mail vem ganhando novos recursos. Não se trata apenas da mensagem escrita, é possível incluir várias pessoas, enviar com cópia, com cópia oculta, anexar documentos diversos e cada mensagem enviada e recebida carrega consigo todo o histórico de mensagens. Ou seja, os *propósitos comunicativos secundários* estão presentes, mas de uma forma diferente que no suporte papel. Essa diferença, no entanto, para o mundo dos arquivos, não invalida a espécie e função documental. A isso acrescenta-se o fato de que nossa atenção reside nos arquivos pessoais, onde as dimensões simbólica, informal e criativa têm grande valor. Enquanto um controle de pagamento de uma dívida, por parte de pessoas jurídicas, segue uma série de procedimentos normatizados pelo direito administrativo, no caso de um empréstimo amigável o controle pode ser dar por nenhum registro ou por uma simples anotação em um bloco de rascunho (Lopez, 2003: 70) Outro exemplo é a participação de casamento que os noivos decidiram fazer a partir de um livro de poemas. Camargo (1998: 169-171) seleciona um documento que, a partir de uma descrição de seus elementos externos - capa, nome do autor, título, local e data de publicação, suporte, formato, dimensões e disposição espacial do texto - parece tratar-se de um livro de poema. Porém, ao indagar-se sobre seu contexto de produção (e uma mensagem grafada ajuda nessa questão), o documento em questão deixa de ser apenas um livro de poemas para materializar uma ação: a participação de casamento.

Situadas as diferenças entre estes estudos de gênero e a arquivologia, onde se encontram as semelhanças? De que maneira alguns conceitos e método de análise dos gêneros textuais podem contribuir para a identificação dos tipos de cartas no arquivo de Camargo Guarnieri? Retomemos alguns elementos de análise da teoria bakhtiniana, e, a partir deles, façamos uma análise de três cartas do compositor.

**Responsividade e endereçamento** - A linguagem só pode existir na medida em que é atravessada por conteúdos ideológicos (signos) que, por sua vez, só se realizam em

interação social. Uma vez considerada a dimensão sociológica da linguagem, uma série de variáveis devem ser contabilizadas para se obter uma contextualização completa: época, grupo social, relações de trabalho ou familiar, hierarquia, etc (Volóchinov, 2017: 109) Disto decorre que qualquer palavra dita ou enunciado proferido não parte do abstrato, tampouco de uma verdade pura da subjetividade do autor, sendo, na realidade, carregado de símbolos ideológicos e orientado para o interlocutor. Por isso, é preciso haver conhecimento de normas que extrapolam apenas a língua. O modo como se fala, a depender *do que e para quem* se fala, é necessário para se fazer compreender, e, como consequência, gerar uma resposta.

Ao falar, sempre levo em conta o campo aperceptivo da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias - tudo isso irá determinar a sua ativa compreensão responsiva do meu enunciado. (Bakhtin, 2016: 63-4)

Um dicionário é insuficiente para definir a palavra vinho, por exemplo. Um padre e um boêmio querem dizer coisas diferentes, apesar de pronunciarem o mesmo termo. Assim como a situação em que se fala: durante a missa, vinho significa sangue de Cristo, mas durante uma rotina administrativa da própria igreja, o padre pode apenas lembrar seu ajudante de ir comprar uma garrafa de vinho. Portanto, como sintetiza Bakhtin, “a vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de certo gênero de discurso*”, a partir de um “rico repertório de gêneros de discurso orais (e escritos)” (Ibidem: 37-8), seja ele o sermão ou a lista de compras.

**Esfera/Campo discursivo** - As esferas devem ser entendidas como reguladores. Dirigir-se a um juiz demanda condutas específicas que diferem de como nos comunicamos com um professor, e o contrário também é válido. Durante uma aula, elaborar uma pergunta ao professor em forma de petição causa incompreensão e impede a comunicação. Ou seja, cada esfera de atividade humana - escolar, jurídica, jornalística, médica, familiar, empresarial, científica, de administração pública - demanda certas condições específicas de comunicação, e, portanto, geram determinados gêneros, determinados tipos de enunciados estilísticos relativamente estáveis (Ibidem: 18).

**Avaliação social** - A situação social mais próxima e o contexto sócio-histórico-cultural atuam para organizar as formas de transmissão. São esses fatores contextuais que determinam o conteúdo e as formas de transmissão. Assim, uma simples palavra não é escolhida ao acaso. Existem uma situação e uma intenção do falante trabalhando para que determinadas palavras, estruturas gramaticais, entonação, etc, sejam selecionadas em detrimento de outras.

Seria impossível fazer uma análise de gênero textual exaustiva a partir de toda a linha conceitual e metodológica de Bakhtin, mas, uma vez que nosso objeto de estudo são cartas pessoais, tomemos esses conceitos que giram entorno da orientação social do enunciado para um estudo contrastivo de três documentos. Trata-se de três cópias de cartas escritas por Camargo Guarnieri, cujas versões originais foram enviadas aos destinatários. Infelizmente, por serem cópias, não é possível realizar uma análise da materialidade do documento: qual papel foi usado? Havia timbre? Tem assinatura do titular? Não obstante, é possível focar no discurso do texto<sup>1</sup>.

A primeira carta é de 1966, enviada para o maestro e um dos fundadores da Orquestra Sinfônica de Recife, Vicente Fittipaldi. Trata-se de uma entre várias missivas de um intenso diálogo epistolar que os músicos mantiveram. Tinham amigos em comum, viajaram para a Venezuela juntos e ajudavam um ao outro a organizar e dirigir concertos em ambas as capitais, a fim de divulgarem os compositores e intérpretes de música clássica brasileira. É uma cópia carbonô, datilografada, com temas sobre uma possível vinda de Fittipaldi a São Paulo e organização de um concerto em Recife sob a direção de Guarnieri. A mensagem possui tom de brincadeira, é cheia de ironia e um vocabulário mais ligado à oralidade.

A segunda carta é de 1977, fotocópia, manuscrita em papel timbrado com o nome de Guarnieri. É para o casal Betty e Max Feffer, na época em que o empresário e mecenas ocupava o cargo de Secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo durante o governo de Paulo Egydio Martins. A mensagem é sobre a finalização e entrega da Sinfonia n° 5, resultado da encomenda realizada pelo secretário. Assim como a primeira carta, possui apenas uma página: mensagem curta acusando a entrega da

---

<sup>1</sup> Em função de alguns limites que se impõem, uma transcrição de cada carta não é possível. Para vê-las em sua íntegra, consultar: CG-CA06-0168, CG-CA05-0006 e CG-CA05-0001, Fundo Camargo Guarnieri, Arquivo Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo.

obra encomendada e uma breve opinião sobre o sentimento de amizade. Possui um tom mais polido e cuidadoso.

Finalmente, a terceira carta é de 1983, datilografada, cópia carbono, endereçada ao Escritório Central de Arrecadação - Direito Autoral (ECAD), aos cuidados de Adelaide Primo. Trata-se de uma resposta a um ofício recebido, cuja numeração Guarnieri menciona em carta, sobre intérpretes de obras de sua autoria e questiona as razões de estarem retidas essas mesmas obras. Mensagem curta, direta, bastante formal.

Segue abaixo uma tabela de análise comparativa a partir de elementos textuais retirados dos documentos:

	<b>Carta 1</b>	<b>Carta 2</b>	<b>Carta 3</b>
<b>Destinatário/ Interlocutor</b>	Vicente Fitipaldi - regente/maestro/fundador da Orquestra Sinfônica do Recife	Betty e Max Feffer - Secretário de Estado da Cultura	ECAD - DIREITO AUTORAL (Adelaide Primo)
<b>Campo/Esfera</b>	Artístico	Político/Artístico	Legal/Artístico
<b>Hierarquia do destinatário em relação ao titular</b>	Igual/Próxima	Superior	Superior
<b>Pessoa</b>	Física	Física/Jurídica	Jurídica
<b>Contexto social</b>	Bastante próximos - amigos em comum e viagem juntos	Pouco próximos - se conhecem pessoalmente, mas há formalidades	Não são próximos - não se conhecem
<b>Tonalidade/estilo</b>	Jocosos/forte impressão de estilo	Respeitoso/Pouca impressão de estilo	Formal/pouquíssima impressão de estilo
<b>Vocativo/frase de fechamento</b>	“Fitipaldi broto”/“De mim o mais afetuoso abraço”	“Queridos amigos Betty e Max”/ “Afetuosamente”	“Exma. Sra.” e “Prezada Senhora”/ “Atenciosamente”
<b>Traços de oralidade</b>	Maior	Menor	Ausente/forte tom de formalidade
<b>Elementos paratextuais</b>	Local e data	Local, data, fecho de polidez e assinatura	Local, data, cabeçalho (pronomes de tratamento, nome, instituição, cidade), fecho de polidez, assinatura
<b>Pronome de tratamento</b>	Você	Você	Vossa senhoria
<b>Técnica de registro</b>	Datilografado	Manuscrito	Datilografado

<b>Propósito comunicativo dominante</b>	Organização de concerto	Encaminhamento de obra encomendada	Pedido de esclarecimento
<b>Propósito comunicativo secundário</b>	Cobrança de resposta/ aceitação de sugestão/ pedido de notícias	Agradecimento/ cumprimentos	Numeração do ofício recebido/ Confirmação de relação de intérpretes de sua obra

A partir desta comparação é possível perceber que de acordo com a relação existente entre o remetente, Camargo Guarnieri, e o destinatário há mudança de tonalidade, variações nos elementos paratextuais, vocabulário mais ou menos próximo da oralidade. A carta para Fittipaldi é atravessada de informalidade - há a presença de apelido, gírias, ironia, afetuosidade. O oposto acontece com a carta enviada ao ECAD. Por se tratar de uma instituição, encontramos toda a formalidade normatizada pela administração: endereçamento completo do destinatário, informação do número do ofício e ao qual a carta constitui resposta, o fecho de polidez não transparece intimidade, o pronome de tratamento é formal. Enquanto isso, a carta enviada ao Max Feffer constitui um entremeio. Trata-se de um amigo conhecido por outros meios sociais, mas o encaminhamento da obra encomendada é para o Secretário de Estado da Cultura. Ou seja, há uma relação de hierarquia entre o remetente e o destinatário. Apesar de haver espaço para afetuosidade, há uma formalidade que transparece, principalmente, pelo fato de a carta ser manuscrita. Neste caso, o ato de escrever a mão atesta que Guarnieri não contou com a ajuda de uma secretária, como é bastante comum, para escrever a carta. Tem aí um tom de personalidade muito forte, apesar de haver pouca impressão do estilo do autor, se compararmos com aquela enviada a Fittipaldi.

Do ponto de vista arquivístico, o que podemos atestar é que independentemente das palavras usadas, da esfera social ao qual pertence o interlocutor e da (in)formalidade presente nos textos, as cartas possuem os mesmos elementos e atuam para uma mesma coisa: efetivar uma atividade, seja ela organizar um concerto, encaminhar uma obra encomenda ou requisitar um esclarecimento. Qualquer análise discursiva ou de crítica genética não invalida a qualidade probatória dos documentos no que se refere ao seu conteúdo, estrutura e seus múltiplos contextos de criação, gestão e uso através do espaço-tempo (McKemmish, 2013: 27)

O que se percebe pela análise de gênero é que todos os elementos textuais existem, apesar das diferenças, independente de uma subjetividade do titular. Desde a carta mais formal enviada para uma instituição jurídica até a carta enviada ao amigo, com fortes traços de oralidade, segue uma normatividade. A análise da retórica do texto com o objetivo de identificar o *propósito comunicativo dominante* é um mecanismo que ajuda a identificar a atividade geradora da carta e, por conseguinte, seu tipo documental. No entanto, a conclusão mais segura que podemos tirar deste estudo comparativo entre a linguística e a arquivologia é que a análise de gêneros textuais, apesar das diferenças significativas que foram apontadas, atesta o fato de que os documentos produzidos em âmbito privado: 1) seguem preceitos normativos e 2) a análise retórica, antes de um estudo de crítica genética ou subjetividade, permite identificar o propósito comunicativo, e, portanto, a função do documento. Nesse aspecto, se há uma atividade geradora, a lógica de produção e acumulação é de documentos de arquivo.

Em suma, os estudos de gêneros podem contribuir para a identificação e nomeação de tipos de cartas pessoais, desde que as diferenças entre as áreas fiquem bastante claras e definidas pelo arquivista. Ao contrário, corre-se o risco de perpetuar a abordagem genérica de correspondência como artifício classificador e continuar a descrição documental a partir do conteúdo e tema em detrimento de sua atividade geradora.

## Referências

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, jul. 1998.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos Pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 154, 2 sem. 2003.
- McKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (orgs.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SMIT, Johanna W. Gêneros textuais emergentes do/no discurso eletrônico digital: um balanço crítico de Sérgio Roberto Costa. **Dar nome aos documentos:** da teoria à prática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZANOTTO, Normelio. **E-mail e carta comercial:** estudo contrastivo de gênero textual. Rio de Janeiro: Lucerna; Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

## **A ORNITOLOGIA EM CORRESPONDÊNCIA: A IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE CARTA NO ARQUIVO PESSOAL DE HELMUT SICK**

**Douglas Vieira Machado**

**Maria Celina Soares de Mello e Silva**

Este trabalho visa compartilhar as experiências advindas no âmbito do projeto “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, coordenado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. O objeto deste estudo é a correspondência presente no arquivo do ornitólogo Helmut Sick, doado ao MAST em 2001. Nascido na Alemanha, Helmut Sick desembarca no Brasil em 1939 para participar de expedições científicas. Preso durante a guerra, continua, mesmo no cárcere, o trabalho de identificação e catalogação de plantas e animais. Naturalizado brasileiro em 1952, desenvolve intensa produção científica que resultará em sua principal obra, “Ornitologia Brasileira”, considerada um dos pilares deste campo científico no Brasil. O Arquivo Helmut Sick é constituído por correspondência, fotografias, negativos, diplomas, prospectos, medalhas, dentre outros documentos de arquivo. As cartas, foco principal deste trabalho, correspondem à maioria do acervo e testemunham não apenas o intenso diálogo do ornitólogo com cientistas e instituições, mas também a construção e desenvolvimento de suas pesquisas.

### **Projeto de pesquisa**

O projeto “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia” foi iniciado em 2013 e tem como objetivo o estudo da tipologia da produção documental arquivística oriunda das atividades de pesquisa de instituições científicas, visando a

elaboração de procedimentos, recomendações e políticas de preservação, com foco no estudo da produção documental arquivística dos laboratórios científicos e tecnológicos no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

A fase atual tem como objeto de estudo os arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST, como o arquivo do antropólogo Luiz de Castro Faria. No âmbito do projeto já foram realizados o levantamento tipológico nos arquivos dos físicos Bernhard Gross e Joaquim da Costa Ribeiro. O estudo em desenvolvimento é denominado “A ornitologia brasileira no arquivo Helmut Sick: identificação de documentos por meio de estudo tipológico” e promove continuidade às atividades propostas e desenvolvidas no projeto, tendo como objeto o arquivo do ornitólogo Helmut Sick.

Esta etapa visa ampliar o conhecimento sobre o produtor e sua obra, de forma que as atividades sejam mapeadas e proporcionem elementos contextuais para a organização do arquivo. Desta forma, este arquivo poderá se tornar fonte de pesquisa para, entre outras áreas, a historiografia, a arquivologia e a ornitologia. No mesmo sentido, após sua organização, o arquivo poderá tornar-se fonte para a história da ciência, que busca nos arquivos pessoais, fatos e informações que complementem as fontes oficiais e que, eventualmente, possam fornecer um conhecimento voltado para a personalidade, a vida cotidiana e familiar do cientista em seu campo de atuação.

A pesquisa almeja estudar as espécies e tipos documentais do Arquivo Helmut Sick visando a organização do acervo, de forma a promover o acesso a este patrimônio da ciência brasileira, tornando-o fonte de pesquisa. Os objetivos da pesquisa podem ser resumidos em três âmbitos: a identificação dos documentos; o tratamento do arquivo, com sua organização, produção de instrumentos de pesquisa, digitalização e alimentação na base de dados Zenith; e a disseminação do conhecimento produzido sobre o acervo e sobre arquivos pessoais, bem como a difusão por meio da produção de artigos e apresentação de comunicações em eventos.

É importante frisar a relevância deste acervo e da pesquisa em desenvolvimento, que se justifica pela produção científica gerada ainda na fase de identificação e organização. O plano de trabalho, iniciado em 2015, já possibilitou a produção de artigos,

apresentações e produções técnicas de âmbito nacional e internacional, mas ainda possibilita questões e desafios que podem render futuros estudos e discussões.

### **Identificação de documento por meio de estudo tipológico**

A metodologia utilizada tanto no projeto de pesquisa, quanto no plano de trabalho é a tipologia documental, que compreende o estudo de identificação dos tipos de documentos. Esta atividade constitui a etapa que antecede todo o tratamento arquivístico, pois fornece informações e subsídios que fundamentarão as etapas posteriores, quando os documentos serão classificados, descritos e arranjados. Portanto, constitui-se a base para a organização de um arquivo. Trata-se de um estudo em direção à gênese do documento de arquivo, ou seja, dos motivos pelos quais este foi criado, com o objetivo de identificar a atividade geradora que condiciona a espécie documental. Resumidamente, a identificação do tipo documental depende primeiramente do reconhecimento da espécie documental, que pode ser definido como “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”, e, então, do tipo documental, entendido como “a configuração que assume a espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Bellotto; Camargo, 1996).

O estudo tipológico proporciona a compreensão do contexto de produção e acumulação dos documentos, que é necessária no que tange à organização de arquivos. Além disso, permite a identificação do produtor e dos tipos documentais que compõe o conjunto documental. Neste processo, é imprescindível entender a biografia, história e trajetória pessoal e profissional do titular. De forma análoga aos arquivos institucionais, onde se estuda a estrutura organizacional da entidade produtora, no âmbito das atividades do plano de trabalho foi realizada uma ampla pesquisa biográfica. Este levantamento foi considerado fundamental para a identificação das funções e atividades que o cientista desempenhou e para representá-las no futuro quadro de arranjo<sup>1</sup> (ou classificação) do arquivo.

---

<sup>1</sup> Definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes” (Arquivo Nacional, 2005).

### O ornitólogo Helmut Sick

Nascido em 10 de janeiro de 1910, em Leipzig, Alemanha, Heinrich Maximilian Friedrich Helmut Sick estudou ciências naturais nas universidades de Königsberg, Munique, Leipzig e Berlim. Em 1937 obteve o título de Doutor pela Faculdade de Matemática e Ciências da Universidade Friedrich Wilhelm de Berlim, com a tese “A estrutura microscópica da pena da ave e sua função”. Em 1939, viajou ao Brasil em expedição organizada e patrocinada pelo Museu Zoológico da Universidade de Berlim, em convênio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para realizar pesquisas ornitológicas, com o objetivo de coletar material ornitológico e estudar espécies raras. Este primeiro contato com a natureza brasileira foi o suficiente para despertar em Helmut Sick o fascínio pela abundância de espécies de animais e plantas presentes no país.

À época, qualquer expedição a ser realizada no país deveria ser submetida à avaliação do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), órgão encarregado de fiscalizar e licenciar as expedições nacionais e estrangeiras com fins científicos e artísticos. Este órgão também era encarregado de controlar todo o tipo de material recolhido e produzido nas incursões, uma vez que tais produtos eram considerados patrimônio científico nacional. Em 1942, ocorre o rompimento das relações com a Alemanha e o ingresso do Brasil na Segunda Guerra mundial. Em uma expedição sem a autorização do CFEACB, Sick foi preso (provavelmente por sua naturalidade alemã) e encaminhado, primeiro à Ilha das Flores e depois para a Ilha Grande, onde continuou suas pesquisas até ser liberto após dois anos de regime prisional. Em 1946 foi contratado como naturalista da Fundação Brasil Central, realizou expedições às regiões Centro-Oeste e Norte, narradas no livro *Tukani*<sup>2</sup>.

Naturalizou-se brasileiro em 1952. Foi pioneiro ao escrever, de maneira mais aprofundada, sobre a conservação da natureza e sobre as aves brasileiras ameaçadas de extinção. Trabalhou e colaborou com renomadas instituições como o *Max Planck Institut*, a *Washington State University*, o *Jardim Zoológico de Berlim*, entre outros. Sick também foi membro de diversas associações e sociedades científicas, como o Comitê

---

<sup>2</sup> SICK, Helmut. **Tukani. Unter Tieren und Indianern Zentralbrasilens**. Hamburgo: Paul Parey, 1957. Posteriormente traduzido para diversos outros idiomas. Em português, editado como **Tukani: entre os animais e os índios do Brasil central**. Rio de Janeiro: Marigo Comunicação Visual, 1997.

Ornitológico Internacional e a Academia Brasileira de Ciências, em muito momentos como o único membro brasileiro destas organizações. No Brasil morou na cidade do Rio de Janeiro e recebeu o título de Carioca Honorário em 1973. Saía do país apenas para participações em eventos ou tratamento médicos de sua esposa. Recusou importantes propostas de trabalho para dedicar-se à pesquisa da avifauna brasileira. Durante toda sua vida planejou e integrou diversas expedições pelo país. Dentre elas está uma importante expedição realizada em dezembro de 1978 ao nordeste do Estado da Bahia, onde foi identificada a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*), descoberta em 1823 e até então de localização desconhecida. De sua extensa e incansável produção, a mais importante obra de sua vida, o livro “Ornitologia Brasileira”<sup>3</sup>, publicado pela primeira vez em 1985, é uma importante referência bibliográfica até os dias atuais. A obra, de caráter pioneiro, é considerada o marco consolidador do campo da ornitologia no Brasil, proporcionando visibilidade e desenvolvimento a este campo científico. A título de curiosidade, o livro contém um texto escrito pelo poeta e literato Carlos Drummond de Andrade, o qual faz uma breve biografia do ornitólogo.

Durante cinquenta e dois anos de vida no Brasil, a contar desde a chegada ao Estado do Espírito Santo, em 1939, até poucos dias antes de falecer, realizou intensa e ininterrupta atividade e produção científica. Helmut Sick faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 5 de março de 1991.

### **O arquivo pessoal de Helmut Sick**

Helmut Sick perdeu sua esposa em 1977. Por ser viúvo e não possuir filhos, tanto seus bens pessoais como todos os documentos produzidos e acumulados durante a sua vida foram deixados de herança para Ingeburg Kindel, amiga e vizinha de Sick que assim como o ornitólogo era viúva e alemã naturalizada brasileira. Os dois casais de alemães, além de vizinhos, eram muito amigos. Após negociação, a legatária doou todo o arquivo de Sick para o MAST/MCTIC, que tem, dentre os seus objetivos, a preservação, organização e a produção de inventários dos arquivos pessoais de cientistas adquiridos, para viabilizar seu acesso e possibilitar estudos e pesquisas relacionados à história da ciência e outras áreas do conhecimento. O acervo chegou à instituição sem

---

<sup>3</sup> SICK, Helmut. **Ornitologia Brasileira, uma introdução**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

acondicionamento adequado e necessitando de higienização. Recebeu um tratamento de conservação básico, realizado pela equipe do Arquivo de História da Ciência (AHC), que efetuou a higienização superficial e o acondicionamento provisório, com o objetivo de inseri-lo no depósito de guarda. O acervo foi acondicionado em 23 caixas do padrão do AHC/MAST, totalizando 2,73 metros lineares de documentos, entre textuais, iconográficos, além do binóculo usado por Helmut Sick em suas observações.

Contudo, o Arquivo de História da Ciência já possuía conhecimento sobre a trajetória de Helmut Sick por meio do Arquivo do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB) que, à época da aquisição do arquivo de Sick, já se encontrava sob a guarda do MAST. Ao ser preso, Helmut Sick teve todos os seus bens e documentos apreendidos pelo CFEACB, sendo o material ornitológico coletado em suas expedições enviado para o Museu Nacional e os documentos que portava quando foi detido, referentes às suas observações, incorporados ao arquivo do Conselho. No arquivo do CFEACB constam dois dossiês de expedições de Sick referentes a estudos ornitológicos, constituídos por documentos diversos, que incluem cadernetas de campo e desenhos de pássaros produzidos pelo ornitólogo.

### **Cartas em arquivos pessoais**

Em um mundo anterior à Revolução *Telecomunicacional*, muito antes do advento da *internet*, as cartas eram um dos meios de comunicação mais usados, se não, o mais popular. Nesse sentido, é possível esperar que arquivos pessoais de titulares que viveram na segunda metade do século passado contenham exemplares desta espécie documental. Além do uso para comunicação profissional, e também, científica, estes documentos guardam marcas pessoais muito fortes, contendo traços de intimidade que permitem múltiplas possibilidades de pesquisa. O registro pessoal e o caráter privado são questões levantadas por Richard Cox (2017) que tornam as cartas artefatos tão fascinantes e despertam a atenção e pesquisadores e curiosos. Escrever uma carta exige determinado esforço e dedicação, pois o papel não admite erros e correções instantâneas. É produzida pelo ato que condiciona a seleção de informação e uma intenção específica. Representa uma espécie em extinção que dá lugar às efêmeras mensagens instantâneas e ao correio

eletrônico, meios mais ágeis, porém com questões de preservação muito mais complicadas (Cox, 2017).

Segundo Bellotto (2002), a carta é uma espécie documental não-diplomática, mas de estrutura mais ou menos padronizada, utilizada para diversos fins (públicos, sociais, comerciais, entre outros) e “largamente utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites etc”. Sobre a mencionada padronização, a autora identifica elementos estruturais e recorrentes, tais como “Protocolo inicial: datas tópica e cronológica. Endereçamento. Direção. Texto: paragrafado, com a exposição e o objetivo da carta. Protocolo final: fecho de cortesia, assinatura, nome e cargo do signatário.” (Bellotto, 2002). Ao analisar cartas de diferentes décadas ou contextos sociais é perfeitamente possível perceber que sua estrutura segue padrões condicionados por questões de moda, estrato social, ocasião, ou conjunturas sociais.

No que tange ao estudo tipológico, a espécie documental carta é um exemplo de grande desafio, pois a primeira vista parece um documento de fácil identificação. Contudo, nem sempre há de forma clara a fronteira entre o assunto principal (vinculado à atividade que promoveu a criação do documento) e outros assuntos diversos (Silva, 2015). Assim, um mesmo exemplar de carta pode ser classificado em mais de um tipo documental. Por exemplo, é comum perceber relações de afeto e amizade em cartas destinadas à comunicação entre cientistas. Como dito anteriormente, embora profissionais ou científicas, muitas vezes a correspondência traz consigo elemento de intimidade, como amizade e afeto.

Nas cartas presentes no Arquivo Helmut Sick podem-se perceber as relações de amizade entre o ornitólogo e outros cientistas quando, além de aspectos ou informações científicas, observamos cumprimentos à família ou expressão de sentimentos como alegria ou saudade. Além disso, é possível notar a escalada de amizade e afeto do relacionamento entre Helmut e outros pesquisadores pela evolução no tratamento pessoal presente na correspondência: o que começa com a polidez acadêmica ou profissional, passa a conter elementos pessoais e íntimos em poucos anos. Apesar de enriquecerem as informações sobre o titular do arquivo e as personagens envolvidas, esses “outros assuntos” dificultam o estudo e a identificação tipológica por haver no documento mais de uma atividade que motivou a sua produção. Nesse sentido, para Silva

(2015), “será preciso um conhecimento do contexto da produção da carta, da relação entre os indivíduos, para se chegar ao motivo principal que gerou a necessidade de escrevê-la, para tipificar”.

### **Resultados parciais do estudo**

#### **Aspecto quantitativo da correspondência no Arquivo Helmut Sick**

As cartas, foco principal deste trabalho, correspondem à maioria do acervo e testemunham não apenas o intenso diálogo do ornitólogo com cientistas e instituições, mas também a construção e desenvolvimento de suas pesquisas.

Uma breve análise do acervo demonstra a proporção de cartas em relação às outras tipologias documentais. Tomando como base a estimativa de 500 documentos por caixa, que corresponde a média de documentos encontrados nas caixas tratadas até o momento, estima-se que o acervo contenha aproximadamente 11.500 documentos. A Tabela a seguir apresenta em proporção, o número de cartas em relação aos demais documentos presentes em cada caixa. É importante ressaltar que estes números são estimados, e derivados de um levantamento superficial do acervo.

<b>Caixa</b>	<b>Documentos</b>	<b>Volume</b>
1	Cartas, prospectos, anotações, fotografias, negativos	≅ 5%
2	Gravuras, anotações, fotografias	0%
3	Documentos bibliográficos	0%
4	Original do livro Aves do Brasil	0%
5	Álbuns de negativo	0%
6	Cartas, desenhos, prospectos	> 90%
7	Certidão de óbito, diplomas, cartas, associação de classe, etc.	≅ 5%

8	Cartas, convites, prospectos, declarações, desenhos	> 60%
9	Cartas, convites, prospectos, notícias de jornal, artigos	> 90%
10	Negativos, diapositivos, fotografias	0%
11	Anotações, gravuras, cartas	> 90%
12	Notícias de jornal, artigos, cartas	> 90%
13	Votos de boas festas, notícias de jornal, anotações, cartas	> 90%
14	Notícias de jornal, anotações, cartas	> 90%
15	Cartas, anotações, desenhos, gravuras	> 90%
16	Cartas, anotações	> 90%
17	Fotografias, cartas, anotações	> 90%
18	Diapositivos, anotações, cartas	> 90%
19	Cartas, anotações, gravuras	> 90%
20	Cartas, anotações, notícias de jornal, artigos	> 90%
21	Binóculo, cadernos de campo	0%
22	Anotações, listas, cartas	> 60%
23	Cartas, convites, listas, anotações	> 80%

Documentos do Arquivo por caixa

Fonte: os autores

Das 23 caixas que compõem o acervo, 2 são compostas por mais de 50% e 13 por mais de 80% de correspondência. Assim, é possível verificar seguramente que pelo menos dois terços do acervo é composto por cartas. Em uma estimativa livre, a julgar pelo volume encontrado em cada caixa, não é difícil calcular que as cartas representam cerca de 80% do acervo. Devido à grande quantidade de documentos do arquivo, provavelmente o número total real da proporção de correspondência em relação aos outros documentos só será conhecida ao final do tratamento. Se o estudo e a

identificação tipológica de cartas constituem atividades complexas, a partir dos números apresentados, pode-se compreender a dimensão do desafio proposto que constitui o acervo e sua organização.

### **Análise das cartas**

No período de execução da etapa atual de trabalho, considerando a vigência anterior (junho/outubro de 2017), foi identificada uma caixa contendo 487 documentos. Deste número, apenas 33 documentos não correspondem a espécie carta, aproximadamente de 6,8% do total. Além da complexidade apresentada pela identificação tipológica nas cartas geradas pela tênue linha entre a razão principal (ligado à atividade que produziu a carta) e outros temas abordados, o trabalho com o Arquivo Helmut Sick apresenta pelo menos mais dois outros fatores dificultadores. O primeiro corresponde ao fato de que a grande parte dos documentos encontra-se em outros idiomas, como inglês, francês e, sobretudo, alemão, a língua materna de Helmut Sick, presente em cerca de 80% dos documentos da caixa. As cartas produzidas nesta última língua demandam mais tempo e cuidado em sua análise e identificação devido à soma da dificuldade causada pela falta de conhecimento do idioma alemão à complexa atividade de estudo tipológico. No acervo, também foram identificadas cartas manuscritas, que oferecem um desafio a mais além da barreira do idioma. Nesse caso, há a necessidade, por exemplo, da parceria com outras instituições ou profissionais para acesso ao seu conteúdo, tradução, e então, a realização da identificação tipológica.

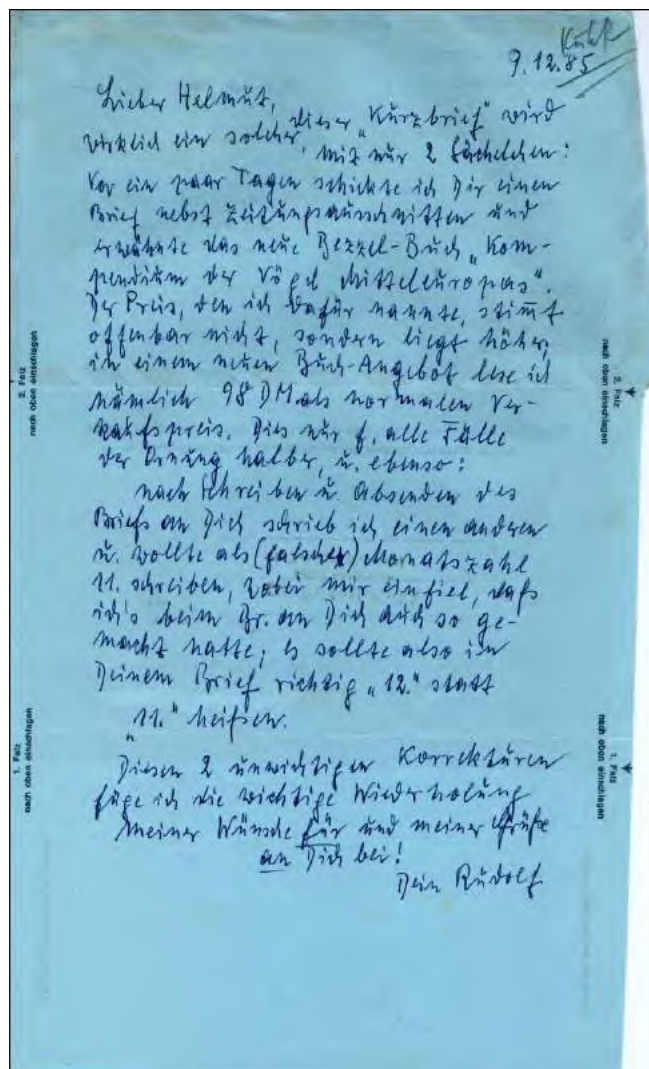
A partir da análise do conjunto documental, é possível identificar cartas em alemão de brasileiros ou estrangeiros mesmo que o idioma não correspondesse à língua principal do interlocutor. As poucas cartas em português evitam possíveis ruídos provocados por traduções. Contudo, esse fato não garante a facilidade na atividade de identificação tipológica.

### **Tipos de cartas identificados**

Até a etapa atual da pesquisa foram identificados no Arquivo Helmut seis tipos de carta, dos vinte e um tipos levantados pelo *Glossário de Espécies e Tipos Documentais em*

Arquivos Pessoais do MAST<sup>4</sup>. Este instrumento contém definições para as espécies documentais encontradas nos arquivos pessoais tratados e organizados pela instituição até o momento, sendo composto por documentos levantados em arquivos pessoais sob a guarda do MAST.

A Figura a seguir apresenta um exemplo de carta manuscrita ainda não identificada.



Exemplo de carta manuscrita.  
 Fonte: Arquivo Helmut Sick/Acervo MAST

<sup>4</sup> Glossário em construção no âmbito do projeto, com publicação ainda não prevista.



Dos tipos identificados até o momento, podem ser citados, por exemplo, os: de agradecimento, de comunicação, de encaminhamento, de solicitação, de votos de boas festas e de intercâmbio de informações científicas, sendo este último, o mais numeroso no Arquivo Helmut Sick. Os tipos descritos correspondem respectivamente às atividades de: agradecer; comunicar algum fato ou informação; encaminhar bibliografia, aves ou periódicos; solicitar informações, material bibliográfico ou o contato de outros cientistas; desejar Feliz Natal e/ou Feliz Ano Novo e correspondência entre cientistas, ou entre cientistas e instituições, com o objetivo de trocar informações a cerca das pesquisas desenvolvidas, incluindo também dados científicos.



Exemplo de Carta de Intercâmbio de Informações Científicas  
Fonte: Fonte: Arquivo Helmut Sick/Acervo MAST

## **Considerações finais**

Longe de esgotar qualquer discussão sobre as cartas, sua presença e implicações nos arquivos pessoais, buscamos com este trabalho partilhar resultados parciais e experiências observados no projeto de pesquisa em desenvolvimento. As cartas, em seus mais variados tipos, demonstraram-se documentos fascinantes e complexos na mesma proporção. Nesse sentido, nossa intenção, ao disseminar os dados obtidos análise, é tanto enriquecer o debate sobre o tema, quanto contribuir para investigações semelhantes.

Os tipos de carta identificados até o momento podem representar apenas uma parcela de um universo imprevisível. As cartas representam um desafio, tanto no que se refere à identificação do contexto de sua produção, o que vai definir o seu tipo, quanto na identificação dos próprios elementos intrínsecos e extrínsecos na carta em si.

O Arquivo Helmut Sick por ser rico em quantidade de cartas proporciona uma rica fonte de informações para a História da Ciência, para contextualização de uma época, com seus usos e costumes, bem como para a área da Ornitologia.

A perspectiva futura é que encontremos novas tipologias no decorrer da atividade de identificação, proporcionando novos desafios e suscitando novas questões. Ao mensurarmos o volume que esta espécie documental ocupa no acervo estudado, é possível vislumbrar as implicações diretas que serão causadas no processo de identificação e organização do acervo, bem como nos reflexos na elaboração do quadro de arranjo.

## **Referências**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2002 (Projeto Como Fazer, 8). Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf8.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais, **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p.169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (org.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo/Associação dos Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

COX, Richard. **Arquivos pessoais**: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório**. Rio de Janeiro, MAST, 2014.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Os Arquivos Pessoais como Fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus (org.). **MAST: 30 anos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, v. 1, p.177-203. 2015.

\_\_\_\_\_, Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, jul./set., p. 160-174, 2013.

\_\_\_\_\_. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-88, jul./dez. 2013b.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; Santos, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/FAPERJ, p. 21-50, 2012.

TRANCOSO, Márcia Cristina. **Tipologia documental no arquivo pessoal do Físico Joaquim da Costa Ribeiro**: estudo tipológico e classificação. Monografia de especialização do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia - PPACT/MAST. Rio de Janeiro, 2012.

## DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA COMO PARÂMETRO PARA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: TERMINOLOGIA E FUNCIONALIDADE

**Marcos Ulisses Cavalheiro**

**Cibele A. C. Marques dos Santos**

A Arquivologia é uma ciência social, aplicada e interdisciplinar dedicada ao estudo da produção e à elaboração de instrumentos de organização e representação de documentos que reflitam a execução de atividades desempenhadas por instituições e pessoas. No contexto de mundo tangente à segunda e à primeira metade dos séculos XIX e XX, respectivamente, preza-se pela racionalização da excessiva produção documental decorrente da formalização do pensamento industrial e burocrático. Nesse sentido, os esquemas de organização de documentos herdados das Luzes, temáticos e simplistas, demonstraram-se exíguos. Atendendo às demandas implicadas na virada do século, em termos de documentação e classificação, destaca-se o trabalho de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, os holandeses, e o seu *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, de 1898.

No eufórico cenário da *Belle Époque* e seus impactos na produção e custódia de documentos, Sir Hillary Jenkinson divulga o seu *Manual of Archive Administration*, em 1922, sugerindo medidas quanto ao controle dos registros procedentes das ações administrativas. Visando a especialização da gestão documental, Theodore Roosevelt Schellenberg publica, em 1956, *Modern Archives: Principles and Techniques*, no qual discorre sobre a natureza dos documentos de arquivo e os métodos de arranjo espelhados nas estruturas organizacionais que os acumulassem. Do XIX ao presente, tem-se desenvolvido uma Ciência Arquivística que preconiza suas bases teóricas e metodológicas direcionadas aos arquivos públicos e privados institucionais, cujas estruturas são assertivamente definidas; entretanto, demonstra-se contingente a abordagem dos arquivos pessoais nesse domínio.

No decorrer da vida de uma pessoa, os documentos que produz, recebe e acumula provam e testemunham suas ações e reações, mesmo que parcialmente, haja vista que seus arquivos não designam, via de regra, produtos da ordem burocrática, como no âmbito institucional, à medida que muitos de seus "processos de trabalho" representam a expressão de pensamentos, sentimentos e ideias, os quais podem, espontaneamente, ser registrados, ou não. Em contramão aos arquivos administrativos, por exemplo, "Uma pessoa cria o seu arquivo a fim de atender as suas conveniências ou personalidade, e não porque uma lei, estatuto, regulamento ou política exige que ela o faça" (Hobbs, 2001: 128, tradução nossa). Dessa premissa, ao menos dois atributos inerentes à composição dos fundos pessoais<sup>1</sup> são passíveis de observação: a maleabilidade na seleção das unidades documentais sobre o conjunto e a dispensabilidade de formalização de seus registros. Por essa razão, talvez, os arquivos pessoais tenham estado (e ainda estejam) à margem do rígido arcabouço teórico-metodológico da Arquivologia.

Os arquivos de artistas, cientistas, escritores, médicos, professores e outras personalidades têm seu recolhimento, organização, representação e preservação justificados pela valoração histórica e patrimonial (valor secundário) de seus documentos, por meio dos quais as memórias individuais podem ser construídas, mantidas e difundidas em âmbito coletivo; "Por refletirem, mesmo que não totalmente, a vida de alguém, os arquivos pessoais fazem com que tenhamos a sensação de estarmos acompanhando a trajetória de seu titular (...)", o que nos conduz à percepção de que "Quanto mais os documentos desse arquivo revelam os pormenores, os eventos e as atividades desempenhadas pelo indivíduo, mais nos aproximamos de sua vida" (Campello, 2016: 67). No Brasil, alavancou-se a tradição de custódia, arranjo e descrição de arquivos pessoais, a princípio, com a atuação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), e com a criação de seu Programa de Arquivos Pessoais (PAP), que "tem por objetivo reunir, organizar e divulgar o acervo de arquivos privados doados ao CPDOC desde 1973 até os dias atuais", e é considerado o "pioneiro na definição de uma metodologia para tratamento de arquivos pessoais" (*Online*, 2012)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Os "fundos particulares" são as coleções orgânicas de documentos particulares, sinônimos de "arquivos pessoais".

<sup>2</sup> Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em 20 nov. 2017.

Conforme reitera Campello, "Todos nós desenvolvemos inúmeras funções e atividades ao longo de nossa vida. A trajetória de cada pessoa delimita especificidades ao conjunto documental acumulado por ela" (2016: 66). Nesse sentido, observamos, adiante, as peculiaridades desses acervos no escopo da Arquivologia e na fundamentação de seus princípios elementares; posteriormente, discorreremos sobre elementos de terminologia e funcionalidade, direcionando-os à compreensão da natureza do documento de arquivo pessoal e dos seus diacrônicos desafios de análise, síntese e referência. Ao final, propomos um "percurso diplomático" para a assimilação (e a proposição) de questões referentes à organização e representação em arquivos procedentes da ação, da expressão e da reação humanas, questões essas que se estendem, ao menos, há quatro décadas. Entendemos que as (re)considerações (efetivamente arquivísticas) a respeito dos arquivos pessoais são necessárias (e emergentes), ao passo que " Viver em sociedade implica produzir, receber e acumular documentos. Estes são instrumentos essenciais para o funcionamento da vida em sociedade e, portanto, testemunhos da trajetória de qualquer pessoa." (ibid.).

#### **Os arquivos pessoais e a racionalização arquivística**

Abordar a questão da "racionalização arquivística", como qualquer esfera intelectual e/ou técnica em Arquivologia, parte, necessariamente, da concepção de seu princípio elementar, o *respect des fonds*, o qual, ressaltamos, prediz que documentos com distintas procedências sejam, de igual modo, organizados e representados distintamente, de modo que o contexto de produção e a vinculação orgânica de um documento sobre os demais, no conjunto, sejam resguardados. Nesse sentido, a "racionalização" diz respeito à contemplação de um determinado conjunto de documentos sob a ótica da Ciência dos Arquivos. Duchemin (1986) relata que nos *Archives Nationales de France*, até a década de 1840, os documentos acumulados e recolhidos de diversas instâncias e segmentos eram arranjados (logicamente dispostos) em cinco grandes classes temáticas: os legislativos, os administrativos, os senhorios, os judiciais e os históricos. O autor explica que esse critério demonstrou-se frágil devido à ruptura da organicidade e, sobretudo, à desordem provocada na recuperação de documentos e informações.

Visando o processamento (técnico e lógico) individualizado, a reconstrução e manutenção da organicidade e da naturalidade da dita documentação, o arquivista-

paleógrafo Natalis de Wailly "proclama", em 1841, o "Princípio da Proveniência", denominado por Duchemin (1986) como uma "reviravolta arquivística", uma vez que o "respeito aos fundos" acarretaria a transposição do impreciso paradigma dos textos e da tematicidade ao assertivo paradigma dos contextos e da funcionalidade, regente da racionalização em arquivos até a contemporaneidade, em comum acordo entre as correntes da área: brasileira, norte-americana, espanhola, holandesa e francesa. Ao comentar sobre o trabalho dos arquivistas australianos a respeito da aplicabilidade do Princípio, Terry Cook (1998) afirma que houve uma transposição da catalogação estática para um sistema de inter-relacionamentos dinâmicos, que enriquece a compreensão do complexo contexto de produção, recebimento e acúmulo de documentos. Aos arquivos pessoais, o *respect des fonds* demonstra-se substancialmente coerente e impreterível, haja vista que "Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, (...) traduzem a sua identidade ou identidades" (Oliveira; Macêdo; Sobral, 2017: 2). Eis o "arquivo do indivíduo" contemplado por um "princípio indivíduo".

Mediante o processo de "racionalização", norteados pela demarcação da proveniência e dos contextos de produção de documentos e seus agentes, "O verdadeiro desafio dos arquivos pessoais consiste em identificar as inter-relações entre as atividades do titular e os documentos por ele produzidos/acumulados" (Lopez, 2003: 80). Dessa proposição, devemos considerar, ao menos, três aspectos que, idealmente, devem ser conciliados, apesar de, ao mesmo tempo, tornarem o processamento intelectual dos arquivos pessoais, em relação ao perfil dos demais fundos, desafiador perante a Arquivologia: a complexidade do ser humano; a expressão da subjetividade e da espontaneidade (e seu reflexo na produção documental), e; a preconização por uma identificação objetiva e, aquém do devaneio, imparcial, o que nos parece (mais próximo do) executável quando, além de respeitado o fundo, definida uma terminologia precisa para referenciar e, por conseguinte, organizar e representar esses documentos, os de arquivo pessoal. Em síntese, "Trata-se de verificar a funcionalidade desses documentos e as marcas das funções neles incorporadas, em seu contexto de uso" (Camargo; Goulart, 2007 apud Campello, 2016: 73).

Heloísa Bellotto compreende o arquivo pessoal como:

(...) o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (2004: 266, grifo nosso).

Além da vastidão de gêneros e suportes, Bellotto evidencia o valor secundário (histórico-patrimonial e científico) do material que compõe os arquivos pessoais, e salienta que o processo de transição da informação pessoal (individual) em conhecimento (coletivo). Em termos conceituais, a noção de "arquivo pessoal" está contemplada na própria definição de "arquivo privado", esse que, por sua vez, conforme a *Legislação Arquivística Brasileira*, diz respeito ao "(...) conjunto de documentos acumulados em decorrência de atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas (2011: *Online*). Resgatando-se a noção de "fundo", essencialmente pautada em "proveniência" e "organicidade", e a demarcação de "arquivo privado", compreendemos que o "arquivo privado institucional" reflete, idealmente, em documentos, a trajetória, a missão, os valores, as competências e os processos de trabalho no contexto de uma dada organização; de igual modo, idealmente, em documentos, o "arquivo privado pessoal" deve refletir a trajetória de vida, a carreira e as particularidades de uma personalidade, entre perdas e conquistas, entre gostos e desgostos. Portanto, "Os arquivos pessoais, de uma maneira geral, são constituídos de documentos que testemunham as relações pessoais e profissionais de uma pessoa ao longo da vida" (Trancoso; Silva, 2013: 6).

Outrossim, reiteramos a questão da "maleabilidade" na formação dos arquivos pessoais, que é uma peculiaridade desse segmento de acervo: um artista somente receberá um "título de mérito" caso sua arte seja reconhecida; uma "carta de amor", logicamente, somente será redigida, caso o indivíduo ame, e a mesma será acumulada condicionalmente à reciprocidade do sentimento. Diríamos, pois, que "(...) o arquivo pessoal é onde a personalidade e os eventos da vida interagem" (Oliveira; Macêdo; Sobral, 2017: 2). Além do mais, "A produção documental de uma pessoa, muitas vezes, e principalmente no caso dos arquivos de pessoas públicas ou de destaque, recebe intervenção dos familiares e/ou amigos após sua morte" (Trancoso; Silva, 2013: 6).

Camargo e Goulart comentam que "Os arquivos pessoais nem sempre são tratados à luz da teoria arquivística, e as razões desse desvio são várias e poucas vezes justificadas" (2007: 36). Cook (1998) atribui um parecer comportamental à problemática dos arquivos privados, sobretudo dos fundos pessoais, diante dos princípios e preceitos arquivísticos, uma vez que os próprios arquivistas que trabalham com esses conjuntos documentais enxergam seu material como o fariam os bibliotecários, os documentalistas e os historiadores. Esse afastamento da "racionalização arquivística" justifica o tratamento temático da informação pessoal, quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa com baixo grau de complexidade, normatividade e, muitas vezes, coerência. Por um lado, "se reunidos por pessoas ou famílias, acabam por sugerir a adoção de critérios totalmente alheios ao sentido ou à lógica de sua acumulação (...)" por outro lado, como observa Frank G. Burke, "(...) ao contrário dos arquivistas que trabalham com documentos institucionais, o curador de arquivos pessoais tem total liberdade para organizá-los de forma a atender às demandas da pesquisa" (Camargo; Goulart, 2007: 36). Dessa premissa, "Os arquivos pessoais, por suas características informais, testam os limites dos princípios teóricos da Arquivologia (...)" (Lopez, 2003: 70).

Devido à imprecisão formal de (muitos dos) seus documentos, os arquivos pessoais foram, tradicionalmente, concebidos como "acervos especiais", "coleções especializadas", e, por conseguinte, recolhidos e tratados segundo preceitos desalinhados com o pensamento arquivístico, norteados pela noção de reunião seletiva, ao invés de orgânica, e de organização e representação temáticas, ao invés de funcionais. Na literatura especializada norte-americana, é comum a referência aos documentos de arquivo pessoal enquanto *manuscripts*, *papers* e *collections*, uma vez que os *records* e *archives* remetem à percepção *jenkinsoniana* de documentos procedentes da ação administrativa no contexto organizacional. Oliveira (2010) explica que os *manuscripts* dizem respeito aos registros históricos e literários; os *papers* remetem aos documentos "convencionais" (textuais) e; as *collections*, por sua vez, retomam a noção de artificialidade, distanciando-se, portanto, essas três concepções da "racionalização arquivística" regente desta investigação. Dentre as peculiaridades do arquivo pessoal, destacam-se a informalidade e a subjetividade na formulação de seus registros; Ducrot (1997), por sua vez, reitera que a organização desses fundos deve ser feita respeitando-as, e também aos princípios elementares da Arquivística.

Diversos documentos de arquivo pessoal são reconhecidos pelo desprovimento de elementos diplomáticos e padronização, uma vez que, em contramão à produção documental institucional, cujas formas e conteúdo são pré-definidos, esses costumam ser, na realidade, reflexos da espontaneidade, do sentimento, do pensamento e da vontade do indivíduo, caso ela exista. Por serem os arquivos pessoais, enfaticamente, uma reunião de documentos orgânicos, e apesar das provocações concernentes à dimensão teórica e metodológica da Arquivologia, seus princípios e métodos abrem o viés para (re)pensarmos as possibilidades e os limites de uma metodologia que, mutuamente, salvasse sua organicidade e desloque o ofuscamento do tratamento temático da informação pessoal à transparência do tratamento funcional, de modo a romper com limiares suscitados. Afinal de contas, “Mesmo com as especificidades do acervo pessoal, a Arquivística, munida de seus princípios, e da Diplomática, lança luz à organização de qualquer tipo de acervo com características orgânicas”(Barros; Tognoli, 2011: 75).

Ressalvamos que à Arquivologia, não lhe interessa qualquer documento, senão aquele revestido de autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade (Duranti, 1996). Para além da forma, o documento de arquivo é reconhecido por seu valor probatório e testemunhal; "provar" e "testemunhar" são dispositivos diretamente relacionados à exposição de uma verdade, de um fato. A produção de documentos pessoais revela características predominantemente corroborais de seus titulares, haja vista que evidenciam sua intimidade, e, portanto, suas "verdades": Uma carta de agradecimento revela um sentimento, o da própria gratidão; um manuscrito de obra releva o processo criativo. Entre suas "verdades" registradas e arquivadas, "A aplicação de procedimentos arquivísticos a esse tipo de arquivo é possível e necessário na medida em que formam conjuntos orgânicos e autênticos, representantes das atividades que lhes deram origem", ainda que desprovidas de quaisquer obrigatoriedades, ainda que remetam, singularmente, ao sentir ou ao pensar. Portanto, "(...) devem receber um tratamento arquivístico efetivo, de forma a recuperar sua unicidade, organicidade e relação entre os documentos" (Camargo, 2009 apud Campello, 2016: 73)

Em contramão às coleções de documentos particulares, “Os arquivos pessoais refletem não apenas o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como enxergam e vivem as suas vidas” (Hobbs, 2001: 128, tradução nossa). Ao aliarmos a consideração de Catherine Hobbs ao enunciado da "racionalização arquivística", notamos que um

fundo de arquivo literário, por exemplo, não deva ser constituído meramente por documentos que evidenciem a criatividade e a influência de uma personalidade nas Letras e na Literatura; antes, além dos rascunhos, manuscritos, datiloscritos e originais, é presumível que nos depararemos com suas certidões, passaportes, registros e demais títulos privados do escritor. Nesse sentido, Aritéres (1998) alega que devemos arquivar o conjunto da vida diária, as cartas que recebemos e enviamos, os contratos que assinamos e os documentos que comprovem nossa rotina. Além do mais, o autor observa que o “arquivamento do eu” não possui uma mera função ocasional; antes, um indivíduo mantém seu arquivo para reconhecimento de sua identidade e controle de sua própria vida. Em suas palavras, “Devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, preparar o futuro e, sobretudo, existir no cotidiano (p. 14).

Embora não tenham sido apreciados na construção teórica e técnica da Arquivologia, tais como foram os públicos e privados institucionais, os arquivos pessoais devem ser contemplados em sua dimensão, pois, apesar dos desafios, conforme sugere Lopez (2003: 80), seus princípios, “(...) paradoxalmente, os reforçam como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unicidade e coesão arquivística que os caracterizam”. Assim, “Em que pese à arbitrariedade que caracteriza sua produção e acumulação, estes documentos não deixam de ostentar funcionalidades típicas dos documentos de arquivo: são, também eles, instrumentos ou subprodutos de atividades ou eventos (...)” (Campos, 2017: 54). Dessa premissa, abordamos, adiante, a Diplomática Contemporânea como norte de contextualização, organização e representação de arquivos pessoais; todavia, coemos, antes, algumas das basilares questões de terminologia e funcionalidade que viabilizam a interpretação do documento em questão, o de arquivo pessoal, e sua referência a partir de uma proposta de especificação conceitual, a tipologia documental.

### **Questões de terminologia e funcionalidade em arquivos pessoais**

No domínio das Ciências da Informação procedentes da Documentação, tais como a Arquivologia, os estudos de Linguagem, Linguística Aplicada e Terminologia demonstram-se pertinentes, uma vez que por meio deles são desenvolvidos os produtos de gestão, mediação e acesso à informação em suas coleções (quadros de arranjo, vocabulários controlados, guias de acervo etc.). Particularmente, “A Terminologia é uma

área interdisciplinar que dá suporte a várias disciplinas no estudo dos conceitos e sua representação em linguagens de especialidade" (Lara, 2004: 234). Respaldamo-nos nessa área, e em sua acepção teórica e metodológica<sup>3</sup>, pois acreditamos ser, inclusive, um fator terminológico o desafio de referenciar e racionalizar, e, por conseguinte, organizar e representar a informação nos arquivos pessoais. Portanto, nesta investigação, o "conceito" em análise não é outro senão o de "documento de arquivo pessoal" na dimensão da terminologia arquivística, a "linguagem de especialidade" que nos interessa e diz respeito.

Na perspectiva da análise terminológica, faz-se necessária a distinção entre a "palavra" e o "termo", pois enquanto a "palavra" diz respeito ao uso genérico do vocábulo (o documento), o "termo" o faz de modo particular, delimitado e, portanto, especializado (o documento de arquivo, o documento de arquivo pessoal). Aliás, a principal função da Terminologia é justamente "(...) observar as unidades da língua natural e da comunicação especializada, e propor a representação de conceitos através de termos" (Lara, 2005: 16). Uma vez que a eliminação de ambiguidades está contemplada entre os objetivos formais dos estudos terminológicos, ressalvamos que sua interface com a Arquivologia se demonstra pertinente (e emergente), pois os estudos arquivísticos têm sido desenvolvidos sobre uma tríade conceitual polissêmica e, sincronicamente, indivisível, por remeter ao seu objeto de pesquisa na contemporaneidade: o documento, o arquivo e a informação.

Conforme sugerido pela norma ISO 704, a formação do "conceito" é essencial à organização do conhecimento, visto que por ela são definidos os meios necessários para o reconhecimento dos objetos e seu agrupamento em unidades significativas em um dado domínio (Lara, 2004). Portanto, na dimensão conceitual do domínio arquivístico, o "documento de arquivo pessoal" é o registro produzido ou recebido, e acumulado por uma personalidade, a proveniência, com a execução de atividades e das funções que assumir, mandatária e/ou espontaneamente. Hierarquicamente, o conceito de "documento de arquivo pessoal" (uma precisa informação registrada por e/ou sobre alguém) é subordinado ao conceito de "documento" (qualquer informação registrada). Ao caracterizarmos esse objeto, perpassamos, ao menos, a dois níveis de relação genérica: o documento é de arquivo (não é de biblioteca, tampouco de museu), e o arquivo é privado e particular (não é público, tampouco institucional). Essa relação

---

<sup>3</sup> "(...) fornece metodologia para a descrição, ordenamento e transferência do conhecimento, indicando princípios que regem a compilação, formação dos termos, estruturação de campos conceituais, uso e administração de terminologias" (ibid.).

viabiliza sua assertiva definição e, idealmente, deve nortear as medidas para sua referência, organização e representação em conformidade com a área (e linguagem) de especialidade.

Da noção de documento e da relação entre os seus conceitos (superordenados e subordinados), podemos, ainda, estabelecer equivalências na terminologia arquivística, hierarquizá-las e defini-las nesse campo. No ambiente de arquivo, o conceito geral do documento diria respeito à “espécie documental”, que é a “Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (Camargo; Bellotto, 1996: 27); o conceito específico, por sua vez, equivaleria ao “tipo documental”, que é a “Configuração que assume a espécie, de acordo com a atividade que a gerou” (p. 28). No caso dos arquivos pessoais, o termo “carta” (conceito geral, espécie documental), que representa uma mensagem escrita, datilografada ou digitada, enviada a/recebida por alguém, pode ser discriminado como uma “carta de agradecimento” (conceito específico, tipo documental), caso o destinatário/leitor (ou o arquivista) identifique que o dispositivo (a razão de ser, a função) desse documento seja, de fato, o expressar de gratidão.

O processo de subordinação do conceito de "documento de arquivo" pode ser compreendido sob uma provável perspectiva pierceana. Segundo Lara, “Uma interpretação semiótica da relação "objeto/termo/conceito" afirmaria que o termo (o signo) remete ao conceito de uma forma dinâmica, via interpretante”; além do mais, “O triângulo semiótico utiliza uma linha pontilhada entre signo e objeto para mostrar a ambiguidade desta última noção e pôr em relevo que o interpretante não é o produto fixo dessa relação” (2004: 235), sobretudo ao nos referimos ao conceito de “documento”, cujos significados são múltiplos e transcendem a área de arquivos; nela, a análise documentária aliada à análise semiótica deve contemplar, além da tríade<sup>4</sup>, a noção de “contexto”, justamente “(...) para pensar a questão da construção e recepção do signo documentário, orientando a sua delimitação e definição enquanto um signo referencial e funcional” (Lima, 1998: 102). Nesse sentido, demonstra-se substancial, a nós, o estudo da tipologia documental (signo) e a referência ao (conceito de) documento (de arquivo pessoal) pela terminologia advinda desse levantamento.

---

<sup>4</sup>Signo, significante e significado.

Ao analisarmos os quadros de arranjo<sup>5</sup> e os instrumentos de pesquisa<sup>6</sup> produzidos e difundidos pelas instituições que incorporam arquivos pessoais no Brasil, notamos que a referência aos seus registros se dá, majoritariamente, pelo seu conceito geral, ou seja, os conjuntos documentais costumam ser organizados e representados a partir da noção de “espécie”. Uma vez reconhecida a forma e observado, superficialmente, o conteúdo do documento, identifica-se, por exemplo, um amontoado de cartas, que são agrupadas em uma denominada série de "correspondências", cuja significação tange os extremos da precisão e da inexatidão, respectivamente, por duas razões: Os arquivos pessoais são, em considerável escala, compostos por documentos de correspondência diversos e; uma vez reunidos pela forma e referenciados pelo termo genérico, sua funcionalidade cede à formalidade, da qual os arquivos pessoais são desprovidos, e à tematicidade. Esses fatores penduram os desafios da racionalização arquivística, da organização e da representação desses acervos, em relação aos públicos e privados institucionais, por exemplo.

Visando o esclarecimento terminológico e funcional para a referência dos documentos de arquivo pessoal, propomos, adiante, um percurso metodológico ancorado na Diplomática revisitada pela Ciência dos Arquivos, a Diplomática Contemporânea. Pensamos que pela tipologia documental, o conceito específico do documento de arquivo, torna-se viável revisarmos as diacrônicas e sincrônicas pendências em termos de organização e representação da informação em arquivos pessoais, o que também implica, de certa forma, uma tentativa de ressignificá-los e reconsiderá-los na dimensão teórica e metodológica da Arquivologia, o domínio que lhes são devidos; afinal de contas, para além dos limiares, como ressalva Ana Maria de Almeida Camargo (2009), *Arquivos pessoais são arquivos*. "Ao reconhecer o estatuto arquivístico dos conjuntos de documentos acumulados por pessoas, a autora renova a preocupação de tratá-los na chave daquilo que constitui a essência do quefazer arquivístico: o princípio da proveniência" (Campos, 2017: 55).

### **Um percurso diplomático na organização e representação de arquivos pessoais**

Em sua abordagem clássica, a Diplomática é uma ciência que visa compreender o documento escrito e sua estrutura formal, a partir da análise dos seus elementos

---

<sup>5</sup> Na Terminologia Arquivística, os "quadros de arranjo" equivalem aos "planos de classificação" de documentos de arquivo permanente/histórico.

<sup>6</sup> Referimo-nos às bases de dados, guias, catálogos, inventários de acervo etc.

intrínsecos e extrínsecos<sup>7</sup>, com o objetivo de averiguar questões referentes a sua autoridade e autenticidade. Trata-se, portanto, de uma metodologia de análise e categorização, que divide o documento e, através das partes, critica a sua forma. Na Diplomática, a "forma" se refere ao conjunto das regras de representação utilizadas para transmitir uma mensagem via documento. Nesse sentido, referimo-nos tanto à forma intelectual (articulação da mensagem contida no documento) como à física (sua configuração, aparência) (Duranti, 2015). Em Arquivologia, o método diplomático é apropriado no processo de reconhecimento e demarcação do conceito geral do documento de arquivo e sua fórmula, a espécie, que é pré-estabelecida no discurso administrativo, jurídico e burocrático. De modo geral, a "Diplomática é uma atitude mental, uma abordagem, uma perspectiva, uma maneira sistemática de pensar sobre os documentos arquivísticos" (Duranti, 2015: 214).

Enquanto a racionalização arquivística se atém ao conjunto documental de exclusiva procedência, às relações genéticas estabelecidas sobre seus registros e o todo, e a sua funcionalidade, a crítica diplomática se atém às unidades documentais e suas conformações. Duranti afirma que "A crítica diplomática parte da forma do documento em direção à ação iniciada ou à qual o documento se refere. Esta análise visa compreender o contexto jurídico, administrativo e processual em que os documentos sob análise foram criados" (2015: 209), haja vista que a observação desse contexto interfere, substancialmente, na formulação do registro e na conferência de sua valoração em detrimento do quesito "autenticidade". Por essa razão, "A estrutura da análise diplomática é bastante rígida e reflete uma progressão sistemática do específico para o genérico" (ibid.). "Assim sendo, não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação" (Bellotto, 2002: 13). Ao comentar sobre a dinâmica da crítica, Rodriguez (2011) explica que é necessário identificar, no documento de arquivo, a autenticidade em relação à sua espécie, conteúdo e finalidade, além da datação tópica e cronológica, proveniência, tradição documental e fixação do texto.

---

<sup>7</sup> Respectivamente, os elementos internos dizem respeito à observação racional do documento, em termos de produção, trâmite e funcionalidade, à articulação do discurso documental e ao conteúdo informado; os elementos externos, por sua vez, referem-se ao formato do documento, à grafia, ao gênero e suporte de informação, aos devidos sinais de validação e à tradição documental (Cavalheiro, 2017: 139).

Etimologicamente, o "diploma" diz respeito a um "registro de duas dobras". Nuñez Contreras (1981) explica que a Diplomática estuda os diplomas e seus elementos constituintes, e que, uma vez que esses tenham se convertido em (sinônimos de) documentos, a Diplomática tem sido apropriada na construção do conhecimento arquivístico, haja vista que ela propicia instrumentalidades para averiguar o documento de arquivo do ponto de vista formal, intelectual e físico, e fundamenta o desenvolvimento de metodologias para sua referência, organização e representação. Bellotto (1991) enfatiza que à Diplomática cabe julgar os aspectos estruturais e formais dos documentos de proveniência jurídica, governamental e notarial, submetendo-os a uma sistematização imposta pelo Direito, para efeitos de validação, de modo a garantir sua legitimidade de disposição, obrigatoriedade de imposição e utilização no meio sociopolítico regido por esse mesmo Direito. Em suma, a Diplomática testa as configurações do documento e o concebe criticamente, visando atestar-lhe confiabilidade perante um dado sistema jurídico. Nesse sentido, Carucci (1987) afirma que "O objeto dos modernos estudos da Diplomática é a unidade arquivística elementar, servindo-se dos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente a sua produção, como a seus efeitos" (apud Bellotto, 2002: 17).

Neste texto, o documento referenciado é o de arquivo, e, mais precisamente, o de arquivo pessoal, o qual costuma possuir características deveras distintas se comparado, por exemplo, ao documento diplomático, uma vez que expressam, respectivamente, os extremos da informalidade e da formalidade, da imprecisão e da exatidão, da subjetividade e da objetividade. Ao conceituar o documento diplomático e reafirmar o criticismo da Diplomática Clássica, Rodrigues alega que:

O documento diplomático, na abordagem clássica da diplomática é o documento indivíduo, escrito, o qual os diplomatas analisam do ponto de vista da tradição ou transmissão, dos elementos da forma e do processo de elaboração, para se chegar a sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente (2008: 133).

Os objetivos da Diplomática estão concentrados na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos, entre o seu produtor e conteúdo, a fim de identificar, avaliar e demonstrar sua verdadeira natureza (Duranti, 1995). Na dimensão jurídica de sua vertente clássica, compreende-se o documento como um fato

jurídico que registra um fato histórico (Duranti, 1996). Segundo essa premissa, uma carta de alforria, enquanto fato jurídico, representa o fato histórico da designação da liberdade de um escravo; uma certidão de nascimento (fato jurídico) atesta a vinda do indivíduo ao mundo (fato histórico); a Constituição Federal (fato jurídico) discrimina direitos e deveres dos cidadãos brasileiros; um diploma de homenagem póstuma (fato jurídico) evidencia relevância e mérito em memória de uma personalidade (fato histórico). Eis uma sutil aproximação (e inserção) entre o (rebuscado) discurso da Diplomática Clássica, seu método crítico e a análise do documento de arquivo pessoal, indícios para o "percurso diplomático" proposto adiante.

Duranti (1996) comenta que a observação das pessoas envolvidas na produção do documento de arquivo é uma das questões primordiais na Diplomática. Segundo a italiana, ao menos três indivíduos integram esse processo: o autor, o escritor e o destinatário. O autor é o indivíduo com autoridade de validação discursiva, que usualmente coincide com o escritor, aquele que redige, de fato, o documento. O destinatário, por sua vez, é aquele a quem o ato se dirige e, portanto, sobre quem o fato jurídico recai. Na tríade *Diplomática/Documento/Indivíduo*, é interessante que enfatizemos que, tecnicamente, o *actio* é a ação que gera o registro e o *conscriptio* refere-se à decorrente materialização da informação e sua validação por quem possua a fé pública para tal. Estabelecida pela relevância jurídica observada no *conscriptio* e a forma intelectual do documento, a Diplomática lida com algumas categorias documentais, classificadas em dispositivos normativos (leis), dispositivos de ajuste (contratos), dispositivo de correspondência (cartas), testemunhais de assentamento (atas), testemunhais comprobatórios (atestados) e informativos (circulares) (Berwanger; Leal, 2008). No arquivo pessoal, apesar de comumente predominarem os dispositivos de correspondência, tais como as cartas, as correspondências e os telegramas, é possível que nos deparemos com registros dispositivos, testemunhais e informativos, justamente por não ser esse acervo uma reunião inorgânica de documentos particulares.

Ao abordar os documentos de arquivo pessoal confrontados à abordagem clássica, Rodriguez, ao citar Luciana Duranti, menciona que "(...) a diplomática pouco contribuiria aos estudos de documentos particulares, apesar de reconhecer padrões formulares na produção de documentos extremamente pessoais, como o são as cartas de amor ou diários íntimos" (2010: 84). Uma vez que esses documentos costumam ser

carregados de informalidades e subjetividades, regidos pela espontaneidade, e não pela burocracia ou ordem jurídica, via de regra, sob a ótica clássica, penoso seria submetê-los à crítica diplomática e à categorização documental. Entretanto, Duranti define uma “categoria narrativa”, na qual se encaixam os “documentos que constituem evidência de uma atividade juridicamente irrelevante, conseqüentes ou não de um ato jurídico” (1996: 54, tradução nossa). Nessa classe, parece-nos conveniente inserir os registros das ideias e dos sentimentos, típicos documentos de arquivo pessoal, em detrimento de sua verdadeira natureza. Afinal, “Hoje, este é o objetivo da Diplomática, muito mais do que simplesmente a autenticidade formal dos documentos” (Bellotto, 2002: 17).

Em Arquivologia, o “percurso diplomático” de análise documentária parte, impreterivelmente, do *respect des fonds*, e, em contramão à clássica abordagem da crítica, sua estrutura reflete uma gradação, embora também sistemática, do geral para o específico, ou seja: da proveniência aos eixos estruturais e/ou funcionais, dos eixos ao fluxo de produção, do fluxo às espécies e das espécies aos tipos documentais. Rodrigues, ao citar Bellotto (2000), comenta que o objeto da Diplomática, na linha ortodoxa, são os documentos diplomáticos, aqueles de natureza jurídica que refletem, no ato escrito e formulado, as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos. Atualmente, para além das formas, dos formatos e dos formulários, “(...) os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e, nesse sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística” (2009: 10). A Diplomática revisitada pela Ciência dos Arquivos sugere *novos usos para uma antiga ciência*<sup>8</sup>; nesse contexto, evidencia-se a Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística.

A Tipologia Documental, práxis da Diplomática Contemporânea, “(...) caracteriza-se pelo deslocamento do documento isolado para o documento orgânico. Parte do uso da Diplomática clássica, mas diferencia-se em relação ao seu objeto” (Rodríguez, 2011: 65), ou seja, o documento que é natural, orgânico, único e autêntico (o documento de arquivo), porém não, via de regra, diplomático. Nessa perspectiva, a crítica não se detém à precisão da forma documental, tampouco a sua densidade jurídica ou solenidade. Nela, o “percurso diplomático” direciona o arquivista/analista à identificação dos contextos de proveniência e produção, e à delimitação conceitual do documento em razão da atividade

---

<sup>8</sup>Fazemos menção ao texto de Luciana Duranti, de título homônimo.

(processo de trabalho) que o gerou. Se na Diplomática Clássica “a combinação específica de elementos determina o aspecto das formas documentais e nos permite distinguir, rapidamente, uma forma de outra” (Duranti, 2015: 19), na Contemporânea, a combinação dos elementos “espécie” e “atividade” nos permite distinguir um tipo documental de outro e, desse modo, especificar o conceito de documento em arquivos de naturezas quaisquer.

Portanto, a Diplomática Contemporânea “(...) é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (Bellotto, 2004: 52). Uma vez que a Diplomática Clássica se atinha à autenticidade, à forma e à tradição do documento, dirigia-se sua atenção à espécie documental, ao seu conceito geral (à ata e ao contrato, por exemplo); a Diplomática Contemporânea, por sua vez, atém-se ao porquê do registro do ato, isto é, ao processo de trabalho, ao evento que induz sua produção (à reunião e à venda, por exemplo). Atas de reunião e contratos de venda são típicos documentos de arquivo empresarial, os quais conseguimos identificar e distinguir, no contexto tipológico, com o respaldo analítico-instrumental da Diplomática Contemporânea. Em cordialidade com esse raciocínio, é presumível que os documentos produzidos, recebidos e acumulados por pessoas sejam, de igual modo, amparados pelos estudos de Tipologia Documental, apesar das tendências à informalidade e demais limiares suscitados. Afinal de contas, o método tipológico evidencia os recursos cognitivos para distinção de uma “carta de amor” para uma “carta de expressão de pêsames”; de um “convite de aniversário” para um “convite de batizado”, por exemplo. Eis uma percepção do tipo documental, que “(...) é um modelo que permite reconhecer outros documentos de iguais características que são testemunho de uma ação ou ato determinado” (Heredia Herrera, 2007: 45).

Aliás, sobre as cartas, tão recorrentes na composição dos arquivos pessoais, o conteúdo dessa espécie costuma ser denso, uma vez que o autor tende a registrar a quantidade de fatos/sentimentos (assuntos) necessários e/ou almejados. Conforme observado, em Arquivologia, o tratamento temático da informação não se sobressai à abordagem funcional, o que implica a concordância de que no documento, inclusive no particular, deva constar o número de assuntos que a mente humana permita reconhecer; todavia, sua produção ocorrera em razão de uma finalidade peculiar, isto é, espelha um exclusivo processo de trabalho. Logo, “O tipo reflete um ‘modelo perfeito’, pautado no

elo existente entre a espécie e a função geradora do documento, consequência natural do registro de uma atividade (...)” (Rodríguez, 2010: 86). Nessa condição, alegaríamos que a identificação da tipologia documental confere identidade ao documento de arquivo, público ou privado, institucional ou pessoal, corrobora sua naturalidade e unicidade e evidencia sua funcionalidade ao provar e/ou testemunhar. Portanto, na contemporaneidade, o objeto da Diplomática é menos o estudo da estrutura, forma, gênese e tradição, e mais o estudo da tipologia dos documentos (Delmas, 2010).

Em razão dos desafios, da informalidade à introspecção, Silva comenta que “(...) para o trabalho de organização de arquivos pessoais, além do conhecimento da produção documental, também é preciso proceder à análise dos documentos” (2013: 165), isto é, para além da contemplação dos elementos "espécie" e "atividade", precisamos identificar, em registros específicos, o complemento do seu dispositivo<sup>9</sup> regente, a fim de alinharmos a referência daquele documento de arquivo pessoal, em particular, com a sua devida terminologia. Para tanto, ressaltamos, conciliamos análise documental, análise tipológica e análise textual, não visando aguçá-la a tematicidade do documento; antes, acentuar sua funcionalidade. Em documentos precisamente formulados, o percurso diplomático consiste, basicamente, em reconhecer a espécie documental, aliando-a a sua atividade; em outros casos, levando-se em consideração as peculiaridades dos fundos pessoais, constatamos o dispositivo por um percurso, diríamos, mais dedutivo (do senso-comum e da tradição, inclusive) e menos diplomático, o que ocorre, por exemplo, na identificação das "cartas de amor", que são, na realidade, cartas "de expressão" de amor, e nos "manuscritos de obra", que são, factualmente, manuscritos<sup>10</sup> "de produção" literária. Ainda que omissos os dispositivos, as funções devem sempre ser explicitadas, e os tipos documentais, por conseguinte, levantados.

O “percurso diplomático” aplicado aos arquivos pessoais nos parece instigante, pois, nele, os vãos terminológicos e funcionais que impactam, diretamente, o seu processo de organização e representação, parecem ser reparados (ou amenizados), uma vez o tipo documental é “Um elemento decisivo para a identificação e para a descrição dos itens documentais e, como consequência, das séries documentais” (Heredia Herrera,

---

<sup>9</sup> Na terminologia arquivística, o “dispositivo” diz respeito ao verbo que rege e revela a função do documento.

<sup>10</sup> Os manuscritos, na realidade, não são espécies documentais; antes, um estágio da tradição diplomática. Todavia, acreditamos ser permissiva sua referência enquanto forma, em razão de serem comuns esses registros na composição das séries de “produção intelectual” em arquivos pessoais.

2007: 45). Logo, "(...) o objeto da Tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais. Utiliza-se a mesma construção diplomática para assinalar o registro do que se quer dispor ou do que já foi cumprido sobre a mesma função" (Bellotto, 2002: 20). Na dimensão conceitual, identificar o tipo documental significa subordinar o dispositivo do documento à forma, referenciar o documento de arquivo com a evocação de sua unicidade; na dimensão pragmática, conferir identidade ao documento, chamar o documento pelo nome, de modo que se dinamizem, adiante, as etapas do processamento intelectual de seus conjuntos. Dessa premissa, acreditamos serem pertinentes as considerações acerca do "percurso diplomático" em face aos desafios apresentados pelos arquivos pessoais à Arquivologia: por ele, permite-se (re)construir os contextos de proveniência e organicidade, de modo que documentos espelhem, de fato, a vida pública, privada e a carreira de seus titulares; tende-se à solução da problemática da organização (arranjo documental em grandes e contraditórias classes) na representação (descrição e referência); dinamiza-se o processo de recuperação da informação, tornando-o mais objetivo, ainda que trate de documentos subjetivos.

Ao analisarmos alguns quadros de arranjo de arquivos pessoais, notamos ser usual a incorporação de uma denominada série de "documentos particulares", uma reunião temático-formal de documentos que alegam o exercício da cidadania, os direitos e os deveres de um indivíduo, seus títulos e méritos. Tomemos como referência a espécie documental "certificado", que, na esfera conceitual superordenada, é um documento diplomático testemunhal comprobatório, formulado e assinado por autoridade competente, a fim de alegar o cumprimento do ato administrativo ou jurídico que tanja a uma conclusão, quitação ou garantia. Caso recorrarmos à Diplomática Contemporânea para analisar os documentos da série em evidência, é provável que identifiquemos, por exemplo, um "certificado de conclusão de curso", um "certificado de reservista", "um certificado de batizado/batismo" etc. Assim, "Quanto mais se conhece o fundo, mais apurado se apresenta o trabalho científico de classificação (...) e descrição, visando, por meio das funções e atividades, a contextualização da produção documental" (Trancoso; Silva, 2013: 3). A dilucidação funcional, decorrente da tipologia documental e da subordinação terminológica, permite que revisemos e, portanto, reconsideremos a lógica dos processos de organização e representação da informação em fundos, cujas proveniências são pessoas.

A reunião de documentos de arquivo em classes definidas por eixos temáticos e/ou formais propende à omissão de seu encadeamento contextual e compromete seus sentidos de uso (na esfera da recuperação e da apropriação), o que é evidente, sobretudo, ao relevarmos que "Os arquivos pessoais apresentam muitos documentos, cuja configuração da informação não está padronizada, e que desafiam os profissionais que lidam com a representação da informação" (Silva, 2013: 173), bem como sua organização. Acreditamos que pelo "percurso diplomático" emirjam novas possibilidades para a (re)definição ou, ao menos, compreensão das séries constituídas nos arquivos pessoais, conferindo-as maior refinamento e precisão do ponto de vista terminológico e funcional. Nesse sentido, ressaltamos, "A arquivística vem utilizando a diplomática, por meio da tipologia documental, nos processos de organização de documentos de arquivo e na construção de séries orgânicas" (Trancoso; Silva, 2013: 3). Assim, ao pensarmos, por exemplo, nos "certificados" diversos arranjados em "documentos particulares", denominaríamos, decerto, uma (sub-)classe de "trajetória acadêmica" para contemplar os "certificados de conclusão de curso", os "certificados de mérito acadêmico", os "certificados de participação em eventos científicos", os "certificados de apresentação de trabalhos acadêmicos" e demais tipos documentais afins. Alinhado a esse raciocínio, o "certificado de dispensa de incorporação" poderia ser arranjado com os demais documentos de identificação do titular, para os quais, nos pareceria conveniente pragmática e semanticamente) a designação da classe "documentos particulares".

Trancoso e Silva reiteram que os documentos encontrados nos arquivos pessoais refletem a individualidade e a subjetividade, de acordo com a área de atuação de seus titulares, exigindo do arquivista "atenção redobrada" na contextualização desses documentos de acordo com as atividades desempenhadas pela personalidade ao longo de sua vida. Logo, "Para se contextualizar um arquivo, é fundamental a identificação dos tipos documentais" (2013: 3). O levantamento de tipologia documental em arquivos pessoais nos parece um "fio condutor" no esclarecimento de várias das questões de terminologia e funcionalidade que mantiveram, diacronicamente, esses acervos aquém da dimensão teórica e metodológica da Arquivologia. Retomemos ao caso das "correspondências": Supomos que, na série, haja vinte cartas e que, pelo "percurso diplomático" proposto, percebamos que algumas delas são "cartas de agradecimento", e outras "cartas (de expressão) de pêsames"; nessa perspectiva, aderiríamos a seguinte

interpretação contextual: A personalidade é a proveniência; o fundo contém, ao menos, dois grupos funcionais, "vida privada" e "carreira"; no escopo da "vida privada", contemplaríamos a classe "correspondências passivas" e, subordinada a ela, a sub-classe de "cartas de expressão de sentimentos" para a disposição lógica dos referidos documentos, cujas funções são expressar ora gratidão, ora condolências.

De acordo com Oliveira, "a identificação da tipologia documental ajuda na análise do conteúdo, demonstrando o laço entre o produtor dos documentos e seu trabalho, sua vida pessoal e familiar, suas relações de amizade e lazer. Para tal, é preciso uma abordagem investigativa" (2012: 83), de caráter biográfico (e bibliográfico), que defina as conjunturas da vida pública e privada, da carreira profissional e acadêmica e da personalidade do titular como equivalências dos eixos funcionais que, idealmente, devem refletir e, por conseguinte, dinamizar as medidas de organização e representação de seus registros, esses que, por sua vez, "(...) traduzem valores, opiniões, preferências e hábitos de seu produtor, constituindo-se em uma fonte alternativa de possibilidades para a pesquisa" (Trancoso; Silva, 2013: 6). Assim, caso lidemos com o arquivo de um modernista, o escritor é o fundo; a "vida privada" e a "carreira literária" são (dois dos possíveis e) prováveis grupos funcionais; "documentos particulares" é uma das séries documentais aliadas à "vida privada", e "produção intelectual" à "carreira literária"; em "produção intelectual", é presumível que agreguemos uma sub-classe de "manuscritos (de criação de) obras", uma de "notas de revisão", outra de "minutas de tradução", etc. Conforme sugere Bellotto (2008), o conhecimento prévio das atividades e das competências de uma instituição ou pessoa, bem como sua tipologia documental, é indispensável à organização e disseminação de seu arquivo.

Diante do exposto, notamos que a Diplomática Contemporânea dispõe de eficazes recursos para o esclarecimento terminológico e funcional dos documentos de arquivo, e, no caso dos arquivos pessoais, "o uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que (...) é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias" (Camargo; Goulart, 2007: 2). A tipologia documental, portanto, nos parece um sugestivo parâmetro para a (re)consideração dos diacrônicos desafios de contextualização, organização e representação desses acervos, apesar de seus apesares. No cenário brasileiro, desde o final da última década, a proposta de

racionalização arquivística, análise tipológica e arranjo e descrição funcionais na dimensão dos arquivos pessoais vem sendo defendida, por exemplo, com os relatos de Camargo e Goulart (2007), em *Tempo e Circunstância: A abordagem contextual dos arquivos pessoais*, Oliveira (2012, em *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais* (2012) e Campos (2017), em *Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática*.

### **Considerações finais**

Neste texto, discorreremos acerca dos desafios e perspectivas entorno aos arquivos pessoais no domínio da Arquivologia, recorrendo à abordagem dos princípios elementares de racionalização arquivística para compreender (e reafirmar) a noção de proveniência e organicidade na composição desses conjuntos, os quais devem, portanto, ser (pois, de fato, o são) reconhecidos como objeto de investigação e práxis da área, apesar da imprecisão formal de diversos de seus registros e da diacrônica marginalização teórica e metodológica voltada à organização e representação dos mesmos. Devido a esse distanciamento do cetro arquivístico, os documentos procedentes de personalidades foram, tradicionalmente, incorporados em museus, centros de memória e bibliotecas, instituições de custódia em que, apesar de híbridas, prevalecem as práticas de tratamento temático da informação, essas que, por sua vez, desfazem o senso da racionalização arquivística e de quaisquer tentativas de acoplamento dos arquivos pessoais em seu devido domínio: a Ciência dos Arquivos. Eis uma “empreitada” (quase) cinquentenária.

Dentre as consequências desse deslocamento dos arquivos pessoais em relação ao escopo da Arquivologia, seus princípios e métodos, percebemos a moderada desenvoltura na formulação dos quadros de arranjo e descrição, os quais muito se assemelham, inclusive, àqueles aderidos na França do século XIX: temáticos, simplistas e pouco significantes na perspectiva da funcionalidade e da usabilidade, eixos predominantes e mandatórios na (devida) organização e representação de arquivos de quaisquer proveniências. Abordamos também a problemática da questão funcional como decorrência de uma generalização terminológica ao referenciar o documento de arquivo pessoal sem, antes, contextualizá-lo. Observamos que nos modelos tradicionais, que ainda vigoram, esse documento é, além de referenciado, organizado e representado,

essencialmente, por seu conceito geral, que, na linguagem de especialidade que nos diz respeito (a Terminologia Arquivística), se refere à espécie, cuja designação advém da percepção da forma documental. Defendemos que, nos arquivos pessoais, as formas, os formatos, os formulários e as formalidades são facultativas, visto que o titular executa o registro e o acúmulo do que e como desejar, além das demais intervenções que a constituição do fundo costuma receber.

Por fim, sugerimos a Diplomática Contemporânea como o parâmetro de contextualização, revisão da (e perspectivas de) organização e representação de arquivos pessoais, resgatando-os, de antemão, à dimensão arquivística. Constatamos que o "percurso diplomático", partindo, essencialmente, do *respect des fonds*, nos permite esclarecer terminológica e funcionalmente o documento de arquivo pessoal, de modo a nomeá-lo conforme o seu conceito específico que, na Terminologia Arquivística, equivale ao tipo documental. Do percurso diplomático ao levantamento tipológico, propusemos reflexões e (re)considerações para um esquema de organização e representação funcional em arquivos pessoais, cujo desenvolvimento depende, a priori, da racionalização arquivística, do processamento intelectual por eixos funcionais, equivalências e deduções, no caso dos registros de menor formalidade, e da consideração às peculiaridades dos acervos em análise. É, portanto, necessário o aprofundamento do tema "arquivos pessoais" na pesquisa em Arquivologia e na apropriação de seus princípios e métodos, próprios e subjacentes, tais como os da Terminologia e da Diplomática (Clássica e Contemporânea).

## Referências

- ARTIÉRES, P. Arquivar a Própria Vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. L. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer).
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Diplomática e de Paleografia**. 3. ed. rev. amp. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, n. 1, p. 26-39, 2009.

CAMARGO, A. M. de A; BELLOTTO, H.L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, A. M. de A; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: IFHC, 2007.

CAMPELLO, L. O. S. Abordagem funcional de arquivos pessoais: reflexões a partir do Arquivo Epifânio Dória. **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 24, n. 2 [32], p. 65-90, jul./dez. 2016.

CAMPOS, J. F. G. Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática. In: GARCÍA, N; SILVA, M. C. S. de M. e (Orgs). **Archivos personales**: experiencias de organización y gestión. Córdoba: Redes, 2017.

CAVALHEIRO, M. U. Os limiares do arquivo pessoal na Arquivologia: da Diplomática Clássica à Identificação Arquivística. **Páginas A&B**, Lisboa, v. 1, n. 7, p. 134-146, ago./dez. 2017.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-175, jan./jun. 1998.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago.1986.

DUCROT, A. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 151-168, 1998.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vasquez. Carmona: S&C. (Biblioteca Archivística, 5), 1996.

DURANTI, L. Diplomática: Novos usos para uma antiga ciência (Parte V). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015.

HEREDIA HERRERA, A. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, jul./dez. 2007.

HOBBS, C. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-135, 2001.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

LARA, M. L. G. **Elementos de terminologia**. (Apostila para uso didático). São Paulo: ECA/USP, 2005.

- LIMA, V. M. A. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. 1998. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Comunicações e Artes - USP, 1998.
- LOPEZ, A. P. A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, jul./dez. 2003.
- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- NUÑEZ CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial, 1981.
- OLIVEIRA, L. M. V. de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2010.
- OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.
- OLIVEIRA, L. M. V. de; MACÊDO, P. L. P.; SOBRAL, C. C. de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, mar. 2017.
- RODRIGUES, A. C. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. A Responsabilidade Social da Ciência da Informação**. João Pessoa: Idea, 2009.
- RODRIGUEZ, S. M. T. **O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)**. 2010. 283 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2010.
- RODRIGUEZ, S. M. T. Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental. **Scire**, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 55-64, jan./jun. 2011.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SILVA, M. C. M. e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.18, n.3, p.160-174, jul./set. 2013.
- THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.
- TRANCOSO, M. C. D.; SILVA, M. C. S. de M. e. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 2, p. A03, 2013.

## **INDÍCIOS NOS ARQUIVOS PESSOAIS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PAPEL DE SALETE NAVARRO NA PRESERVAÇÃO DO ACERVO NEWTON NAVARRO**

**Dayane Ponciano de Lima**

O objetivo desse texto é apresentar algumas reflexões que surgiram durante o tratamento técnico e pesquisa realizada com os documentos do arquivo pessoal do artista plástico e escritor potiguar, Newton Navarro Bilro (1928-1992). Inicialmente, faremos uma apresentação sobre a instituição de custódia que recebeu a doação desse arquivo. Apresentaremos o contexto histórico sob o qual viveu o personagem desse arquivo, seus espaços de convivência e atuação profissional. No entanto, daremos destaque, especialmente, às ações empreendidas pela esposa do titular do arquivo, Maria Salete Navarro Bilro, que assumiu o papel de ser a “guardiã da memória” (Gomes, 1996). Salete foi uma agente direta no processo de acumulação dessa documentação e, após o falecimento do seu esposo, trabalhou para manter a conservação do seu arquivo como forma de perpetuar a imagem do artista através desses documentos. Diante das interferências realizadas na elaboração desse conjunto documental e da criação de uma memória laudatória de Newton Navarro, refletiremos sobre a construção de um “arquivo a várias mãos” e da defesa de um “legado” do artista (Heymann, 2009).

### **O centro de documentação e a sua missão**

Nos últimos seis anos, professores ligados ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN têm coordenado trabalhos de pesquisa e de tratamento técnico junto ao acervo do Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza - CEDOC. A instituição, fundada em 2003, é responsável pela custódia de arquivos pessoais de personalidades que tiveram destaque na política, nas letras e arte, produzidas no estado Rio Grande do Norte, e também de arquivos institucionais sobre atividades

desenvolvidas pela Secretaria Extraordinária de Cultura (Fundação José Augusto - FJA), órgão responsável pela administração do CEDOC. Por meio da FJA foram estabelecidos convênios com a UFRN e a Universidade Potiguar - UnP (uma instituição privada de Ensino Superior no estado), a partir dessas parcerias, professores e alunos bolsistas da Graduação e Pós-Graduação em História dessas duas Universidades, têm se dedicado à pesquisa e à organização dos arquivos pessoais sob guarda do CEDOC.

Segundo Angela de Castro Gomes (2004), as últimas décadas do século XX são marcadas pelo aumento do número de instituições para abrigar os arquivos privados, e crescimento do debate em torno das produções biográficas. Seguindo esse movimento, o CEDOC foi criado com a finalidade de ser um “lugar de memória” (Nora, 1993) para os norte-rio-grandenses. O Centro de Documentação assumiu a responsabilidade de funcionar como um espaço de preservação da memória potiguar. Para isso, foi aplicada uma política de aquisição de fundos documentais de indivíduos que obtiveram notoriedade em função da sua atuação política ou intelectual no estado. Sobre o conceito de “lugares de memória”, Nora afirma:

A razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar no tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido no mínimo de sinais. (Nora, 1993: 22)

As políticas de tratamento e preservação de acervos das instituições de custódia do Rio Grande do Norte, ainda são muito rudimentares. O trabalho realizado pelos historiadores junto ao acervo do CEDOC tem como objetivo principal catalogar esses materiais e garantir que o acesso a essa documentação seja realizado de maneira segura. No entanto, prosseguir com o trabalho de organização de arquivos pessoais tão ricos de conteúdo e de diferentes tipologias documentais, não é uma tarefa fácil e rápida. A falta de investimento na estrutura das instituições, as mudanças na gestão dos órgãos públicos e necessidade de contratação de profissionais com experiência para esse tipo de trabalho, é um desafio que se apresenta.

Com a atuação dos pesquisadores da UFRN e Unp, foi realizada até o momento a catalogação de cinco arquivos pessoais. Dentre os arquivos pessoais catalogados temos o fundo Newton Navarro Bilro (1928-1992), que chegou a instituição no ano de 2014.

### **Histórico do produtor do arquivo**

Newton Navarro Bilro nasceu no dia 08 de outubro de 1928 em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Viveu sua infância e adolescência na capital natalense, estudando em instituições de ensino renomadas. Aos 17 anos Navarro mudou-se para a cidade de Recife a fim de concluir o curso colegial, e logo depois, ingressar na Faculdade de Direito, como desejavam os seus pais. Porém, a experiência de vivenciar outro ambiente e a aproximação que Newton teve com intelectuais e artistas pernambucanos foram decisivas para que o mesmo escolhesse seguir uma formação artística.

A Recife da década de 1940 era um grande ponto de reunião de intelectuais e grandes artistas. No período em que esteve morando na capital, Navarro teve acesso a personalidades como Gilberto Freyre, Francisco Brennand, e foi aluno de Lula Cardoso Ayres na Escola de Belas Artes do Recife. A convivência entre intelectuais e literários pernambucanos, apontava os caminhos pelos quais seguiria o jovem Newton. Após a formação na Escola de Belas Artes, Navarro teve a chance de presenciar uma exposição do modernista Cícero Dias. Essa exposição é considerada o ponto crucial para o início da carreira de Navarro e o que lhe daria motivação para organizar o movimento da Arte Moderna em Natal. A experiência em Pernambuco também proporcionou o contato de Navarro com pessoas ligadas ao Movimento de Escolinhas de Arte do Brasil. Posteriormente, o artista fundaria em Natal a Escolinha de Arte Cândido Portinari - EACP, com o mesmo modelo pedagógico seguido pelo movimento nacional.

Navarro retornou a Natal em dezembro de 1948 e realizou uma exposição individual no *1º Salão de Arte Moderna* do Rio Grande do Norte. O movimento de Arte Moderna na capital potiguar teve início durante um período no qual a cidade passava por diversas transformações em seu cotidiano. Existiam várias galerias de arte e salões de exposições e Newton também tinha uma boa relação com o núcleo de intelectuais potiguares, formado por personagens como Luiz da Câmara Cascudo, Zila Mamede e Veríssimo de Melo. Natal vivenciava uma experiência de efervescência cultural deixada pela ocupação americana durante o período da Segunda Guerra Mundial. A cidade atravessava um processo de urbanização que, segundo o historiador Arthur Torquato, se assemelhava “à política de urbanização que vinha ocorrendo no Rio de Janeiro, desde a gestão de Pereira Passos, nos primeiros anos de 1900” (Torquato, 2011: 14). Esse foi então o ambiente propício para Navarro iniciar sua carreira.

Navarro também se destacou por outros elementos peculiares, como o seu estilo de vida boêmio, autenticidade e despreendimento dos bens materiais. Sobre essa última peculiaridade, Azevedo (2013) comenta sobre a existência de um hábito constante em presentear amigos com suas obras, ou cobrar uma quantia muito reduzida em relação ao real valor da obra. A autora também destaca a pouca estabilidade financeira do artista, cita como exemplo as diversas mudanças de residência em diferentes bairros, morando em todos eles em casas de aluguel. Veio adquirir casa própria já nos últimos anos de vida.

Convivia na companhia de pescadores, rendeiras e donos de bares. Seus espaços de sociabilidade eram os bairros da região portuária como o bairro das Rocas, Ribeira, Santos Reis e a Praia da Redinha, esses espaços de convivência eram cenários que contribuíam com o afloramento da criatividade de Navarro para a produção de suas obras de arte, crônicas e contos.

Tanto nas suas obras de arte quanto nas produções literárias, descrevia a paisagem da cidade de Natal, as manifestações culturais e o cotidiano simples do homem sertanejo. Newton também teve importante atuação na imprensa norte-rio-grandense, escreveu diversas crônicas para o jornal *A República*, com conteúdos que transmitiam ao leitor do jornal, um pouco do cotidiano natalense a partir das experiências observadas nos espaços frequentados pelo cronista. “As crônicas de Newton Navarro constituíam um material destinado ao consumo diário do leitor. O autor escrevia, pois, de forma clara, direta e simples” (Freitas e Arrais, 2013: 1-2).

As décadas de 1950 a 1970 foram as mais representativas para sua carreira artística. Navarro realizou exposições em várias capitais brasileiras como Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Nessas outras cidades também matinha uma rede de contatos com artistas e intelectuais, como por exemplo, Jorge Amado e com a família do pintor Cândido Portinari. Expôs na Europa na década de 1960 e em 1975, participou de uma exposição coletiva em Washington. O artista atuou como pintor, professor de arte e escritor, tendo publicado livros de contos, poesias, crônicas e a novela *De Como se Perdeu o Gajeiro Curió*, uma das suas obras de maior destaque. Navarro destacou-se com a atividade de escritor, e em 1967 foi indicado para a cadeira de número 37 da Academia Norte-Riograndense de Letras.

Mesmo com todo sucesso alcançado durante esse período, os últimos anos de atividade foram marcados por diversas pausas. Essas interrupções eram relacionadas ao

seu frágil estado de saúde. Famoso pelo seu estilo de vida boêmio e pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o pintor sofria com crises hepáticas ou renais, que o deixavam fora de atividade. Os últimos anos em que esteve ativo profissionalmente foram assim. Passou seus últimos anos na companhia de sua esposa, o pintor não deixou filhos e faleceu em março de 1992.

### **O arquivo pessoal Newton Navarro**

A documentação acumulada junto ao arquivo pessoal de Navarro chegou ao CEDOC passados mais de 20 anos do falecimento do pintor. O arquivo já tinha passado por algumas tentativas de organização (que detalharemos mais adiante) que não obtiveram sucesso. Inicialmente, o CEDOC recebeu a doação dos documentos que se encontravam na residência do sobrinho de Salete Navarro. Essa parcela do arquivo estava em bom estado de conservação, e era constituída basicamente por cadernos de anotação, pelas crônicas publicadas em jornais, iconográficos, cadernos de desenho, cartas, telegramas, encartes de divulgação sobre as exposições, documentos sobre a Escolinha de Arte Cândido Portinari, calendários e cartões comemorativos ilustrados com desenhos ou pinturas de autoria do artista, cartões postais e documentos pessoais.

O contato com essa parcela da documentação nos permitiu perceber que para além da dedicação às artes plásticas, o artista inclinava-se muito à atividade da escrita. Grande parte do seu arquivo é composta por documentos escritos à mão. Em meio a esses, encontramos desde anotações aleatórias, até versões completas de contos, novelas e peças de teatro produzidas pelo artista.

Posteriormente, recebemos a doação do restante do arquivo que estava localizado na antiga residência do pintor. Essa parte do arquivo estava bastante deteriorada, devido ao período em que a casa esteve fechada, e pelos efeitos causados pela umidade, calor, poeira e proliferação de fungos. Os documentos provenientes da segunda doação eram em sua grande maioria, constituídos por documentos bibliográficos, tratava-se da biblioteca do pintor e da sua esposa. Mais de 1.400 livros da biblioteca particular do artista foram identificados. Junto com a biblioteca, também chegaram ao Centro de Documentação diversos itens tridimensionais (pinceis, paletas, esculturas de autoria do artista e outros instrumentos utilizados para pintura), revistas de arte e cultura, e jornais com notícias sobre suas exposições, entrevistas com Navarro e outras menções ao artista.

Todo esse conjunto documental reúne registros desde a adolescência de Newton Navarro, passando por todo seu período de atividade profissional, até os documentos acumulados postumamente ao arquivo. É perceptível o cuidado em documentar a trajetória de vida do artista, principalmente os registros que dizem respeito à sua atuação profissional. O exercício de arquivamento pode estar atrelado a uma tentativa de construir uma memória sobre si. Philippe Artières apresenta esse exercício como uma intenção de biografar-se.

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. [...] Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. [...] nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. (Artières, 1998: 11)

No entanto, as intervenções mais visíveis no conjunto dos documentos do arquivo, não dizem respeito à ação do produtor, mas sim às ações de sua esposa, Salete Navarro. Direcionaremos a partir de então o foco desse texto para a atuação de Salete enquanto colaboradora e organizadora dos documentos que compõem o arquivo pessoal Newton Navarro.

#### **A colaboração de Salete Navarro na acumulação do arquivo**

Maria Salete de Souza (1931-2007) casou-se com Newton Navarro no ano de 1980, e desde então, passou a adotar o sobrenome do esposo. Porém, os primeiros registros que temos conhecimento sobre a presença de Salete na vida do artista, datam da década de 1960, momento em que, segundo sugere a jornalista Sheyla Azevedo (2013), a pedido de Newton, Salete participou de um curso intensivo no Rio de Janeiro para formação de educadores da Escolinha de Arte do Brasil.

Como já mencionado anteriormente, Navarro teve contato com o Movimento de Escolinhas de Arte durante sua temporada em Recife na década de 1940, assim sendo, em 1962 o artista criou a Escolinha de Arte Cândido Portinari e Salete passou a ser sua grande colaboradora nesse projeto, pois a mesma já tinha acumulada uma experiência anterior com atividades pedagógicas na Escola Doméstica de Natal.

Iniciadas as atividades da EACP, Salete assumiu a coordenação da escola, tornando-se responsável pela pedagogia adotada na instituição e pelas turmas de alunos. Vicente Vitoriano Carvalho, em sua pesquisa sobre pedagogia da arte no Rio Grande do Norte dá ênfase para a participação de Salete na estruturação da Escolinha de Arte em Natal. De acordo com autor, “teria sido Salete Navarro, [...] o “cérebro pedagógico” da EACP. Salete, e não Navarro, é que sistematizou um estudo sobre arte na educação no Curso Intensivo de Arte e Educação da EAB, em 1961” (Carvalho, 2001: 3, grifo do autor).

Para além das funções administrativas na EACP, Salete assumiu o lugar de amiga e secretária particular de Navarro, tendo controle das agendas, do faturamento com as vendas das obras do artista, entre outras funções administrativas, antes mesmo do casamento entre os dois. Pelas mãos de Salete passaram toda produção documental gerada da trajetória de vida de Navarro. Salete não foi produtora direta, pois os documentos do arquivo foram originados a partir das atividades do seu esposo e fazem menção a ele, mas imprimiu a sua marca na configuração final do arquivo, deixando diversos indícios de suas intervenções nesses documentos.

Ao obtermos contato com os documentos do fundo documental é perceptível a intervenção de Salete na organização dos materiais do arquivo, principalmente o cuidado em relação aos jornais, registrando as datas, corrigindo dados que por ventura estivessem incorretos, destacando trechos que fizessem menção a Newton. Também anexava mais informações aos documentos, descrevendo sobre qual ocasião aquele documento se referia, identificando pessoas, inserindo locais e datas dos acontecimentos.

Salete tinha a condução de todas as questões referentes a Newton. Era o ponto de concentração dos eventos que marcaram a vida de Newton Navarro. Ela era a figura constante na maior parte da sua trajetória como artista, e o auxiliava em todas as questões.

Segundo Angela de Castro Gomes, “Ser guardião torna-se um ‘projeto’” (1996: 22, grifos da autora). Ao assumir a função de “guardar a memória” de Navarro, Salete passou a atribuir aos documentos do arquivo um valor simbólico e de representação da trajetória do artista. Ainda segundo a autora:

Os “objetos de memória” são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais, etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos o próprio grupo. Tais objetos podem ser,

assim, um bom exemplo do que Pierre Nora consagrou, em sua metodologia, com a designação de “lugares da memória”. (Gomes, 1996: 21, grifos da autora)

Quando nos referimos a arquivos de homens públicos, é comum termos a interferência de mulheres próximas, como esposas ou secretárias na administração desses documentos. A acumulação desses fundos passa a configurar-se como coletiva. Assim como afirma Luciana Heymann, “o processo de seleção e ordenamento dos documentos é muitas vezes um empreendimento coletivo, especialmente no caso de homens públicos, para quem secretárias e colaboradores podem ser agentes decisivos do processo” (Heymann, 2005: 47).

A atuação de Salete na acumulação desses documentos ultrapassa inclusive o próprio período de atividade de Navarro, pois mesmo após o falecimento do artista, Salete continuou com a prática de reunir materiais que diziam respeito à memória do seu esposo, como também acumulou variados documentos relacionados às homenagens póstumas. Várias celebrações religiosas e exposições foram realizadas a pedido de Salete como forma de homenagear o esposo. Geralmente eram eventos realizados nas datas do aniversário de falecimento de Newton, e do aniversário natalício do mesmo. Nos documentos do arquivo estão presentes vários cadernos com planejamento desses eventos, contatos telefônicos das pessoas que eram avisadas da ocasião, toda programação do que seria feito e lista das obras que seriam expostas.

Após o falecimento do artista, ela passou a ser a representante oficial de Newton, a responsável por prosseguir com o seu legado e guardar a sua memória. Essa função de guardiã das memórias de Navarro estava associada à Salete, pois a mesma ocupava a posição de uma testemunha privilegiada, a que pôde conviver com o produtor do arquivo e que detinha as informações particulares sobre a intimidade desse sujeito.

O guardião ou mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um 'narrador privilegiado' da história do grupo a que pertence e sobre qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as 'marcas' do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros grupos (vivos e mortos) quanto porque é o 'coleccionador' dos objetos materiais que encerram aquela memória. (Gomes, 1996: 21, grifos da autora)

Em diversos momentos, Salete Navarro manifestou o desejo de assegurar a boa conservação dos documentos do arquivo de Navarro. Nos registros presentes no fundo,

notamos que Salete buscava apoio com profissionais que pudessem auxiliá-la na gestão daqueles materiais. Membros da UFRN, da Fundação José Augusto e colegas de Newton Navarro são mencionados ou aparecem como executores de ações para preservação do arquivo.

Um exemplo dessas ações é a existência de em livro de tomo no arquivo pessoal de Navarro, com os títulos pertencentes á biblioteca de Newton Navarro. Esse levantamento foi realizado entre os anos de 1993 e 1994, e serviu de auxílio para os pesquisadores do CEDOC durante o trabalho de identificação das obras. Na época, os profissionais da FJA, contabilizaram 1765 exemplares da biblioteca particular de Newton. Cerca de 350 a mais, se compararmos com a quantidade atual presente no acervo do CEDOC.

Diante desses fatores, devemos considerar que o arquivo de Newton Navarro foi uma construção coletiva e com várias interferências. A documentação que atualmente está sob guarda do CEDOC, chegou ao Centro de Documentação com diversas intervenções de profissionais que pensaram sobre o arquivo de Newton Navarro e contribuíram com a organização exercida por Salete.

### **Salete Navarro e a tentativa de institucionalizar a memória de Newton Navarro**

Creio que a principal ação de Salete na tentativa de manter viva a memória sobre Newton Navarro, tenha sido o processo de institucionalização dessa memória, através da criação de uma Casa de Cultura que levaria o nome do seu esposo. Esse espaço seria a configuração ideal de um lugar de memória concreto, e de associação imediata ao legado e à trajetória de vida do seu esposo.

Salete ao planejar a construção da Casa de Cultura Newton Navarro - CCNN, mesmo que não fosse de maneira intencional, estava tentando projetar a imagem do esposo através de uma construção que representasse o seu legado pelas gerações futuras. Era a tentativa de “driblar o esquecimento que a morte encerra” (Heymann, 2009: 139).

Newton Navarro nos seus últimos anos de vida vivenciava o isolamento de um homem quase que esquecido, e que enfrentava um longo período de enfermidade. “Doente, vivendo com sua esposa na Rua dos Potiguares, no bairro de Nazaré, Newton já não recebia tantas visitas” (Azevedo, 2013: 147). Em alguns depoimentos divulgados pela imprensa, era nítida a insatisfação da viúva de Navarro com a maneira como a memória

de Newton estava sendo tratada e pela falta de incentivo do Estado para preservação do legado deixado pelo artista.

Os primeiros registros que fazem menção à criação de uma Casa de Cultura são referentes ao ano de 1993, quando Salete passou a se reunir com colegas de Navarro e a definir os objetivos e finalidades que a instituição pretendia atender. Inúmeros foram os esforços para a construção do local, tentativas de conseguir um prédio para funcionamento da sede da instituição, parcerias estabelecidas com departamentos da UFRN, busca de apoio com secretarias do governo do estado, até solicitações de compra de imóvel junto a Arquidiocese de Natal.

Durante boa parte dos anos 1990, Salete e colaboradores que apoiavam a ideia da Casa, pensaram no modelo que a instituição deveria adotar. Existia um cronograma de atividades para estruturação do projeto da CCNN, esse cronograma listava atividades como organização do espaço físico, catalogação de quadros, de livros ilustrados por Navarro, da biblioteca particular, dos livros e crônicas de autoria de Navarro, dos estudos e ensaios, das peças teatrais, e por fim, planejavam a elaboração de um catálogo geral dos documentos e elaboração do estatuto da CCNN.

Através da criação da CCNN, Salete buscava a legitimidade e reconhecimento histórico de Newton Navarro como uma personalidade a ser lembrada na cidade de Natal. A instituição chegou a ser registrada em cartório e contava com uma lista de sócios contribuintes, porém nunca conseguiu funcionar em uma sede fixa. Em novembro de 2001 Salete e alguns colegas do seu esposo se reuniram e fundaram a Casa de Cultura Newton Navarro e formaram uma comissão diretora encabeçada pela esposa do artista. A instituição passou a funcionar na residência onde Salete morava. A casa também foi o local onde Newton viveu os seus últimos dias. Os espólios de Navarro estavam organizados nessa residência que funcionou como a CCNN por pelo menos cinco anos, até o momento da viúva do artista ser acometida por enfermidades.

Mesmo com um curto tempo de atividade, a CCNN funcionou como uma casa/museu aberta à visitação do público. Algumas exposições também foram organizadas, principalmente a partir de parcerias firmadas com departamentos de cursos da UFRN.

Todos esses esforços para construção de um espaço de guarda do patrimônio deixado pelo artista aliam-se a ideia de defendida por Nora, de que os lugares de

memória são gerados a partir da percepção de uma ausência da memória espontânea. Para suprir essa lacuna apresenta-se a necessidade de “se criar arquivos, [de] que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993: 13). “E nesses “lugares”, tanto da memória coletiva quanto individual, pretende-se a cristalização do tempo” (Fraiz, 1998: 67, grifos da autora).

A institucionalização da figura de Newton Navarro o colocaria na posição de uma pessoa célebre e trabalharia a questão da construção de identidades em torno da sua memória. A busca pela legitimidade da trajetória de um personagem faz parte de “uma idéia que confere à vida individual uma importância até então desconhecida, tornando-a matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros” (Gomes, 2004: 12).

O ato de tornar institucional a trajetória de um indivíduo pode ser tomado como uma indicação de monumentalização da memória do personagem. Ações desse tipo são percebidas em torno de figuras que possuíram algum tipo de prestígio em meio à sociedade, geralmente surgem por meio de iniciativas dos herdeiros que anseiam pela criação de um lugar que possa:

Resgatar, preservar e divulgar a memória do personagem, constituindo-se em um espaço para a evocação de sua imagem e a atualização de sua trajetória, lembrada e ressignificada em trabalhos acadêmicos, exposições, eventos e comemorações. O acervo do titular, por meio desse processo, é aproximado da noção de “legado” histórico, inserindo-se no universo dos bens simbólicos reunidos sob a chancela do “patrimônio” ou da “história” nacionais. (Heymann, 2005: 50)

Ainda sobre as ações de Salete em torno de um discurso laudatório sobre o seu esposo, temos um evento que foi colocado em segundo plano aqui em nossa discussão, mas que também merece ser mencionado. Trata-se da construção da ponte estaiada, localizada na capital natalense, que possibilita um rápido trajeto entre as Praias do Forte e da Redinha. A tal ponte foi batizada com o nome de “Ponte de Todos - Newton Navarro”. O projeto inicial de construção da ponte é referente ao ano de 1992. Em meio a diversos escândalos envolvendo superfaturamento e após mudanças de gestões do Governo do Estado, a obra de construção da ponte foi retomada apenas no ano de 2004.

Enquanto se desenrolavam as questões burocráticas sobre a construção da ponte, Salete, juntamente com algumas pessoas ligadas ao jornalismo e à produção cultural no estado, liderou uma campanha que reivindicava o batismo da ponte com o nome de Newton Navarro. Foi uma longa discussão que envolveu outros setores da sociedade.

Em entrevista ao jornal *Diário de Natal*, Salete Navarro afirmou ter encabeçado uma campanha de abaixo assinado para que o nome do marido fosse homenageado através daquela construção. Salete conseguiu recolher milhares de assinaturas em apoio à escolha do nome de Newton Navarro para a ponte Forte-Redinha. Essas assinaturas estão no conjunto do arquivo pessoal de Navarro. Foram catalogadas mais de 200 páginas referentes ao abaixo assinado.

O processo de construção da Ponte de Todos - Newton Navarro durou mais de uma década. Em alguns momentos acreditou-se que essa obra não sairia do papel. Salete acompanhou todas as etapas de edificação da ponte, a escolha do nome do seu marido, porém acabou não presenciando a sua inauguração definitiva. Compreendemos essa ação como mais uma tentativa de perpetuar a imagem do esposo através da cristalização da memória do mesmo nesses espaços.

### **Considerações finais**

O arquivo pessoal de Newton Navarro Bilro se apresenta como uma importante fonte para compreensão sobre o cotidiano da cidade do Natal em meados do século XX. O titular desse arquivo transitou por vários espaços tendo atuado politicamente e se configurado como um agitador cultural em uma capital que estava começando a respirar novos ares de modernidade. O produtor desse arquivo pessoal teve uma trajetória intensa e repleta de histórias interessantíssimas que poderiam render outras tantas discussões. Porém, o nosso escopo com esse texto era dar destaque, sobretudo, à atuação da sua esposa Salete Navarro, que por vezes assumiu o papel de coadjuvante nessa história, mesmo sendo uma figura ativa durante a trajetória de vida do pintor.

A relação de Salete com Newton foi muito duradoura, tanto como companheira de trabalho e secretária pessoal, quanto como esposa. Muitos materiais foram gerados após a morte do pintor. Exposições eram organizadas, lançamentos de obras, homenagens ao artista. Todos esses eventos acarretaram uma grande acumulação nos anos seguintes a sua morte.

As ações da esposa do produtor tanto nas interferências realizadas no conjunto do arquivo, quanto nas ações para criação de um espaço a fim de abrigar esse acervo, está associada a uma tentativa de evitar que a memória do personagem em questão caísse no esquecimento, fosse deturpada. Era clara a preocupação de Salete para que os registros sobre o seu esposo não fossem perdidos. Para isso era preciso resguardar, divulgar, republicar, expor esses materiais.

Era necessário criar uma identificação da sociedade para com aquele personagem em exposição. A preservação da memória de forma institucionalizada é um ato político que estabelece um discurso em relação ao passado e tem a capacidade de criação de identidades. Um dos objetivos a serem cumpridos pela CCNN era a retomada das atividades da Escolinha de Arte Cândido Portinari. No contexto de criação da Casa de Cultura, experiências semelhantes de escolas de arte voltadas para crianças estavam sendo desenvolvidas no estado, inclusive pela própria Secretaria de Cultura. Acreditamos que o fato da reativação da EACP ser colocado como um dos principais objetivos da CCNN estava atrelado à missão da Casa de Cultura em prosseguir com os trabalhos desenvolvidos pelo patrono da instituição e de “avançar em suas conquistas, empunhar suas bandeiras. [...] Nesse sentido, as instituições - e seus gestores- funcionam como agentes de mediação entre o passado (história, memória, acervo) e o presente (ação política)” (Heymann, 2005: 52).

Como mencionado no início desse texto, as décadas finais do século XX foram marcadas pelo surgimento de instituições de guarda. Tanto a Casa de Cultura Newton Navarro, como o Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza, foram pensados durante esse contexto de valorização das memórias individuais e da “celebração do eu” - que se positiva em nossos dias pela profusão de escritas pessoais, relatos de testemunhos, publicações bem sucedidas de biografias e autobiografias” (Cunha, 2015: 255).

O CEDOC, por sua vez, tem assumido o papel de guardar a memória de personalidades potiguares e das manifestações culturais consideradas patrimônio do Rio Grande do Norte, através do tratamento dos seus arquivos. Os arquivos de pessoas custodiados por essa instituição se constituem como fontes importantes para pesquisas sobre de biografias e trajetórias, como também sobre o processo de “escrita de si” e do exercício de arquivar a si próprio. É natural do ser humano arquivar-se, até mesmo para se reconhecer através daqueles registros, como sugere Artières (1998). A acumulação

referente ao arquivo pessoal Newton Navarro, não apresenta apenas o arquivamento do produtor do arquivo. As ações executadas por Salete Navarro na produção desse fundo, a transformou numa colaboradora que também registrou sua própria história nesses documentos.

## Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998.

AZEVEDO, Sheyla. **Navarro um anjo feito sereno**. Ensaio biográfico sobre Newton Navarro. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 45, p. 26-39, jul-dez. 2009.

CARVALHO, Vicente Vitoriano Marques. **Bom dia, crianças!** Aspectos do ideário pedagógico da Escolinha de Arte Cândido Portinari. I Colóquio Nacional da AFIRSE - seção brasileira. 2001.

CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 251-279.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: USP, 2009.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, jul. 1998.

FREITAS, Viltany Oliveira; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; **Boemia na praia: memórias e crônicas de Newton Navarro**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364729548\\_ARQUIVO\\_BoemianapraiamemoriasecrônicasdeNewtonNavarro.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364729548_ARQUIVO_BoemianapraiamemoriasecrônicasdeNewtonNavarro.pdf)>. Acesso em: 01 Dez. 2017.

GOMES, Angela de Castro. A Guardiã da memória. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 17-30, jan-dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, jul-dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro**. 2009. 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. **O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração de Sylvio Pedroza (1946 - 1950)**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

## **A SOBREVIVÊNCIA DA MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO EM CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO ARQUIVO PESSOAL DO ARTISTA SÉRVULO ESMERALDO**

**Vinícius Marangon**

Ao estudarmos técnicas e procedimentos de conservação preventiva buscamos formas eficientes de ampliar a vida útil de materiais que pretendemos preservar. Existem inúmeros estudos sobre esse assunto, sejam eles mais gerais de caráter introdutório, sejam mais específicos que tratam, por exemplo, de um suporte em particular, ou de determinados fatores e agentes de deterioração.

Além desses títulos podemos citar ainda aqueles que discutem o conceito de conservação, a função do conservador e sua atuação nas instituições. São estudos que abordam metodologias e procedimentos de higienização e acondicionamento adequados para determinados suportes, bem como pesquisas sobre os mesmos e como tais descobertas proporcionam discussões que contribuem tanto para o desenvolvimento da própria disciplina, quanto para as demais. A bibliografia sobre conservação é, portanto, vasta e traz uma série de discussões que além de auxiliar o pesquisador em seus estudos, mostra como a disciplina se desenvolveu e amadureceu ao longo do tempo.

A pesquisa em conservação preventiva ultrapassa o estudo dos materiais para discutir também os motivos pelos quais uma instituição preserva um determinado acervo, considerando ser impossível preservar toda produção humana. É necessário refletir sobre os fundamentos que justificam a seleção realizada pelas instituições de salvaguarda documental, como neste caso, o Instituto de Arte Contemporânea, que detém o arquivo pessoal do artista Sérvulo Esmeraldo.

O Instituto de Arte Contemporânea desenvolveu e aplicou diversos métodos e procedimentos de conservação com a finalidade de preservar a documentação do artista, tendo registrado todo o processo. Tal atividade é necessária, pois além de preservar a memória institucional do IAC, divulgar as suas ações, e mostrar a posição que o instituto

ocupa no âmbito da conservação, serve também como exemplo para que demais pesquisadores, profissionais da conservação e instituições de salvaguarda documental tomem conhecimento dos métodos, procedimentos e adversidades do IAC, para assim estabelecer um diálogo no qual tais ideias sejam compartilhadas.

### **Conservação preventiva: um estudo**

De acordo com Gäel de Guichen (1995), a conservação preventiva pode ser entendida como o conjunto de ações destinadas a assegurar a salvaguarda ou a aumentar a esperança de vida de uma coleção, ou de um objeto, sendo que cada um deles necessita de um tratamento específico dependendo de seu suporte e estado de conservação.

Ao longo do tempo, diversos estudos sobre conservação preventiva foram desenvolvidos por múltiplos pesquisadores. São pesquisas que tratam dos mais diferentes suportes, seu tratamento e acondicionamento adequado, bem como diversas análises a respeito da própria disciplina, que definem desde o que é a conservação, até o papel do conservador e seu campo de atuação.

No que diz respeito às análises sobre um determinado tipo de suporte, podemos citar autores como Mosciaro (2009), Reilly (1986), Valverde (2004), Cartier-Bresson, Koch e Flukinger (2002), que desenvolveram estudos relevantes sobre a conservação de fotografias apresentando-nos diversas técnicas de higienização, acondicionamento e armazenamento, e ressaltam a necessidade de pesquisa tanto sobre o material fotográfico utilizado, quanto sobre as diversas técnicas de revelação da imagem. Segundo esses autores, tais estudos são fundamentais, pois, justamente, instruem o conservador sobre a aplicação das técnicas corretas de higienização e acondicionamento da documentação:

A crescente conscientização da história da fotografia e da necessidade por melhores métodos de preservação devem fornecer um novo ímpeto de exploração na conservação de fotografias. A exata composição e estrutura das primeiras técnicas fotográficas não são bem conhecidas como deveriam ser. (...) Aplicações mais sofisticadas podem determinar quais metais estão presentes, indicar a natureza das camadas sensíveis e os métodos utilizados pelo fotógrafo. (Cartier-Bresson, 2002: 1)

Além disso, o estudo sobre a composição dos materiais e métodos usados na produção dos objetos revela uma série de questões que auxiliam nas pesquisas realizadas por historiadores da arte, arqueólogos e curadores. Segundo Giacomo Chiari e Marco Leona (2005), as definições a cerca dos materiais e técnicas utilizados por determinado

artista, por exemplo, são uma expressão da sociedade em que vivia. Quando as informações escondidas em torno da técnica são reveladas, uma janela se abre para o período no qual o objeto foi criado. Dessa forma, a conservação focada no aspecto material dos trabalhos e iluminado pelo elo entre a mão e a sociedade que o cria, desempenha um importante papel no esforço de contextualizar a obra de arte e com isso poder revelar aspectos que tangem desde sociais, políticos e econômicos de um determinado período histórico.

Sendo assim os conservadores exercem uma dupla função, quer seja no aspecto técnico - no qual o trabalho está voltado para execução e busca de metodologias de tratamento e acondicionamento de documentos - quanto de pesquisas que se debruçam no estudo dos materiais e técnicas utilizados na sua produção - que auxiliam no melhor tratamento das coleções e no de entendimento do período no qual ele está inserido.

### **A sobrevivência da memória**

#### **Por que este e não aquele?**

Quando pensamos em conservação preventiva a discussão não se delimita às técnicas e procedimentos que devem ser utilizados nos diferentes suportes a fim de prolongar sua vida útil. Se avaliarmos a vasta produção material realizada pelo homem ao longo do tempo, podemos perceber que é impossível preservar toda a sua criação. Consequentemente há a necessidade de triagem a qual leva à problemática de tomada de decisões a respeito dos critérios que justifiquem a preservação de determinados documentos em detrimento de outros.

No artigo *The future of conservation* essas questões são discutidas pelo autor Jeffrey Levin (1991):

As definições para aquilo que deve ser conservado, assim como essas definições são formuladas, são assuntos de análise e debates contemporâneos. Nós tendemos a selecionar objetos “significantes” para conservação. Mas a crítica está agora por vezes nivelado que essa “significância” é determinada nas bases dos valores culturais. Por que, por exemplo, as pinturas européias têm recebido maior atenção para a conservação do que objetos etnográficos africanos? Alguns afirmam que a noção do que constitui “significante” é muitas vezes baseada em valores e ideias ocidentais. Quem pode escolher o que é valioso e em que grau? Pode o valor financeiro ditar o que será conservado? E os próprios materiais, tem eles próprio influenciado decisões? Nós, por exemplo, selecionamos objetos para serem conservados que sejam inerentemente mais estáveis e portanto mais fáceis de conservar? (Levin, 1991: 2)

Sendo assim o autor aponta a existência de diversos critérios que podem justificar as tomadas de decisão no momento de triagem, podendo eles ser de caráter político, econômico e cultural que dão àqueles objetos o valor “significante”. São decisões, portanto, influenciadas por um jogo político, econômico e social dentro de um contexto histórico específico que ditarão quais documentos serão preservados para a posteridade.

Um complemento para essas ideias pode ser visto em *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*, escrito por Waldisa Rússio Guarnieri e publicado originalmente em 1990. De acordo com a autora:

(...) musealizamos os testemunhos do homem e do seu meio, seja do meio físico (natural), seja do meio transformado pelo homem (de que a urbanização é o exemplo mais claro). Na verdade, não musealizamos todos os testemunhos do homem e do seu meio, natural ou urbanizado, mas aqueles traços, vestígios ou resíduos que tenham significação. (Guarnieri, 2010: 204)

A citação acima completa a de Jeffrey Levin (1991) destacando que não é possível preservar todos os vestígios produzidos pela humanidade, que é necessário fazer opções e estabelecer critérios de seleção, sendo justamente um desses critérios, a seleção daqueles que possuem algum tipo de significação. Ainda segundo a autora:

(...) Na medida em que esses significados entram para a nossa hierarquia de valores, ou seja, de simples “coisas” (res) passam a bens, transformam-se em patrimônio (conjunto de bens) e em patrimônio cultural. (...) Há os que preservam por saudosismo; há os que preservam com a finalidade de valorizar ou evidenciar bens de uma escala muito subjetiva e particular, e há os que preservam para manter registros informativos, porque toda ação carece de uma informação anterior. (id.: 208)

De acordo com Guarnieri (1990), existem diversos motivos que levam a preservação de determinados objetos, motivos esses que legitimam tais ações uma vez que receberam um significado. A partir do momento em que esses materiais adentram ao acervo, abandonam a categoria de meras “coisas” e transformam-se em patrimônio, visto que tais objetos perdem suas funções originais pois são ressignificados pela instituição que os percebe então como vestígio, prova, lembrança, identidade, ou outro valor que os justifique naquele conjunto.

Baseado nas análises acima percebemos que devido à impossibilidade em se preservar toda a produção humana é necessário fazer opções daquilo que será mantido para posteridade. Para isso existem múltiplos critérios de seleção que são influenciados por diversos fatores, sejam eles de cunho político, econômico, social, ou pessoal. Dessa

forma precisamos compreender quais os parâmetros adotados pela instituição na qual estamos dispostos a pesquisar, para com isso entendermos os motivos que levaram a salvaguarda daquelas coleções.

Tendo isso em mente é possível questionar quais seriam os critérios adotados pelo Instituto de Arte Contemporânea que justificam a escolha pela preservação da documentação do artista Sérvulo Esmeraldo.

### **O Instituto de Arte Contemporânea (IAC) e sua relação com Sérvulo Esmeraldo**

O Instituto de Arte Contemporânea (IAC) é uma instituição sem fins lucrativos, voltada para a preservação, pesquisa e divulgação de arquivos pessoais de artistas de caráter construtivo<sup>1</sup>.

Por meio de seu atendimento a consulentes, a disponibilização de seu banco de dados online, a realização de exposições e o desenvolvimento e distribuição de catálogos, o IAC promove, disponibiliza e democratiza o acesso a uma linha específica da arte contemporânea brasileira e dissemina o conhecimento a todas as camadas da sociedade sem distinção.

O Instituto possui atualmente a salvaguarda de sete arquivos pessoais de artistas, sendo eles de Sérgio Camargo, Willys de Castro, Sérvulo Esmeraldo, Lothar Charoux, Luiz Sacilotto, Hermelindo Fiaminghi e Iole de Freitas, os quais se encontram completamente higienizados, digitalizados e disponíveis para consulta no banco de dados, excetuando os dois últimos, visto que são os mais recentes. Vale dizer que suas atividades estão voltadas para o tratamento e pesquisa dessas coleções, bem como realizar cursos, palestras e participar de eventos de arte e museologia.

O IAC recebe diariamente pesquisadores, curadores, artistas e estudantes que tem por interesse se aprofundar na questão da arte construtiva brasileira. Geralmente buscam conhecer as atividades da instituição, visitar a exposição e adquirir suas publicações.

---

<sup>1</sup> "Entende-se por arte construtiva uma linhagem da produção artística que tem como orientação o emprego da geometria euclidiana, ramo da matemática que estuda as figuras (formas, dimensões) e sua ocupação no espaço. (...) De forma mais pontual a arte construtiva é compreendida como uma ramificação das vanguardas européias do início do século XX, de cunho abstrato (ou abstratizante), cuja concepção implica uma adesão a princípios racionais para lidar com assuntos específicos da pintura, como o plano, a linha e a cor". (Arte Construtiva na Pinacoteca, 2014: 12).

### A trajetória de Sérvulo Esmeraldo

Sérvulo Esmeraldo nasceu na cidade do Crato, interior do estado do Ceará, em 27 de fevereiro de 1929. Terceiro filho do casal Zaira Cordeiro Esmeraldo e Álvaro Esmeraldo, Sérvulo é um artista plural que explorou ao longo de sua carreira as diversas linguagens plásticas, sendo considerado escultor, gravador, ilustrador e pintor.

Em 1948, morando em Fortaleza, frequentou a Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP) e manteve contato com Inimá de Paula (1918-1999), António Bandeira (1922-1967) e Aldemir Martins (1922-2006). Nessa época produziu monotípias, pinturas e xilogravuras.

Em 1951, Sérvulo realizou uma exposição individual de pintura (monotípias) na Sociedade de Cultura Artística do Crato e participou do VII Salão de Abril, com quatro monotípias, e do Salão Paulista de Arte Moderna, com xilogravuras, na Galeria Prestes Maia. Além disso, nesse mesmo ano, trabalhou na montagem da 1ª Bienal de São Paulo.

Em 1955, Sérvulo passou a fazer cartazes e ilustrações para capas de revistas como *São Paulo Magazine* e *Revista do Teatro Amador*, além de ser também ilustrador no jornal *Correio Paulistano*. Nesse ano realizou também suas primeiras provas de gravura em metal sobre zinco. No ano seguinte, Sérvulo promoveu sua primeira exposição individual no Clube dos Artistas e Amigos das Artes com o título *39 Gravuras de Sérvulo Esmeraldo*, e participou da XIV Trienal de Milão.

Em 1957, o artista promoveu uma nova exposição individual de gravuras, dessa vez no Museu de Arte Moderna de São Paulo, com o título *30 gravuras de Sérvulo Esmeraldo*. No mesmo ano, mudou-se para a capital francesa em virtude de uma bolsa de estudos que ganhou do governo francês para estudar na École Nationale Supérieure des Beaux-Arts e passou a estudar gravura em metal com Johnny Friedlaender (Silésia, Prússia, 1912 - Paris, 1992).

Na década de 1960, deixou de se dedicar exclusivamente à gravura e passou a experimentar outras linguagens como o tridimensional e a arte cinética. Em 1962, produziu os primeiros trabalhos cinéticos, criando dois anos mais tarde os *Excitáveis* - objetos cinéticos feitos de acrílico, que reagem ao toque do espectador. No mesmo período, realizou as primeiras esculturas em aço escovado e na década de 1970 uma série de esculturas em plexiglas. Durante esse período participou de diversas exposições em Paris, Lyon e Montibéliard, França; Zurique e Genebra, Suíça; Nottingham, Inglaterra;

Oregon, Estados Unidos da América. Ao longo do período em que esteve na Europa, Sérvulo Esmeraldo teve contato com outros artistas brasileiros que lá residiam como: Sergio Camargo, Lygia Clark, Rossini Perez e Arthur Luiz Pisa.

Em 1978, retornou ao Brasil e realizou diversos trabalhos de arte pública, como o *Monumento ao saneamento básico de Fortaleza* (1977/1978), na praia do Náutico, o painel na Assembléia Legislativa de Fortaleza<sup>2</sup>, *Monumento ao Jangadeiro* (1992), em Fortaleza, entre outros. Ao longo desses anos participou de diversas exposições em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, São Luís (Amaral, 2011).

Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, Sérvulo Esmeraldo participou de diversas exposições individuais no Brasil e na Europa. Em São Paulo com sua exposição retrospectiva na Pinacoteca do Estado de São Paulo, em 2011; na Galeria Raquel Arnaud, em 2012, intitulada *Simples como o triângulo* e no Instituto de Arte Contemporânea - IAC, em 2014, intitulada *O arquivo vivo de Sérvulo Esmeraldo*. Em 2013 na Pinakothek Cultural, na cidade do Rio de Janeiro; em 2016 na sua cidade natal intitulada *A linha, a luz, o Crato* e em 2017, ano de seu falecimento, na Beurret & Bailly Auktionen, na Basiléia, Suíça.

Sejam desenhos, esculturas ou gravuras, ao longo de toda a sua vida Sérvulo Esmeraldo deu continuidade ao seu trabalho, produzindo ao longo dos anos um vasto material artístico e arquivístico. Parte desse material, principalmente o período em que residiu na Europa, encontra-se salvaguardado e disponível para pesquisa no Instituto de Arte Contemporânea, desde 2014.

### **A conservação do legado de Sérvulo Esmeraldo**

Conforme abordado, segundo Guarnieri (2010), muitas instituições preservam para manter registros informativos, porque toda ação carece de uma informação anterior, portanto, preservar a documentação do artista Sérvulo Esmeraldo é fundamental para a sociedade brasileira. Primeiramente no que diz respeito ao fomento à pesquisa, uma vez que devidamente higienizada e acondicionada, é possível que estudantes, pesquisadores, curadores e o público em geral pesquisem e gerem conhecimentos sobre o artista e a arte construtiva brasileira, além de proporcionar uma maior divulgação e disseminação do conhecimento de um período bastante específico da nossa arte.

---

<sup>2</sup> Esse painel não existe mais.

Além disso, desenvolver os procedimentos de conservação dessa documentação e torná-la disponível ao público por meio de uma instituição como o IAC, é um meio de preservar a memória da arte brasileira e democratizar o acesso ao conhecimento, à cultura e à educação.

Dessa forma se tivermos em mente a missão do Instituto de Arte Contemporânea e a trajetória artística de Sérvulo Esmeraldo, é possível entender porque é interessante para o IAC receber a documentação pessoal desse artista e dispor-se a aplicar as devidas técnicas de conservação almejando a sua preservação e divulgação.

Para o Instituto de Arte Contemporânea, deter uma documentação como a de Sérvulo Esmeraldo em seu acervo é, portanto, lógico e fundamental para que a instituição justifique, dê continuidade e expanda as suas atividades.

#### **O estudo de caso: tratamento e acondicionamento do acervo**

Entendido os motivos que levaram o IAC a preservar o arquivo do artista Sérvulo Esmeraldo, é preciso compreender quais métodos e procedimentos foram adotados pela instituição a fim de prolongar a vida útil daquela documentação e qual embasamento teórico foi utilizado para justificar as técnicas aplicadas. Além disso, é importante conhecer os problemas e desafios enfrentados pela instituição no que tange sua conservação.

O arquivo pessoal do artista Sérvulo Esmeraldo chegou ao IAC em setembro de 2013. Proveniente de Paris, esse arquivo permaneceu fechado por mais de quarenta anos em virtude do retorno do artista para o Brasil no começo da década de 1980. O trabalho de conservação preventiva foi longo e minucioso, cuja divisão ocorreu em cinco etapas:

#### **1ª etapa: Recebimento das caixas**

A primeira medida adotada ao receber as caixas do acervo documental de Sérvulo Esmeraldo foi deixá-las em ambiente seguro, limpo, protegido da luz e de variações de temperatura e umidade por cerca de três dias. Tal medida foi indispensável para que a nova documentação, ainda embalada, se adaptasse às novas condições ambientais.



Acervo documental do artista ainda embalado  
Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

## **2ª etapa: Abertura das caixas e averiguação do grau de conservação**

Examinou-se o grau de conservação da documentação e a manifestação de pragas e a contaminação de outra natureza. Caso fossem detectadas, a documentação deveria permanecer isolada em quarentena e receber as medidas cabíveis, tais como: atmosfera modificada<sup>3</sup>, radiação ou congelamento (FRONER; SOUZA, 2008) a fim de que o problema fosse solucionado. Como não foi detectado nenhum problema dessa natureza, foi possível seguir para a próxima etapa.

## **3ª etapa: Triagem da documentação e higienização prévia**

Realizou-se a triagem da documentação e o levantamento prévio dos itens da coleção. A documentação foi separada de acordo com os suportes e realizou-se uma higienização superficial, utilizando pincéis de cerdas sintéticas (nylon) e naturais (orelha de boi), telas e aspirador de pó de baixa potência (SPINELLI, 1991).

---

<sup>3</sup> Consiste na redução de oxigênio, aumento de dióxido de carbono e uso de gases inertes, principalmente argônio e nitrogênio. O procedimento é feito por meio da introdução dos objetos em compartimentos lacrados tais como bolhas, plásticos ou câmaras, conectados em dois sistemas no qual um retira o oxigênio e o outro introduz o gás. (Froner; Souza, 2008: 25)



Triagem da documentação  
Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

#### **4ª etapa: Execução de técnicas de conservação preventiva e acondicionamento final**

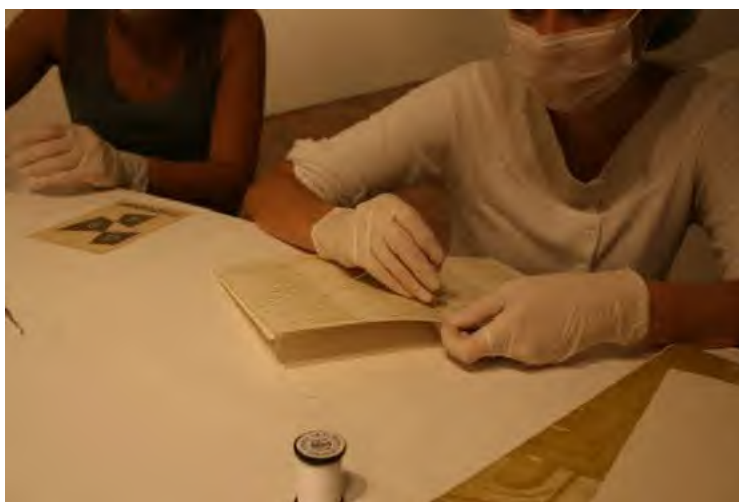
Realizou-se a higienização minuciosa de toda a documentação. Nessa etapa foram higienizados todos os documentos individualmente. Para a retirada de poeira da documentação textual utilizaram-se trinchas e pincéis de cerdas sintéticas (nylon) e naturais (orelha de boi) (Cassares, 2000), para obras (quadros, desenhos, gravuras e etc) e fotografias (papel e filme fotográfico) foram utilizados pincéis de cerdas de pelo de cabra – apropriados para esse tipo de documentação (Filippi; Lima; Carvalho, 2002).



Higienização com pincéis de cerdas sintéticas e macias  
Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

Paralelamente a esse trabalho realizou-se a desmetalização dos documentos que possuíam grampos e cliques de metal que enferrujam, corroem e prejudicam a estrutura do papel. Essa remoção foi fundamental e para isso, foram utilizados bisturis, que também foram empregados na remoção de excrementos de insetos.

Feita a desmetalização, para que as partes dos documentos não se perdessem ou ficassem soltas, foi preciso costurá-los com linha de algodão. Tal técnica permite que além das partes permanecerem unidas, o algodão não deteriora nem agride a documentação.



Costura dos documentos com linha de algodão  
Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

Além da retirada de grampos e cliques de metal, retiraram-se também as fitas adesivas. Com o tempo, além de essas fitas envelhecerem e ressecarem, a sua cola prejudica a estrutura do papel, logo, no lugar delas, usou-se uma fita própria de PH neutro, pois além de colar novamente as partes, essa fita não agride a documentação. Essa fita também foi necessária na realização de pequenos reparos, como no caso de rasgos (Cassares, 2000).



Reparo com fita de PH neutro  
Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

Encerrada toda essa etapa minuciosa de higienização, desmetalização e demais técnicas de conservação, pôde-se acondicionar o arquivo em jaquetas de poliéster com papel cartão alcalino. Tais jaquetas além de retardarem a deterioração dos mesmos, propiciam uma acomodação favorável que lhes garantem a proteção contra rasgos e dobras.



Acondicionamento da documentação em jaquetas de poliéster e papel neutro.

Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

Em seguida, as jaquetas foram armazenadas em caixas próprias para arquivos forradas com papel alcalino e de revestimento externo em material sintético. Tais caixas acomodam perfeitamente essas jaquetas de modo que elas não se movimentam dentro

dela, além de impedirem a deterioração da documentação e a entrada de luz (Cassares, 2000).



Caixas próprias para arquivo revestidas de material neutro  
Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

Feito isso, o acervo pôde ser acondicionado na reserva técnica onde permanecerá permanentemente, visto que é o local mais seguro e adequado para a sua preservação. Nela é permitida somente a entrada de pessoas autorizadas e todo seu ambiente interno é controlado e monitorado.

O controle e monitoramento climático do espaço são feitos por meio de um termoigrômetro, *datalogger*, ar condicionado e desumidificador. Esses dois primeiros equipamentos medem, gravam e geram gráficos da temperatura e umidade do local que deve permanecer a 20º C de temperatura e 50% de umidade relativa<sup>4</sup>. As informações geradas a partir desses equipamentos auxiliam no monitoramento do espaço, pois além de mostrarem as medições presentes, apresentam um histórico das variações climáticas gerando assim informações que auxiliam no controle do espaço. As condições climáticas são ajustadas através de um ar condicionado - que mantém a temperatura do ambiente - juntamente a um o desumidificador - que retira o excesso de umidade do ar (Froner e Souza, 2008).

---

<sup>4</sup> Apesar de a documentação do arquivo ser bastante heterogênea, tanto em gênero documental, quanto de suporte, optou-se por estabelecer essa temperatura e umidade, pois ela representa um valor médio que não agride a documentação e preserva a sua integridade material.

Todo o ambiente é também controlado e monitorado por câmeras de segurança. Em caso de arrombamento, alarmes são acionados e através de um aplicativo no celular a equipe responsável é imediatamente acionada.

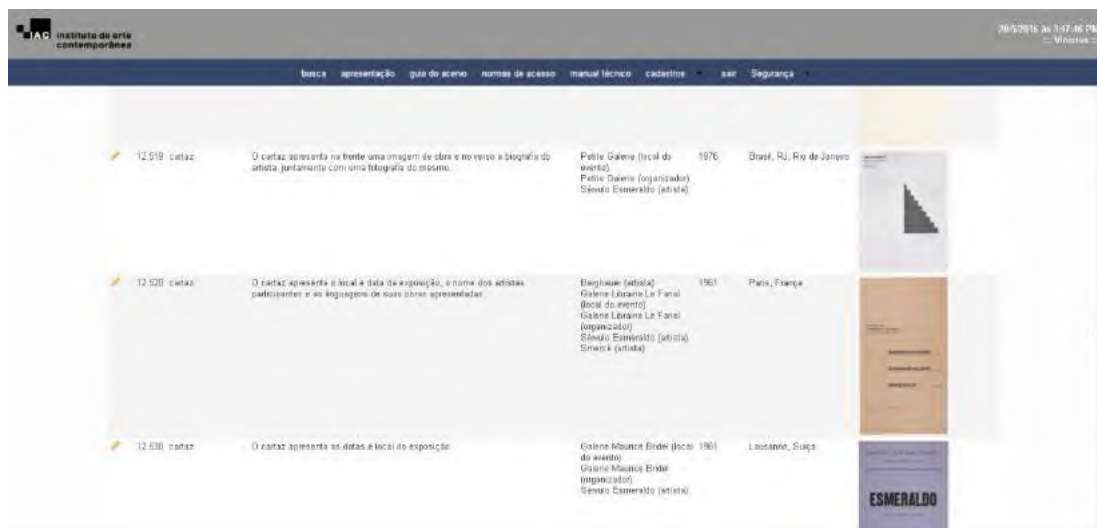
A reserva técnica do IAC não é muito ampla, o que dificulta a circulação de pessoas e o transito da documentação. Ela possui um armário deslizante de metal que além de auxiliar na otimização do espaço, não oferece o risco de ataque de insetos xilófagos à documentação como pode ocorrer em estantes em madeira.

Tanto as paredes quanto a porta da reserva técnica são corta-fogo, porém não há detectores de fumaça nem um sistema de extintores que poderiam eliminar o foco de incêndio. Porém, pelo fato da instituição estar inserida no prédio do Centro Universitário Belas Artes, o IAC pode contar com as ações de sua brigada de incêndio.

#### **5ª etapa: Digitalização e catalogação da documentação.**

Tendo em vista a disponibilização e democratização ao acesso desse material para o público em geral e para as demandas internas e externas da instituição, realizou-se a digitalização e catalogação do acervo documental do artista no banco de dados da instituição.

Com relação à digitalização do acervo, todos os documentos foram digitalizados tendo por matriz uma extensão em TIFF a 400 DPI. Tal arquivo permite que o documento seja visto em alta qualidade e publicado com nitidez em catálogos, livros e periódicos. Além desse arquivo, outras duas versões foram geradas: uma em JPG e outra em PDF. O JPG tem mera função ilustrativa na página de pesquisa do banco de dados, já o PDF permite que o consulente tenha acesso ao documento pesquisado em boa qualidade de leitura também nessa mesma página.



Página de pesquisa no banco de dados  
 Fonte: Instituto de Arte Contemporânea – IAC



Arquivo em PDF do documento consultado  
 Fonte: Instituto de Arte Contemporânea - IAC

Tal atividade, além de facilitar o acesso à documentação do artista, permite que os mesmos fiquem o maior tempo possível dentro da reserva técnica não tendo a necessidade de serem retirados de seu ambiente controlado, exceto em casos onde seja necessária e solicitada a consulta ao documento físico. Essa política é importante pois a mudança de temperatura e umidade pode ocasionar rachaduras e craquelamentos, em virtude da contração e dilatação do documento.

A catalogação do acervo é um processo em andamento. O arquivo possui um total de 8.800 documentos dos quais uma parcela já se encontra devidamente catalogada<sup>5</sup> e disponível no banco de dados do IAC.

Sendo assim, graças ao material digitalizado, bem como aos metadados propostos, pensados e desenvolvidos pela equipe de pesquisadores e pela diretoria técnica do instituto, o banco de dados do Instituto de Arte Contemporânea permite uma consulta informativa e eficiente a todos os consulentes, cumprindo assim a sua missão de disponibilizar e dar acesso à informação.

### **Considerações finais**

Tendo em mente o que foi apresentado, podemos refletir na importância desse processo e na preocupação na preservação dessa documentação, pois no final das contas, qual a relevância em se investir tempo, dinheiro e equipe no tratamento de um arquivo pessoal?

Garantir a preservação do arquivo pessoal de um artista como o de Sérvulo Esmeraldo, como o de qualquer outro, é garantir sobretudo a permanência de fontes de pesquisa. No caso de Sérvulo Esmeraldo, preservar seus estudos, projetos, esboços, cartas, fotografias, maquetes e etc., é preservar as fontes que dão margem a uma gigantesca gama de pesquisas que levam a uma maior compreensão e divulgação de um período específico da história da arte brasileira.

Através de seus projetos e estudos é possível pesquisar, por exemplo, todo o processo criativo do artista. Vislumbrar quais caminhos foram adotados e o raciocínio utilizado para a criação e confecção de suas obras.

Por meio de suas cartas, trocadas tanto com seus familiares, quanto com galeristas, instituições culturais e outros artistas, o pesquisador pode adentrar no universo cotidiano e profissional do artista e descobrir em qual contexto histórico, econômico, social e cultural ele e seus contemporâneos estavam inseridos.

Através das fotografias de exposição é possível, por exemplo, visualizar as técnicas expográficas utilizadas na época, ou seja, conceber a maneira como suas obras eram expostas e quais os recursos eram utilizados.

---

<sup>5</sup> Usou-se o termo "devidamente catalogado", pois todos os documentos inseridos no banco de dados seguem as regras estabelecidas no manual de preenchimento.

O universo e as possibilidades de pesquisa são, portanto, infinitos, contudo, nada disso será possível se esse material não estiver bem preservado seguindo as regras da conservação que garantem sua longevidade. Por outro lado, não adianta ter um acervo documental bem preservado se ele não estiver organizado e acessível ao público, visto que não estar ao alcance da população é o mesmo que não existir.

Sendo assim a preservação e a acessibilidade devem ser concomitantes pois elas é que garantem a sobrevivência de uma memória, e fazer com que essa documentação esteja sempre acessível e disponível para consulta a todos aqueles que queiram um dia pesquisá-la é o nosso compromisso e portanto a nossa missão.

## Referências

ARTE CONSTRUTIVA NA PINACOTECA DE SÃO PAULO. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

CARTIER-BRESSON, Anne; KOCH, Mogens S.; FLUKINGER, Roy. **The conservation of photograph: three perspectives.** The Guetty Conservation Institute, Los Angeles. Newsletter 17, 2002.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CHIARI, Giacomo; LEONA, Marco. **The State of Conservation Science.** The Guetty Conservation Institute, Los Angeles. Newsletter 20.2, 2005.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografia.** São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. *Controle de pragas.* Belo Horizonte: LACICOR-EBA-UFMG, 2008.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010.

GUICHEN, Gâel de. **La conservation preventive: un changement profond de mentalité.** In: **Cahiers d'études du Comité de conservation de l'Icom (I.C.O.M.-C.C.),** 1995.

LEVIN, Jeffrey. The future of conservation. The Guetty Conservation Institute, Los Angeles. **Newsletter** 6, 1991.

MOSCIARO, Clara. **Diagnóstico de conservação em coleções fotográficas.** Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

REILLY, James M. **Care and identification of 19th century photographic prints.** Rochester: Estman Kodak Company, 1986.

SÉRVULO ESMERALDO. Organização e texto Aracy Amaral. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2011.

SPINELLI, Jayme. **Introdução à conservação de acervos bibliográficos.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1991.

VALVERDE, Maria Fernanda. **Photographic negatives:** nature and evolution of processes. Rochester: Mellon Advanced residency program in photograph conservation, 2004.

## **ESPECIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO PESQUISADOR EM ARQUIVOS PESSOAIS: A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Denise de Almeida Silva**

O presente relato traz a experiência do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (Arquivo-IEB/USP), cujo acervo é constituído por arquivos de pessoas, no processo de especialização do atendimento ao pesquisador realizado a partir de 2011, quando se deu a última reestruturação administrativa do setor. Para tanto, será apresentada a constituição do acervo; os aspectos relacionados à pesquisa e ao acesso aos documentos; o desenvolvimento de um instrumento de pesquisa único; a formação dos atendentes visando aproximação com o público e a potencialização do uso do acervo; e a organização do espaço para o atendimento presencial de modo mais amistoso para o pesquisador.

O enfoque escolhido para elaboração deste texto pretende demonstrar que o aprimoramento no atendimento ao pesquisador no Arquivo-IEB/USP deve ser compreendido no contexto que considera os aspectos institucionais, as práticas arquivísticas, os atendentes e os pesquisadores. Ressalta-se a importância deste tema ser interpretado como algo tão relevante quanto classificação, avaliação e incorporação de acervos para a Arquivística, quanto os estudos sobre usuários e práticas informacionais exploradas na Ciência da Informação.

A opção por uma abordagem mais generalista, pautada em exemplos práticos, procura expor a experiência de especialização do atendimento aos pesquisadores, como parte de um processo que envolveu mudanças organizacionais na estrutura do Arquivo-IEB/USP e na forma de acesso aos documentos, como também reforça a formação

continuada dos atendentes, potencializando a compreensão das características dos documentos de arquivo pelos pesquisadores.

### **O acervo constituído por arquivos de pessoas**

Para se referir a formação do acervo do Arquivo-IEB/USP faz-se necessário retomar a criação do próprio Instituto, em 1962, pelo professor Sérgio Buarque de Holanda, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). De acordo com Caldeira (2002, p.54), na proposição de seu idealizador, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) concentraria a realização de trabalhos multidisciplinares sobre o Brasil promovendo acesso a fontes de pesquisa: “pretendia aproximar os pesquisadores universitários dos documentos, sobretudo os mais raros e inéditos(...) Para tanto, entre as várias finalidades do IEB, estava prevista a aquisição e guarda de documentos de natureza diversa referentes ao Brasil.”

Entre 1962 e 1968, a incorporação de acervos pessoais, por meio de compra ou transferência de outras faculdades da Universidade de São Paulo, possibilitou que em 1968 o Arquivo-IEB/USP, surgisse integrado à Biblioteca. Sua criação como setor independente ocorreu em 1974, conforme conta na Ata do Conselho Administrativo do IEB de 05 de abril de 1974:

“(...) 18) Arquivo e documentação - regulamento, novo material técnico. O Prof. Castello explica aos Srs. Conselheiros que o setor de Arquivo, Documentação e Conservação do IEB deverá ser concentrado num setor técnico, sob a responsabilidade de um funcionário do IEB. O Prof. Castello lê o Ante-Projeto do setor de Arquivo, Documentação e Conservação, que ora transcrevo, para que os Srs. Conselheiros deem seus pareceres: 1. Finalidade: organizar, preservar e manter em condições de consulta as coleções de documentos como manuscritos, slides, fotografias, discos, filmes, folhetos de cordel e outros, constantes dos arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros provenientes das atividades internas deste Instituto, de aquisições ou de doações. 2. Organização: O setor de Arquivos, Documentação e Conservação está subdividido conforme sua designação em: 2.1 Arquivos; 2.2 Documentação e 2.3 Conservação.” (Arquivo-IEB/USP, Fundo IEB, código de referência: IEB-001-01-0073).

As primeiras coleções, entendidas aqui como acumulação selecionada de documentos por seu titular, que vieram a compor o acervo do Arquivo-IEB/USP foram a Yan de Almeida Prado, comprada em 1962 e Alberto Lamego, transferida da Biblioteca

da FFCL em 1968. O primeiro fundo, entendido como acumulação orgânica de documentos pelo titular, foi de Mário de Andrade, comprado em 1968. Ao longo dos anos, a aquisição dos conjuntos de documentos se deu por meio de compra pela Universidade de São Paulo, como por exemplo os fundos de João Guimarães Rosa (1973) e Caio Prado Júnior (2001), ou doação, dos herdeiros ou do próprio titular, como o acervo de Fernando de Azevedo (1970-doador), Graciliano Ramos (1980 e 1994 - doador) e de Anita Malfatti (1989 - doador).

Ainda dentro de seu acervo, exemplificamos as coleções de: Literatura Popular de Cordel, Marcello Tupynambá; fundos como os de: Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, Camargo Guarnieri, Waldisa Russio, Aracy Abreu Amaral, Osman Lins, Milton Santos entre outros; e a documentação resultante de pesquisa: Problema Indígena no Brasil, Produção Intelectual de Roger Bastide, Imprensa Negra no Brasil etc.

Atualmente o acervo é composto por 48 fundos, 63 coleções e 39 conjuntos de Documentação Resultante de Pesquisa. Todos estão disponíveis para os pesquisadores em distintos graus de descrição, desde uma organização mínima, chamada também de descrição sumária com descritivo sobre o conteúdo das caixas (seja pelo tipo documental ou classificação), até a descrição por item documental. Os fundos e coleções, em diferentes etapas de descrição, demonstram também um acumulado de organização ao longo dos anos, compondo seu histórico arquivístico.

### **O universo da pesquisa**

A atendimento ao pesquisador não é algo que possa ser pensado e aprimorado isoladamente às reflexões e práticas arquivísticas, à cultura institucional, como também não deve ser analisado apenas sob aspectos de necessidades informacionais dos pesquisadores. O processo de pesquisa, que ocorre em um ambiente organizacional, deve ser analisado na amplitude que vai do processamento documental, passando pelos atendentes e chegando aos usuários. Tomando-se esse contexto, em que partes se relacionam, a discussão tem muito a ganhar quando o balcão de atendimento não é tido como um separador do universo dos documentos e dos usuários sendo interpretado como um local de interlocução entre a instituição, as atividades arquivísticas e a pesquisa.

A bibliografia para a área de pesquisa de um Arquivo é tímida quando explorada pela disciplina Arquivística detendo-se a programas educativos, aspectos patrimoniais ou de eventos e cursos para difusão do acervo. Para a Ciência da Informação a área de pesquisa é traduzida pelos estudos de usuários e práticas informacionais. Se por um lado o que é produzido na área dos Arquivos revela a falta de intimidade com aqueles que busca informações, a Ciência da Informação, de modo geral, trata o pesquisador como um portador de demandas ou processador de informações como observa Araújo (2017: 217-236), avançando na discussão ao considerar sujeito e objeto como construídos em parceria.

A experiência do Arquivo-IEB/USP na especialização no atendimento ao pesquisador, este em grande maioria de perfil acadêmico, considera que não se trata de organizar documentos de acordo com a necessidade dos pesquisadores, fato que contraria a característica de acumulação do documento de arquivo. Nem mesmo de ressaltar a busca por informações, que por vezes desconsidera os vínculos que os documentos possuem. A ênfase não está na discussão detalhada, não menos importante, de estudos de usuários ou procedimentos arquivísticos, mas sim em evidenciar que a opção pela especialização do atendimento ao pesquisador deve considerar todo o contexto em que a atividade está envolvida – do processamento documental a pesquisa- e que o apoio político da alta direção é fundamental para que o processo seja instituído e perene.

Par o detalhamento destas ações será necessário retroceder ao momento em que o acesso aos documentos do Arquivo-IEB/USP foi redefinido (2006) e o Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA) foi desenvolvido (2009). A partir de 2011, com a reorganização administrativa do Arquivo-IEB/USP, estas mudanças na forma de pesquisar tornaram-se possíveis de serem implementadas de fato.

### **Acesso aos documentos**

Em 2006 a 2010, ao assumir a direção do IEB, a profa. Ana Lúcia Duarte Lanna foi responsável por implantar uma grande mudança administrativa no Instituto, propondo alterações no organograma e na forma de acesso aos acervos. Para o Arquivo-IEB/USP

essas modificações se refletiram na unicidade dos setores que compunham o Arquivo e no acesso aos documentos.

O Arquivo-IEB/USP compreendia até meados de 2010 os setores de Documentação Textual e Documentação Audiovisual. A setorização do Arquivo estabelecida pelos suportes do documento, além de equipes diferenciadas, ao longo do tempo, da forma como foi implementada, contribuiu para romper com os laços mais evidentes que unem os documentos em seu contexto de acumulação. Atualmente, busca-se refazer esses elos e apesar dos setores de Documentação Textual e Documentação Audiovisual não mais existirem, as condições de guarda são mantidas, com aquisição de material próprio para acondicionamento em diferentes suportes como também uma Câmara Fria. Mesmo com a separação física, as equipes trabalham na descrição dos conjuntos documentais em sua totalidade, independentemente do suporte.

Até este momento o acesso aos documentos pelos pesquisadores era orientado pelo que foi este foi preconizado em Ata do Conselho Administrativo, em 1974:

“3. Utilização: 3.1 Os documentos que constituem o setor de Arquivos do IEB estão abertos à consulta de professores, pesquisadores, especialistas e interessados, desde que devidamente credenciados e ressalvadas as condições impostas pelos depositários de Coleções ou pela Diretoria do IEB, ouvido o Conselho de Administração. 3.2 O pesquisador poderá requerer do conselho de Administração do Instituto a prioridade de consulta de determinado material, estabelecido, nesse caso, um prazo de execução da pesquisa e divulgação dos resultados. 3.3 A obtenção de cópias parciais ou totais depende da autorização do Conselho de Administração do IEB, observado o seguinte: 1º expressa indicação da fonte; 2º direitos autorais, se ainda vigentes, cabendo, nesse caso, consulta a ser feita aos herdeiros pelo IEB; 3º prioridade de divulgação total do documento pelo IEB, independentemente ou em co-edição. 3.4 Os Arquivos só poderão ser visitados com expressa autorização da Diretoria do IEB, cabendo a cada consulente conhecê-lo pelo catálogo ou por descrição do responsável imediato. 3.5 A quantidade de documentos a ser usada durante a pesquisa fica a critério do responsável imediato de setor. 3.6 Enquanto não estiverem terminados os trabalhos de catalogação, a consulta de interessados estranhos ao IEB deverá ser feita sob a orientação de um pesquisador deste instituto, perante a área de interesse da pesquisa. 3.7 Conforme entendimentos com a família Mário de Andrade, é prioridade do IEB a preparação da edição crítica das obras de Mário de Andrade, sujeita a planejamento geral do Conselho de Administração, que deverá compor uma comissão especial para esta finalidade.” (Arquivo-IEB/USP, Fundo IEB, código de referência: IEB-001-01-0073).

Com a assinatura do documento que se remete ao acesso a acervos de escritores e intelectuais, em 27 de novembro de 2006, pesquisadores vinculados universidades

brasileiras, reunidos no IEB, comprometeram-se a:

“...adotar como política comum a permissão de acesso irrestrito à documentação existente em acervos de escritores, artistas e intelectuais, sob guarda de instituições de pesquisa e ensino, como forma de democratizar a produção de conhecimento e preservar a memória intelectual do país.” (Guia do IEB: 2010, 31).

A partir deste momento, a reserva de documentos para determinadas pesquisas, não permitindo o acesso por outras pessoas enquanto ela não se efetivasse, foi declinada no IEB. Uma nova cultura institucional sobre o acesso aos documentos foi iniciada. Com apoio político da direção do instituto, não era mais permitida a reserva de documentos até a consolidação de projetos da casa, de modo que os documentos poderiam ser consultados por pesquisadores externos à instituição a qualquer momento. Nesse contexto, foi possível iniciar o desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Acervos, como instrumento de pesquisa que unificou tantos outros.

#### **Sistema de gerenciamento de acervos (SGA)**

Até o ano de 2009 o acesso aos documentos do acervo do Arquivo-IEB/USP se dava por múltiplos instrumentos de pesquisa. Para cada fundo/coleção, de acordo com seu grau de descrição, havia o guia, inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices, além de listas onomásticas, cronologias estratificadas e banco de dados resultantes de projetos de pesquisa. Cerca de meia centena de instrumentos, norteados em grande parte pela tipologia documental.

O grande número de catálogos, listagens temáticas e banco de dados construídos de acordo com as particularidades da pesquisa refletiam a forma como se deu a evolução da organização dos fundos/coleções: projetos de pesquisa que tinham a frente professores do Instituto, abarcavam uma parte do fundo/coleção de determinado titular, e por meio de estagiários, estudantes de iniciação científica, mestrado ou doutorado os documentos eram descritos. Os resultados desses trabalhos eram colocados à disposição do pesquisador: “Assim, explorando o potencial de estudo gerado por essas fontes primárias, a pesquisa desvenda o conteúdo do acervo, ao mesmo tempo que realiza uma

catalogação acurada, pronta para o uso de novos estudiosos.” (Batista, 1997:8).

Marta Rossetti Batista, diretora à época da elaboração do primeiro guia do IEB, publicado em 1997, intitulado “ABC do IEB: Guia Geral do Acervo”, relata na apresentação do instrumento de pesquisa a intenção e esforços de mais de 10 anos do desenvolvimento de um instrumento de informação global que contemplasse os acervos do instituto, reunindo o conhecimento de arquivistas, bibliotecários, museólogos, pesquisadores e professores. Nesta publicação, além de informações sobre a constituição do acervo e a biografia dos titulares, há destaque para as particularidades das áreas de Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais. Nesta época, o número de documentos que compunham o Arquivo era de 200 mil, passados 20 anos, em 2017, estima-se esse número em 500 mil documentos.

Na análise dos instrumentos de pesquisa e registros que auxiliavam a pesquisa anteriormente à implantação SGA, é possível verificar a multiplicidade de instrumentos e também a predileção de estudos e organização de alguns acervos em detrimentos de outros.

Além dos instrumentos encadernados, Elizabete Marin Ribas, uma das idealizadoras do SGA, relata que conjuntos documentais como os de Pierre Monbeig, Correspondências de Mário de Andrade, Anita Malfatti, Ernani Silva Bruno e Correspondência de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa contavam com base de dados resultantes de projetos de pesquisa e que apesar de minuciosamente construídas de acordo com as particularidades do titular:

“(…) a multiplicação de bases para o Arquivo acarreta num problema óbvio: o consulente é obrigado a realizar buscas individuais em cada um desses instrumentos de pesquisa caso seu interesse extrapole as especificidades dos conjuntos documentais que cada um deles, em si, engloba.” (Ribas, 2003: 101)

Um outro grande passo foi dado na especialização do atendimento ao pesquisador com a consolidação de todos os instrumentos de pesquisa existentes, em um instrumento único, promovendo além da eliminação da redundância dos registros, a facilidade de acesso ao acervo do Arquivo-IEB/USP. Diante de tantas entradas no acervo e pensando na transformação da pesquisa em algo menos direcionado pela tipologia

documental, dando opção de outras formas de buscas, a escolha por disponibilizar distintos instrumentos de pesquisa como guias, inventários e catálogos em uma ferramenta única, eletrônica e on-line, o SGA, foi um avanço no atendimento ao pesquisador ao permitir a permanência do legado da descrição dos fundos/coleções, ao promover a possibilidade de pesquisa transversal no acervo do Arquivo-IEB/USP como um todo e não apenas por fundos/coleções, ao ofertar campos de busca que além da tipologia documental, englobam nome de pessoa, lugar, data, palavra-chave. Para o desenvolvimento deste catálogo é importante ressaltar que o diálogo entre leigos e profissionais da tecnologia nem sempre é algo fácil, mas que no caso do IEB, “(...)o programador foi alocado dentro do próprio Arquivo, acompanhando, diariamente os processos internos do setor, a fim de transplantá-los para a linguagem do computador.” (Ribas, 2013: 102). Além disso, o programador, Frederico Antonio Camillo Carmargo, que junto com Elizabete Marin Ribas desenvolveu o SGA, possuía na época habilitação na área de Tecnologia da Informação e na área de Humanas, no curso de Letras, facilitando a interação entre os dois universos.

O SGA foi desenvolvido em plataforma SQL-SERVER. Basicamente, possui duas interfaces: a que vai para o catálogo eletrônico disponibilizado no site da instituição e que também é usada no atendimento ao pesquisador; e a de gerenciamento das atividades com os documentos do acervo, e que possui funcionalidades distintas dependendo do perfil do usuário. Na edição de 2010 do “Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros”, há uma parte dedicada ao SGA, em que se destaca:

“Tecnologicamente, a construção do catálogo eletrônico exigiu a modelagem e implementação de um banco de dados relacional para o armazenamento das informações dos acervos, unidades constitutivas e seus agrupamentos, e de uma aplicação *web* que constituísse o *front-end* desse banco de dados dividido em dois módulos: a) o módulo de manutenção e gerenciamento de acervos, de uso interno; b) módulo de consulta, para ser disponibilizado aos consulentes via *internet*.” (Guia do IEB, 2010: 49)

O catálogo disponibilizado no site permite que as pessoas verifiquem se aquilo que buscam se encontra no Arquivo-IEB/USP sem a necessidade do deslocamento físico. Encontrados os documentos, a descrição pode atender as necessidades dos usuários, mas caso seja necessária a consulta aos originais, o pesquisador já terá em mãos os códigos dos documentos que procura, otimizando o tempo de pesquisa na sala de consulta.

Nem todos os fundos/coleções encontram-se cadastrados o SGA devido ao ritmo de crescimento do acervo confrontado ao: número de funcionários do corpo técnico (são atualmente seis funcionários que se dividem entre higienização, administração, descrição e atendimento ao pesquisador); a crise financeira da Universidade de São Paulo que determinou a redução drástica de estagiários; e a diminuição de projetos financiados por agências de fomento e que tornava possível a contratação de estudantes para a descrição de documentos.

O pesquisador pode consultar no site do IEB os fundos/coleções que não estão no Catálogo Eletrônico, acessando o guia dos acervos que se encontra digitalizado e também as notícias sobre a incorporação de novos acervos. Para o próximo ano, pretende-se alimentar no site do IEB uma listagem com os novos acervos, uma vez que a atualização e publicação do guia do acervo obedece a um ritmo diferente do movimento de chegada dos fundos/coleções.

Do desenvolvimento do SGA a sua aceitação pela instituição, assim como da modificação da forma de acesso aos conjuntos documentais a sua efetivação, houve, a partir de 2011, um grande esforço por parte da Supervisão do Arquivo-IEB/USP para que novas diretrizes relacionadas à pesquisa fossem realmente colocadas em prática. A rotina do atendimento ao pesquisador, a reprodução de documentos e a sala de consulta descritos nos subitens abaixo, são resultantes deste empenho em colocar em consonâncias iniciativas anteriores com questões práticas apresentadas no dia-a-dia da pesquisa com os documentos de arquivo.

#### **Rotina de atendimento ao pesquisador**

O atendimento ao pesquisador se realiza por meio de agendamento por endereço eletrônico ou telefone. Este procedimento foi adotado a partir de 2012 observando-se a dinâmica do setor e sua limitação física para o atendimento. Muitas vezes sobravam mesas, em outras, faltavam. O critério da ordem de chegada foi substituído pelo do agendamento, no limite de seis pesquisadores por dia, número este que de acordo com a experiência relatada pelos atendentes, é o máximo para um atendimento especializado aos moldes do que é feito atualmente. Caso alguém que não agendou chegue e haja vaga

na sala, a pessoa será acolhida e orientada quanto ao agendamento para sua próxima vinda.

Nos tópicos abaixo estão descritos os principais procedimentos realizados para o atendimento do pesquisador, como também caminhos e soluções apontadas para o seu aprimoramento:

- **Agendamento:** ao agendar a pessoa é orientada sobre os dias e período do atendimento e sobre a consulta ao catálogo eletrônico que está no site do IEB, de modo a otimizar seu tempo na sala de consulta. A adoção deste procedimento possibilita, além da diminuição de equívocos quanto ao horário de atendimento, a otimização do tempo do pesquisador na sala de consulta e a quase inexistência da ocorrência do pesquisador vir ao Arquivo-IEB/USP e não encontrar os documentos que busca. Observou-se ainda que para muitas pesquisas em fase inicial, o indicativo da existência dos registros documentais já seria o suficiente para se dar sequência ao trabalho. Estas orientações iniciais colocadas como uma forma de acolhimento o pesquisador, e que demandam tempo dos atendentes que são os mesmos que organizam a agenda e recebem presencialmente os pesquisadores, permite, na maioria dos casos, que os pesquisadores cheguem ao Arquivo-IEB/USP com uma postura harmônica ao serviço que lhe será prestado.

- **Recepção:** na recepção do pesquisador na sala de consulta, embora as regras estejam afixadas nas mesas e quadro de avisos, as pessoas são lembradas pelo que é permitido utilizar na sala. Percebeu-se que recepcioná-las dizendo o que não se pode, potencializa o distanciamento do atendente, podendo-se tornar um enfrentamento no processo de atendimento no que se refere a reprodução de documentos, ou mesmo, na regularização de se guardar uma garrafa de água no armário.

- **Cadastro/Consulta:** na sequência, o pesquisador que vem pela primeira vez ao Arquivo-IEB/USP é acompanhado até o terminal de consulta, onde irá fazer seu cadastro na instituição e também realizar busca e pedido de documentos. Em 2017, adotou-se para este momento uma abordagem amigável do atendente para com o pesquisador: uma conversa informal é estabelecida perguntando-se sobre a experiência de pesquisa com documentos, sobre o projeto, sobre os documentos que busca. O atendente faz um breve relato sobre a recepção de arquivos pessoais, sobre a compreensão do contexto de

acumulação dos documentos, sobre os laços que dos documentos possuem entre eles e entre conjuntos documentais de diferentes titulares, salientando que muitos fundos/coleções ainda se encontram apenas no Guia do IEB. As observações sobre as características dos documentos de arquivos são retomadas no decorrer da pesquisa na sala de consulta, pois diante de tantas informações, o foco do pesquisador em documentos isolados ou tipo documental é ampliado.

- **Contato com os documentos:** realizados os pedidos de consulta o acesso aos documentos originais se dá de acordo com o perfil da pesquisa: por itens documentais ou pela caixa onde se encontram os documentos. Para os documentos que se encontram digitalizados, o acesso se dá no próprio terminal de consulta e aos pesquisadores é elucidado que a cópia digitalizada existe devido ao grau de conservação do documento.

- **Finalização da consulta:** Ao fim da consulta, se o pesquisador teve acesso aos documentos pelo SGA, o atendimento é finalizado no próprio sistema, e os documentos consultados entram para o histórico do pesquisador. Caso o acervo não esteja no SGA, uma ficha de consulta é preenchida pelo pesquisador, e posteriormente são transcritas pelos atendentes no SGA, tornando-se também o histórico do pesquisador.

### **Formação dos atendentes**

A sala de consulta do Arquivo-IEB/USP é um local onde os fundamentos arquivísticos são testados e indagados pelos pesquisadores, mesmo que muitos deles não conheçam as características da disciplina. Para potencializar o acesso aos documentos, há um esforço por parte dos atendentes em colocar para o pesquisador que os documentos de arquivo possuem características que lhes são inerentes. Que apesar de muitas vezes o pesquisador estar em busca de uma informação, que esta mesma informação pertence a um documento de arquivo que é único, possui um contexto de acumulação e, por isso, laços com outros documentos. Neste processo, os atendentes são peças chave para esse entendimento.

O atendimento do Arquivo-IEB/USP é realizado sempre por duas pessoas: um funcionário e um estagiário. Uma vez que ao funcionário é permitida a entrada na reserva técnica para a busca aos documentos solicitados, o estagiário permanece na sala de

consulta para dar continuidade as ações do setor. Ambos atendentes recebem treinamento para a atividade, e por vezes, o funcionário, por ter mais familiaridade com a área de Arquivos, compartilha com o estagiário informações sobre Arquivística, formas de aproximação com os pesquisadores e protocolos de segurança. Esse conhecimento é repassado ao pesquisador como forma de potencializar sua pesquisa.

Neste intercâmbio de conhecimento sobre os arquivos, os atendentes têm condições de explicitar aos pesquisadores que a variedade de provas que podem extrair de um documento é infinita, mas que o valor de prova de um documento, perante a teoria arquivística, está vinculado à capacidade de comprovar atividades (Yeo, 2007:315-326). Ainda neste sentido, ao se referir a recorrência com que as descrições de arquivos pessoais têm considerado apenas a fase permanente dos documentos, Ana Maria de Almeida Camargo coloca que:

“Para a arquivística, no entanto, a correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área caráter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada.” (Camargo: 2009: 13)

A especialização do atendimento do Arquivo-IEB/USP também se dá de forma contínua com a formação dos atendentes: investiu-se no treinamento das pessoas envolvidas com a atividade tanto em aspectos técnicos e de conteúdo do acervo, quanto em abordagens de aproximação com o público, formado em grande maioria por pesquisadores acadêmicos, com diversos graus de familiaridade com instituições arquivísticas, com prazos cumprir e questões relacionadas à reprodução de documentos, nem sempre tão fáceis de serem interpretadas quando relacionadas aos arquivos de pessoas.

O norteador da formação foi a institucionalização do programa História-Viva. São encontros semanais, realizados às sextas-feiras, à tarde, com estudiosos da área da Arquivística para aprimorar, a partir teorias, a prática cotidiana de trabalho. Neste momento são compartilhadas experiências ocorridas no Arquivo-IEB/USP como forma de gerir o conhecimento produzido pelo próprio corpo técnico, resultando em aperfeiçoamento ou alteração em procedimentos arquivísticos, acondicionamento e

consulta do documento. Para Menne-Haritz (2000) o conhecimento explícito é funcional apenas se estiver inserido em um sistema capaz de controlá-lo, ou seja, se ele é utilizado dentro do mesmo ambiente em que foi apreendido e pelo mesmo código comum compartilhado. Este conhecimento não é inerte, sua aplicação nas ações do cotidiano é que lhe confere o caráter de repensar, de reavaliar, de redimensionar e mudar aquilo que é necessário para aprimorar os métodos de trabalho de uma instituição.

Além do programa de formação, conversas quase diárias são realizadas entre a supervisão do Arquivo-IEB/USP sobre as experiências com os pesquisadores boas ou não, para se adotar procedimentos adequados que vão desde a adaptação do mobiliário, a equipamentos de proteção individual e às questões de reprodução dos documentos. Esta última diagnostica pelos atendentes como das principais geradoras de dúvida para tanto para o pesquisador quanto para as pessoas incumbidas pelo atendimento devido às várias nuances.

### **Reprodução de documentos**

A particularidade do Arquivo-IEB/USP em tratar de acervos privados de interesse público gera distintas interpretações quanto a uso que se faz dos documentos. Para as questões de reprodução de documentos que estão presentes diariamente no atendimento ao pesquisador, há o conhecimento da Lei de Direitos Autorais pelos atendentes (LEI no. 9610/98) e que é repassada ao pesquisador em seus questionamentos, porém o pedido de reprodução deve ser avaliado documento a documento. Como via de regra, a instituição arquivística detém o direito material de um acervo pessoal. Por isso, a consulta a esses documentos é livre, mas a utilização das informações e a reprodução obedecem à Lei dos Direitos Autorais. Os detentores dos Direitos Autorais, salvo autores falecidos há 70 anos ou mais, são os próprios autores (se vivos), seus familiares, ou pessoas físicas ou jurídicas devidamente autorizadas pelos titulares.

Todos os documentos custodiados pelo Arquivo-IEB/USP são protegidos pela Lei de Direitos Autorais. Por isso, sejam as pesquisas de finalidade acadêmica ou comercial, há a necessidade da autorização registrada do titular do fundo ou de seus herdeiros para reprodução dos documentos.

Um procedimento adotado no ano de 2017 foi a cobrança de R\$ 1,00 (um real) por imagem para a solicitação de reprodução com finalidade acadêmica para os documentos permitidos. A arrecadação, além de subsidiar a permanência de estagiário para a atividade do atendimento, permitiu que pesquisadores priorizassem seus pedidos, não fazendo grandes solicitações que acabavam onerando o tempo de trabalho da equipe do Arquivo-IEB/USP. De toda forma, a reprodução de documentos permitidos, pode ser realizada na sala de consulta pelos pesquisadores com equipamento próprio.

Esclarecimentos sobre Direitos Conexos, uma vez que o acervo do Arquivo-IEB/USP também possui documentos sonoros e Direitos de Imagem, como as fotografias, também fazem parte do repertório de dúvidas dos pesquisadores. O próximo passo para aprimorar o atendimento em questões relativas à reprodução de documentos é elaborar uma cartilha com os principais aspectos das leis que recaem sobre os arquivos de pessoas, disponibilizando-a na sala de consulta.

Para os documentos livres a serem reproduzidos é assinado pelo pesquisador o “Termo de uso dos documentos do Arquivo-IEB/USP” pelo qual ele se torna responsável pelo uso que fará dos documentos que reproduziu e que estão elencados no termo.

### **Sala de Consulta**

Por atender pessoas que pesquisam em arquivos pessoais a equipe do Arquivo-IEB/USP realiza continuamente adaptações na Sala de Consulta para torná-la um local interativo, onde protocolos institucionais se mesclam a aspectos pessoais.

Os rigores relacionados à segurança do acervo e à consulta aos documentos são explicitados em cartazes afixados nas mesas destinadas aos pesquisadores, no quadro de avisos e são retomados pelos atendentes de modo afirmativo, deixando os pesquisadores cientes das razões destes critérios, destacando-se especialmente o princípio da unicidade do documento de arquivo, segundo o qual os documentos de arquivo possuem características específicas a partir do contexto em que foram produzidos/acumulados (Bellotto, 2007:88). Portanto, um documento deslocado ou destruído, só é

compreensível se for conservado em seu lugar dentro do conjunto de documentos que o acompanham. Pessoas e documentos de arquivos são únicos.

O trânsito dos atendentes pela sala de consulta contribui para o estabelecimento de uma maior proximidade com o pesquisador. A disposição das mesas, onde seria um balcão de atendimento, existe para a segurança do acervo, não separando definitivamente atendentes dos pesquisadores.

Há, nas estantes da parede do fundo da sala, uma Biblioteca com exemplares resultantes de pesquisas no acervo ou relacionados aos conjuntos documentais do Arquivo-IEB/USP. Sua ordenação não obedece aos rigores das Bibliotecas tradicionais, tanto tecnicamente como na disposição física. Os livros são organizados por ordem de chegada e recebem um código sequencial que pode ser recuperado pelo SGA caso o pesquisador queira algo específico. Fisicamente, além da sequência de chegada, eles estão organizados de maneira menos formal, sendo alguns deitados, outros com a capa exposta, dando a ideia de que alguém manuseou, leu e deixou-os por ali, como muitas vezes acontece com os livros que estão nas estantes das casas. A adoção desta forma de organização, despertou curiosidade nos pesquisadores que por vezes, enquanto esperam o pedido de consulta chegar, dirigem-se até as estantes, pegam os exemplares e muitas vezes perguntam por outros.

Fac-símiles de documentos textuais, quadros com fotografias reproduzidas do acervo, presentes de outras instituições ficam expostos na sala de consulta. Uma poltrona florida, próxima de uma estante baixa de livros e jornais, foi colocada para aqueles que esperam pela recepção do atendimento ou aguardam um pesquisador. Apesar de serem detalhes, estas pequenas modificações fazem parte daquilo que o Arquivo-IEB/USP entende pelo aperfeiçoamento do atendimento ao pesquisador. São formas de aproximação que permitem na maioria das vezes o estabelecimento de um vínculo de confiança e não de afrontamento com a prestação de um serviço que é público, que possui protocolos, mas que também preza por um atendimento personalizado para aqueles que pesquisam em arquivos de pessoas.

## O caminho da especialização

A especialização no atendimento ao pesquisador do Arquivo-IEB/USP, que chega a ser na maioria das vezes personalizada, foi uma elaboração ao longo dos anos que teve início com o apoio da alta direção, e se aprimorou com as demandas dos pesquisadores, o treinamento dos atendentes e o avanço da descrição dos conjuntos documentais. Muito se fez e ainda há para ser feito neste processo em que o atendimento ao pesquisador não é visto de forma isolada, mas integrante de uma cadeia de atividades, aberta a aprimoramentos e mudanças.

Desta experiência, é possível afirmar que a avaliação das ações implementadas deve ser constante e que a equipe de trabalho deve participar e estar em sincronia com as tomadas de decisões, para que de fato sejam frutíferas. Assim, a condução do processo de especialização realizada pela Supervisão do Arquivo-IEB/USP junto ao corpo técnico, a partir de 2011, foi fundamental para que ações anteriores, como o comprometimento de pesquisadores a zelar pelo acesso pleno aos fundos/coleções em documento assinado em 2006, e a utilização do SGA, passassem a fazer parte da rotina da instituição.

Estabelecidas as condições para o amplo acesso aos documentos no Arquivo-IEB/USP, foi possível aprimorar o atendimento ao pesquisador tanto na qualidade da pesquisa, apontando-se características do documento de arquivo para o pesquisador, quanto no ambiente de consulta presencial interativo, na utilização de um instrumento de pesquisa único, na formação dos atendentes e na escuta sobre a pesquisa e anseios do pesquisador. A opção por um olhar mais atento a atividade de pesquisa, possibilitou ao Arquivo-IEB/USP seguir pelo caminho da especialização do atendimento ao pesquisador, em que o norteador é a oferta de um serviço em constante aprimoramento para as pessoas que pesquisam em arquivos de pessoas.

## Referências

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v.2, número especial, p. 217-236, 2017.
- BATISTA, Marta Rossetti. **ABC do IEB: Guia Geral do Acervo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB**: origens e significados. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte: Minas Gerais. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2017.

MENNE-HARITZ, Angelika. **Dynamic Knowledge in organizational environments**: some ideas on knowledge management. [s.l]: [s.n.], October, 2000.

RIBAS, Elisabete Marin. O Sistema de Gerenciamento de Acervos do IEB USP. **Seminário Internacional de Arquivos de Museus e Pesquisa**: Tecnologia, informação e acesso. São Paulo, Brasil, 16 a 17 de novembro de 2011. São Paulo: Grupo de Trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa, 2013; 99-105.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Brasileiros. **Guia do IEB**: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. **The American Archivist**, Chicago, v. 70, n. 2, p 315-343, 2007.

## **Sobre o organizador**

### **José Francisco Guelfi Campos**

Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, bacharel e licenciado em História pela mesma instituição. Realizou estágio de aperfeiçoamento em Gestão de Arquivos Privados no Archivo Histórico de la Nobleza (Espanha), atuou em diversos projetos voltados para a organização de arquivos pessoais e coordenou, entre 2014 e 2016, o Setor de Arquivo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP. É coordenador da comissão de cursos e eventos da Associação de Arquivistas de São Paulo e organiza, desde 2015, o Encontro “Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”. Tem participado ativamente de eventos da área de Arquivologia e publicado trabalhos no Brasil e no exterior.

## **Sobre os autores**

### **Andrea Cristina Ribeiro Minare**

Mestranda em Cultura e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e graduanda em História pela USP. Graduada também em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Atua nos campos da História Política, História do Direito, Arquivologia, Paleografia e Memória.

### **Camilla Campoi de Sobral**

Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014) e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2016). É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e atualmente trabalha como arquivista na Grifo Projetos Históricos e Editoriais, em São Paulo.

### **Cibele A. C. Marques dos Santos**

Professora do Departamento de Informação e Cultura e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências da Informação e graduada em Biblioteconomia pela ECA-USP. É assessora acadêmica do Vocabulário Controlado do Sistema de Bibliotecas da USP e pesquisadora dos projetos ARQUIGRAFIA e Open-Air Museum no INCT.

### **Dayane Ponciano de Lima**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Bacharela e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência em tratamento de arquivos, técnicas e estudo de documentos paleográficos. Na área da Educação, atuou como estagiária da Secretaria Pedagógica do Programa Nacional de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos.

### **Denise de Almeida Silva**

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo e graduada em História pela mesma instituição. Trabalha no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

### **Douglas Vieira Machado**

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense e graduado em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisador no projeto “Produção Intelectual em Arquivos Pessoais” (UNIRIO) e bolsista do Programa de Capacitação Institucional no Museu de Astronomia e Ciências Afins.

### **Elisa Horta da Silva**

Arquiteta e Urbanista formada pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, com experiência em pesquisa histórica, organização e processamento de acervos documentais, com especial atenção aos arquivos pessoais. Atualmente, trabalha na organização do fundo Aracy Abreu Amaral no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

### **Giovana Faviano**

Mestranda em História Social e graduada em História pela Universidade de São Paulo, desenvolvendo pesquisa sobre tipologia de cartas em arquivos pessoais. Possui experiência com arquivos, tendo atuado como estagiária e pesquisadora de iniciação científica no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Como documentalista, trabalhou no Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

### **José Heleno Barbosa (in memoriam)**

Aluno do curso de História da Universidade de São Paulo. Atuou no projeto “O fundo Djalma Forjaz: organização, descrição e elaboração de instrumento de pesquisa”, no Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

### **Laiza Gomes de Souza**

Graduanda em História pela Universidade de São Paulo, foi estagiária no Centro de Memória do Museu Judaico, no Instituto de Estudos Brasileiros e na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP.

### **Letícia C. Setim**

Graduanda em História pela Universidade de São Paulo. Foi voluntária no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, trabalhando na organização do acervo de Heitor Ferreira Lima. A extroversão deste acervo deu origem a projeto de iniciação científica, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa e financiado pelo Programa

Unificado de Bolsas da Pró-Reitoria de Graduação da USP. Interessa-se por Arquivologia e pelos processos de formação e consolidação de partidos políticos da República brasileira. Atualmente, estuda as relações entre autoritarismo e democracia durante os anos de 1946 a 1964, especialmente dentro do Partido Trabalhista Brasileiro.

#### **Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral**

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Arquivologia pela UFBA e em Relações Públicas pela Universidade Católica de Salvador. Possui especialização em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada pela UFBA. É arquivista da Escola Politécnica da UFBA e membro dos grupos de pesquisa “Cultura, Representação e Informações Digitais” e “Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento”, ambos sediados na UFBA e certificados pelo CNPq.

#### **Lucia Maria Velloso de Oliveira**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF, graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É diretora-executiva da Fundação Casa de Rui Barbosa e professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Leciona e orienta pesquisas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFF) e Memória e Acervos (FCRB).

#### **Luciana Negrini**

Aluna do Programa de Máster en Archivistica pela Universidad Carlos III de Madrid e graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Foi coordenadora técnica do Projeto de Organização do Fundo Aracy Abreu Amaral no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, com financiamento do Instituto Itaú Cultural. Como estagiária no Arquivo do IEB-USP, organizou parte das coleções de Folhetos de Cordel e das cartas digitalizadas de Mário de Andrade com diversos correspondentes. Foi estagiária no Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca de São Paulo, tendo organizado parte da correspondência de Freitas Valle e auxiliado na implementação de uma base de dados. Atualmente, é estagiária no Arquivo da Real Academia Española, onde é responsável pela organização da correspondência do acadêmico Francisco Rodríguez Marín.

#### **Marcos Ulisses Cavalheiro**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Licenciado em Letras/Literatura

Brasileira pela Universidade Estácio de Sá. Possui especialização em Documentación y Archivo pela Universidad de Salamanca (Espanha).

#### **Maria Carolina Clares do Nascimento Araújo**

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense e em Artes Visuais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui experiência profissional na área da Arquivologia, com ênfase em organização de documentos históricos, arquivos pessoais, culturais e fotográficos. É bolsista no Museu de Astronomia e Ciências Afins, atuando no projeto “Institucionalização de arquivos pessoais: identificação, tratamento documental e acesso a novas fontes para a história da ciência”.

#### **Maria Celina Sores de Mello e Silva**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. É arquivista do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins e líder do grupo de pesquisa “Gestão e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia” (CNPq).

#### **Patricia Ladeira Penna Macêdo**

Professora do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, graduada em História e em Arquivologia pela mesma instituição. Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF.

#### **Pedro José de Carvalho Neto**

Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Foi estagiário na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e atualmente é bolsista no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, atuando no projeto “O fundo Djalma Forjaz: organização, descrição e elaboração de instrumento de pesquisa”.

#### **Talita Gouvêa Basso**

Analista de gestão documental no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP). Graduada em História pela Universidade Metodista de Piracicaba, com especializações em “História, sociedade e cultura”, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e “Gestão Pública Municipal” pela Universidade Federal de São Paulo (em andamento).

**Thayane Vicente Vam de Berg**

Arquivista da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mestra em Gestão de Documentos e Arquivos e graduada em Arquivologia pela mesma instituição. Graduada também em História pela Universidade Gama Filho.

**Vinícius Marangon**

Pesquisador no Núcleo de Documentação e Pesquisa do Instituto de Arte Contemporânea. Pós-graduando em História da Arte pela Faculdade Paulista de Arte e pós-graduado em Museologia, Colecionismo e Curadoria pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo. Estagiou no Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo e no Arquivo Histórico Municipal da Cidade de São Paulo.

**Vivien Luciane Viaro**

Professora da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, professora colaboradora do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento e docente permanente do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, ambos da UFBA.



## Textos de

Anrdea Cristina Ribeiro Minare  
Camilla Campoi de Sobral  
Cibele A. C. Marques dos Santos  
Dayane Ponciano de Lima  
Denise de Almeida Silva  
Douglas Vieira Machado  
Elisa Horta da Silva  
Giovana Faviano  
José Heleno Barbosa  
Laiza Gomes de Souza  
Letícia C. Setim  
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral  
Lucia Maria Velloso de Oliveira  
Luciana Negrini  
Marcos Ulisses Cavalheiro  
Maria Carolina Clares do Nascimento Araújo  
Maria Celina Soares de Mello e Silva  
Patricia Ladeira Penna Macêdo  
Pedro José de Carvalho Neto  
Talita Gouvêa Basso  
Thayane Vicente Vam de Berg  
Vinícius Marangon  
Vivien Luciane Viaro

Trabalhos apresentados no II Encontro "Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas"



*Eventus, 5*